



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Paula Jardim Martins Afonso (Paul Jardim Martins Afonso)

Terrorismo de gênero: ativismo e biopotência no Brasil contemporâneo

Florianópolis

2023

Ana Paula Jardim Martins Afonso
(Paul Jardim Martins Afonso)

Terrorismo de gênero: ativismo e biopotência no Brasil contemporâneo

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutore em História Global.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Joana Maria Pedro
Coorientador(a) Prof.(a) Dr. Rogério Luiz Klaumann de Souza

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Jardim Martins Afonso, Ana Paula
Terrorismo de gênero : Artivismo e biopotência no
Brasil contemporâneo / Ana Paula Jardim Martins Afonso ;
orientadora, Joana Maria Pedro, coorientadora, Rogério
Luiz Klaumann de Souza, 2023.
248 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Terrorismo de gênero. 3. Biopotência. 4.
Máquina de guerra. 5. Necropolítica. I. Maria Pedro, Joana
. II. Klaumann de Souza, Rogério Luiz . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. IV. Título.

Ana Paula Jardim Martins Afonso (Paul Jardim Martins Afonso)

Terrorismo de gênero: ativismo e biopotência no Brasil contemporâneo

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 31 de julho de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Elias Ferreira Veras, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Alagoas

Prof.(a) Cláudia de Jesus Maia, Dr.(a)
Instituição Universidade Estadual de Montes Claros

Prof.(a) Janine Gomes da Silva, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutore em História.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.(a) Joana Maria Pedro, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho a todas as formas de vida terroristas.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos serão curtos e precisos. Primeiro, devo agradecer aos meus orientadores, a professora Joana Maria Pedro e o professor Rogério Luiz, por comprarem a minha ideia, por acompanharem cuidadosamente a feitura deste trabalho, além de avaliarem com muita firmeza as ideias aqui desenvolvidas. Além disso, agradeço pela paciência e dedicação que tiveram com todas as questões que atravessam esta tese e, ainda, pela delicadeza das sugestões e apontamentos profundamente relevantes para a construção dos meus argumentos.

Agradeço à banca de qualificação, composta pelos professores Cláudia Maia, o Leandro Colling e Gabriela Marques, pela avaliação do texto, sugestões e provocações feitas durante o exame. O momento foi precioso e fundamental para o avanço desta tese. Meus agradecimentos, nesse sentido, estendem-se aos professores do PPGH (UFSC) que, em suas disciplinas e nas horas de descanso, foram também cruciais nessa caminhada, ao indicar leituras e criar ambientes oportunos para o exercício do debate. Em especial, aos professores: Aline Dias da Silveira, Sidnei Munhóz, Flávia Varela, Rodrigo Bonaldo, Cristina Sheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Marcos Montysuma.

Nesse ambiente de disputas constantes, gostaria de agradecer também aos grupos de estudo e pesquisas dos quais participei e tenho participado e que foram espaços de respiro para compor forças nesta jornada longa: LEGH (UFSC); GEPEG (Unimontes); Foucaultbeer (Unimontes); Grupo de estudos Violência Política de gênero (UFSC) e Grupo de Estudos críticos da Branquitude (UFSC).

Na minha caminhada, acadêmica ou não, é impossível não mencionar aqueles/aquelas que se fizeram presentes permanentemente ao longo do trajeto e, embora muitas vezes não diretamente, me ajudaram a pensar na relevância e nas complexidades outras deste trabalho. Por isso, agradeço ao núcleo familiar: mãe, tia, avó, madrinha, tios-avós e primos/primas. Em especial, quero agradecer profundamente à Jonice dos Reis Procópio e a Ildenilson Meireles, que são mais do que orientadores nessa jornada de escrita, mas são companheiros de alma e de partilha de muitos afetos.

Por falar em afetos, quero destacar o agradecimento à Larissa Chaves que caminhou firmemente ao meu lado e sempre me deu suporte, apoio e amor, admirando meu trabalho e me ajudando a não desistir dessa empreitada. Aos meus outros afetos, que me suportam diariamente, meu agradecimento: Luisa, Arnould (gringo), Dan, Maria, Carol, Lara, Rafa, Constance, Rafa, Peu, Iara, Sabrina, Bárbara, Linaia, Maryanne. Ainda, aos meus afetos mais

presentes: Ingrid, Lucas Procópio, Bárbara Lima, Ana Sara, Fabiana Leite, Gustavo Ramos, Gerferson Damasceno, Danyele Nayara, Fábio Santiago, José Luiz Jr, José Leão Jr, Brenda K., Daliana Antônio, Marcelo Jr, Lara Albuquerque, Harmony Maciel, obrigade por partilharem um espaço/tempo significante de suas vidas comigo. Por fim, agradeço a toda sorte de eventos que me fizeram chegar até aqui e que me mantêm ainda resistente na luta por dias melhores.

RESUMO

A presente tese tem como finalidade construir o plano conceitual do “terrorismo de gênero”. A partir da decomposição dos conceitos terrorismo e gênero, historicizamos cada um de seus componentes a fim de produzir efeitos de significados outros para aplicar à presente categoria. Nesse sentido, analisamos conteúdos audiovisuais produzidos pela artista Linn da Quebrada para evidenciar quais os efeitos estratégicos das práticas terroristas, no contexto da racionalidade necropolítica brasileira, no recorte temporal de 2013 a 2018. As superfícies discursivas das letras das músicas de Linn, bem como as imagens das performances e entrevistas concedidas pela artista, nos auxiliaram na formação do *corpus* documental de pesquisa e possibilitaram a construção do plano conceitual que nos permitiu a percepção tática das terroristas de gênero frente ao exercício do necropoder. Assim, foi possível apontar que o terrorismo de gênero, inserido dentro de um sistema de pensamento, torna-se uma categoria de análise histórica biopotente, além de ser percebido como tática de enfrentamento e máquina de guerra frente ao Estado de exceção contemporâneo.

Palavras-chave: Terrorismo de gênero; biopotência; Linn da Quebrada; máquina de guerra; necropolítica.

ABSTRACT

The present thesis aims to construct the conceptual plane of "gender terrorism". From the decomposition of the concepts terrorism and gender, we historicize each of its components in order to produce other effects of meanings to apply to the present category. We analyzed audio-visual content produced by the artist Linn da Quebrada, to understand what are the strategic effects of terrorist practices in the context of Brazilian necropolitical rationality in the cut-off from 2013 to 2018. The discursive surfaces of the lyrics of Linn's songs, as well as the images of the performances and interviews granted by the artist helped us in the formation of the documentary corpus of research and enabled the construction of the conceptual plan that allowed us the tactical perception of gender terrorists in the face of the exercise of necropower. In this way, it is possible to point out that gender terrorism, within a system of thought, becomes a biopotent category of historical analysis, as well as being perceived as a tactic of confrontation and a war machine that escapes the contemporary state of exception.

Keywords: Gender terrorism; biopower; Linn da Quebrada; War Machine; necropolitics.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 — Enviadescer.....	31
Imagem 2 — A arte resiste	344
Imagem 3 — Forçar a existência.....	35
Imagem 4 — Estética do exagero.....	36
Imagem 5 — Antes eu Era assim... ..	38
Imagem 6 — Hoje eu Estou assim... ..	40
Imagem 7 — A imagem que vira verbo: terror	54
Imagem 8 — Lina, Linn, Da Quebrada, Do terror.	61
Imagem 9 — A legião da nova Eva.....	111
Imagem 10 — Filha das travas, obra das trevas	114
Imagem 11 — A denúncia de Deus.....	119
Imagem 12 — d'eus	125
Imagem 13 — Amor e sexo Cuier.....	152
Imagem 14 — Linn em amor e sexo	153
Imagem 15 — Castigo de Escravos.....	155
Imagem 16 — “Live, work, Pose!”	156
Imagem 17 — Criança viada, Deusa das águas.....	162
Imagem 18 — Santificado seja seu corpo	164
Imagem 19 — Gay -> -> Vota.....	166
Imagem 20 — Ela.....	176
Imagem 21 — A estética do terrorismo.....	178
Imagem 22 — Obra das travas, cria das trevas	185
Imagem 23 — O porvir da Branquitude	198
Imagem 24 — A atmosfera da ficção futurista.....	198
Imagem 25 — Ruby Rhod.....	199
Imagem 26 — A chave do Reino	201
Imagem 27 — Bixa travesty.....	203
Imagem 28 — Grito Abjeto.....	206
Imagem 29 — Corpo ciborgue	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – NEM ATRIZ, NEM ATROZ: TERRORISTA DE GÊNERO	27
1.1 A INVENÇÃO DE LINN DA QUEBRADA.....	27
1.2 AS DEFINIÇÕES DE TERRORISMO PRECISAM SER ATUALIZADAS... ..	43
1.2.1 Terrorismo e guerra	45
1.3 ALGUMAS DEFINIÇÕES DE GÊNERO DEVERÃO SER ATUALIZADAS	62
1.3.1 Gênero e descolonização epistêmica	69
1.4 EU, TERRORISTA DE GÊNERO.....	73
1.4.1 Terrorismo de gênero: um plano de composição.....	80
CAPÍTULO 2 – SANTIFICADO SEJA O NOSSO CORPO SEM JUÍZO	88
2.1 CORPO SANTIFICADO, TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO CIS-HÉTERO-COLONIAL.....	88
2.1.2 O dispositivo do ressentimento.....	97
2.1.2 Elementos políticos do ressentimento	99
2.2 HOMO SACER	104
2.3 SE TE AMO, QUE TENS A VER COM ISSO?.....	116
2.3.1 Deus, moral cristã e ressentimento	118
2.3.2 Eu mato Deus e invento vários “eus”	123
2.4 MEMÓRIAS ABJETAS, POTÊNCIAS NÃO RESENTIDAS	128
2.4.1 Memórias abjetas: do corpo ao verbo.....	130
CAPÍTULO 3 – O TERRORISMO DE GÊNERO E A MÁQUINA DE GUERRA: UMA ESTRATÉGIA DE NÃO VIOLÊNCIA	140
3.1 GOLPE MISÓGINO CONTRA DEMOCRACIA BRASILEIRA	141

3.1.2 A justificativa econômica	145
3.1.2.1 A justificativa moral: a investida antigênero	151
3.2 A GUERRA POR POLÍTICAS DO DESEJO	159
3.3 AS FORÇAS REATIVAS E A IDEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL.....	168
3.4 TERRORISMO DE GÊNERO, MÁQUINA DE GUERRA E REVIDE.....	175
3.4.1 A máquina de guerra e a força da não violência.....	180
CAPÍTULO 4 – CORPO-BOMBA	187
4.1 BIXA LOUCA, TERRORISTA DE GÊNERO	188
4.2 PRETO É REI! (<i>BLACK IS KING</i>)	200
4.3 TIC TOC... EXPLODIR OS LIMITES DO POSSÍVEL.....	204
4.4 QUEM <i>SOUL</i> EU?	216
4.5 TIC, TAC, TIC, TAC... BOOM!!!	217
4.6 CONTRA O TERROR, AFIRMAMOS A VIDA!.....	226
BEM-VINDOS AO <i>AFTER</i> DO FIM DO MUNDO: CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS.....	234

INTRODUÇÃO

A temporalidade do caos e do absurdo explode, globalmente, com a pandemia da covid-19. Impossível dizer que a exclusividade do acontecimento se concentre no Ocidente. Partilhamos do mesmo sentimento de finitude: o século XXI parece estar em ruínas. O ano de 2020 operou um corte, uma ruptura profunda de paradigmas; o grande enquadramento, como aponta Judith Butler¹, está em chamas. Herdamos um mundo fraturado, sustentado por rachaduras que, embora muitas vezes invisíveis, já não sustentam mais o signo estruturante de um sistema² de dominação, expropriação e exploração da energia vital.

A herança de um mundo fraturado carrega consigo a lógica colonial capitalística que bloqueia as possibilidades de efetivação e atualização de nossas potências. Nesse contexto, é preciso se questionar acerca dessas atualizações e sobre os modos como nossos corpos têm preenchido seus desejos. Assim, faz-se possível compreender a existência de dispositivos de subjetivação que, conforme Michel Foucault³, estruturam uma racionalidade biopolítica de Estado. A partir de sua ideia da ontologia do presente, percebemos os movimentos teórico-metodológicos na análise histórica. A ontologia do presente emerge, por isso, para criticar os dispositivos de assujeitamento e dominação engendrados pelas sociedades biopolíticas e de controle.

Proponho um recuo temporal ao ano de 2013, para situar o contexto de crise da história política brasileira no tempo presente, o que nos ajudou a pensar o “terrorismo de gênero” como uma estratégia potente frente à ascensão de forças ultraconservadoras no país. Assim, o registro dessa tese se concentra na seguinte problemática: **O que é terrorismo de gênero? Quais são seus efeitos estratégicos de saber/prazer/potência no contexto da racionalidade micropolítica brasileira entre os anos de 2013 e 2018?**

Diante dessas questões, abre-se o contexto espaço-temporal em que nos situamos, a saber: as jornadas de junho; “o golpe misógino na democracia” contra Dilma Rousseff em 2016; e as eleições de Jair⁴ em 2018. A escolha desse recorte espaço-temporal se justifica pela justaposição de eventos e pelo movimento produzido por cada um desses acontecimentos, que

¹ BUTLER, Judith. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade e comoção. In: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 57-99.

² O jogo linguístico apresentado se refere a uma estrutura cisgênera-heteronormativa que nos enquadra e categoriza.

³ FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso dado no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2011.

⁴ Utilizamos “Jair” para fazer referência a Jair Bolsonaro. Usar apenas o primeiro nome indica que este é apenas mais um personagem dessa narrativa. A escolha sugere retirar o peso desse personagem para afirmar a relevância daqueles que nos interessam.

lançaram uma flecha no peito da frágil “democracia em vertigem”⁵. Nesse sentido, fez-se necessário apresentar uma “saída” possível para enfrentar o que se desenhava no porvir.

Essa justaposição de espaço e tempo nos coloca frente a frente com o movimento de forças que desejam interromper as possibilidades de afirmação da vida e da diferença e evocam dispositivos e tecnologias de saber-poder que nos pareciam adormecidos demais para tanto. Simultânea à ascensão dessas forças ultraconservadora há também a multiplicação de movimentos micropolíticos de enfrentamento às investidas da disfunção erétil da vida colonial capitalística. Nas ruínas do mundo que herdamos, mundo de colonialidade exploratória, de captura da vida, de “cafetinagem da vida”, para corroborar com Suely Rolnik, , abrem-se horizontes de outros mundos possíveis. No desdobrar de uma temporalidade abarrotada de sentidos, gostaria de direcionar as lentes críticas, especificamente, para o mês de agosto do ano de 2016.

O ano de 2016 nos fez assistir, atônitos, ao que gostaria de chamar de “Golpe misógino na recente democracia brasileira”⁶. A redemocratização se deu, de fato, de modo lento e gradual, uma espécie de consenso majoritário na historiografia do golpe de 1964. A proposta da redemocratização objetivou fazer do Brasil uma nação justa, livre e democrática, todavia, esse horizonte de expectativa se apresentava ainda muito inconclusivo.

Esse “passado que não passa” da ditadura civil-militar deixou sedimentar vestígios de uma temporalidade traumática, sem que esse legado fosse elaborado no inconsciente coletivo; ao contrário, a repetição atuou como forma de manutenção de elementos que se consolidaram e se conservaram no processo histórico da redemocratização. Por isso, conseguimos perceber que ainda há vestígios, discursos, práticas e símbolos que não romperam com a “presença” ou a lógica do regime militar no tempo presente.

A democracia representativa, nosso vínculo direto com a política formal, se estruturou, paradoxalmente, sob a constituição de brechas que garantem a esse passado ditatorial/colonialista a possibilidade constante de se reatualizar. Tanto é que, mesmo em contextos de movimentos legítimos, como os eventos de 2013, pautados pela insatisfação popular diante dos altos tributos, desigualdades sociais e clamor por uma reforma política, o “gigante” que se reivindica alerta e suas pautas são rapidamente tomadas de assalto por forças ressentidas, ultraconservadoras e autoritárias.

⁵ DEMOCRACIA em vertigem. Direção de Petra Costa. São Paulo: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan, 2019. (121 min).

⁶ FRACARRO, Gláucia; RAMOS, Ana Flávia Cernic. “O golpe de 2016 na vida das mulheres”. In: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz. G.; MATTOS, Hebe. (orgs.) **Historiadores pela Democracia – O golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 198-203.

O ressentimento, para Friedrich Nietzsche⁷, é considerado uma força reativa, já que o ressentido é aquele que não elabora seu ódio e a sua frustração para fora dele. Ao interiorizar esse afeto, o indivíduo constrói uma espécie de “vingança imaginária” e atribui ao “outro” a responsabilidade por seu ódio. Essa “alegoria teórica” nietzschiana nos permite construir analogias para compreensão dos movimentos que aparecem nas “Jornadas de Junho”.

Ainda acerca desse conceito, conforme Maria Rita Kehl elucidada, o ressentimento pode se apresentar como um sintoma social. Nos interessa, especialmente, pensar esse afeto por essa via, pois isso nos auxilia na composição da argumentação sobre o dispositivo proposto. Por isso, ressaltamos aqui a dimensão não só clínica como também política do tema do ressentimento, sobretudo no que tange a mobilização desse termo para pensarmos a sociedade brasileira no tempo presente. “O ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo, e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo”⁸.

Para tanto, admitimos um embate de forças capazes de produzir efeitos de movimentos variados. Por isso, ao pensar em um “dispositivo do ressentimento”, é possível compreender de que modo foram acionadas forças que se destinam a interromper a afirmação e potência da vida. Nesse jogo, as peças posicionadas partem do conflito entre a afirmação da vida e o poder sobre a vida. Nesse sentido, a “elite do atraso” que se elabora na repetição e manutenção do regime colonial capitalístico investe contra as diferenças.

O recrudescimento dos valores morais atua por meio de dispositivos de saber-poder (dispositivo do ressentimento) e estabelece, para o funcionamento da heteronorma colonial-capitalística, normas regulatórias. Para demonstrar essa articulação, partimos de uma remodelação da ideia de “inconsciente colonial-capitalístico” desenvolvida por Suely Rolnik⁹. Esse movimento indica como os sujeitos vão se efetuar, se modificar e, por fim, tornar-se corpo político; há também um monitoramento desses corpos no que diz respeito ao modo como esses sujeitos vão experienciar estética e subjetivamente os componentes dessas atualizações.

O argumento elaborado até então nos sugere a seguinte assertiva: a racionalidade necropolítica tem acionado os dispositivos de controle e aniquilamento de determinados corpos, bem como a produção de subjetividades cativas, que confere eficiência ao controle.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁸ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 55.

⁹ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Para tanto, constrói-se um circuito de afetos, que permite que esses dispositivos acionem nos sujeitos seu centro de controle vital. Nesse tipo de mecânica do poder, é urgente refletir acerca da fabricação de corpos políticos, de circuitos de afetos construídos, seus efeitos de real e os modos como esse corpo político pode ou não ser afetado, forçando a produção de outros circuitos¹⁰.

Nesses termos, a estrutura social também se constitui como um tipo de circuito de afetos, pois as “sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras”¹¹. Aliada à construção de um dispositivo do ressentimento¹², é fundamental compreender que a racionalidade necropolítica age por meio desse dispositivo, sendo capaz de gerenciar socialmente a produção, circulação e destruição estratégica de afetos que aprisionam, enquadram, aniquilam e controlam as multidões e as transformam em corpo político.

Embora essas forças ressentidas circulassem e aparecessem, cada vez mais, no cenário das movimentações populares, uma explosão de outras forças ganhou expressividade no decorrer dos últimos 20 anos. Nesse sentido, assistimos - do outro lado - a forças que operam na contramão do ressentimento, do conservadorismo; portanto, atuando em uma dinâmica que subverte a lógica instituída, do “regime colonial capitalístico”¹³, permanentemente reafirmada e reatualizada por meio de dispositivos de precarização de vidas, encarceramento e morte. Por isso, é fundamental apresentar que há, no combate, figuras que arriscam, radicalmente, suas existências para combater os dispositivos de aniquilamento.

“Nem ator, nem atriz, nem atroz. Bailarinx, performer e terrorista de gênero”¹⁴. Nessa afirmativa, o termo “terrorista” aparece de modo solto, despojado, embora não seja muito difícil compreender ao que ele se refere. Diante dessa provocação enunciativa, estabelecemos como objetivo geral deste trabalho construir conceitualmente a categoria “terrorismo de gênero” e analisar seus efeitos históricos, no campo da arte, como estratégia de enfrentamento à racionalidade necropolítica no Brasil do tempo presente. Nesse sentido, é preciso criar um plano, cujos componentes do conceito possam se acoplar e constituir uma categoria de análise histórica.

¹⁰ SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

¹¹ *Ibid.*, p. 8.

¹² O dispositivo do ressentimento é também uma noção criada a fim de compor o arcabouço teórico da presente tese. Todavia, será desenvolvido com mais acuidade no tópico 4 do capítulo 1, no qual se trata o plano conceitual do “terrorismo de gênero”.

¹³ ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

¹⁴ Para saber mais informações, ver: <https://linndaquebrada.com/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

A proposta exige operar um corte, quase como uma separação silábica, entre os componentes desta expressão: terrorismo e gênero. Esses dois conceitos, que combinados irão formar um só, compõem o núcleo duro, quase “essencial”, do que iremos propor. Todavia, como nos evidencia Gilles Deleuze e Félix Guattari, a criação de um conceito pressupõe uma sobreposição de múltiplos elementos, inúmeros componentes. Desse modo, o terrorismo de gênero deve sair do caos e circunscrever um universo que explica sua emergência; muito embora suas bordas sejam irregulares, elas definem-se pelos componentes que se sobrepõem. Nas palavras dos filósofos: “É um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. É apenas sob essa condição que pode sair do caos mental, que não cessa de espreitá-lo, de aderir a ele, para reabsorvê-lo”¹⁵.

O primeiro núcleo: terrorismo. O conceito que também nos aparece como um grande lago turvo e profundo tem uma historicidade bastante complexa. O ataque ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, por exemplo, reforça e reafirma a noção de terrorismo enquanto um acontecimento discursivo nocivo. Fixa-se aqui, nessa cadeia de significados, um primeiro corte, com a intenção urgente de atualizar os sentidos que circundam o termo, para colocá-lo à disposição de sentidos outros, nos campos da potência e da afirmação. Isto posto, compreendemos o terrorismo como uma construção social, efeito de relações de forças e, portanto, um conceito político.

Um segundo corte se faz necessário. Por isso, apresentamos os componentes que gostaríamos de destacar do conceito de terrorismo. Com intuito de produzir sentidos de positividade, entendemos que terrorismo significa a junção de terror e abjeção. Combinados, esses dois conceitos produzem uma articulação que significa a exposição dos mecanismos de produção de corpos e subjetividades cativas que a estrutura colonial-capitalística tenta submeter ao seu domínio sistematicamente. Assim, entendemos o terror enquanto uma estratégia de resistência às investidas necropolíticas do Estado. Nesse ínterim, Judith Butler nos evidencia de que modo a noção de abjeção é capaz de expor as normas regulatórias de poder que capturam corpos e subjetividades.

Dito isso, ao segundo componente do conceito conferimos noções que se entrelaçam às anteriores. A partir dos estudos cuier¹⁶ e da filosofia da diferença, trazemos para o debate

¹⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 27.

¹⁶ O uso do termo “cuier” é feito a partir da crítica à grafia “queer”. A presente tese se pretende também um instrumento teórico decolonial. Conforme Leandro Colling, o termo “queer” não consegue alcançar todas as formas de experiências nos ativismos locais e dissidências sexuais. Portanto, a provocação ao usar a forma cuier vem desde uma ideia de pensar outras formas de acesso a essas vivências. Ver: COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

as noções de performatividade de gênero, de Judith Butler¹⁷, e contrassexualidade, de Paul B. Preciado¹⁸. Somam-se a essas outras categorias: interseccionalidade, cisgeneridade, branquitude e transfeminismos. Esses componentes se articulam, aqui, com o objetivo de pensar a historicidade do gênero como elemento mais potente e inclusivo. Imprescindível circunscrever, ainda, as condições de possibilidade que fizeram emergir com tanta evidência a nossa problemática em questão: o que é terrorismo de gênero? Quem são as subjetividades terroristas? E quais os efeitos dessas estratégias de resistência no Brasil do tempo presente?

Construiremos, dessa forma, um terreno possível em que essa problemática tenha condições de emergência, a saber: o avanço dos movimentos micropolíticos de dissidência sexual e de gênero possibilitam a abertura do campo para pensarmos estratégias mais potentes de afirmação da vida. Aliado a isso, há ainda, no campo da arte, sobretudo nas mídias audiovisuais, um mundo possível de experimentação estética de existências outras. Coexistindo com esse movimento de forças de afirmação, há forças, discursos, afetos de ódio e ressentimentos que desejam conservar uma estrutura colonial que, por sua vez, é racista, sexista/misógina/machista e elitista. Diante disso, o que nos interessa, para a abordagem que propomos, a reflexão de que, a partir das elaborações foucaultianas acerca do modo de governabilidade biopolítico, é possível operar deslocamentos teóricos que nos auxiliam, inclusive, a ampliar a perspectiva de análise, sobretudo no campo da Teoria da História, Historiografia no Brasil contemporâneo e na História do Tempo Presente.

A proposta de criação do conceito suscita uma questão que atravessa a elaboração teórica desta tese: há possibilidades de romper radical, epistêmica e materialmente com as investidas de captura das subjetividades do grande enquadramento colonial capitalístico? Nesse sentido, o plano teórico de composição do terrorismo de gênero se desenvolve em três eixos explicativos/teóricos: o campo do saber/ epistemologia; o campo do prazer/ desejo; o campo da potência/ corpo. Pensaremos, portanto, os efeitos do saber, prazer e potência que as terroristas de gênero provocam na estrutura social.

O primeiro efeito: sob quais regras discursivas estão sujeitos os corpos e subjetividades das terroristas de gênero no contemporâneo? A quais ordens discursivas elas são conformadas, em determinada formação histórica, quando há todo um investimento político e científico sobre a linguagem de seus corpos? A que tipos de coações as terroristas de gênero estão submetidas, de um fio discursivo a outro, de um modelo referencial de

¹⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

¹⁸ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

realidade a outro, que produzem efeitos de poder (verdade)? Nesse sentido, de que modo o tempo presente investe em modos de enquadramento de corpos abjetos? Que camadas discursivas emergem na história do tempo presente, quando na fabricação de saberes que incidem sobre corpos terroristas? E quais verdades são estabelecidas sobre esses corpos? Essas questões são colocadas tendo em vista que o ocidente institui as categorias universais a-históricas para garantir a operação de poder como um lugar estratégico em que se concentram as relações de dominação e colonialidade.

O segundo efeito: uma ruptura de temporalidade de longa duração/ estrutural que se estabeleceu sob a criação dos universais não racializados, generificados, sob a falsa ideia de igualdade ontológica do sujeito. A opção que apresentamos aqui se estabelece, ao contrário, em pressupostos radicalmente outros, visto que o deslocamento se dá de modo anticolonial e contrassexual. Nesse sentido, pensar desde uma perspectiva anticolonial implica, conforme aponta Anne McClintock, reconhecer as investidas violentas pautadas no “ícone da razão ocidental, da agressão técnica do ocidente e da posse masculina militarizada da terra”¹⁹ e elaborar alternativas que possam dar cabo à natureza posta como ordem legítima para sujeição de determinados corpos em detrimento de outros. No limite, Paul Preciado apresenta-nos a ideia de contrassexualidade, que se organiza a partir do reconhecimento de múltiplas possibilidades de aceder às práticas significantes. Portanto, a premissa se dá na “renúncia das identidades sexuais fechadas e naturalizadas, como também aos benefícios obtidos por tais naturalizações”²⁰. Por isso, falamos em termos de um deslocamento teórico-prático, a fim de apontar formas outras de saber/prazer/desejo aos modos de vida universais do regime colonial-capitalístico moderno.

Por fim, gostaria de destacar o terceiro efeito de deslocamento que se apresenta a partir desse conceito: Linn da Quebrada, bixa travesti, inventa formas contraprodutivas que tencionam o modo como se existe; mais do que isso, usa a arte como máquina de guerra²¹, máquina de produção incessante de desejo. Opera, portanto, como uma contradisciplina sexual e política, como um desvio fabricado para evidenciar as marcas sociais que modelam e minam a potência do corpo. São essas as marcas de uma corporalidade, da produção de máquinas desejanças e subjetividades como conhecemos pela modernidade ocidental.

¹⁹ MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 21.

²⁰ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014, p. 21.

²¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

A hipótese aqui defendida se delinea a partir do seguinte raciocínio: à medida que forças progressistas de um governo que se preocupa, minimamente, com as políticas sociais e assistencialistas conseguem conquistar espaços de poder, bem como de representatividade político-partidária suficiente para consolidar uma oposição justa no Senado e na Câmara dos Deputados, outras forças, discursos e afetos ressentidos também são movimentados para disputar esse espaço e o exercício de poder.

Embora a proposição dessa ontologia tenha sido feita no século XIX, faremos o uso da categoria “vontade de potência”, de Friedrich Nietzsche, a fim de constituir um plano de narrativa. Nessa perspectiva, o mundo se configura em um embate de forças que resultam em uma constante tensão, portanto, em movimento. Para Nietzsche²², o equilíbrio se dá justamente nesse encontro. Aqui, localizamos nosso plano: as forças progressistas em colisão direta com forças conservadoras, que pretendem aniquilar qualquer possibilidade de movimento.

A vontade de potência se mostra expansiva, pretende criar valores, dar sentidos próprios às coisas no mundo. Para Nietzsche, ser ativo no mundo em que vivemos é justamente criar condições possíveis para essa potência. Afirmar-se em um encontro de forças. E, para tanto, a potência não é algo que possa ser representado, já que é uma tentativa de conformação dentro de valores pré-estabelecidos. A potência é aquilo que quer e afirma. Que diz sim. Que se efetiva. Que admite o devir, a transformação e a dinâmica.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão da noção de “precariedade”, apresentada por Judith Butler e trabalhada também por Agamben com o conceito de “vida nua”; ou seja, “a redução das formas de vida (*bios*) ao fato da vida (*zoé*)”²³, que é a um só tempo objeto de inclusão e exclusão, submetida ao soberano e a seu arbítrio. Assim, a contemporaneidade suscita o constante alerta de emergência do Estado que se presta a administrar, em nome da defesa da vida, e sobre a qual pretende ter direito: a vida em sua forma mais biologizante. A vida nua estaria no ponto cego das problemáticas foucaultianas, articulando dois processos que por ele foram detectados de maneira ilustre: o das técnicas de individualização e os procedimentos de totalização.

Assim como Agamben, Achille Mbembe, a partir de elaborações sobre biopolítica, traz à tona o conceito de “necropolítica”²⁴, que se sustenta na tese de que não há somente uma política de gestão da vida que “faz viver e deixa morrer”, mas também um investimento

²² NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Rio de Janeiro: Ediouro. [s.d.].

²³ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

²⁴ MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

político escancarado no fazer morrer. A necropolítica, desse modo, ordena a lógica preponderante nos mais recentes acontecimentos políticos de intervenção civil-militar e aniquilamento de modos de vida não hegemônicos. Nesse sentido, a *Crítica à razão negra* nos orienta a refletir e problematizar os entrelaçamentos e esvaziamentos, bem como a redução das potências de vida às vidas nuas.

Em linhas gerais, essas elaborações nos permitem analisar a sexualidade como dispositivo do biopoder e como objeto de investimento biopolítico. Para Foucault, a sexualidade se torna um campo de estratégia política importante no século XIX, pois, “de um lado, a sexualidade enquanto comportamento exatamente corporal [...] depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente”²⁵. Por outro lado, “a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população”²⁶.

Nessa racionalidade política, assistimos a uma precarização generalizada, retirada de políticas sociais, direitos básicos, intervenções militares (ocupação das Forças Armadas no Rio de Janeiro e no Ceará). O cenário é, com a permissão do empréstimo da filósofa Judith Butler, um perfeito “quadro de guerra”. A racionalidade necropolítica promove a guerra contra os pobres, negros/as, contra as mulheres, contra populações TLGBI²⁷+, contra os indígenas, contra as populações em situação de rua, contra as esquerdas, contra a cultura, contra a informação séria e responsável, contra o próprio povo brasileiro.

Essa racionalidade, portanto, incide exatamente sobre os grupos que atuam por meio da vontade de potência, isto é, aqueles que afirmam o desejo de existência, de criação de novos valores e novos mundos possíveis. Por conseguinte, criam linhas de fuga das normas regulatórias, desestabilizam-nas, expondo seus mecanismos de produção de corpos e subjetividades “normais”, cativas, estagnadas, ressentidas e inertes. Esse é exatamente o movimento que as políticas de morte pretendem aniquilar, já que a afirmação da vida, o devir que essas subjetividades representam resistem às investidas de captura. Portanto, criam modos de existir e constituem o que Peter Pál Pelbart²⁸ chama de biopotência. Esse movimento é, por

²⁵ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 300.

²⁶ *Ibid.*, p. 300.

²⁷ O uso da sigla TLGB diz respeito à tentativa de visibilidade de categorias que são sistematicamente excluídas do discurso e que se inserem na agenda da militância política dissidentes aos movimentos lgbtqi+, quais sejam: transsexuais, travestis e transgêneros.

²⁸ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

isso, resistência ativa, potência de vida daquilo que escapa das amarras, da malha fina do poder de morte, isto é, das máquinas de invenção e criação de modalidades de revide.

O fenômeno global de ascensão das extremas direitas se alastra na lógica do capitalismo rizomático e do neoliberalismo, estruturados por uma dinâmica neocolonial; seguindo o lastro que a questão de Mbembe nos deixa, a promoção da guerra é um meio de o poder soberano exercer o poder de matar e criar uma política do medo e da morte, a fim de garantir sua hegemonia. Para isso, é preciso conter toda e qualquer manifestação da biopotência, já que a potência das multidões é capaz de afetar e contaminar cada subjetividade cativa, como o vírus que contamina e provoca mutações nos corpos sadios.

A biopotência significa, justamente, a abertura para possibilidades outras de construção de novos mundos, de criação de novos valores e modos de vida e nos permite perceber, no limite, o que nos propõe Linn da Quebrada com a ideia de terrorismo de gênero, que aqui desejamos desdobrar e ampliar suas possibilidades de uso: uma experimentação estética radical, do corpo e da vivência dos desejos. O medo da destruição e ruína da pretensa universalidade identitária, que possibilita todo e qualquer tipo de dominação, hierarquia e produz profundas desigualdades obriga a “elite do atraso” a fechar o cerco. É nesse terreno que se dá a guerra das subjetividades, o embate de forças e, para a presente análise, a possibilidade de proposição de um novo modelo de pensar o sujeito histórico no tempo presente.

Justifico a relevância desse trabalho estar localizado no campo da disciplina histórica e na historiografia contemporânea, na medida em que considero ser urgente construir uma memória disciplinar anticolonial, anticapitalista, antineoliberal, assumindo uma postura ética de denunciar, a partir da interseccionalidade, a encruzilhada de opressões sofridas por corpos e subjetividades desviantes. Por isso, é preciso compreender o momento em que a descontinuidade de nossa formação histórica é capaz de fazer emergir um acontecimento discursivo: o terrorismo de gênero. Essa noção, construída arduamente neste trabalho, é mais um esforço de deslocar as noções estabelecidas, apresentando um cenário propositivo que nos permite interpretar os fenômenos do presente de modo cada vez mais coerentes, considerando a atualidade das problemáticas.

A possibilidade de reatualizar conceitos e considerar a positividade de suas aplicações nos abre um horizonte de expectativas na pesquisa em História, sobretudo, no que tange ao debate teórico e político acerca da noção de terrorismo e, na História do tempo presente, no que diz respeito à disputa entre as elaborações conservadoras que construíram um acontecimento discursivo para disputar o campo semântico e político com as teorias

feministas/cuíer e estudos de gênero. A “ideologia de gênero”²⁹ aparece, nesse contexto, como grande trunfo fundamentalista e perverso, vem na tentativa de desarticular os avanços das discussões sobre gênero e sexualidade enquanto debate ampliado e acessível à população.

Ainda é possível considerar a dimensão ética desta pesquisa que, profundamente comprometida com o papel intelectual do ofício do/a historiador/a, conforme nos faz muito bem recordar Marc Bloch³⁰, pretende reorientar as análises para construir condições possíveis e fazer emergir grandes traumas históricos que o inconsciente colonial capitalístico tentou recalcar, cujos desdobramentos ficam evidentes no processo de escravidão indígena/negra, bem como na instauração de um regime autoritário/ditatorial com o golpe civil-militar de 1964, reverberado ainda no tempo presente. Em outras palavras, abrir caminhos para acertar as contas com o passado que não passou. A guerra das subjetividades nos obriga a assumir uma postura de enfrentamento que já não pode mais deixar de nomear os processos de captura e colonização dessas subjetividades para dominá-las.

A presente pesquisa se insere, assim, como propositiva de um conceito, em um plano de constituição. Portanto, localizamos as discussões no campo da História Global, já que se pretende analisar os fenômenos e processos históricos em contextos globais. Entendemos esse campo como uma possibilidade de crítica às histórias nacionais e às perspectivas eurocentradas presentes nas narrativas historiográficas produzidas no presente. Aliado a essa constituição, apontamos a perspectiva da História do Tempo Presente como sugestão de reorientação analítica para a emergência de objetos, temas e problemáticas que compreendem os processos e acontecimentos dos séculos XX e XXI.

Saliento ainda que consideramos como “abordagens concorrentes” na História Global, segundo Sebastian Conrad³¹, a crítica pós-colonial, os feminismos subalternos e os estudos decoloniais que constroem opções epistêmicas plurais desde o Sul global em detrimento de uma historiografia hegemônica do Norte. Além disso, a possibilidade de criar uma narrativa que apresente alternativas teórico-metodológicas diversas, anticoloniais, abrindo caminhos de combate aos epistemicídios, ou seja, à invisibilidade, apagamento e destruição de saberes outros, dissidentes e descolonizados.

Por isso, incorporo aqui as discussões dos estudos pós-coloniais, descoloniais e decoloniais, no que se refere às teorias feministas e estudos cuíer, que também se inserem em uma tradição filosófica do tempo presente. Nesse sentido, apresentamos também a

²⁹ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

³⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³¹ CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

vulnerabilidade desta pesquisa, que apresenta um recorte temporal em que o processo histórico ainda não se encerrou e que, portanto, não apresenta sua totalidade de efeitos e desdobramentos. Muito embora a tentativa de análise se reconheça dentro de um regime temporal de curtíssima duração, o fenômeno ainda acontece, o que obstrui a possibilidade de olhar para determinados elementos.

Assumindo o risco da flutuação de objetos de análise no tempo presente, é possível, conforme afirma Valdei Araújo³², construir uma narrativa, registro e imagem do presente que tornar-se-á passado, enquanto sujeitos históricos e partes dessa operação historiográfica. Nesse sentido, nos lembra Michel de Certeau³³, podemos atualizar e dar sentidos a essas experiências do tempo, pontuando o que é possível projetar em relação ao futuro e o que do passado pode ser esquecido.

Por isso, compreendendo a categoria de François Hartog³⁴ no que tange aos regimes de historicidade, optamos por analisar o ponto de inflexão da crise do tempo presente no Brasil, que nos permite analisar, conforme as relações entre presente, passado e futuro a possibilidade de construção de uma narrativa acerca da história política do Brasil. Nossas lentes auxiliares se concentram nas seguintes categorias: *biopolítica* e *biopoder*, por meio das elaborações de Michel Foucault³⁵; *necropolítica*, de Achille Mbembe³⁶; *Vida nua*, conforme compreende Giorgio Agamben³⁷; e *biopotência*, segundo as considerações de Peter Pál Pelbart³⁸.

Aliada a esse primeiro bloco de categorias, utilizaremos também as noções de *potências de vida* de Maurizio Lazzarato³⁹ e a discussão feita a partir dessa noção por Paul B. Preciado⁴⁰, além das categorias de *contrassexualidade*, *performatividade* e *paródia de gênero* de Judith Butler⁴¹. A fim de pensar os elementos que compõem a noção *política de terrorismo*, construiremos o trajeto a partir do dicionário de política de Norberto Bobbio⁴²,

³² PEREIRA, Mateus H. F; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Reconfiguração do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n.1 e 2, p. 270-297, jan./dez., 2016.

³³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

³⁴ HARTOG, François. Ordens do tempo, regimes de historicidade. In: HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 17-41.

³⁵ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³⁶ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

³⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

³⁸ PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

³⁹ LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

⁴⁰ PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

⁴¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁴² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 2. 13 ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009.

que contém o verbete “terrorismo político”. Partindo dessas elaborações, tomamos de empréstimo a noção do historiador Guilherme Tadeu de Paula⁴³, que desenvolve o conceito de terrorismo enquanto um conceito político e que supõe, portanto, uma flutuação semântica dependente das relações de poder e dos usos políticos mobilizados em cada contexto e época. Por fim, o arremate para pensar a ideia de terrorismo se configura na noção de *terrorismo de estado* e sua relação com o paradigma biopolítico em Giorgio Agamben.

Em outros momentos deste texto, trabalharemos a relação das mídias audiovisuais no contexto político contemporâneo. Consideramos a imagem como texto e o texto, por conseguinte, a materialização do discurso⁴⁴. Para tanto, utilizaremos como fonte para análise o videoclipe: *Enviadescer* (2017); as músicas *Bixa preta* (2017), *Bixa travesti* (2017), *Mulher* (2017) e *Submissa do 7º dia* (2017). Para leitura e análise das fontes, propõe-se um recorte em áudio, imagem e letra-texto, com objetivo de problematizar a performance que, segundo Paul Zumthor, “é uma realização poética plena: as palavras nela são tomadas num único conjunto gestual, sonoro, circunstancial tão coerente (em princípio) que, mesmo se distinguem mal palavras e frases, esse conjunto como tal sentido”⁴⁵.

Nesse sentido, compreender a cultura enquanto modo de interpretar essas relações passa pela análise desses signos. Por isso, nos ancoramos em uma análise iconológica que implica esforços em interpretar, em diversos níveis, as imagens contemporâneas. A análise iconológica se dá em três níveis: (1) identificação e descrição das formas; (2) produção de sentido artístico com base em textos e documentos elucidativos; (3) análise propriamente dita, em que descobre-se os símbolos evocados nas obras de sua época.⁴⁶ Compartilhamos do pensamento de Germain Bazin, quando nos diz que “a análise é movente de ações e reações múltiplas que podem revelar toda uma proliferação de signos através das mais diversas civilizações e culturas”⁴⁷.

Conectado à noção de imagem enquanto algo que perpassa o mundo do simbólico e o mundo material, dispomos também do conceito de *movimento*, pensado a partir do filósofo Gilles Deleuze. O filósofo destaca três teses de Henri Bergson acerca do movimento que constitui a imagem cinematográfica. Pensar o videoclipe é recorrer às noções de imagem-movimento-discurso, na medida em que o movimento compreende as transformações de um

⁴³ DE PAULA, Guilherme Tadeu. **Terrorismo**: um conceito político. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁴⁴ NAVARRO-SWAIN, Tânia. Imagens de gênero em quadrinhos. **Universa (UCB)**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 401-414, 1997.

⁴⁵ ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 86-87.

⁴⁶ PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

⁴⁷ BAZIN, Germain. **História da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 179.

estado imagético a outro. Destarte, a ideia de movimento permite fazer uma distinção entre imagem cinematográfica e imagem fotográfica. O videoclipe é uma produção audiovisual que comporta tanto elementos que se constituem de imagens quanto de sons.

A música enquanto arte se traduz em linguagens de sensações. As sensações compreendem discursos, cores, sons, imagens e movimentos que não se reduzem à subjetividade de quem as produz. Ao extrapolarmos a ideia da representação e do imaginário, que não dão conta da lógica das práticas artísticas, suas construções, estruturas dinâmicas fluidas e agenciamentos de elementos materiais e imateriais, Deleuze nos ajuda a refletir, já que “a arte desfaz a tríplice organização das percepções, afecções e opiniões, que substitui por um momento composto de perceptos, de afectos e de blocos de sensações que fazem às vezes de linguagem”⁴⁸.

Nessa perspectiva, propomos pensar o videoclipe como blocos de sensações que se constituem a partir do uso da linguagem-texto-discurso-imagem-som. Compreendemos as superfícies discursivas das músicas e do videoclipe como tecnologias de potência, como formas de produzir novas sensações, novos desejos e crenças⁴⁹. Assim, a subjetividade não se reduz a um efeito de relações de força, mas é força viva, potência em si, conforme nos diz Pál Pelbart.⁵⁰

Para dar conta da organização do plano teórico até aqui apresentado, dividimos esta tese em quatro capítulos. O capítulo 1, intitulado *Nem atriz, nem atroz. Terrorista de gênero*, se ocupou de pensar a constituição do plano conceitual da categoria “terrorismo de gênero,” termo que a artista Linn da Quebrada usa para refletir acerca das novas possibilidades de experimentar a sexualidade, o gênero, o desejo e o corpo frente ao recrudescimento dos valores morais conservadores, no cenário brasileiro contemporâneo. O pano de fundo contextual se elabora a partir dos acontecimentos das “Jornadas de Junho”, de 2013, seguidos do golpe jurídico-político contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, eventos que culminaram nas eleições diretas do presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2018.

Nesse quadro, construiremos a personagem Linn da Quebrada, a partir do ato de cartografar Lina Pereira enquanto performer, cantora e atriz. Linn, portanto, faz emergir a nossa personagem conceitual: a terrorista de gênero, artistas que dentro do que chamamos de racionalidade necropolítica deslocam a noção de precariedade, vidas precárias, portanto, de ontologia precária, conforme aponta Judith Butler, e nos possibilitam pensar uma

⁴⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992, p. 166.

⁴⁹ NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

⁵⁰ PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

experimentação estética, política e ética radicais, ou seja, uma biopotência/ potências de vida/ ontologia potente.

O capítulo 2 – “*Santificado seja o corpo sem julzo: contrassexualidade versus ultraconservadorismo no Brasil contemporâneo*” – propõe perceber como se configura a dinâmica das relações de poder e governabilidade no Brasil contemporâneo. Para tanto, a partir das categorias *vontade de potência* e *vontade de nada* de Friedrich Nietzsche e as releituras e deslocamentos conceituais propostos por Paul. B. Preciado e Gilles Deleuze, analisaremos as músicas “Oração”, “Submissa do sétimo dia”, bem como seus respectivos vídeos, vistos sob a perspectiva do movimento sagrado-profanador ou profano que se sacraliza. A artista produz um novo tipo de sacralidade que desestabiliza a sacralidade institucional e cria outros possíveis, conforme ela mesma diz: “Deus vem de muitos eus”.

Linn cria práticas que escapam às investidas institucionais, nas quais o poder não se exerce para dominar. É uma dobra que se espalha, afeta, produz multidões, cria uma legião. As artistas se constituem na lógica de organismos que se afetam para produzir o mundo. Nesse arcabouço produtivo, não se segue a ordem da natureza, mas a perturba, há uma potência sobre suas próprias ações, que não determinam para nada além de si.

A partir do levantamento das fontes para pesquisa, as produções artísticas de Linn da Quebrada, à luz da categoria construída no primeiro capítulo, bem como o mapeamento teórico-metodológico, o capítulo 3 – “*Dedo no cu é tão bom, dedo no cu é tão gostoso*”: a potência terrorista” – analisa, a partir das categorias biopotência e potência de vida, a superfície discursiva, imagens, sons e performance das músicas “Pirigoza” (Pajubá, 2017) e o vídeo “Absolutas” *feat* As Bahias e a cozinha mineira (Single, 2017), a fim de se pensar a potência terrorista como uma das ações que possibilitam às corpos trans e travestis ampliarem a composição de afetos felizes e de resistência.

O capítulo 4 – “*Ser bicha não é só dar o cu, é também poder resistir!*” – debaterá acerca do terrorismo de gênero como estratégia de guerra, a partir da noção deleuziana de arte como máquina de guerra. Pretende-se analisar as superfícies discursivas das músicas “Bomba pra caralho” e “Bixa Preta” (Pajubá, 2017) e, a partir daí, identificar estratégias, táticas e métodos de guerra usados por Linn da Quebrada nos recursos audiovisuais. Além disso, pensaremos como Linn constrói a noção de “exército da salvação” ou “legião” para pensar uma nova forma de se relacionar com o sagrado e o profano.

CAPÍTULO 1 – NEM ATRIZ, NEM ATROZ: TERRORISTA DE GÊNERO

1.1 A INVENÇÃO DE LINN DA QUEBRADA

Vivemos uma temporalidade em que é possível afirmar a explosão de potencialidades e possibilidades de viver, pensar, sentir, amar, ser, existir. Nos meandros dessa efervescência, há sujeitos que, devemos pontuar, foram sistematicamente relegados ao esquecimento e ao silêncio. Embora as investidas conservadoras tenham sido incisivas para que essas vidas que “não importam” deixassem de existir, que seus sinais fossem apagados, escondidos e silenciados nas diversas formações históricas, algo como uma lei oculta preservou ali uma centelha de indício. Esse indício gerou uma faísca poderosa para acender aquilo que a memória histórica hegemônica-patriarcal-colonial quis anular: a história das abjeções.

Não diríamos que a história hegemônica é a história dos vencedores. Não é como se determinados sujeitos tenham vencido uma guerra contra outros. Gostaríamos de apontar que vivemos em guerra para sobreviver, para sermos lembrados, para existirmos materialmente em condições cada vez menos precarizadas; aqui, todavia, a guerra se dá no domínio da linguagem, no discurso, na narrativa. Portanto, o campo disciplinar da história e historiografia carrega a responsabilidade ética de construir a narrativa de sujeitos outros, dissidentes. A dissidência da qual tratamos aqui intersecciona sexualidade, gênero, raça, classe e território/localidade. Partir de uma perspectiva de historiografia global interseccional e decolonial – que leva em consideração a articulação de opressões cruzadas que atravessam os sujeitos e produzem relações desiguais entre eles – como ponto de partida da análise, nos permite evidenciar de que modo narrativas plurais podem emergir como potência criadora de possibilidades mais felizes de existência.

Como bem nos ensinou Marc Bloch⁵¹, os/as historiadores/as são como os ogros da floresta que, ao farejar carne humana, farejam também os sinais, marcas deixadas por tudo que tem vida na terra; se há vida, há movimento. Portanto, há história. Objetivamos, aqui, não criar cânones, heróis nacionais ou construir figuras de excelência, imaculados de quaisquer vestígios de reputação ou engajamento político e social. A ideia é criar uma atmosfera crítica que, tomando essa chave de leitura como premente, faça emergir ambivalências, questões,

⁵¹ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

dúvidas e, principalmente, o trajeto percorrido pela atriz, protagonista desta narrativa, que enseja o enfrentamento de um Estado necropolítico, conforme indicaremos mais adiante .

Desse modo, o presente capítulo se propõe a construir o plano conceitual do termo “terrorismo de gênero.” Essa noção aparece, primeiramente, com a artista Linn da Quebrada, quando ela se auto-identifica como “terrorista de gênero”. Por isso, primeiro é preciso apresentar a personagem Linn, colocá-la em ato: quem “*soul*” Linn da Quebrada? De onde venho? Por que a escolha por ela e não outras? Linn é artista multimídia, militante política pelos movimentos negros e TLGB e produz com a arte, música, cinema e televisão estratégias de enfrentamento às configurações autoritárias, como as vivenciadas com a guinada da extrema-direita corporificada, principalmente, no governo do agora ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2023)

Conforme aponta Colling, no recorte temporal de 2016 a 2018, assistimos à emergência de ativistas, “com produções potentes, criativas e provocadoras, com fortíssimo apelo pelas dissidências sexuais e de gêneros”⁵². A fim de compreender a estratégia política de Linn, como “terrorista”, a proposta do capítulo é apresentar um pouco da trajetória da artista e o desenvolvimento da categoria de análise “terrorismo de gênero”. O procedimento de construção de um conceito, conforme proposto por Gilles Deleuze⁵³, se dá por meio de acoplamento e justaposição de noções pré-existentes, orientadas de maneira a reatualizar seus sentidos e efeitos de saber-poder. Nesse sentido, é preciso uma abertura semântica dos termos terrorismo e gênero, que nos possibilite inserir as práticas contestadoras da artista, para assim, vinculá-los a uma ideia de subversão e afronta às normas regulatórias do corpo-sexualidade-gênero-desejo.

Nesse sentido, é preciso considerar que os estudos *cuier*⁵⁴ no Brasil são de fundamental relevância para repensar as práticas teórico-metodológicas da historiografia, a fim de apontar para possibilidades contestatórias nos campos da arte, da literatura, do cinema, do teatro, da música e do cotidiano, sobretudo, no que Suely Rolnik e Félix Guattari consideram como “movimentos micropolíticos”⁵⁵ e que se configuram como manifestações

⁵² COLLING, Leandro. A emergência dos activismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Sala Preta*, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁵³ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a Filosofia?* 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1992.

⁵⁴ O termo *cuier* é grafado deste modo a fim de uma remodelação para a língua portuguesa, ou seja, uma apropriação da apropriação feita do termo em inglês “queer” que significa estranho (grifos nossos).

⁵⁵ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

críticas às perspectivas identitárias fixas, assim como as reflexões acerca do devir e do desejo, questões hoje fundamentais para teoria *cuier*, conforme aponta Colling⁵⁶.

Também como eixo questionador do modo como escreve, produz e pratica a historiografia contemporânea, o gesto de refletir e de problematizar a ação política de Linn da Quebrada é fundamental para, conforme ela diz, em entrevista ao jornal português *Fumaça*:

Conseguir falar sobre o presente, conseguir ser atravessada por todos esses vetores do que está acontecendo hoje e pensar estrategicamente mesmo [...] fazer legiões, formar exércitos. Ser a nova Eva é pra mim ressignificar todo o contexto histórico que há tanto tempo escrito por homens de tantas outras gerações sobre nós. Eva é quem toma essa caneta e quem escreve a própria História.⁵⁷

O tempo presente de Linn da Quebrada pode ser lido a partir do que Michel Foucault denominou de ontologia do presente. Nesse sentido, ao analisarmos a superfície discursiva dessa entrevista, percebemos, à luz de Foucault, sentidos de criticidade, apontamentos sobre as subjetividades de fronteira, assim como a postura de Linn como sujeita de desejos, operando cortes significativos na matriz de inteligibilidade heteronormativa-cis-branca-burguesa. Há, portanto, um esforço na compreensão de “diferentes formas de subjetividade” a partir de sua “constituição histórica” e de sua emergência em conjunturas políticas, sociais e culturais⁵⁸.

Diante disso, posicionamos as peças do jogo da seguinte maneira: estamos em guerra, porque as relações de poder sugerem lutas e enfrentamentos. Por isso, o terrorismo de gênero como a “arte de construir, com corpos localizados, as atividades codificadas e atitudes formadas, aparato onde o produto de diferentes forças se encontra potenciado por sua combinação calculada”⁵⁹ permite o agenciamento de afetos nas suas mais capilares possibilidades de resistência. Nesse campo minado de possibilidades, Linn reafirma: “Ser bicha não é só dar o cu, é também poder resistir!”⁶⁰

Resistência no tempo presente significa, sobretudo, sobreviver. Além de sobrevivermos à pandemia de coronavírus (covid-19), organismos que tentam invadir nossos corpos e adoecer nossas vidas, lutamos também contra outros inimigos: o necropoder, a

⁵⁶ COLLING, Leandro. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. **Desfazendo gênero**: subjetividade, cidadania, transfeminismos. Natal: EDUFRRN, 2015, p. 223-242.

⁵⁷ LINN da Quebrada sobre gênero, pessoas trans e ativismo (Entrevista). 2018. 1 vídeo (37:28 min). Publicado pelo canal Fumaça. Disponível em: <https://youtu.be/Gx1GCyamUrM>. Acesso em: 25 abr. 2023.

⁵⁸ FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 275.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 169.

⁶⁰ TALENTO. Compositora e performer: Linn da Quebrada. In: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 1.

necropolítica e suas múltiplas facetas de aniquilação. Em resposta às investidas de morte, construímos cotidianamente estratégias de sobrevivência entre nós; contra os nós que nos ataram e nos transformaram em vidas que não valem o luto, em vidas indignas, em vidas nuas, colocamo-nos em posição de ataque-defesa.

Essas estratégias são organizadas por meio de táticas – empregadas no enfrentamento das relações de assujeitamento e subjetivação – que funcionam, por exemplo, como a criação de espaços cotidianos em que sujeitos dissidentes possam ser reconhecidos. Nessa perspectiva, a ideia de terrorismo serve também como tática para criar esses espaços de resistência ; desmontar o amontoado de coisas que silenciam os sujeitos precarizados e violentados pelo Estado. Sujeitos que, por extrapolar a lógica cis-hétero-branca-normativa, expõem com maior evidência os mecanismos que tentam capturar essas vidas.

Linna Pereira, reconhecida como Linn da Quebrada, é paulistana, nascida em 18 de julho de 1990. Bicha preta e periférica, se apresenta com o jargão: “Nem ator, nem atriz, nem atroz. Bailarinx, performer e terrorista de gênero”⁶¹. O termo “terrorista” aparece de modo solto, despojado, embora não seja muito difícil compreender ao que ele se refere. A artista mobiliza essa referência em entrevistas, matérias e até mesmo no modo peculiar como constrói a personagem e a performance que roubam a cena na televisão, nos cinemas e na arte. As armas de guerra dessa terrorista são sua música, seu corpo e seu pensamento que circulam e cintilam nos rituais performáticos, entrevistas e no cotidiano da comunidade em que vive.

Formada na Escola Livre de Teatro de Santo André, interior de São Paulo, Linna estudou balé clássico e dança contemporânea no Centro de Artes Pavilhão D. O seu primeiro *single* musical, “Enviadescer”, foi produzido pela rapper Luana Hansen.

⁶¹ Ver <https://linndaquebrada.com/>. Acesso em: 18 mai. 2023.

Imagem 1 — Enviadescer



Fonte: Print do vídeo Mc Linn da Quebrada - Enviadescer - Clipe Oficial (2016).

Linn é atriz, cantora, compositora, artista multimídia, ativista pelos direitos civis da comunidade TLGB e do movimento negro. É “Bixa, transviada, travesti, periférica que experimenta o corpo”. Todavia, ela não é a pioneira no que faz no Brasil. Vera Verão, Ney Matogrosso, *Dzi Croquettes* são algumas das inspirações citadas pela artista em entrevista para a revista *Época*, em 13 de janeiro de 2017. O que faz Linn ser tão “aterrorizante”? A artista rouba a cena, salpicando problemáticas: “Que espaços estes corpos puderam ocupar no espaço-tempo? Como eram representados? Que tipos de sentidos eram produzidos e veiculados sobre eles? E no instante atual?”⁶²

Na Imagem 1, o enquadramento feito da figura de Linn borra os significantes de gênero. A atmosfera contemporânea tem sido colorida e ocupada por corpos e estéticas dissidentes que desestabilizam o cenário fúnebre e rígido da moral cis-hétero-branca conservadora. Linn é a imagem que, mesmo na tentativa de expropriação da pulsão vital, se mantém firme, intencionalmente agressiva e provocadora. Ao se destruir como sujeito de gênero impositivo e imperial, Linn inicia um processo de experimento anticolonial, expressa práticas de uma política sexual abolicionista. Sua estética nos provoca, pois a existência de

⁶² TRÓI, Marcelo de. Linn da Quebrada: O “cis-tema” só valoriza os saberes heterossexuais. Entrevista. **Revista Cult**, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

uma bicha-travesti, em um dos países que mais mata pessoas TLGB no mundo, é política, resistente.

A partir dessa breve análise, consideramos a questão clássica da história das revoluções: haverá um novo sujeito revolucionário? Apontar para um novo sujeito revolucionário, micropolítico, indica não só a reflexão de estratégias usadas para enfrentar as investidas de precarização das vidas, mas, sobretudo, colocar em xeque os valores morais sustentados pela sociedade na longa duração. “Contra a subjetivação homossexual, não outra subjetividade, mas outro agenciamento. Nem sujeito, nem subjetivação, nem assujeitamento, mas um novo agenciamento”⁶³. Um agenciamento é uma mistura de corpos, é sempre um recorte em uma rede de relações de forças entre corpos heterogêneos que se conectam por uma vizinhança, uma simpatia, uma simbiose, uma interpenetração⁶⁴.

Linn da Quebrada assim como Johnny Hooker, Liniker, Jaloo, Caio Prado, Rico Dalasam, MC Xuxu, As Bahias e a Cozinha Mineira, Luana Hansen, Simone Magalhães, Verónica Decide Morrer, dentre outros, são exemplos de corpos que se agenciam para produzir novas formas de enunciado, outros modos de existência e de composição, e construir uma política sexual insubmissa e subversiva na música. No entanto, essa movimentação não está restrita à música. Na cena teatral, temos o Teatro Kunyn (São Paulo), As Travestidas (Fortaleza), Atelier Voador e Teatro A Queda (Salvador). Há também uma profusão de coletivos, com ênfase em performances, como: “O que você *queer*?” (Belo Horizonte); “Cena *Queer*” e “Afrobapho” (Salvador); “Anarcofunk” (Rio de Janeiro); “Revolta da Lâmpada” (São Paulo); “Selvática Ações Artísticas” (Curitiba); “Cabaret Drag King” (Salvador); “Coletivo Coiote” (nômade); “Seus putos” (Rio de Janeiro); essas são algumas das vozes que se levantam para questionar a validade das noções identitárias segmentadas. A ação política dessas artistas, como Leandro Colling⁶⁵ já apontou, será aqui considerada como “ativismo”.

Linn é escolhida, dentre tantos nomes potentes, como peça-chave desta análise, justamente pelo modo como movimenta um estilo musical dissidente para conseguir dizer o não dito. A pergunta que vem, como o eterno retorno nietzschiano, para Lina não poderia ser outra: Por que o funk? E, no arremate, ela devolve: “Por que não o funk?”. Funk é explosão de cultura popular, se é possível ainda distanciar, por meio da ideia de Carlo Ginzburg⁶⁶, de “circularidade cultural”, o que constitui a cultura popular e a cultura erudita, quais são seus

⁶³ PELBART, Peter. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 154.

⁶⁴ DELEUZE, Gilles; PARTNER, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 65-66.

⁶⁵ COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684>. Acesso em: 22 mar. 2020.

⁶⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

limites e proximidades. Precisamente, Linn direciona os nossos olhos para compreender a margem, a periferia. Poesia da quebrada, modalidade de revide, o funk é também máquina de guerra. A noção de máquina de guerra assinala que há uma exterioridade em relação ao aparelho de Estado ou às situações de autoridade hierárquica, uma exterioridade que escapa, constantemente, da interiorização territorial que o aparelho estatal exige para ser soberano⁶⁷. Portanto, cria-se conexão com as margens e faz delas potência. Daí a excentricidade da produção de um ritmo como o funk. Excentricidade porque vem de fora e invade os grandes centros, deslocando os sujeitos, como destabilizador do juízo de Deus e dos homens. No comando dessa máquina de guerra está “Linn da Quebrada, sujeito histórico-artístico que problematiza a heteronormatividade compulsória e as identidades fixas por meio de sua arte-manifesto. A arte é movimento, portanto, história. A arte cria, transforma. A arte afeta os corpos, arre pia, paralisa. Aterroriza”⁶⁸.

Nessa seara, o jogo posto é entre os corpos que importam e os que “não importam”. Importar aqui significa contar como vida, não apenas como estatística ou dado. Questões sobre representatividade e visibilidade TLGB nas mídias audiovisuais cercam o discurso de Linn da Quebrada quando ela fala de sua arte. Autora de inúmeras iniciativas, Linn apresentou e dirigiu o programa multimídia “(Trans)missão”, atuou, dirigiu e escreveu “Bixa Travesty”, “Meu corpo é político” e “Abrindo o armário”. Além de atuar em “Sequestro relâmpago” e “Corpo Elétrico”, foi protagonista com a personagem Natasha, na primeira temporada da minissérie da Globo Play “Segunda chamada”.

⁶⁷ DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 5. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 23.

⁶⁸ AFONSO, A. P. J. M. Terrorismo de gênero: arte como máquina de guerra. *In: JORNADAS DO LEGH, IV*, 2020, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2020, p. 56.

Imagem 2 — A arte resiste



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada (2019).

A imagem acima é de um mural⁶⁹, pintado no Parque Minhocão como parte de um projeto de Linn feito em parceria com a Banda As Bahias e a Cozinha Mineira. O mural, pintado pelos artistas Patrick Rigon e Renan Santos, é uma pequena amostra do que trata conceitualmente Colling⁷⁰. Estampada na lateral de um prédio perto do metrô em Santa Cecília, região central de São Paulo, a imagem carrega a potência de processos de resistência, arquitetados historicamente pela comunidade TLGB, que levantam as bandeiras pela equidade, liberdade e representatividade/visibilidade. Além disso, é expressão evidente da arte urbana que trata de corpos cuíers que “não importam”⁷¹. Por isso, “a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos”⁷².

Nesse sentido, é preciso ocupar os espaços com a voz, com a vida e com os corpos. As ativistas supracitadas forçam a existência, criam espaços de lutas cotidianas, produzem conteúdo e cultura política. Com isso, são capazes de constituir redes de apoio às dissidências sexuais, de gênero, raça, classe e territorialidade. Corpos como os de Linn e de outras artistas travestis causam estranhamento, fogem à matriz de inteligibilidade, conforme aponta Judith

⁶⁹ Com o encerramento do contrato com a Absolut e com o prédio que abrigava a arte, o mural foi apagado em agosto de 2019, conforme publicado no Twitter de Linn da Quebrada, disponível em: <https://twitter.com/linndaquebrada/status/1163608904665841664>. Acesso em: 22 mai. 2020.

⁷⁰ COLLING, Leandro, *op. cit.*

⁷¹ BUTLER, Judith. **Bodies That Matter**: On the Discursive Limits of Sex. New York: Routledge, 1993.

⁷² LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 77.

Butler⁷³ e, portanto, existem para garantir que a norma funcione como possibilidade de vida. A vida abjeta de Linn é recorrentemente evocada para dizer que, mesmo no lugar em que toda vulnerabilidade explorada pela sociedade normalizadora se mostra, há a possibilidade de insurgência. Por esse motivo, é preciso forçar a existência.

Imagem 3 — Forçar a existência



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada (2023).

O forçar a existência de que trata Linn é fazer desvelar os corpos que “não importam”, tirar deles o peso de uma matriz de inteligibilidade que os oculta e os oblitera do (cis)tema⁷⁴, que “trancafia no armário” tudo aquilo que desvia à norma. Uma das pautas encampadas por Linn, não obstante toda discussão acerca da ideia de representatividade e visibilidade, é justamente o “*coming out of closet*”⁷⁵. Embora a representatividade e a visibilidade sejam mecanismos importantes para as resistências, eles também abrem possibilidades de

⁷³ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁷⁴ A palavra grafada dessa maneira indica uma crítica à ideia da cisgeneridade ser a base do sistema sexo-gênero.

⁷⁵ Em tradução livre, “saindo do armário”, refere-se ao processo de mostrar-se. Embora em seu argumento clássico, Eve Sedgwick localize o sair do armário enquanto um dispositivo de regulação da vida dos TLGB’s. A ideia aqui é pensar em uma estética radical do corpo como forma de visibilidade. Ver: SEDGWICK, K. Eve. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

assujeitamento e cooptação dos sujeitos que são, por sua vez, submetidos a processos de captura para que suas existências caibam ortopedicamente nas sociedades. Nessa equação, é fundamental que o poder incida sobre os corpos, mais precisamente sobre a vida, faça seu controle e crie indivíduos “normais”. Adiante, discutiremos, de modo um pouco mais detalhado, de que forma a disciplina exige técnicas normalizadoras para produzir efeitos de poder de normalização desses corpos.

Imagem 4 — Estética do exagero



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada (2023).

A proposta de Lina é de uma experimentação estética radical, levar ao limite do possível seu corpo abjeto. “Ora, certos tipos de ‘identidades de gênero’ parecem meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural”⁷⁶. Essa abjeção é a diferença frente à norma, do regular, da linearidade constituinte. Como os viajantes da fronteira, o nômade do deserto, o homem-bomba, que “irrompe a comodidade, abala a segurança, sugere o desconhecido, aponta para o

⁷⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 44.

estranho⁷⁷”. Linn está prestes a explodir e, jogando com a liturgia do salão do reino das Testemunhas de Jeová, arrebanha uma legião de fiéis que se afetam com seu corpo e sua arte-performance. A alusão a essa religião não é meramente metafórica, mas diz de um momento da vida de Lina em que — sendo filha de uma empregada doméstica, educada e criada pela tia — o salão do reino era a sua salvação. A artista rompe essa promessa de futuro e salvação quando, no seu aniversário de 17 anos, decide se travestir. Olha para o espelho e se sente completa. Vai ao culto com um vestido. É desassociada.

“Não queimem as bruxas, mas que amem as bichas, que amém [...]”. “Não se trata, hoje, de diabolizar e comprazer-se, num composto perverso de lamúria e adesão cínica, mas de cartografar e resistir, de aprender o que está em jogo no presente e, nele, dar visibilidade às saídas inventivas, sem nostalgias frívolas nem utopismos ortodoxos⁷⁸”. A artista reivindica novas formas de sacralização da existência, entende o sagrado como a própria preservação do desejo de ser quem se é. “Que assim seja” a vida e que outras subjetividades abjetas possam coabitar espaços públicos e templos de espiritualidade.

A cartografia de resistência que Linn da Quebrada propõe, lançando mão de uma estética que aterroriza, evidencia que aquele corpo vestido com signos de feminilidade, novo corpo biopolítico da humanidade, é *locus* de inclusão/exclusão, zona de indistinção e fronteira de captura, *homo sacer* matável e insacrificável. O investimento biopolítico dirigidos a corpos como os de Linn constroem ontologias da precariedade, desejam “colocar em jogo a liberdade e a felicidade dos homens no próprio ponto, vida nua, que indicava sua submissão⁷⁹”.

Nesses termos, é importante percebermos também o quanto a vida nua está fundada, paradoxalmente, no limite da inclusão/exclusão. Em outros termos, ela está em um regime de interdependência recíproca expressa da seguinte maneira: “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nessa esfera⁸⁰”. Essa sacralidade, historicamente, garante a sujeição da vida a um poder de morte. Então, o arremate para pensar a questão colocada por Agamben é que o direito à vida das dissidências, nesse contexto, é a contraparte de um poder que o ameaça de morte.

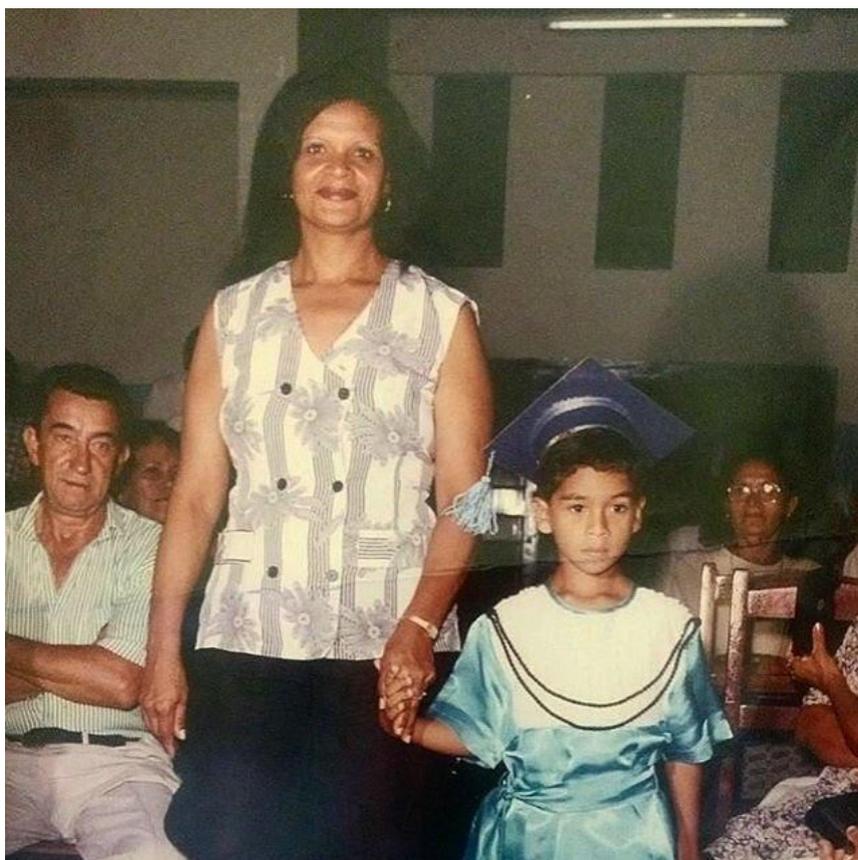
⁷⁷ LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 24-25.

⁷⁸ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

⁷⁹ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 17.

⁸⁰ PELBART, Peter Pál, *op. cit.*

Imagem 5 – Antes eu Era assim...



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada.

“Provei do fruto da árvore do conhecimento e fui expulsa do Éden”⁸¹. Ao entender que se pode ser tudo e nada, quantas forem possíveis, Linn discute o poder de agência, a escolha sagrada e a ética de conduzir sua existência do modo como o desejo comunica. Esse movimento é nomeado por Foucault como “prática ascética”, quando “não no sentido de uma moral da renúncia, mas de um exercício sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir certo modo de ser”⁸². Desse modo, ser artista é exercer a liberdade de criar sobre sua própria existência, assumir sua vulnerabilidade e precariedade, transformá-las em potência. Embora esteja eticamente vinculada ao outro, essa prática produz possibilidades também de inventar novos regimes de verdade, narrativas que comportem as subjetividades que a norma não consegue capturar. Nessa perspectiva, a música é o veículo pelo qual Linn pode gerar possibilidades de existir, resistir, ocupar espaços, invadir o (cis) tema.

⁸¹ BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

⁸² FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 265-287.

O corpo, nesse contexto, é lido como modo extensivo, modificação do que Espinosa chama de atributo da extensão daquilo que se move, o que coincide com o exercício de prática ascética de que falamos a pouco. Nesses termos, o corpo é potência infinita de movimento, e cada modificação dessa potência se efetua como um corpo/movimento que é humano. A humanidade, no sentido espinosista, diz respeito, portanto, a um grau dessa potência infinita de mover e se modificar, bem como ao grau infinito da potência de pensar. Então, quando Linn se elabora eticamente, ela se efetua como um grau de potência que existe de, no mínimo, duas maneiras: via atributo do pensamento, enquanto mente; via atributo extensão, enquanto corpo.

Nossa potência implica esse duplo ato: do pensar e do mover. Linn, quando inventa muitas de si, age e movimenta o corpo para criar. A música faz emergir Linn de dentro e de fora de Lina Pereira. Arte como máquina de guerra, cartografar a existência de Lina Pereira nos orienta para cartografar a existência que se opõe, radicalmente, às matrizes de inteligibilidade propostas pela estrutura cis-hetero-normativa da racionalidade necropolítica que se instaura todos os dias no cenário brasileiro. “A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo em que o desmantelamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos [...]”⁸³.

⁸³ ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

Imagem 6 – Hoje eu Estou assim...



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada.

Nesse sentido, é preciso nos atentarmos ao debate ético construído por Judith Butler⁸⁴, quando a autora aponta que a fabricação do paradigma da alteridade constitui, a um só tempo, um meio de humanização e desumanização, no limite, como aponta Giorgio Agamben⁸⁵, com o problema da vida nua, a possibilidade de um reconhecimento ético do outro e, ao mesmo tempo, de maneiras de justificar sua eliminação.

Linn da quebrada relata a si mesma, produz teoria na carne e cria uma linguagem para dar conta dessa experiência, em outras palavras, ela realiza um trabalho com o corpo, que é também sua máquina de guerra, conforme nos afirma Gilles Deleuze⁸⁶. Isso que chamamos de vida existe na medida em que se vive, pulsa e se movimenta. Por isso, quando apresenta seu trabalho, Linn nos possibilita ver essa infinidade de agenciamentos possíveis que não cessam

⁸⁴ BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, p.13-33, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/articl.e/view/18/3>. Acesso em: 19 mai. 2023.

⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.133-142.

⁸⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. Volume. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.

de acontecer. Nesse sentido, esse movimento nos remete à ideia de que a presença de corpos como os dessa artista coloca em evidência limites instituídos, normas, organizações sociais, valores, acontecimentos históricos, políticas estabelecidas e modos de produção de corpos e subjetividades, o que configura o campo do pensável, do dizível e do factível. A partir desse movimento, podemos enxergar o “devir”. “Devir é tornar-se cada vez mais sóbrio, cada vez mais simples, tornar-se cada vez mais deserto e, assim, mais povoado⁸⁷.”

Lina atroz procura representações que correspondem à experiência de ser “bixa-travesty-periférica”, isto é, a experiência de ser um corpo em exceção, ocupando um espaço de exceção, em um Estado de exceção, de acordo com o que nos aponta Giorgio Agamben.⁸⁸ Essa humanidade que reivindica ser reconhecida como modo de vida existente precisa ser atravessada por uma maneira de se efetuar que perpassa por uma sacralidade como condição de existir e, também, de não existir, como dado a priori, o morto. Posto nessa perspectiva, o *homo sacer*. A questão apresentada por Agamben nos coloca o sentido de orientação de algumas das questões que emergem da problemática de pesquisa:

Em que consiste, então, a sacralidade do homem sacro, o que significa a expressão *sacer esto*, que figura muitas vezes nas leis reais e que aparece já na inscrição arcaica sobre o cipó retangular do fórum, se ela implica ao mesmo tempo o *impune occidi* e a exclusão do sacrifício?⁸⁹

O paradigma de governo de exceção, que coloca em cena o *homo sacer*, se conecta aos corpos abjetos e na iminência de captura aqui relatados. Nessa “terra de ninguém” não há regras formais, e o direito público, o Estado e as instituições apresentam evidências de sua mecânica para conseguir explorar as precariedades corpóreas que circulam nesse território. Para fins de apresentação, já que o debate se desdobrará profundamente mais adiante, Agamben tenta nos apresentar uma definição desse tipo de horizonte de governamentalidade, muito embora seja de difícil conceituação.

Esse estado de coisas é o oposto do que se pretende como um paradigma normal. Em um horizonte de normalidade não lidaríamos, pode-se dizer, com guerras civis, insurreições e resistências. Esse cenário nos leva a crer que a normalidade depende da ordem resguardada pela ausência de conflitos como esses. No entanto, estamos diante de uma nova modulação dessa exceção, um paradigma que admite a guerra sem os elementos de guerra convencionais. Que admite insurreições e resistências à própria atividade democrática do Estado. Essa guerra

⁸⁷ DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998, p. 184.

⁸⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 75.

foi elevada a outras categorias, não obstante sua finalidade nos parece apontar precisamente para um estado de indeterminação, em que a democracia representativa, novamente, apresenta seus sinais de ruína. Por isso, evocar mais uma vez as noções foucaultianas se faz necessário, para se pensar de que guerra falamos e de que modo se instaura a ideia de que há um panorama de subjetividades em guerra.

Compreender “a política como guerra continuada por outros meios” faz emergir, na análise das relações que se configuraram a partir das Jornadas de Junho de 2013, uma onda de embates constantes. Corpos em aliança movimentam bandeiras distintas, por vezes se acoplam e entoam murmúrios de desacordo; por outras, berram delírios utópicos de uma elite do atraso ressentida e amargurada. Para Foucault, a noção de guerra civil é fundamental para pensar de que modo as relações de poder se afirmam como matrizes de lutas de poder diversas. “[...] é bem possível que a guerra seja a política praticada por outros meios, mas a própria política não será a guerra travada por outros meios?”⁹⁰. A questão de Michel Foucault nos possibilita avançar o debate político acerca de como, no contemporâneo, a guerra se camufla e se justifica na sutileza da dinâmica macropolítica institucional.

Nessa arena nos resta a questão: como é ser um corpo alvo desse “quadro de guerra”⁹¹? Ou melhor: o que mais se pode ser além de um corpo não passível de luto, mas fadado à morte? Quando Linn afirma: “Eu sou uma bixa trans-periférica. Era para eu estar morta”⁹², ela nos coloca diante desses questionamentos para que possamos refletir sobre o que pode um corpo para além de sua sentença de extermínio. Ser artista é criar sobre essa existência que incomoda. É afirmar que o preço que se paga por viver uma existência potente é justamente horrorizar as subjetividades domesticadas, permanentemente cativas e inertes. É causar terror. Ser terrorista. Por isso, reivindicar um sagrado no modo de ser não é suficiente para garantir o direito de existir, já que no campo de batalha do sagrado, zona de indistinção, os modos de existência são exatamente os alvos da sociedade de controle.

Terrorista de gênero é a marca de Lina Pereira. E isso extrapola sua performance, torna-se uma estética existente. Uma política do corpo, um movimento que carrega uma legião de fiéis e que afeta multidões de corpos abjetos convocados para o confronto da ordem estabelecida. Em entrevista para a revista digital *Rimas e Batidas*, Linn é questionada sobre o que significa “ser terrorista de gênero.”

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 54.

⁹¹ Para fins de compreensão, o termo faz referência à ideia de enquadramento, proposta por Judith Butler, proposição que será discutida mais adiante.

⁹² PEREIRA, Néli. De testemunha de Jeová à voz do funk LGBT, Mc Linn da Quebrada se diz “terrorista de gênero”, **G1**, 12 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se-diz-terrorista-de-genero.html>. Acesso em: 20 de dez. 2020.

[sic] Núria Rito Pinto: classificas-te como sendo uma “Terrorista de Género”. O que é que isso significa para ti e de que forma se reflecte no teu trabalho?⁹³

Em resposta, Linn diz:

[sic] Terrorista de género, para mim, significa me colocar em risco, significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça. Ter a coragem, às vezes, de matar e destruir coisas em mim para dar espaço para que outras coisas possam florescer. Porque para mim, realmente, toda criação envolve destruição e o meu corpo é a minha obra, é a minha obra em construção — constante! —, o meu corpo é meu campo de batalha e o meu corpo é meu objeto de pesquisa e investigação. É onde sou a médica e a monstra. Cobaia de minhas próprias experiências. Ser terrorista de género é me colocar em risco para que eu também possa ser outras que nem eu imaginava ser.⁹⁴

A partir das palavras de Linn da Quebrada, assumimos a tarefa intelectual desta tese, que é: sistematizar a noção de terrorismo de género em um plano conceitual que nos permita operacionalizar as análises da arte cuíer da performer Linn como máquina de guerra, margem de manobra e biopotência. A expressão terrorismo de género é formada por elementos discursivos acoplados em um só termo. Acreditamos que, pensado enquanto conceito, o terrorismo de género nos ajuda a argumentar, produzir uma saída possível do Estado biopolítico de exceção. Encontramos aqui um fôlego para um possível enfrentamento às políticas soberanas de morte que incidem sobre corpos trans-pretos-periféricos, possibilitando saídas para a existência de linhas de fuga e afirmação da potência de existir.

Dito de outro modo, buscamos construir a noção de “terrorismo de género” para positivar o conceito de “terrorismo”, que, conforme a historiografia que trata do assunto, não possui consenso em sua definição. Trata-se de um conceito flutuante que nos permite pensá-lo e preenchê-lo de sentidos, a partir de uma ética da não violência e da biopotência. Essa reflexão sugere a possibilidade de compreendê-lo de outras formas, desvinculadas de suas representações hegemônicas globais.

1.2 AS DEFINIÇÕES DE TERRORISMO PRECISAM SER ATUALIZADAS...

⁹³ PINTO, Núria R. Linn da Quebrada: “Terrorista de género significa ter a minha música como uma arma apontada paa a minha própria cabeça”. **Rimas e Batidas**, 02 mar. 2018. Disponível em: <https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-ter-minha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeca/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

⁹⁴ *Ibid.*

*Terrorists we're fighting and we're never gonna stop*⁹⁵.
(System of a down, Genocidal Humanoidz)

Compreender que tudo tem história significa considerar que em cada contexto e época as coisas, palavras e acontecimentos são investidos de diversos significados. Desse modo, abrimos a escrita deste tópico com uma epígrafe que indica a existência de alguns dos sentidos que preencheram a categoria “terrorismo”. Essa definição nos ajuda a perceber o caráter político que esse conceito assume na história, uma vez que ele é atravessado pelas relações de forças políticas, econômicas, sociais e culturais que se instituem de modo globalizado. O ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, por exemplo, reforçou uma política de combate ao terrorismo, empreendida desde a seleção de aspectos negativos do termo ao impulsionamento simbólico e material da construção da figura do terrorista como o “outro não ocidental que ameaça” e que deve, por isso, ser exterminada na guerra ao terror.

Os debates acerca do terror e do terrorismo ainda não são consenso e carecem de muitos contornos; por isso, delineamos um horizonte para pensar de que modo a ideia do terror se instaura nas relações de poder, sobretudo nos aparelhos de Estado. E, ainda, de que modo o terrorismo, ação e tática de guerra, pode ser pensado como investimento contra-hegemônico frente ao paradigma biopolítico de exceção. Nesse sentido, usamos o panorama contextual das ações de Jair Bolsonaro que, operando por meio de uma racionalidade necropolítica, aniquila corpos dissidentes de gênero e sexualidade, racializados, periféricos e configuram mundos de extermínio a partir de guerras contra esses corpos, justificadas pelo recrudescimento dos valores morais, cristãos e conservadores. Ou seja, dito de outro modo, a guerra ao terror empreendida pelo Estado brasileiro se dá contra as diversas modalidades de revide que aqui vamos chamar de “terrorismo de gênero”.

De saída, Jean Baudrillard destaca algumas dimensões que podem se associar à ideia de terror e terrorismo quando diz que:

O poder só existe por essa força simbólica de designar o outro, o inimigo, o desafio, a ameaça, o mal. Tornamo-nos muito fracos em nossa energia satânica, irônica, polêmica, antagônica. Tornamo-nos uma sociedade fanaticamente mole ou molemolente fanática. De tanto perseguirem nós, a parte maldita, e só deixarem irradiar os valores positivos, tornamo-nos dramaticamente vulneráveis ao ataque viral.⁹⁶

⁹⁵ “Terroristas, nós estamos lutando e não vamos parar nunca” (tradução nossa).

⁹⁶ BAUDRILLARD, Jean. **O Espírito do Terrorismo**. Porto: Campo das Letras, 2002, p. 32.

A passagem supracitada foi mobilizada pela entrevistadora do canal virtual *Farofa Cultural*⁹⁷ para indagar Linn sobre os sentidos que cercam o uso feito por ela do termo “terrorismo de gênero”. Em resposta, Linn diz que: “é um terrorismo que é de risco. De colocar o meu corpo como arma, colocar o meu corpo em xeque. Que é de colocar um terrorismo que é de poder destruir as minhas próprias certezas”⁹⁸.

O corpo de Linn é campo de guerra, provoca terror moral e assombra as estruturas conservadoras. Seu corpo “é um território político”⁹⁹. Nesse território, constituem-se as máquinas desejanter criadas para enfrentar a guerra contra a estrutura cis-hetero-normativa. “O que define precisamente as máquinas desejanter é o seu poder de conexão ao infinito, em todos os sentidos e em todas as direções”¹⁰⁰. Portanto, um primeiro sentido de preenchimento: se o corpo é ponto de incidência de atravessamentos que, por sua vez, operam na significação de suas conexões e fluxos, é também no corpo que se dão as primeiras inscrições das noções de terror e terrorismo que pretendemos delinear nesta narrativa. Com isso, desejamos operar uma fissura discursiva para refletir acerca dos sentidos que acoplaremos às noções propostas de terrorismo. Conforme nos diz Linn, “é esse lugar da bomba que implode alguns espaços”¹⁰¹.

1.2.1 Terrorismo e guerra

De modo bastante breve, é fundamental localizar como aparecem algumas definições cristalizadas de terrorismo, assim como deixar evidente que não é pretensão, nesta tese, uma longa e extensa genealogia do conceito. O objetivo é, no entanto, apresentar o terrorismo como conceito político e o modo como outros sentidos para o conceito são possíveis. Nesse sentido, partimos de um acontecimento cuja perspectiva é global e interconectada, a saber, o ataque ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. Esse evento, especificamente, reforçou sentidos que nos remetem à imagem do “grande

⁹⁷ FAROFA CULTURAL. Disponível em: www.farofacultural.com.br. Acesso em: 25 abr. 2023.

⁹⁸ ENTREVISTA com Linn da Quebrada. 2018. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Farofa Cultural no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P_mYyBjEHjs. Acesso em: 20 abr. 2023.

⁹⁹ GÓMEZ GRIJALVA, Dorotea. Mi cuerpo un territorio político. In: **Voces Descolonizadoras**. Cuaderno 1. Ed. Brecha Lésbica, 2012.

¹⁰⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976, p. 154.

¹⁰¹ MC Linn da Quebrada | Transando com Laerte. 2018. 1 vídeo (11:48 min). Publicado pelo Canal Brasil no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/-vGmT6fzPu0>. Acesso em: 22 mai. 2023.

inimigo do ocidente” fabricado, sobretudo, pela empreitada da guerra ao terror. Acerca dos contornos desse contexto, Negri e Hardt afirmam que:

[...] a passagem global da modernidade para a pós-modernidade, um contexto em que “a guerra transformou-se numa condição geral: em determinados momentos e lugares, pode haver cessação de hostilidades, mas a violência letal está presente como potencialidade constante, sempre pronta a irromper em qualquer lugar”.¹⁰²

Na manhã de 11 de setembro, o mundo assistiu, em choque, às explosões reproduzidas repetidas vezes pelas telas da televisão. A captura das imagens centralizou pessoas correndo, desesperadas, acompanhadas por uma cortina de fumaça densa e por pedaços de escombros já evidentes. Os estadunidenses têm fama, são reconhecidos pelas grandes produções cinematográficas de catástrofes, todavia, o ataque às torres gêmeas foi a tomada espetacular que instaurou o estado de alerta geral em todo território, entre a população e a nação estadunidense.

O efeito simbólico desse acontecimento abre precedente para a reflexão de uma modalidade de guerra que não apresentava limites definidos, em termos espaciais e temporais, pois “quando os dirigentes americanos anunciaram sua “guerra ao terrorismo”, deixaram claro que deveria estender-se por todo o mundo e por tempo indefinido, talvez décadas ou mesmo gerações inteiras”¹⁰³. Desse modo, algumas definições nos auxiliam a construir a noção que sustenta uma das categorias mais importantes para compreensão do mundo global no século XXI.

Para finalidade desta empreitada intelectual, o terrorismo pode ser conceitualmente compreendido como efeito das relações de poder. Não tomamos as relações de poder como uma substância, coisa que se detém ou algo que se conquista. Na acepção foucaultiana, o poder é um exercício constante e relacional. Desse modo:

Por toda a parte onde existe o poder, o poder exerce-se. Ninguém propriamente dito é o titular do poder; e, no entanto, ele sempre se exerce em certa direção, com uns de um lado e os outros do outro; não se sabe quem o tem exatamente; mas sabe-se quem não o tem.¹⁰⁴

¹⁰² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23.

¹⁰³ BUSH, George W. Declaration of War on Terrorism. **Encyclopaedia Britannica Profile**. Disponível em: <http://www.britannica.com/presidents/article-9398253>. Acesso em: 15 mar. 2020.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. v. 2, p. 1181.

Nesse sentido, é fundamental apontar que o conceito se orienta em direção a estabelecer relações hierárquicas entre o Estado e os grupos contrários às políticas deste. Para Eunice Castro Seixas¹⁰⁵, é preciso assumir que o terrorismo é uma construção social e política que nos dimensiona reflexões acerca das diferentes concepções de emancipação e regulação social que orientam a investigação desse fenômeno. Ou seja, admitindo a dimensão de um fenômeno social, depreende-se a ideia de que, enquanto fenômeno, o terrorismo não deve ser conceituado como estático, fixo e cristalizado. Essa compreensão é válida para considerar os interesses políticos em jogo no projeto das políticas contra o terrorismo empregadas nos EUA.

As relações de poder produzem, criam e fazem parte de um processo histórico. Mediado por essas relações, o terrorismo não pode ser compreendido como simples fenômeno político, mas como uma noção discursiva que se apresenta de formas distintas conforme a dinâmica processual de cada temporalidade-espacialidade. A característica fundamental de um conceito político é a sua sustentação com base nos interesses em disputa, de quaisquer naturezas. Nessa perspectiva, consideramos como ponto de partida que os interesses políticos na guerra contra o terrorismo, sobretudo nos EUA, no contexto histórico dos anos 2000, construiu simbolicamente um imaginário coletivo a respeito da noção de terrorismo¹⁰⁶.

O caráter inovador que o conceito de terrorismo vai experimentar no século XXI está no tipo de estratégia que o governo estadunidense, bem como os seus aliados, encontrará para lidar com a “ameaça”. Ainda que mais tarde, George W. Bush filho tenha reconhecido que o termo “Guerra ao Terror” possa ter sido inadequado¹⁰⁷, o esforço de criar uma política global antiterrorismo, tanto em relação ao número de países envolvidos quanto em relação aos recursos financeiros e militares empregados, foi sem precedentes. O conceito passou a figurar em outro tipo de chave de leitura para os gestores dos aparatos estatais, especialmente os Estados Unidos.

Compreendemos que o terrorismo como categoria de análise histórica mantém dinâmicas flutuantes e plurais em cada espaço-tempo que emerge. Portanto, apontamos as dificuldades para definir com precisão essa categoria. Guilherme Tadeu de Paula nos afirma que a reivindicação dessa expressão é feita por grupos que desejam caracterizar algum tipo de prática ou estratégia empreendida dentro de uma experiência de terror. Nesse sentido, é possível buscar na historiografia francesa que versa sobre a revolução de 1789 os significados que atravessam, como nomeia De Paula, essa “experiência de terror”.

¹⁰⁵ SEIXAS, Eunice Castro. “Terrorismo”: uma explanação conceitual. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, ago. 2008.

¹⁰⁶ PAULA, Guilherme Tadeu de. *Terrorismo: um conceito político*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

¹⁰⁷ TIME MAGAZINE, 2007.

No contexto da Revolução Francesa¹⁰⁸, localizamos evidências dessa gestão governamental baseada no “terror”. “A mola do governo popular em revolução é, ao mesmo tempo, a virtude e o terror: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente”¹⁰⁹. Embora existam debates relevantes e ao mesmo tempo controversos acerca da relação entre a fase Jacobina da Revolução e o terror, concentremo-nos na concepção de terror como estratégia para garantir o *status quo* para determinados regimes. Salienta-se que não há qualquer pretensão aqui de arrolar uma discussão acerca dos efeitos dessa fase revolucionária na historiografia contemporânea.

Nessa seara, é fundamental pontuar a distinção proposta por Luigi Bonanate entre terror e terrorismo, considerada pela história política como a mais clássica tentativa de definição do termo. O terror se distingue do terrorismo político, na medida em que este funciona como “instrumento ao qual recorrem determinados grupos para derrubar um governo acusado de manter-se por meio do terror”¹¹⁰. Observemos, portanto, cautelosamente, a ideia contida nessas definições. Em outras palavras, se um tipo de governo se mantém por meio do terror, é necessário que haja um instrumento capaz de enfrentá-lo e destituí-lo legitimamente. Em um cenário como esse, o terrorismo se torna o principal instrumento de luta contra a tirania do poder do soberano.

Norberto Bobbio nos apresenta o verbete “terrorismo político”, entendendo a distinção entre “terror” e “terrorismo”. Para Bobbio, o terror pode ser compreendido como um regime particular ou instrumento de emergência que um tipo de governamentalidade usa para se manter no *topos* de soberania. Por governamentalidade, compreendemos:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes¹¹¹.

¹⁰⁸ Partimos da historiografia da Revolução Francesa, uma vez que o levantamento bibliográfico acerca da emergência do termo “terrorismo” e “terror” aponta para essa localização.

¹⁰⁹ ROBESPIERRE, Maximilien apud BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13 ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009, p. 149.

¹¹⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13 ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009, p. 1242.

¹¹¹ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 111-112.

Vejamos também que há alguns tipos de ações, conforme sugerem algumas definições do dicionário de Bobbio, que explicitam melhor o aparecimento do termo. O atentado político é uma das formas de aplicação do terrorismo político, pois “representa um momento catalisador que deve desencadear a luta política, abrindo caminho à conquista do poder”¹¹². Importante localizar também que, de acordo com essas definições mais clássicas de terrorismo, existem características que fundamentam sua concepção, tais como: as estratégias organizadas em torno de um grupo homogêneo, orientado ideologicamente, que desenvolvem lutas clandestinas, a fim de convencer a população de que é fundamental recorrer às ações para libertação de determinado tipo de governamentalidade (de terror).

Assim, a prática terrorista acomoda-se ao horizonte de governamentalidade de modo lento; sendo necessário, portanto, um despertar da consciência popular para fazer acordar a força adormecida e domesticada que produziu tanto ressentimento passivo capaz de anestesiar a população. Partindo das definições mais clássicas, o terrorismo político é a única saída para combater a inércia responsável por múltiplas formas de achatamento social. Ademais, essa tática permite que por meio de uma luta ativa, o povo retome sua vontade de potência¹¹³.

Há uma segunda possibilidade de definição, conforme o dicionário de termos políticos, que organiza suas premissas a partir da perspectiva marxista como modo de pensar os aspectos e estratégias revolucionárias. Uma delas tem o uso de ações terroristas como forma de enfrentamento da ordem estabelecida. Conforme nos diz Bonanate, se Karl Marx endossa o “terror revolucionário” como único modo de fazer agonizar a sociedade burguesa, Lênin, por sua vez, recusa esse tipo de ação, associando-a a um tipo de desordem, além de apresentá-la como sofisticada e referente às elites intelectuais, o que separaria as lideranças revolucionárias das massas. Ao terrorismo, Lênin contrapõe a estratégia de guerrilha, que pretende certa organização pelo proletariado e implica a formação de líderes para a revolução.

Observemos uma distinção primeira à noção de terrorismo clássico. Se as noções clássicas se esforçam para distinguir terrorismo de terror e apresentar como o terror se movimenta por meio de um estado de coisas em que a estratégia terrorista não só é a mais adequada, como inevitável para retomada da ordem, as noções de revolução e terrorismo nos propõem uma crítica a essas compreensões. É fundamental ter atenção para a noção de homogeneidade fragmentada, já que em as vertentes das esquerdas revolucionárias desse período, conforme destaca Bonanate, adotam um tipo estratégico distinto.

¹¹² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13 ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009, p. 1009.

¹¹³ NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

Há também um elemento fundamental que conecta, ao mesmo tempo em que distancia, duas possibilidades de noção acerca do terrorismo, apresentadas por esta perspectiva: o caráter de violência contido em cada ato. O mérito não é de discutir os tipos de violência, a intensidade desses tipos e elementos decorrentes desses debates. O que se faz importante reafirmar aqui é que a violência se transforma em fio condutor das ações terroristas nas definições anteriormente apresentadas.

Por fim, há uma terceira noção de terrorismo que muito nos interessa para o presente debate. O terrorismo internacional é um fenômeno limitado ao Estado, nesse sentido, as guerras por libertação nacional expressam a faceta desse tipo de ação. “O recurso do terrorismo contra as formas de ocupação do inimigo assume o mesmo papel positivo (atingindo exclusivamente o inimigo), na medida em que representou o instrumento para despertar a consciência popular”¹¹⁴.

Para Bonanate, há uma espécie de valor fundamental na prática terrorista, já que é o primeiro passo para despertar a consciência popular em relação à opressão. Desse modo, a prática terrorista representa, de um lado, um contato incipiente com as massas e, de outro, um potencial de dissolver a estratégia do inimigo. O efeito “desmoralizador” provocado pelo terrorista representa um vestígio do crescimento de uma movimentação popular contra as opressões infringidas pelo Estado ao atingir o alvo sem ser capturado. Assim, é fundamento crucial quando se trata de um inimigo “invisível”.

Há regulamentações acerca da legitimidade de atos em contextos de guerra. O direito internacional bélico dispõe sobre critérios de distinção entre lícito e ilícito (terrorista) com base na finalidade militar ou civil de determinada ação. Todavia, há grande dificuldade em mensurar e analisar tais critérios. Bonanate¹¹⁵ ressalta que nos parece mais conveniente fazer referência ao terror como instrumento a que recorre determinada governamentalidade. O terrorismo internacional também se encontra novamente em oposição a um modo de terror, que nesse contexto de guerra, sobretudo no pós-grandes guerras mundiais, com a iminência de ataques nucleares, o terror se converte em uma possibilidade de guerra atômica. “O terrorismo é a única arma à qual se pode recorrer quem pensa em subverter a ordem internacional apoiada no chamado ‘equilíbrio do terror’”¹¹⁶.

¹¹⁴ BONANATE, Luigi. Terrorismo político. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13. ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009, p. 1243.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 1244.

A sugestão que nos apresenta Bonanate com essa percepção é de que para mudar a ordem estabelecida, a nível internacional, a única rota possível são as formas irregulares e clandestinas de luta. “Ao terror conservador de quem representa, de qualquer modo, a autoridade em nível internacional contrapõe-se o terror de quem quer subverter esta situação”¹¹⁷. Assim, a tentativa persistente de conceituar o termo é também um tipo de recorte que nos ajuda nessas definições, haja vista os tipos de movimentos terroristas.

Outro recorte oportuno seleciona o terrorismo na lógica de uma ação que admite em sua constituição a combinação de elementos de pensamentos ideológicos e políticos, em que essas ideologias não são prolongamentos de ideologias anteriores. Funcionam de maneira particular e desempenham papéis muito específicos. Aqui, é possível notar a preocupação em perceber algumas especificidades contidas nas ações terroristas e basear sua conceituação nelas. “A tese inspirada no funcionalismo diz que o terrorismo surge quando existe uma crise, sobretudo uma crise política [...] há o surgimento de um processo terrorista pela crise de um estado esfacelado, corrupto ou excessivamente repressivo”¹¹⁸.

A partir da noção de crise política, esfacelamento de um estado e medidas repressivas, é possível perceber que as ações terroristas desequilibram os poderes normativos instituídos: executivo, legislativo e judiciário, além de causar no imaginário coletivo graus distintos de tensão, mobilizando, nos sujeitos, afetos políticos também desequilibrados. Um de seus principais efeitos é a reiteração do poder executivo à custa, sobretudo, do judiciário, que tende a assumir uma posição hierárquica de subordinação em relação àquele.¹¹⁹ Portanto, pensar a estratégia do terrorismo em regimes democráticos torna-se um trabalho muito complexo¹²⁰.

Ao trazermos para análise as concepções mais clássicas de “terror” e “terrorismo”, objetivamos conectá-las ao argumento de Michel Foucault: “guerra como princípio eventual de análise das relações de poder”¹²¹. Na configuração de uma relação pensada a partir do modelo de guerra, disputa, enfrentamento e luta por conquista de hegemonia é possível aprofundar o argumento inicialmente posto: o empreendimento global da guerra ao terror marca um tipo de jogo, esquema, que coloca como problema a necessidade de defesa do

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997, p. 36.

¹¹⁹ *Ibid.*

¹²⁰ Vale destacar que os ataques às instituições após as eleições de 2022, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva retornou à presidência, têm sido identificados como terroristas. Aqui há um exemplo evidente de como nominar de “terrorismo” esses ataques é uma questão bastante complexa que mexe com as estruturas conceituais do termo. Em razão de defender a possibilidade de usos políticos do terrorismo, é fundamental entender quais grupos políticos estão envolvidos na estratégia e quais são suas pretensões políticas com a ação tática utilizada.

¹²¹ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 27.

território e de sua população frente a um inimigo externo; nesse jogo, avulta-se a possibilidade de fabricação desse inimigo, já que não se sabe de onde, quando e nem quais motivações existem nos ataques chamados terroristas. Nesse sentido, é “examinar o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam [...] se deslocam, se estendem, se modificam, mas sobretudo, como eles são investidos por fenômenos globais”¹²².

Nesse sentido, a partir das elaborações de Guilherme de Paula, compreendemos que o período posterior aos atentados de 11 de setembro provocou uma aliança sistemática internacional para tornar o conceito de terrorismo uma definição fixa que funciona de acordo com os interesses políticos em jogo. Por isso, a disputa em torno do conceito tornou-se cada vez mais acirrada e movediça. Em linhas gerais, o peso do acontecimento histórico confere ao termo uma dimensão geopolítica global que, por sua vez, traduz-se no estigma e imaginário social da figura do inimigo de estado. Conforme aponta Seixas:

A violência simbólica do “11 de setembro” aqui é lida como crítica do tempo presente contra todas as formas de opressão, hegemonia e colonização. Marca um evento disruptivo das relações de poder no mundo globalizado atual. A queda das torres gêmeas significa fazer os EUA provar de seu próprio veneno: a violência perpetrada pelo Estado volta-se contra ele mesmo. A representação do ataque à hegemonia, ela mesma, nos leva para uma das definições que aqui muito nos interessa acerca do terrorismo: a tomada de consciência popular contra o estado de terror hegemônico.¹²³

Afirmar, portanto, que não estamos em guerra é confirmar o que diz Foucault a respeito de como atuam os procedimentos de poder, que se modificam para penetrar sutilmente e produzir um tipo de ordenamento que sirva ao seu exercício com maior eficiência. É fundamental pontuar, ainda, que é possível pensar de modo entrelaçado, interconectado, global, se compreendermos que a espinha dorsal dessa articulação é o sistema capitalista. O capitalismo é capaz de privatizar a vida, a partir da compreensão de uma nova razão de mundo: a razão neoliberal, “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”¹²⁴.

Além disso, a noção de biopolítica de Michel Foucault nos possibilita articular o modo como o capitalismo não só é capaz de privatizar a vida, como colocá-la nos domínios e cálculos explícitos do poder. A biopolítica e o biopoder têm por objeto a população e a massa

¹²² *Ibid.*, p. 36.

¹²³ SEIXAS, Eunice Castro. “Terrorismo:” uma explanação conceitual. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, ago. 2008.

¹²⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 7.

global afetada por processos de conjunto, situando-as no interior de uma estratégia de poder de soberania no qual ele sucede historicamente e “insiste, sobretudo na relação distinção que entretém cada um deles, com a vida e com a morte: enquanto o poder soberano faz morrer e deixa viver, o biopoder faz viver e deixa morrer”¹²⁵.

Nessa perspectiva, afirmar que a política é a continuação da guerra por outros meios nos parece coerente. A guerra ao terror, empreendimento estadunidense que garante a governamentalidade dos regimes colonial-capitalísticos exploratórios e predatórios nos Estados Unidos da América, deflagra a noção de continuidade do estado bélico de enfrentamento. Desse modo, a historicidade da categoria “terrorismo” se preenche de contornos controversos, ora pensados como contra-ataque à hegemonia, ora como ameaça exterior aos palácios do poder.

Sobre terrorismo, Linn nos adverte: “ser terrorista é ter uma arma apontada para própria cabeça”¹²⁶. O que podemos traduzir como colocar o corpo no mundo, encarar a disputa por espaço de vida, esquivar-se constante dos moldes de captura. Conforme Butler, há uma questão primária a ser feita nessa configuração em que a guerra se apresenta como panorama: “em que condições torna-se possível apreender uma vida como precária [...]?”¹²⁷. Nesse mote, há um dado que se descortina logo quando a questão nos é apresentada, em diversos contextos. Localizamos uma das primeiras aparições do terrorismo no contexto da Revolução Francesa, todavia, em função do deslocamento analítico proposto aqui, compreendemos a relevância do uso de significantes políticos de modo estratégico, sobretudo no contexto da história política contemporânea. No contexto do ataque às torres gêmeas, há um ponto crucial para a compreensão do terror como ação/tática eminentemente violenta contra a hegemonia.

Diante da problemática, Butler nos ajuda a refletir e analisar de que modo determinados enquadramentos ou “[...] certas maneiras de enquadrar a vida servem de base para tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida”¹²⁸. Nesse sentido, é estratégico o movimento de arquitetar a guerra ao terror, a fim de institucionalizar uma noção global acerca do terrorismo, que tenha como chave de leitura o ataque contra os EUA.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 55.

¹²⁶ PINTO, Núria R. Linn da Quebrada: “Terrorista de género significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça”. **Rimas e Batidas**, 02 mar. 2018. Disponível em: <https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-ter-minha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeça/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

¹²⁷ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 14.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 15.

Esse movimento procurou enquadrar,fixar um inimigo comum, exterior a todo o Ocidente, e criar não apenas um imaginário coletivo acerca do que é uma ação terrorista, como também fabricar uma imagem, a representação social da figura do terrorista, entendida como uma “forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada”.¹²⁹ Por isso, não apenas o termo, mas o estereótipo do terrorista foi criado sob a égide de sistemas de interpretação que regem a nossa relação com o mundo, com os símbolos e com os outros, orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais¹³⁰, tornando-as inteligíveis e, por conseguinte, conectando o sujeito a um objeto de incidência das relações de poder e controle. No limite, para que haja um empreendimento de guerra contra algo/alguém é preciso construir a imagem desse outro.

Nesse sentido, Chaliand e Blin reiteram que “o fenómeno terrorista é mais difícil de qualificar do que parece. A questão tende a ser confundida por interpretações ideológicas, junto com a tentação, especialmente por parte dos governos, de recorrer a imagens diabólicas sempre que o termo é apresentado”¹³¹.

Imagem 7 – A imagem que vira verbo: terror



Fonte: Gerard Chaliand e Arnaud Blin (2017).

A montagem feita acima, a partir de figuras que circulam nas redes, corrobora a construção desse imaginário e nos remete precisamente à guerra civil que, conforme afirma Michel Foucault, “é a matriz de todas as lutas de poder, de todas as estratégias do poder [...] matriz de todas as lutas pelo e contra o poder”¹³². Contra o poder sobre a vida, a luta pela

¹²⁹ JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 19.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 20.

¹³¹ CHALIAND, Gerard; BLIN, Arnaud. **História do terrorismo**: da Antiguidade à Alcaida. [S.I.]: Odete, 2017, p. 4.

¹³² FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Editora WMF, 2015, p. 34.

existência. Nesse sentido, completa Pál Pelbart, “é o enfrentamento entre elementos coletivos, religiosos, étnicos, comunitários, linguísticos, de classe [...]”¹³³. Desse modo, “o poder não é o que suprime a guerra civil, mas o que a conduz e a continua”¹³⁴.

O terrorismo, construído simbolicamente por meio dessas imagens, é instrumento usado não apenas pelas lutas por poder, mas principalmente contra o poder. Essa leitura é fundamental para a compreensão de nossa proposta, uma vez que enquanto conceito político, o terrorismo, signo discursivo, foi preenchido de significantes que objetivam criminalizar ações contrárias aos aparelhos de Estado. Por isso, o terrorismo nos conduz a perceber as investidas do enquadramento colonial-capitalístico. O *modus operandi* desse tipo de enquadramento atua transformando os corpos em objetos de incidência de seu poder.

A reflexão sobre como essa conduta é a continuação da guerra civil nos leva a compreender de que maneiras o poder, por meio de suas estruturas históricas, cria imagens de possíveis alvos para captura. Nesse sentido, é fundamental apresentar brevemente o entendimento acerca do que se compreende como neoliberalismo e capitalismo, noções fundamentais para percebermos como a vida entra nos cálculos do poder. Ademais, compreendemos por enquadramento colonial-capitalístico duas noções acopladas: a noção de enquadramento e a noção de inconsciente colonial-capitalístico.

Compreendemos a noção de inconsciente colonial-capitalístico como “o modo de relação entre capital e força vital próprio do regime em sua atual versão, inteiramente distinto de seu modo fordista”¹³⁵. Por isso, o argumento que sustenta toda a construção desse regime se dá na lógica da tomada de assalto da vida pelo poder, apropriada pelo capital, que pretende minar a potência de criação e de transformação. Conforme aponta Suely Rolnik, trata-se de um regime que, de modo profundamente triste e cansativo, explora a função criadora individual e coletiva, transformando-a em motor de sua racionalidade.

Considerando os efeitos discursivos e reais da noção de guerra que pretendemos construir aqui, é fundamental levar em consideração o que de contradiscurso é produzido em resposta às modalidades de guerras contemporâneas. Nesse liame, Butler procura nos chamar atenção para determinados modos de enquadrar epistemologias e considera que “as molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, conseguimos apreender a vida dos outros como

¹³³ PÁL PELBART, Peter. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 64.

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Editora WMF, 2015. p. 34.

¹³⁵ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018, p. 31.

perdida ou lesada [...] estão politicamente saturadas. Elas são em si mesmas operações de poder”¹³⁶.

Apresentar os modos contemporâneos de exploração do capital é urgente, uma vez que pretendemos avançar as análises marxistas clássicas que não conseguem contemplar o modo como os agenciamentos dos corpos têm movimentado um território material que leva em conta a noção da pulsão de vida como objeto de lucro. Assim, a noção se articula com a ideia de neoliberalismo, já que a estratégia neoliberal se mostra bastante conectada às formas de fabricar subjetividades que, confortáveis com o regime, têm a falsa sensação de liberdade plena nas condições de vida. Nesse sentido, pelas lentes do enquadramento colonial-capitalístico, passamos a enxergar o reconhecimento da imagem das terroristas como representação social, imprimindo sentidos que produzem efeitos de terror. Por isso, conforme afirma Butler, “as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas”¹³⁷.

Consideramos o neoliberalismo como um projeto político, ideológico, econômico, cultural e social. Ao encontro dessa perspectiva, David Harvey¹³⁸ nos apresenta a faceta sistemática neoliberal que se ocupa de certo bem-estar humano, travestida sob a ideia de “prática político-econômica”. A fim de assegurar o suposto “bem-estar”, é fundamental que a liberação das capacidades empreendedoras seja também garantida, uma vez que esse projeto só se efetiva à medida que se alcança potencialmente a liberdade individual de propriedade privada, o livre mercado e o livre comércio.

Nesse contexto, o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional adequada para que as práticas de livre mercado e livre comércio fluam tranquilamente. Dessa forma, é fundamental registrar que o neoliberalismo tem uma história de coerência. Cabe salientar também que lidamos com um sistema em metamorfose constante, não sendo possível considerar o capitalismo, estrutura base para pensarmos a lógica neoliberal, como algo estático e imutável. Assim, suas próprias contradições são verificadas como mote para seu fortalecimento histórico.

Consonante à ideia apresentada por David Harvey, Christian Laval e Pierre Dardot reiteram que o neoliberalismo não se configura apenas como uma ideologia, mas como um tipo de política econômica. Para funcionar, é preciso que esse sistema seja capaz de normatizar uma estrutura em escala global. Nesse sentido, o pulo do gato para pensarmos

¹³⁶ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 14.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 21.

¹³⁸ HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

como o capitalismo é capaz de privatizar a vida se dá justamente na compreensão dessa nova razão de mundo: a razão neoliberal, “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”¹³⁹.

Vejam, portanto, que a nova razão de mundo vem acompanhada de uma faceta bastante interessante do capitalismo, qual seja, a ideia de “capitalismo rizomático”¹⁴⁰. Peter Pál Pelbart nos conecta a essa ideia, ao circunscrever a análise dessa nova razão de mundo em uma estrutura nomeada de capitalismo em rede ou capitalismo conexionalista. Seguindo o percurso de Luc Boltanski e Ève Chiapello, Pál Pelbart também compreende um “novo espírito do capitalismo”¹⁴¹. Esse espírito se metamorfoseia de tal modo que é capaz de retomar aspectos importantes das críticas formuladas nos anos de 1960-70 – o que Eric Hobsbawm¹⁴² situa como o grande colapso da “Era de ouro”, sobretudo com a crise do petróleo em 1973 – e incorporá-las à sua lógica de funcionamento e retroalimentação.

Essa “natureza global da crise” é um dos pressupostos que se alinha às ideias anteriormente apresentadas: o esfacelamento de uma razão de mundo e a emergência de outra. Explicando em outros termos, as reivindicações, herdeiras do maio de 1968 francês, por autonomia, criatividade, produtividade, autenticidade e liberdade, assim como a crítica à alienação no trabalho, às estruturas rígidas, conservadoras e hierárquicas da sociedade, foram incorporadas ao sistema e, agora, fazem parte de uma nova normatividade estrutural. Ou seja, “significa que ao satisfazer em parte as reivindicações libertárias, autonomistas, hedonistas, existenciais, imaginativas, o capitalismo pôde ao mesmo tempo mobilizar nos seus trabalhadores esferas antes inatingíveis”¹⁴³.

Esse é justamente o modo como o capitalismo, em sua faceta rizomática, é capaz de tocar a dimensão mais íntima dos indivíduos, implicando um transtorno dessas rígidas estruturas, legado do fordismo e taylorismo. Nessa perspectiva, ele se apresenta como um mecanismo mais aberto, flexível, autônomo e horizontal, com potencial de satisfazer a crítica de um trabalho massificado e homogeneizador, fundamento que já não se sustenta em uma sociedade neoliberal. Por esse motivo, a nova faceta do capitalismo conseguiu incorporar as demandas e o potencial revolucionário dos anos de 1960 e 1970 e minar a capacidade incisiva de enfrentamento para desarticular a dominação do sistema.

¹³⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 7.

¹⁴⁰ Para melhor compreensão do conceito de rizoma, ver DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. Volume. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.

¹⁴¹ BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

¹⁴² HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁴³ PÁL PELBART, Peter. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 96

Trazer neste texto, ainda que resumidamente, as dinâmicas de movimento do sistema capitalista nos é útil para pensarmos e analisarmos alguns possíveis desdobramentos da realidade brasileira contemporânea, no recorte temporal “Jornadas de Junho” de 2013. Conforme apontam Dardot e Laval, o dispositivo neoliberal tem a capacidade de trazer em si uma ideia bastante peculiar de democracia, que se sustenta pelo fundamento paradoxal de um “antidemocratismo”. Segundo os autores, “o direito privado deveria ser isento de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma do sufrágio universal”¹⁴⁴. Posto em outros termos, isso pressupõe uma autogestão total e intensificação de uma lógica individualista que, com efeito, é capaz de ficar aquém de quaisquer regras, normas e leis impostas por um Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, é possível fazer algumas conexões com as novas formas de governar e viver que têm sido motivo de polêmica: uma lógica de espetacularização da vida e o próprio fim da política. Isto é, a obsessão pelos projetos da lógica neoliberal é o que garante, em larga escala, a manutenção e o fortalecimento dessa nova razão de mundo. Pál Pelbart nos alerta que “o termo ‘projeto’ mascara a diferença entre projetos capitalistas ou políticos, tudo é projeto, com isso mesmo as forças hostis ao capitalismo são facilmente recrutadas por projetos¹⁴⁵.”

Se tudo é projeto, e um projeto pode ser traduzido em determinada capitalização de relações, afetos, desejos e ideias em circulação, é possível arrolarmos a nossa realidade social a essa composição sinistra, que congrega forças sombrias para capturar o que há de mais íntimo, capitalizar o que há de mais profundo e individual e privatizar a vitalidade social de uma nação inteira. Movimentos como esses ficaram evidentes no projeto de governamentalidade de Jair Bolsonaro e Donald Trump, para situar apenas os exemplos mais próximos de nós, além de Mauricio Macri, na Argentina; Sebastián Piñera, no Chile; Mario Abdo Benítez, no Paraguai, entre outros.

O neoliberalismo, incentivando a liberdade de atuação de grandes conglomerados empresariais, significou profundo atraso no que tange às conquistas sociais de trabalhadores, cravou a possibilidade de intensificar o desemprego, precarização das condições de trabalho, bem como o enfraquecimento de sindicatos, movimentos sociais e partidos de esquerda, como foi dito no início deste texto. Nesse sentido, a relação assimétrica de forças dos conglomerados comunicacionais é fortalecida, e essa indústria cultural criada e articulada de

¹⁴⁴ DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. A **nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 8.

¹⁴⁵ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 100.

modo global torna-se o principal veículo ideológico do capitalismo rizomático, deslegitimando qualquer perspectiva ou postura contrária e construindo um pensamento único. Dardot e Laval pontuam que:

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial¹⁴⁶.

Nesse cenário, é possível intuímos que há uma espécie de guerra cultural global, isto é, um clima de rivalidade, disputa e polarização que permeia o contexto em que vivemos hoje. Eu diria, na verdade, que vivemos uma disputa por narrativas, ou seja, uma guerra discursiva em que, de um lado, há grupos que tencionam pensar as várias possibilidades de existência, direitos, democracia etc.; enquanto há outros que reivindicam – com um quê de “ressentimento” e pautados na falácia “o passado é sempre melhor” – uma realidade em que o pluralismo, multiculturalismo e a manifestação livre do desejo não sejam possíveis.

Dessa formulação nos interessa a seguinte questão: no Brasil contemporâneo, qual é a linguagem política usada para mobilizar o medo, sobretudo no eleitorado que definiu a vitória de Jair Bolsonaro em 2018? Nesse campo, é possível percebermos a produção do medo contínuo, da morte violenta, da despossessão de bens, da invasão de privacidade, do desrespeito à integridade física e coesão social. A mobilização do medo enfraquece a mobilização da ação coletiva, uma vez que os indivíduos se veem submetidos a um regime de concorrência em níveis que definem novos modos de sociabilidade e constituição de subjetividades.

A polaridade de setores que se veem cooptados pelo capitalismo rizomático/neoliberal, e aqueles que em seu último suspiro potente ainda resistem, acaba por minar a solidariedade, o senso de comunidade e a noção de cidadania. Os fenômenos de abstenção eleitoral observados pela polarização, processos de dessindicalização, propagação de discursos de ódio parecem nos conduzir ao enfraquecimento da capacidade de agência contra o capitalismo rizomático/neoliberal. Assim, é possível afirmar que as mutações dessas novas subjetividades constituídas pelo fenômeno neoliberal produzem um sentimento de egoísmo social, negação de solidariedade, o que desemboca em movimentos reacionários e protofascistas.

¹⁴⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 9.

Gostaria, ainda, de destacar que há outras matrizes de inteligibilidade passíveis de estabelecer os domínios do cognoscível acerca da imagem do terrorista. Além disso, há possibilidades de agir a fim de retomar a pulsão criativa, coletiva e de cooperação mútua capaz de servir de mola propulsora para o que se desenhará, ao longo dessas páginas, como potência terrorista. A potência, ou seja, capacidade de ação de um sujeito sobre seu corpo e a condução de sua subjetividade, é incansavelmente minada pelas ações do que consideramos como o poder dos aparelhos de Estado, poder sobre a vida, biopoder. Uma das respostas possíveis ao enquadramento dessa guerra contemporânea, guerra de subjetividades, é justamente a arte/música/performance como modalidade de revide.

A leitura que Gilles Deleuze faz da ética espinosista nos possibilita articular de que modo Linn da Quebrada, terrorista de gênero, é capaz de enfrentar não apenas sendo resistência na equação dos cálculos do poder, mas também potência, ato, ativa e em ato. Deleuze afirma que “toda potência é inseparável do poder de um poder de ser afetado, e esse poder de ser afetado encontra-se constantemente e necessariamente preenchido por afecções que o efetua”¹⁴⁷. Nesse sentido, Linn, ao performar o enfrentamento, o embate contra a insistente máquina de guerra estatal, capta os sentidos da estratégia do terror. Sentidos que também fazem parte da construção semiótica das representações sociais dos grupos terroristas que investem contra o Estado.

Nessa seara, levanto a seguinte questão: o que conecta as imagens difundidas e assimiladas como imagens de grupos terroristas às imagens da performer Linn da Quebrada? Arrisco responder que essa conexão emerge da estética do bizarro, do estranho, do cuíer, daquilo que escapa e do que não se pode identificar – trata-se de uma fronteira que borra a percepção e a possibilidade do enquadramento. Nesses termos, “uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem que lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002, p. 103.

¹⁴⁸ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 23.

Imagem 8 – Lina, Linn, Da Quebrada, Do terror.



Fonte: Fabiano Rocha (2019).

A essa moldura apresentada, algo ultrapassa. Há algo que escapa e rompe nosso senso do que é real; ou seja, “algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas”¹⁴⁹. Linn, ao performar uma figura que beira o estranhamento, de manto vermelho vivo, rosto coberto, formas e tecidos extravagantes que indefinem a forma do corpo que é coberto, borra incessantemente aquilo que se tenta apreender como vida humana. Desse modo, “o que escapa ao controle é precisamente o que escapa ao contexto que enquadra o acontecimento, a imagem [...]”¹⁵⁰.

O sentido que gostaria de fixar para as imagens de Linn, que se movem no espaço-tempo, é de uma estética radical do corpo capaz de aterrorizar o enquadramento colonial-capitalístico, justamente porque a função de apreender essa vida se tornou inútil. A imagem apresentada não consegue conter, transmitir, capturar e determinar quem ou o que é Linn da Quebrada. Nos quadros de guerra, quando uma vida não pode ser emoldurada, evidencia-se o mecanismo de poder que se efetua sobre os corpos. Nesse sentido, Linn quando performa a terrorista “oferece condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror [...] que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência”¹⁵¹.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 24.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 25.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 27.

Por vidas mais vivíveis, ou pelo direito do modo existente, Linn mata aquilo que nela já não carrega as possibilidades estratégicas de ação na guerra contemporânea. Terrorista de gênero é “tudo aquilo que eu sou determinada a fazer para perseverar na existência (destruir o que não convém, o que me é nocivo, conservar o que me é útil e convém)”¹⁵². Ao tentar apresentar de modo crítico o conceito de terrorismo, gostaria de evidenciar que se tomado isoladamente, esse termo atua de modo político e estratégico e, para efeitos epistêmicos, atua como componente de tensão e crítica ao conceito de gênero.

1.3 ALGUMAS DEFINIÇÕES DE GÊNERO DEVERÃO SER ATUALIZADAS

Por ocasião de uma atividade promovida pelo Espaço aberto¹⁵³, Linn da Quebrada é convidada a falar sobre o “gênero e suas normas” no projeto da fazenda de Juta, comunidade em que morava na Zona Leste de São Paulo. Para iniciar o debate, ela pergunta aos participantes do evento: “O que é gênero? Quais são os gêneros que existem¹⁵⁴? Alguém presente na roda responde: “Oficialmente dois, masculino e feminino”. Linn concorda com a assertiva. A partir da segunda pergunta feita por ela nessa ocasião, apresentaremos a tessitura que nos interessa pensar aqui, nomeadamente, o modo como as relações de gênero se estabelecem nos espaços cotidianos. Mas, antes, trazemos alguns apontamentos acerca dessa questão.

Novamente, lembramos que os conceitos têm história. Portanto, se o termo “gênero” é pensado aqui conceitualmente, ele é historicizado. Entender a dimensão dessa historicidade é fundamental, uma vez que é, conforme nos diz Deleuze, um componente que se acopla e dá sentidos outros e se define por eles. Por isso, trata-se de “uma multiplicidade¹⁵⁵.” Nesse sentido, (re) atualizar e historicizar o conceito se faz necessário não somente para pensar questões epistêmicas, filosóficas e sociais/culturais, mas também e, sobretudo, para possibilitar a ação pragmática de criação de políticas públicas e sociais frente a uma racionalidade estatal que, como vimos desde o início deste texto, é necropolítica, produz mundos de morte e aniquila em uma guerra justificada corpos abjetos e vidas dissidentes,

¹⁵² DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002, p.107, grifos nossos.

¹⁵³ O projeto ESPAÇO ABERTO para a DIVERSIDADE SEXUAL e de GÊNERO na PERIFERIA existe desde 2015, quando o *Coletive* foi contemplado pelo Programa VAI II e realizou uma série de encontros e produziu o espetáculo “É pra copiar ou reescrever?”, que trata das questões de gênero na escola. Atualmente, o projeto acontece no Ponto de Cultura Fazenda da Juta, mas sem subsídio financeiro.

¹⁵⁴ ESPAÇO ABERTO Gênero e suas normas com Linn da Quebrada. 2016. 1 vídeo (5:37 min). Publicado pelo canal Coletive Zoom no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/RgTbQH3N6S8>. Acesso em: 25 abr. 2023.

¹⁵⁵ DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O que é a Filosofia?*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 25-49.

além de criar uma política sexual que elimina possibilidades de se experimentar e se efetuar o desejo.

A fim de não cairmos na armadilha do aprisionamento e da fixação dos significados, admitimos que os discursos são proferidos como uma tecnologia que traduz traços gramaticais em traços sexuais. Antes de começarmos a dizer propriamente do corpo e das suas construções, entendemos como pertinente a crítica às significações do “gênero”. O conceito de gênero compreendido enquanto diferença sexual tornou-se uma limitação à crítica e às epistemologias feministas, uma vez que pressupõe sempre uma diferença da mulher, enquanto identidade fixa e universal, em relação ao homem, uma identidade também fixa e universal.

“Ela tem cara de mulher. Ela tem corpo de mulher. Ela tem jeito. Tem bunda. Tem peito. E o pau de mulher”¹⁵⁶. Quando Linn da Quebrada nos acerta precisamente com essa fala – como se fossem mil enormes agulhas penetrando o pensamento – é possível a reflexão de elementos outros que foram acoplados ao conceito de gênero no desdobrar das formações históricas e que o investiram de sentido e significados políticos.

Entendemos que o termo “gênero” já não é mais compreendido como sinônimo de “mulher.” Ao decompor o verso supracitado para uma breve análise, notamos que há ali um elemento que nos “confunde”, precisamente, a presença do “pau”. Isso porque a leitura de determinados sujeitos nos espaços sociais ou no interior dos grupos é feita a partir da materialidade dos corpos. Desse modo, quando Linn canta a afirmação: “Ela tem pau de mulher”, a cisgenderidade – tecnologia de gênero que configura os arranjos normativos que se estabelecem como modelo referencial do real para indicar, classificar, ordenar, hierarquizar subjetividades e marcar esses corpos – é expulsa, colocada em xeque.

Conforme Joana Maria Pedro, gênero, termo em disputa constante, é uma categoria que emerge de vastas elaborações epistêmicas, e sua história “é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”¹⁵⁷. Esses corpos dissidentes, a partir de movimentos micropolíticos, ganham visibilidade e entram no que eu gostaria de considerar como “subjetividades em guerra”, subjetividades em disputa pelo espaço de experiência e pelo direito de produzir, no presente, suas narrativas e memórias. Essa guerra, considerando-se a noção foucaultiana de política como a guerra continuada por outros meios,

¹⁵⁶ LINN da Quebrada - blasFêmea | Mulher. 2017. 1 vídeo (10:18). Publicado pelo canal Linn da Quebrada no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/-50hUUG1Ppo>. Acesso em: 17 mai. 2023.

¹⁵⁷ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

é o *modus operandi* de Estados inseridos no regime colonial-capitalístico. Conforme Pál Pelbart nos elucida:

Porém já não se trata, como em séculos anteriores, de uma guerra entre Estados-Nação pela conquista de terras supostamente inabitadas, visando garantir matéria-prima ou disputando mercados, mas de uma *guerra contra a própria população*, uma guerra de classes, de raças, de sexos, de subjetividades.¹⁵⁸

Por isso, a crítica que se delineia aqui assume que as posições de sujeitos de gênero e a sexualidade são múltiplas e que, por sua vez, é impossível lidar com essas experiências a partir de uma leitura binária e fixa. Além disso, cabe considerar que os corpos mestiços vêm atravessando constantemente as fronteiras e mais: “o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira”¹⁵⁹.

É preciso uma categoria, portanto, que tente pensar a experiência vivida e partilhada desses corpos, subjetividades e movimentos de fronteira, que seja disruptiva à estrutura fixa de uma proposta de captura identitária no horizonte da História. Tomando essa “tarefa” como ponto de partida, proponho primeiramente um movimento que pretende deslocar a noção fixa da ideia de identidade. Nessa perspectiva, pensar o sujeito, o sexo, o gênero, o corpo e a identidade, objetos de estudo incomuns para a historiografia até o século XX, só é possível, talvez, porque a própria noção do que é História foi repensada e reorganizada.

É fundamental pensar que a escrita da história se pretende libertária de conceitos tradicionais, marcados por processos cristalizadores e fixos, por ideias de causalidade, continuidade e centradas, por sua vez, em um sujeito fundante, universal. Logo, faz-se pertinente a crítica à ideia de identidade. Será que, de fato, existe um núcleo de coerência que determina o modo como devemos ser e nos representar perante o mundo? Com que finalidade reivindicamos e lutamos por algo que nos fixa, nos demarca e nos aprisiona? Marcar com os efeitos do social.

Ao pensar a analítica do sujeito/identidade, Michel Foucault critica a ideia do sujeito universal ao mesmo tempo que faz do sujeito uma categoria conceitual e o eixo do seu pensamento. Vale lembrar que o conceito é pensado enquanto uma construção histórica que tem seu nascimento na modernidade e seu auge, sobretudo, no século XIX. Nesse cenário, o sujeito é uma invenção, e outras formas de concepção serão criadas em seu lugar. Há, desse

¹⁵⁸ PÁL PELBART, Peter. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 43.

¹⁵⁹ LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, 2001, p. 542.

modo, formas históricas de sujeito. “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis”¹⁶⁰.

Para além da analítica do sujeito, Foucault foi capaz de produzir uma *História da sexualidade* (1998) e colaborar, mais uma vez, efetivamente para os estudos feministas e de gênero, partindo do pressuposto de que a sexualidade é uma invenção social, constituída e perpassada por vários discursos acerca do sexo. Não obstante, esses discursos controlam, regulam, normalizam e produzem verdades sobre o sexo. Nesse sentido,

o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado.¹⁶¹

Os discursos têm a função de inscrever o sexo em um campo do saber específico para que se possa aplicar sobre ele uma tecnologia política. Dessa maneira, o *dispositivo da sexualidade*¹⁶² age de maneira a instaurar uma ideia sobre o sexo, unificada à conduta sexual, e arregimentá-la como norma, o que acaba por concentrar esforços para torná-la lugar de verdade. Ou seja, é o desejo, segundo Foucault, de que o sexo entre no discurso e seja monitorado, controlado o tempo todo.

A partir da noção de sexo e sexualidade proposta por Foucault, foi necessário dentro da crítica feminista fazer a distinção entre sexo e gênero. Soihet explica que pensar a separação dos termos já implicaria, para os debates de meados da década de 1990, uma postura crítica na teoria, ao “permitir explicar e deslegitimar a suposta homologia entre diferenças biológicas e sociais”¹⁶³. O gênero corresponderia, assim, à tradução social do sexo no interior de determinada cultura. Para construir, no entanto, é necessário que o natural deixe de ser. Mas, afinal, o que é o sexo? Ele é natural, anatômico, cromossômico? Biológico? Teria o sexo uma história? Se desnaturalizado, o sexo pode ser considerado um constructo tanto quanto o gênero, desse modo, não faz sentido ser o gênero, então, tradução cultural do sexo, pois não háá distinção alguma. Nesses termos, pode-se dizer que o que sobra do sexo se assume, então, como marca da construção social e se torna gênero?

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 20.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 24.

¹⁶² Segundo Foucault, “o dispositivo da sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais do poder”, ele engendra “uma extensão permanente dos domínios e qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”. *Ibid.*, p. 88-101.

¹⁶³ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 50.

Acerca das questões de gênero, pensa-se em descortinar a categoria homem/mulher como uma oposição binária e universal que se autorreproduz e é fixada sempre da mesma maneira. Corrobora com esse argumento a teórica feminista Judith Butler ao dizer que “não há razões para supor que os gêneros também devam permanecer dentro de um sistema binário”¹⁶⁴.

Dessa maneira, “o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero — os quais, a rigor, nenhuma dessas dimensões de corporeidade significativa expressa ou reflete na outra.”¹⁶⁵ Isso significa dizer que gênero, sexo, corpo e desejo são elementos que se relacionam, uma vez que constituem parte do sujeito. Contudo, podem não se refletir um no outro, tendo em vista que o corpo nem sempre corresponde ao gênero, ao sexo, ao desejo e vice-versa. Sua efetivação se intensifica sob a imposição de que, para se tornarem inteligíveis, os sujeitos precisam adequar seu gênero aos padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.¹⁶⁶ Quando Linn diz “ela tem pau de mulher”, essa conformidade não pode ser reconhecida na matriz de gênero universalizada. Ela, então, dá um *start* que questiona a categoria.

Discute-se, portanto, a construção das identidades, a construção dos corpos, que se configurou ao longo dos tempos como campo profícuo de análise. No contemporâneo a crítica à concepção identitária e sua compreensão fornece evidências para uma análise das relações sociais, que possibilita a (des) construção do gênero e do sexo. Dessa maneira, ainda que os estudos sobre gênero tenham priorizado perspectivas teóricas acerca da construção da subjetividade feminina, isto é, do modo como se pensam as mulheres, majoritariamente cisgêneras¹⁶⁷ e suas formas de representação, quando se pensam as identidades de gênero, é possível refletir e se referir também aos homens. Para tanto, argumenta Guacira Lopes Louro:

a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista *a priori*. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos de representações sobre mulheres e homens são diversos.¹⁶⁸

¹⁶⁴ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

p. 24).

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 194.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ Essa definição, de modo breve, sugere que o sujeito se identifica e assimila os atributos biológicos com os quais nasceu e, assim, constrói sua identidade. No capítulo 2, discutiremos de modo mais aprofundado essa questão.

¹⁶⁸ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 23.

A autora observa a historicidade do gênero de modo a considerar que as concepções acerca do conceito variam entre as sociedades e os diversos momentos históricos e, para além disso, no interior das sociedades, tendo em vista a multiplicidade dos grupos sociais que a constituem. Portanto, é fundamental entender o gênero enquanto um elemento constituinte da *identidade* dos sujeitos. Ou seja,

as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros.¹⁶⁹

Assim sendo, pensar a identidade e o sujeito como constructos sociais, como processos em curso, ao longo da vivência humana, oferece-nos a perspectiva de uma identidade fluida, transitória e múltipla, que significa apenas o que já foi e não é mais. Nessa perspectiva, Tânia Navarro Swain advoga que “uma cartografia identitária é, afinal, o que nos resta para observarmos o percurso de opções, movimentos e atuações ao longo de nossas histórias pessoais/sociais”¹⁷⁰.

As discussões sobre as relações de gênero possibilitam escapar da filosofia do sujeito e das armadilhas da afirmação da identidade única, para entrar em outro campo capaz de novas formulações de perguntas e respostas. Para tanto, os próprios feminismos devem reconceituar o que se entende sobre subjetividade, dado que há reivindicações que movimentam as maneiras pelas quais os sujeitos são representados e produzidos.

Entretanto, de fato, o conceito de gênero, submetido às críticas cuíer, provocam a desconstrução de categorias naturalizadas ou mesmo sequer pensadas, como a cisgeneridade. Além disso, a presença de sujeitos “incoerentes”, como Linn, automaticamente nos incita a pensar de que maneira essa naturalização que incide sobre os corpos, tornando-os sexuados, e sobre os sujeitos configura as relações sociais; a partir de então, podemos nos questionar: há perspectivas de pensamento que não nos aprisione dentro de categorias pautadas em identidades sexuais, ou de gênero, cristalizadas? Penso que os esforços agrupados até então tentam penetrar a historicidade das relações de gênero para expor os mecanismos simbólicos que instauram as hierarquias, que são conseqüentemente produtoras de desigualdades. Cabe evidenciar, ainda, que é no campo das desigualdades que são forjadas as dominações.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 24.

¹⁷⁰ NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, Brasília, v. 8, n.1/2, p. 47-86, 2000, p. 14.

Ainda que haja o esforço de reconhecer essa relação enquanto construção social, esse reconhecimento não é suficiente para eliminar as desigualdades, já que a operação dessa construção nem sempre fica evidente. Por isso, primeiramente, propomos pensar o gênero enquanto uma “tecnologia sexual”, ou seja, um “produto de diferentes tecnologias sociais (ex. cinema), discursos, epistemologias e práticas”¹⁷¹. Portanto, se há uma reiteração do que é ser mulher ou homem, para colocar em termos binários, ela é produto de diversas tecnologias sociais que atuam em conjunto para criar essa realidade permanente.

Ademais, é fundamental considerar que a natureza e a identidade são situações ilusórias, funcionam como forma de aprisionar os sujeitos dentro de um espaço delimitado, construído a partir de normas socialmente prescritas que os fixa, cada vez mais, nesse invólucro. Nessa seara, pretendemos, antes de tudo, enquanto um trabalho em história, produzir um tipo de conhecimento que contribua para romper e desconstruir o modo como as teorias sociais vêm articulando seus modelos explicativos de mundo e propor modos alternativos que problematizem os rearranjos dessas relações entre o corpo, o sexo e o gênero. Nesse sentido, Butler observa:

O gênero é a contínua estilização de um corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser. Para ser bem sucedida, uma genealogia política das ontologias de gênero deverá desconstruir a aparência substantiva do gênero em seus atos constitutivos e localizar e explicar esses atos no interior dos quadros compulsórios estabelecidos pelas várias forças que policiam sua aparência social.¹⁷²

O gênero não é entendido apenas como um processo, mas um tipo de processo bastante curioso em que se percebe um “conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido”¹⁷³. O sujeito, portanto, não está livre para escolher que gênero ele vai encenar. O “roteiro” já está, na maioria das vezes, determinado no interior desse quadro regulatório, dito em outros termos, há uma quantidade limitada de “figurinos”, dentre os quais o sujeito pode fazer uma escolha restrita do estilo de gênero que irá adotar.

A manutenção de uma coerência entre sexo, gênero e desejo para que os aspectos materiais e subjetivos dos corpos tornem-se inteligíveis e reconhecidos social e politicamente caracteriza uma concepção cis heteronormativa em relação à sexualidade e ao próprio corpo.

¹⁷¹ LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 208.

¹⁷² BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 33.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 33.

Essa “coerência” implícita ou explícita é centrada na matriz heterossexual, e mesmo a concepção binária dos sexos em termos opostos pressupõe essa configuração. Por isso nos parece, no mínimo, estranho dizer um enunciado como: “homens com seios fartos”.

Uma estratégia teórica proposta aqui para problematizar noções constituídas de corpo e sexualidade é a ideia de *performatividade*, conceito introduzido no primeiro capítulo do livro *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, em que ela afirma, dentre outras coisas: “o gênero demonstra ser performativo —quer dizer, constituinte da identidade que pretende ser, ou que simula ser”¹⁷⁴. Nesse sentido, o gênero é sempre um fazer, mas esse fazer não pressupõe a presença de um sujeito anterior, preexistente ao feito.

Isto é, como nos afirma Nietzsche, em *A Genealogia da Moral*, “não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação — a ação é tudo”¹⁷⁵. Adaptando as formulações de Nietzsche às análises do conceito de gênero e *performatividade*, Butler complementa que “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; a identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ que supostamente são seus resultados”¹⁷⁶. Há, por isso, uma *performance* sem um autor, um ato sem ator.

1.3.1 Gênero e descolonização epistêmica

Como apresentado na seção anterior, a categoria gênero é atravessada por relações de poder, portanto, corroborando com o argumento do historiador Guilherme Tadeu de Paula, é também um conceito político, efeito de disputas entre diversos grupos políticos. Nesse sentido, é fundamental localizar que até o momento da crítica feita a partir das teorias cuier, essa categoria carregava marcas socioculturais e políticas significadas por pessoas brancas, cisgêneras, majoritariamente de classe média, não deficientes e intelectualizadas.

Já apontamos a emergência dos movimentos micropolíticos, sobretudo, os dissidentes sexuais e de gênero que protagonizam uma série de lutas de (re) existência, performam novos modos de existir, sociabilizar, construindo uma ética política de autonomia, liberdade, emancipação, reconhecimento de sua pluralidade histórica. Nesse sentido, três categorias funcionam como chaves de leitura para compreensão desses fenômenos, são elas:

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 25.

¹⁷⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

¹⁷⁶ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 25.

colonialidade, modernidade e decolonialidade. Herdamos da colonialidade racionalidades pautadas pelo deslimite da violência. O alvo dessa violência, dentro dessa lógica, é tudo aquilo, todos aqueles que não são reconhecidos como humanos; é sobre esses que a necropolítica tudo pode e tudo faz para manutenção do exercício de poder.

A energia vital da locomotiva do progresso a modernidade tratou de consumir com o governo dos outros, gestão de corpos dóceis e úteis que a sociedade disciplinar produz no expelir das fumaças cinzas de fábricas coloniais deslocadas do tempo-espaço. A razão universal e imperial que pensa no avanço e no progresso, na limpeza racial, eugênica e branqueada, opera na configuração do sistema-mundo colonial-capitalístico. Nessa seara, conforme Quijano¹⁷⁷, é urgente descolonizar as relações de poder, apontar os mecanismos das formas de dominação e exploração e orientar as práticas sociais cotidianas para uma política de coalizão, coexistência e democracia.

Comprendemos aqui a colonialidade como eixo central da produção dos saberes constitutivos das epistemologias do Ocidente. Além disso, é fundamento da racialização e do enquadramento generificado de sujeitos, eixos também constitutivos do regime colonial-capitalístico que, por sua vez, opera de modo interseccional com a exploração de corpos para o trabalho. Quando Linn diz sobre repensar a história escrita por esse sujeito não racializado, não generificado, provoca-nos a pensar a problemática do conceito de gênero construído como conceito político, o que implica precisamente repensar quais significantes constam em sua formação que dão conta de pensar a produção das subjetividades dissidentes no presente.

Ser a nova Eva é pra mim ressignificar todo o contexto histórico há tanto tempo escrito por homens de tantas outras gerações falando sobre nós. E a nova Eva, ao invés de ser objeto de estudo, do que os homens escreveram sobre a Eva é quem toma essa caneta e quem escreve a própria história. Seria a nova versão do evangelho, segundo Eva talvez¹⁷⁸.

A compreensão do “estar no presente” e os vetores que atravessam os sujeitos de que fala Linn podem ser traduzidos também na estrutura social, que se configura por meio de opressões cruzadas e interconectadas, incidindo sobre esses territórios de colonização que são os corpos subalternizados, a partir da categoria “interseccionalidade”¹⁷⁹. Nesse cenário, é possível organizar narrativas para recontar novas versões dessa história. Mais do que “dar voz

¹⁷⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2015.

¹⁷⁸ BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

¹⁷⁹ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

ao subalterno”, cabe pensar formas de composição de pensamento com esses sujeitos, que permitam “tomar a caneta e escrever a própria história”¹⁸⁰, visto que “mesmo uma história egoísta precisa reconhecer a existência do outro”¹⁸¹.

A interseccionalidade nos possibilita enxergar de que modo a exploração da pulsão vital atua na operacionalização de marcadores sociais que servem para achatar, cada vez mais, sujeitos trans-pretos-periféricos, como Linn muito bem apresenta. Ainda, a categoria analítica nos abre os olhos para perceber de que modo a história global, ao concentrar seus olhos em apenas um dos marcadores sociais de determinados sujeitos, como a raça, perde de vista a operação automática de hierarquia destes e não complexifica a leitura que provoca a crítica estrutural das sociedades.

É fundamental pontuar, evidentemente, que reconheçamos os sujeitos que ocupam espaços de poder e de privilégios. Dito isso, tomaremos às mãos a caneta de Clio para (re) escrever uma narrativa de resistência para fazer ecoar as vozes de transfeminilidades, transmasculinidades, racialidades, sexualidades, corporalidades e subjetividades que as relações do poder colonial tratam sistematicamente de precarizar e minar. A partir das dimensões da subalternidade, pensaremos em uma crítica decolonial para explicitar as violências epistêmicas que emudecem vozes outras.

Quem é Mc Linn da Quebrada? Nas palavras dela: “Bicha, trans, preta e periférica. Nem ator, nem atriz, atroz. Bailarinx, performer e terrorista de gênero.” Linn reafirma o que viemos tecendo até então: é no corpo e na própria existência que as dissidências políticas começam o enfrentamento. Nesse sentido, Ballestrin nos alude que:

As relações e intersecções entre feminismo e pós-colonialismo são muitas, podendo se dar de outras e diferentes maneiras. Apesar de ambas correntes de pensamento possuírem uma trajetória autônoma e uma vocação transdisciplinar, as críticas feminista e pós-colonial compartilham de características e preocupações constitutivas dos movimentos históricos que as estruturam [...] tanto os movimentos feministas quanto os anticoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação, uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação. Para ambos, a problematização do sujeito ocidental homem e branco nos discursos imperialistas europeus são um ponto de partida fundamental¹⁸².

¹⁸⁰ *Ibid.*

¹⁸¹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017, p. 223.

¹⁸² BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

Para pensar e questionar as ideias dominantes da história, localizamos narrativas desde o Sul global como centrais nesta análise. Portanto, a música da artista periférica brasileira é fundamental para construirmos aqui uma postura “decolonial – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”¹⁸³.

Nesse mote, a opção pelo decolonial partiu de uma abordagem concorrente no campo da história global, como possibilidade de ruptura com as relações colonialistas que atravessam os modos de se produzir as narrativas históricas e também a arte. Sob a guia da colonialidade, essas produções são pautadas na submissão dessas vozes dissidentes, tidas como esse outro colonizado, em contraponto com as produções hegemônicas, eurocêntricas e ocidentais. “Nós existimos, somos seres atuantes dentro do nosso cenário político e social, contribuimos de forma efetiva e relevante com nossas produções. E só me pergunto por que demorou tanto tempo para que isso acontecesse”¹⁸⁴. Conforme indicado por Conrad no fim da seção anterior, uma das abordagens concorrentes dentro da história global são os “estudos pós-coloniais”. Inocência Mata reitera que

os destinatários das teorias pós-coloniais pretendem que elas funcionem, também, como instrumento de análise de relações de hegemonia e desvelamento da colonialidade do saber segundo uma estratégia de resistência a sistemas de conformação da tendência hierarquizante da diferença, como seja, por exemplo, o eurocentrismo.¹⁸⁵

Partindo do argumento de que o mundo moderno se constitui com base em uma ordem colonial, que, no limite, opera na lógica da exploração e dominação, construção do Outro como território passível de dominação, faremos o esforço de caminhar para radicalização do argumento, na tentativa de pensar a possibilidade de um “giro decolonial”¹⁸⁶. Deflagrado o giro decolonial, é possível perceber e compreender a relevância da ação das terroristas de gênero no tempo presente.

O descolonizar do pensamento é necessário para que a ação tática das terroristas de gênero seja uma opção possível no contexto necropolítico brasileiro. O que o conceito de colonialidade do poder traz de novo é a leitura da raça e do racismo como “o princípio

¹⁸³ *Ibid.*, p. 89.

¹⁸⁴ DA QUEBRADA, Linn. **Huffpost Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/linnda-quebrada-bixa-travesty>. Acesso em 05 de abril de 2020.

¹⁸⁵ MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2004, p. 31.

¹⁸⁶ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”¹⁸⁷. Assim, Linn da Quebrada, terrorista de gênero, cria estratégias políticas em tempos sombrios de censura, repressão e recrudescimento de valores morais. Nessa perspectiva, apresento de que modo a noção de gênero pode funcionar quando conectada à noção de terrorismo como estratégia de radicalidade e potência.

1.4 EU, TERRORISTA DE GÊNERO

Linn, ativista-terrorista, busca fazer frente com o próprio corpo às investidas da configuração política instaurada no tempo presente no Brasil. Esse cenário se intensifica com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e se movimenta para destruir e minar toda manifestação de potencialidade das vidas. Todavia, é possível apontar um efeito de positividade dentro da racionalidade necropolítica: a vida que escapa às malhas de captura. Portanto, o poder da vida (biopotência) enfrenta o poder sobre a vida (biopoder) e o poder de morte (necropoder). Nesse sentido, esta seção tentará se ocupar de responder às seguintes questões: o que é terrorismo de gênero e quem são as terroristas de gênero?

Observamos que, como considerado anteriormente, estamos em guerra. A longa duração que a colonialidade/modernidade faz questão de manter, para conservar um modo perverso de existência, promove a guerra. Vidas que sofrem da necrose estrutural da branquitude, exploratória, estripadora e cadavérica. Por isso, a guerra que aqui é travada é ético-política; portanto, uma guerra de subjetividades, de narrativas e de disputa por consolidar uma memória histórica digna. Na medida em que emerge a figura das terroristas de gênero, existências biopotentes, consideramos que esses corpos e subjetividades ultrapassam a fronteira da gestão e de controle da vida e, por conseguinte, tomam para si mesmas essa gestão como movimento do corpo em criação constante.

O governo de Bolsonaro trouxe novamente à superfície a racionalidade necropolítica, importante elemento do estado de guerra. Desde então, uma série de eventos, como o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 14 de março de 2018, escancara os objetivos das forças estatais. Sob a mira do Estado, estão as vidas negras, dissidências de gênero, abjeções, vidas nuas, descarte e desinfecção. Mas, quem mandou matar Marielle Franco? A

¹⁸⁷ GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008, p. 123.

investigação em aberto só nos faz considerar que essa racionalidade se instaura como “instrumentalização generalizada da existência humana e destruição material de corpos humanos e populações”¹⁸⁸. Essa racionalidade necropolítica é um legado do colonialismo, sobretudo, uma investida da colonialidade do poder.¹⁸⁹

Como necropolítica entendemos “a expressão máxima da soberania [que] reside no poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”¹⁹⁰, “que não atura pobre, preta, revoltada”¹⁹¹. Essas assertivas nos incitam a pensar no que Mbembe retoma com a ideia de poder soberano, considerando o lugar que é dado à vida, que não cessa de ser ceifada. Mas, que racionalidade política é essa inventada para matar? Poder soberano necropolítico, legado do colonialismo, isto é, nada de novo sob o sol.

Esquemáticamente, Michel Foucault compreende o biopoder como a vida tomada de assalto por investimentos políticos de esquadrinhamento e controle. Nesse regime, garante-se a vida e a sua potencialidade apenas na lógica da produtividade, que regulamenta e apreende cada vez mais a pulsão vital, corpos e subjetividades e. Todavia, quais são as condições de possibilidade para garantir a vida, fazer viver, deixar morrer, e expor esses corpos à morte? A nossa preocupação aqui se dá a partir da análise de Mbembe sobre as políticas de morte, já que falamos de corpos outros, corpos que morrem, a cada minuto, pelas mãos do Estado que, supostamente, tem o dever ético de proteger a vida. Nesse contexto, quais vidas são dignas de serem vividas? Quais vidas são passíveis de luto?

Essa racionalidade que apontamos se constitui na exploração, capitalização e ampliação de políticas de morte. Por isso, se desdobra historicamente em inúmeros modos de apresentação, em um ritual que passa a compor os elementos cotidianos, a geografia física e política de determinados territórios.

A necropolítica é um modo contemporâneo de gestão da morte, que tem como alvo específico alguns corpos. A partir do princípio biopolítico, todas as vidas entram nos cálculos do poder, todavia, o que a necropolítica evidencia é justamente a gestão dessas vidas a partir de uma política de morte. Corpos negros e periféricos são centrais nessa equação na qual o resultado é a morte. Nesse sentido, Pál Pelbart afirma que “não vivemos mais em regime

¹⁸⁸ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 27

¹⁸⁹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, 2004, p. 342-386.

¹⁹⁰ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 5.

¹⁹¹ BIXA Preta. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

escravocrata, muito menos colonial. As periferias de nossas cidades brasileiras, contudo, conjugam essas duas lógicas, acrescidas dos mecanismos inventados pelo neoliberalismo”¹⁹².

Suely Rolnik corrobora o argumento, reforçando e refinando sua elaboração, quando nos apresenta a ideia de “regime colonial-capitalístico”. Um regime que, atravessando temporalidades e espacialidades, pretende-se sob uma dinâmica de continuidade, se reelabora, se reconfigura e se apresenta cada vez mais sofisticado desde fins do século XV, momento em que se registra seus primeiros aparecimentos históricos. “Sua versão contemporânea – financeirizada, neoliberal e globalitária – começa a se formar na virada do século XIX para o século XX e intensifica-se após a Primeira Guerra Mundial, quando se internacionalizam os capitais”¹⁹³.

As ações empreendidas no governo de Bolsonaro expuseram corpos abjetos, desviantes, negros, periféricos, pobres e “anormais” a mais radical exclusão de direitos, construíram mundos de morte, sob o pretexto de promover uma “guerra santa” contra as existências que não se conformam/vam às investidas coloniais-capitalísticas. Não existiu nesse contexto possibilidade de estabelecer negociação ou mesmo oposição a esse governo necrófilo. Falas violentas, como “Vamo fuzilar a petralhada aqui do Acre”¹⁹⁴, subsidiaram as suas intenções enquanto chefe de Estado; e essa é apenas uma de inúmeras declarações feitas contra àqueles que se opuseram a essas investidas. Nesse mote, Bolsonaro foi uma figura que mobilizou afetos políticos ressentidos. Uma moral ressentida é indigesta, inconformada. Plenamente ressentida, essa afecção fez pulular um mix de peças erradas, dispostas em uma paleta de cores desconfortável e inconsistente.

No Brasil fundamentalista, armamentista e colonial, a analogia de Friedrich Nietzsche cabe como uma luva, visto que há toda uma elaboração que fabrica uma moral altamente afirmativa em contraponto a uma moral profundamente negativa. Se usarmos essa operação nietzschiana, podemos dispor as seguintes peças em jogo: “a elite do atraso”¹⁹⁵, colonial e colonizada, representa as forças que operam desde a moral escrava, decadente e, para nos aproximar mais de Nietzsche, “fraca”. Parasitária, a moral escrava é reativa, precisa construir um não eu para se compreender evidente e existente. A partir daí, é possível captarmos um germe de ressentimento que circula e se acopla à existência desse corpo.

¹⁹² PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 163.

¹⁹³ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 29.

¹⁹⁴ KOKAY, Erika. Bolsonaro e a escalada do autoritarismo. **Carta Capital**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/bolsonaro-e-a-escalada-do-autoritarismo/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹⁹⁵ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

Há um elemento crucial para compreender como a política de extermínio foi acionada no cenário brasileiro, o “dispositivo do ressentimento”¹⁹⁶. Nesse sentido, esse dispositivo nos auxilia a localizar os efeitos de destruição causados pela estrutura cisheteronormativa colonial, que funciona como dispositivo regulador dos corpos, para fins de captura e produção de subjetividades impotentes. Compreendemos a noção de “dispositivo” conforme elaboração de Giorgio Agamben. Para tanto, “a terminologia é o momento poético do pensamento”¹⁹⁷. Esse dispositivo regulador do qual nos referimos se configura na seguinte matriz teórico-metodológica:

- 1) É um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não-linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos.
- 2) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.
- 3) É algo de geral (um *reseau*, uma “rede”) porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico.¹⁹⁸

Existe toda uma elaboração de dispositivos de controle dos corpos e de produção de subjetividades que garante à racionalidade necropolítica um funcionamento eficiente. O recrudescimento dos valores morais judaico-cristãos atua como uma espécie de dispositivo, no entendimento de Agamben, que dispõe de normas regulatórias para fazer funcionar uma heteronorma colonial-capitalística, conforme nos apresenta Suely Rolnik. Essas normas estabelecem para os sujeitos modos de efetuação e modificação, tornando-os, também, corpos políticos. Preconizam, ainda, como esses sujeitos vão experienciar estética e subjetivamente os componentes dessas atualizações.

O dispositivo do ressentimento, no limite, é a intersecção de mecanismos (enunciados, práticas, símbolos, políticas públicas, arquitetura, entre outros) que permitem à branquitude colonial, heterocentrada e cisgênera projetar para o exterior de si, direcionando às dissidências políticas sentimentos/sensações que a significam como “ruim, má”. “Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesmo (a) permaneçam intactos”¹⁹⁹ e continuem perpetuando uma estrutura de opressões entrecruzadas e ressentidas.

¹⁹⁶ As elaborações teóricas serão tecidas com mais cuidado no capítulo 2 desta tese.

¹⁹⁷ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Conferência. **Revista Outra Travessia**, set. 2005.

¹⁹⁸ *Ibid.*

¹⁹⁹ KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 268-277, 2020, p. 174.

Nos anos de 1990, década de transição mais radical, foi possível sentir os efeitos do enquadramento de modo mais sinistro na vida cotidiana. Nesse cenário, os grupos sociais se organizavam para tentar driblar a vida da cafetinagem do macroenquadramento político-colonial-capitalístico. Assim, os movimentos micropolíticos, que têm suas primeiras aparições em meados dos anos de 1970, surgem como respostas afirmativas, a fim de decifrar os mecanismos de funcionamento do “cistema” e resistir, conforme aponta Rolnik.²⁰⁰

Nesse contexto, Joana Maria Pedro e Luana Borges (2019) salientam que os movimentos da Primavera das Mulheres ou “Quarta onda do movimento feminista” abriram caminhos para que outros movimentos micropolíticos pudessem ocupar espaços de poder, enfrentar esse enquadramento e criar modos de resistência. Na contramão disso, profundamente ressentidos, os grupos conservadores investiram e investem sua força em ações de opressão para propiciar a criação de mundos de morte e de extermínio face à diversidade, equidade e afirmação da vida.

Entretanto, esse plano necropolítico também é capaz de produzir outros efeitos, que extrapolam os efeitos de morte, já que, como adianta Linn, “a doença me fez aprender sobre as fragilidades do corpo e, ao mesmo tempo, sobre as potências, no encontro com a fragilidade”²⁰¹. Nesse sentido, Paul Preciado arremata que “toda técnica que faz parte de uma prática repressiva é suscetível de ser cortada e enxertada em outro conjunto de práticas, reapropriada por diferentes corpos e invertida em diferentes usos, dando lugar a outros prazeres e a outras posições de identidade”²⁰².

Linn, corpo travesti, preto, pobre, favelado, vida abjeta que, esgotada, reencontra-se consigo e constrói um exército que resiste, colocando-se como linha de frente e de fuga para criar possibilidades de revide. Há, por isso, uma prática, estratégia, tática, que se constitui a partir da radicalidade e da experimentação. Mais do que isso, como afirma a artista, “uma experimentação estética radical do corpo”. Uma potência terrorista, em que

a intensidade da irrupção de tais movimentos – equiparável à da violência do regime que os desencadeou- tende a provocar uma desestabilização temporária de sua tirânica onipotência. Nesse sentido, cria uma dobra, uma fissura, uma brecha capaz de possibilitar uma ação tática de enfrentamento.²⁰³

²⁰⁰ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018.

²⁰¹ BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

²⁰² PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014, p. 108.

²⁰³ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018. p. 30.

O terrorismo de gênero como ação implica a atualização de forças que se movimentam para resistir e destruir o circuito de afetos políticos que diminuem e/ou aniquilam as possibilidades de existir, de criar e de ser. Assim, assume-se que nossos corpos e existências são políticos. Em outras palavras, ainda que o biopoder deseje nos produzir regulados, cativos e adestrados, somos vidas que podem. Nesse circuito, é necessário entender o quanto a racionalidade necropolítica produz mundos de morte, quando opera por meio de investidas continuadas da colonialidade do poder e dos corpos; amplia os estados de exceção e as zonas de indistinção entre vidas que importam e vidas sacrificáveis e alimenta territórios de produção incessante de mortos-vivos, almas penadas, presença-ausência, inclusão-exclusão.

Uma terrorista não é a versão do estereótipo – árabe, islâmico, homem-bomba, túnica branca e barba comprida – incutido no imaginário coletivo pela guerra do terror estadunidense. Não se trata, pois, de uma representação social fixada, econômica de linguagem e de sentidos que criam o real da colonialidade do poder. Nesse ponto, gostaria de deslocar essa perspectiva e fazer uma provocação, sob outro campo de visão, que talvez nos oriente a certa radicalidade na experimentação do que nos ronda o corpo, a subjetividade, o desejo e a vida; essa possibilidade de criar um modo de existir.

Essa narrativa pretende acoplar outras vozes, periféricas, abjetas e, por isso, potentes. A essa série de intervenções, controles reguladores e capturas, há algo que escapa, já que se efetua no desejo e na potência criadora. Para Espinosa, a natureza se constitui em potência absoluta de produzir existência e realidade. Uma potência infinita não depende de outra potência, portanto, não pode ser limitada. Esta, portanto, é feita de uma pluralidade de atributos infinitos, e a substância das coisas é constituída por infinitas potências. Cada uma delas, autônomas. Então, “poder existir é potência”²⁰⁴.

Há potências que se modificam e são capazes de produzir corpos; outras são capazes de produzir ideias e pensamentos. Então, cada modificação dessa potência cria um corpo/movimento. O humano também é um grau dessa potência infinita de mover/pensar. Por isso, compreendo que somos um grau de potência que existe de duas maneiras coexistentes: por meio do atributo pensamento, enquanto mente; também por meio do atributo extensão enquanto corpo. Consequentemente, nossa potência implica esse duplo ato: pensar e mover. Esse ato, por sua vez, preenche/atualiza a potência com uma ação ou uma paixão, conforme entende Espinosa.

²⁰⁴ ESPINOSA, Baruch. *Ética*. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Todavia, o que tanto se diz sobre potência, potência de vida, biopotência? A potência se manifesta por meio do poder de existência, isto é, poder de afetar e ser afetado. Um corpo tem forças que se organizam e se compõem para se manter existente. Nesse sentido, constatamos também, a partir dessas elaborações, que é impossível que os desejos não sejam preenchidos, já que ao desejo nada falta. A noção de *conatus* ou variação da potência de agir também é cara ao modo como Espinosa e Deleuze pensam o desejo, “o *conatus* tornado consciente de si sob este ou aquele afeto chama-se desejo, sendo este sempre desejo de alguma coisa”²⁰⁵.

[sic] Eu sou Linn da quebrada, artista multimídia, cantora, performer, terrorista de gênero. Nem ator, nem atriz. Atroz. Eu sempre enxerguei o funk como poesia da quebrada. E acho que não é privilégio do funk ser um espaço machista e um espaço de exclusão. Há muitas outras vertentes musicais com um machismo dissimulado, né? Onde a gente não consegue enxergar a sua violência, como a violência sutil. A arte como um todo eu sinto que nunca foi um espaço receptivo a mim. Assim como nenhum outro espaço é receptivo a corpos estranhos. E corpos estranhos como o meu. E eu tô problematizando pra encontrar solução, né?²⁰⁶

Dito isso, Linn abre o verbo, rasga a letra e aponta o dedo no c* do mundo para nos avisar que as subjetividades estão em guerra frente a esse outro que “sem vergonha, sem justiça, tem medo de nós”²⁰⁷. Que corpo é esse que causa medo e terror? Corpo “monstro”. Corpo pelo qual a mulheridade travesti de Linn nos convida a olhar, experienciar e tencionar as novas configurações de humanidade na contemporaneidade. A partir da máxima espinosista de que poder existir é, em si, um ato de potência, Linn torna-se potência-terrorista.

“Estou procurando... estou tentando entender o que é que tem em mim que tanto incomoda você”²⁰⁸. Creio que nesse verso a artista aponta que aquilo mesmo que incomoda e que tem entrado na ordem do discurso, ganhado visibilidade, não podia (antes) coexistir com as subjetividades tristes, cativas, cis-heterocentradas, colonizadas e minadas de todas as possibilidades de existir de outras formas. Nesse sentido, é preciso conter as abjeções, já que deixar que esses corpos sejam descobertos significa abrir as portas para o reino do caos se instalar na terra.

²⁰⁵ DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Editora Escuta, 2002, p. 105.

²⁰⁶ A MÚSICA e os corpos políticos, com Linn da Quebrada. 2018. 1 vídeo (11:42 min). Publicado pelo canal Nexo Jornal no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/W17OoImPFV4>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁰⁷ BIXA Preta. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

²⁰⁸ SUBMISSA do 7º dia. Compositora e performer: Linn da Quebrada. In: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. In: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

1.4.1 Terrorismo de gênero: um plano de composição

De saída, apontamos que “todo conceito tem componentes e se define por eles”²⁰⁹. Quando Linn da Quebrada se enuncia como terrorista, reivindicando sua existência como ruptura radical às normas regulatórias e à matriz cis heteronormativa, propõe um movimento de destruição e de criação de novas formas de ser. Por isso, entendemos ser fundamental pensar em práticas contrassexuais que nos instiguem a criar lentes para enxergar os acontecimentos históricos. Desta feita, os conceitos são instrumentos criados para resolver problemas; assim, funcionam, conforme nos apresenta Deleuze e Guattari, em um plano. No limite, as questões que atravessam o nosso plano, o exercício de composição ensaiado neste texto, são: afinal, o que é o terrorismo de gênero e quem são as terroristas de gênero? O confronto de forças políticas contemporâneas força determinados tipos de existências a adotarem táticas para sobreviver. Nesse sentido, traçamos, ao longo dessa narrativa, um plano em que o terrorismo de gênero flui como forma de resistir a essa incessante investida a partir dos múltiplos saberes produzidos.

Embora as possibilidades de produção sejam infinitas, é fundamental localizar no campo da História do Tempo Presente a re-emergência de debates que pretendem fazer avançar as elaborações conceituais para tentar dar conta da experiência e das práticas políticas das dissidências de gênero/sexualidade/racialidade/classe. Nesse sentido, o plano conceitual do terrorismo se abre como território povoado por afetos outros, que a cada encontro se configuram em novas relações entre os corpos e sujeitos.

É possível levantar a seguinte assertiva: há toda uma elaboração de dispositivos de controle dos corpos e produção de subjetividades que garante à racionalidade necropolítica um funcionamento eficiente. Mapeados esses dispositivos, que são os discursos e práticas conservadoras, é possível considerar que há um investimento político sobre os processos de subjetivação das vidas que compõem um corpo político. Como operação de assujeitamento no interior de um agenciamento determinado, a mobilização de afetos políticos, como medo e desamparo, produzem sujeitos cativos, ansiosos por qualquer discurso de autoridade que garanta a determinados modos de vida o direito de existir.

Todavia, ao retomar o pensamento foucaultiano, Deleuze compreende que há positividade na ideia de subjetivação, na medida em que diz que “os gregos dobram a força, sem que ela deixe de ser força”²¹⁰. Muito embora esses processos de subjetivação derivem das

²⁰⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 21.

²¹⁰ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 108.

relações de poder, eles não dependem delas e podem se desacoplar. Na longa duração, o poder transforma essas relações de subjetivação em captura. Contudo, ao observarmos com um pouco mais de cuidado, é possível enxergar que “há sempre uma relação a si que resiste aos códigos e aos poderes; é a própria relação a si que é uma das origens desses pontos de resistência”²¹¹.

Judith Butler aponta que o ser da vida, o ser vivente já se constitui por meio de seleções. Portanto, não se pode referenciar esse ser fora das lógicas operacionais das relações de poder. A tarefa é evidenciar os mecanismos pelos quais tais vidas são produzidas. Quando Linn da Quebrada diz que “a hostilidade para corpos como o meu, negros, para corpos travestis, corpos trans, corpos pretos está dada”²¹², ela se insere precisamente no que Giorgio Agamben chamou de “Estado de exceção”.

A pesquisadora Eunice Castro Seixas evidencia que é preciso assumir que o terrorismo é uma construção social e política, que nos dimensiona reflexões acerca das diferentes concepções de emancipação e regulação social que orientam a investigação desse fenômeno. A noção de terror, ou de estado de terror, produz a dobra que nos interessa para fazer emergir o argumento de que frente às investidas necropolíticas é preciso uma estratégia de guerra radical, por isso, terrorismo de gênero.

No limite, os dois componentes acoplados nessa “expressão” precisam de sentidos outros. A figura clássica do terrorista, arraigada no imaginário popular, é uma representação que circula e carrega estereótipos de precarização, desumanidade e monstruosidade. Figura do estranho, o terrorista que se liga aos monstros abjetos de corpos transviados “não pertencem nem ao mundo dos vivos e nem ao mundo dos mortos: é um morto vivente ou um vivo que é, na verdade, uma larva [...]”²¹³.

Retomando o debate acerca de um desses componentes, o historiador Guilherme de Paula entende o terrorismo como um “conceito político”. Por sua vez, a pesquisadora Eunice Castro Seixas assume o terrorismo como construção social, cultural e, sobretudo, política. Por fim, compondo a tríade argumentativa, Giorgio Agamben apresenta a noção de terror como limite último da constituição política estatal moderna, nas arestas do que ele vai considerar como “Estado de exceção”.

²¹¹ *Ibid.*, p. 113.

²¹² TRÓI, Marcelo de. Linn da Quebrada: O “cis-tema” só valoriza os saberes heterossexuais. Entrevista. **Revista Cult**, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

²¹³ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 99.

A fabricação da figura do terrorista é carregada de certa historicidade que se conecta aos acontecimentos do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, da Guerra contra o terror, bem como a outros ataques aos documentos-monumentos de alguns países do Norte Global. Vida nua, sobrevivente, o terrorista é a figura de fronteira que se presentifica para justificar o sacrifício e o descarte de algumas vidas e corpos. Zona de indistinção, dupla incidência de exclusão e inclusão, o terrorismo quando se liga às abjeções que o sistema sexo-gênero produz, constrói o paradigma político de sua inversão: sacrificáveis, esses corpos já nascem desprovidos do direito de viver. Os grupos que disputam o uso da expressão terrorismo o fazem mobilizados pelo desejo de caracterizar algum tipo de prática ou estratégia que se empreenda dentro de uma experiência de terror.

Pensar o gênero, a analítica das relações entre os sujeitos, não apenas a partir da diferença entre os sexos e do modo como se institui a hierarquia das relações, possibilita fazer uma abertura, abrir uma fissura no modo como se pensa a própria história. Nesses termos, empreender uma leitura acerca da operacionalidade do gênero nas relações humanas no tempo presente nos lega caminhos e trânsitos mais fluidos entre os pares binários, feminino e masculino/homem e mulher, de modo que se possa evidenciar nesse espaço toda multiplicidade de “desvios”, simultâneos a uma tensão ainda maior entre as fronteiras dessas categorias. Em entrevista à Revista *Cult*, Linn é questionada sobre a categoria “terrorista de gênero” e responde:

O que é terrorista de gênero?

Eu lancei essa ideia, porque eu acho que a violência da sociedade com alguns corpos, corpos como o meu, pretos, transviados, de quebrada, essa violência está posta. É necessário responder também com terror, com agressividade, colocando o meu corpo como arma, como protesto, manifesto, como pólvora diante desse sistema que é violento cotidianamente. Eu penso, antes de tudo, que o “choque” é mais consequência e não causa do conservadorismo. Como é viver no Brasil e na zona leste nos últimos anos?²¹⁴

Ao pensar o terrorismo de gênero como uma categoria conceitual, sirvo-me do argumento de Paul Preciado, que toma de empréstimo de Deleuze a ideia de ‘dobra’. A análise se instaura na medida em que é possível cartografar as táticas terroristas desveladas nas letras de músicas, performances e entrevistas de Linn. Por isso, consideramos o terrorismo de gênero como uma “dobra de signos enganosos, um nó górdio de codificação e decifração,

²¹⁴ TRÓI, Marcelo de. Linn da Quebrada: O “cis-tema” só valoriza os saberes heterossexuais. Entrevista. **Revista Cult**, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

oferecem-se ao trabalho da decifração como um texto feito de carne”²¹⁵. Linn corporifica táticas saturadas de signos e de denominadores comuns de opressão e os reterritorializa de modo potente, trazendo à baila do corpo outros afetos capazes de fazer dele um território político de enfrentamento. Reafirma a artista: “a minha pele preta é meu manto de coragem. Impulsiona o movimento. Envaidece a viadagem...Vai desce. Desce. Desce. Desce. Desce a viadagem.”²¹⁶

Assumo a mi cuerpo como territorio político debido a que lo comprendo como histórico y no biológico. Y en consecuencia asumo que ha sido nombrado y construido a partir de ideologías, discursos e ideas que han justificado su opresión, su explotación, su sometimiento, su enajenación y su devaluación. De esa cuenta, reconozco a mi cuerpo como un territorio con historia, memoria y conocimientos, tanto ancestrales como propios de mi historia personal.²¹⁷

O corpo é o *locus* de reterritorialidade das ações táticas de enfrentamento. Esse corpo/performance terrorista, que constitui um plano possível, permite à vida se afirmar, ser potência. “O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação próstética dos gêneros”²¹⁸. Linn da Quebrada, quando em ato, convoca a sua legião para reinventar suas coordenadas de enunciação. Os corpos vibrantes se afetam, se conectam, tornam-se multidão. “A multidão é plural, centrífuga, refratária à unidade política. Ela não assina pactos com o soberano e não delega a ele direitos, seja ele um mulá²¹⁹ ou um *cowboy*, e inclina-se a formas de democracia não representativa”²²⁰.

À luz da biopotência, dizemos que “ao poder sobre a vida deveria responder o poder da vida, a potência política da vida, na medida em que ela faz variar suas formas [...]”²²¹. Todavia, isso não seria suficiente para pensarmos uma potência de vida ou biopotência, se não destruirmos a dimensão colonial e colonizada de nós e de nossas corpos fabricadas no forno ontológico da precariedade, responsável por estabelecer uma relação de dependência entre nós e as instituições. Nesse sentido, é preciso pensar o corpo como território político (in)

²¹⁵ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014, p. 189.

²¹⁶ BIXA Preta. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

²¹⁷ GRIJALVA, Dorotea Gómez. Mi cuerpo un territorio político. In: **Voces Descolonizadoras**. Cuaderno 1. Ed. Brecha Lésbica, 2012, p. 6.

²¹⁸ PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011, p. 14.

²¹⁹ Mulá é geralmente usado para se referir a um homem muçulmano, educado na teologia islâmica e na lei sagrada.

²²⁰ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 25.

²²¹ PÁL PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

penetrável e máquina de guerra para combater esse inconsciente colonial-capitalístico. É preciso, por isso, aterrorizar, ser terrorista.

Esse panorama cria condições para emergência, a princípio, de uma prática estratégica que parte da radicalidade e da experimentação. Nessa perspectiva, a radicalidade é um dos elementos que se acopla e compõe com o termo ‘terrorismo’. No rastro que deixa essa ideia, nos termos que Linn da Quebrada apresenta “uma estética radical do corpo”, é possível operarmos um entrelaçamento com aquilo que Peter Pál Pelbart chama de biopotência.

Desse modo, há uma dimensão do instante atual dos desdobramentos desse conceito de terrorismo de gênero e uma de suas possibilidades teóricas de abordagem.

essa sua tática também pode ser corrompida e, também, pode ser usufruída por nós, pelo feminino. Nós vamos invadir esses espaços, nós vamos aprender as suas técnicas e nós vamos melhorá-las, vamos aprimorá-las e vamos usar entre nós, vamos criar uma rede de apoio entre nós, vamos aprender a lutar. Vamos pegar em armas. Vamos pegar os nossos corpos como armas. E aí o jogo vai virar pra vocês, e eu não quero estar na pele de vocês.²²²

O terrorismo de gênero como tática apresenta formas superiores de conhecimento, justo porque nelas se expressam e se dissolvem todas as contradições da metafísica ocidental: vítimas sacrificiais de um ritual semiótico, de linguagem e estruturadas no real forçam a produção de mudanças no plano vertical dos regimes de verdade entre a dicotomia feminino/masculino. “Inversão Nietzscheana de todos os contrários, transvaloração de todos os valores. Mas a perversão, num segundo momento, é, sobretudo a torção do plano vertical da verdade, a alteração da correspondência entre os signos e a verdade transcendental que estes parecem invocar”²²³.

Reterritorializar o corpo no paradigma biopolítico, ou seja, estado de exceção é colocá-lo no campo de combate, o que exige, por conseguinte, a criação de um exército, de uma legião, formar um bando para enfrentar o extermínio, já que “ser bicha não é só dar o cu, é também poder resistir”²²⁴, entra na ordem do dia. Nesse sentido, assistimos à emergência de forças que lutam para garantir a sobrevivência de vidas fadadas ao extermínio. Essas forças compõem um exército tático, que chamarei aqui de “potências terroristas”, e indicam a potencialidade que os corpos trans, pretos, periféricos etc. têm de desorganizar a estrutura

²²² BIXA Travesty. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 4.

²²³ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014, p. 189.

²²⁴ TALENTO. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 1.

colonial-capitalística e romper com o pacto narcísico da branquitude para indicar a construção de outras possíveis formas de ser/estar no mundo.

Diante da necessidade de se criar mundo outros não regidos pela moral tacanha dos ressentidos, Deleuze e Guattari nos apresentam múltiplas modalidades de revide, máquinas de guerra que não têm a guerra por objeto, senão “suplementarmente”, e preservam o privilégio da afirmatividade já reivindicada por Nietzsche. Do modo como os filósofos compreendem, um movimento artístico, científico, ideológico etc., sob a condição de que trace um plano de consistência ou uma linha de fuga criadora, pode ser uma máquina de guerra. Nessa perspectiva, as “terroristas de gênero” desorganizam os objetivos das normas regulatórias e do campo de inteligibilidade cultural. Sob essa lógica, Butler enfatiza que:

sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas para expor os limites e objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz, matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero.²²⁵

O princípio biopolítico do “fazer viver e deixar morrer” é claramente escancarado neste argumento, criando um imaginário de abjeções e normas, modos de vida precários. Mas é lá, bem no rizoma podre, que o “sangue dos meus marginais” consegue desordenar o fluxo do maquinário biopolítico. Desse modo, ao pensar o antagonismo entre o normal e o anormal, as mídias audiovisuais se tornam “margem de manobra” – estratégia de guerrilha atualizada, ação tática de enfrentamento.

Se o presente é perturbador e exige atenção redobrada, se os instrumentos até agora utilizados para mapeá-lo parecem, em larga medida, insuficientes, se as forças que nos rodeiam e nos impelem a direções vertiginosas que ainda não são claras para nós, temos aí razões de sobra para alçá-los, à altura do que nos acontece.²²⁶

Nesse sentido, a proposta que compreende a “margem de manobra” enquanto uma tática para garantir a existência das potências de vida no contemporâneo aparece no cenário como uma alternativa às investidas do biopoder, ao mesmo tempo em que se constrói como estratégia para abertura de um espaço de circularidade da vida. O objetivo tático do terrorismo de gênero como margem de manobra é desfazer e desmanchar o enquadramento de dominação, evidenciando nele o mundo da cis-heteronorma colonial que o constitui. Isso faz perder seu sentido hegemônico e de dominação e cria a possibilidades de novos mundos,

²²⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 44.

²²⁶ PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 214.

“mundos que criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos”²²⁷.

Nessa perspectiva, é possível compreender que a potência-terrorista se constitui a partir das relações cotidianas de sujeitos abjetos com o mundo, no sentido múltiplo, mostrando-se como efetivação do real. Destarte, para Nietzsche, a vontade de potência se diz sempre no plural, o que nos permite inferir que o mundo está em constante luta, tensão que se apresenta como movimento, por vezes delicado, e, na maioria delas, violento. É nesse sentido que se pode cartografar uma potência-existência-terrorista. Nesse movimento tático-violento, a potência procura expandir-se, ampliar-se, juntar-se a outras forças que coabitam esse espaço e tornar esse movimento algo colossal; é isso que possibilita a luta de modo equidistante com o regime colonial-capitalístico.

“Eu serei um transtorno para suas teses. Eu serei o transtorno aos termos que vocês criaram. Porque desculpa, mas continuamos em obras e o transtorno será todo de vocês”²²⁸. No encontro com a vida nua de Linn, incessantemente separada de seu contexto, sobrevivendo à morte, já que incompatível com o mundo dos humanos, assistimos à sua reinvenção. Essa vida sacrificável é ritualizada, revivida e divinizada pela arte. Nesse arremate, o terrorismo de gênero se orienta a partir da noção de uma “política das multidões cuíer”, como propõe Preciado:

Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues...

Nesse sentido, subjetividades nomádicas, heréticas, conforme nos aponta Deleuze e Guattari, nos permitem situar as terroristas de gênero como figuras que se acomodam no território de sua própria desterritorialização do corpo em fuga. O princípio que se dá aqui é o de dessubjetivação. “Por dessubjetivação nomádicas, entendemos aquela que, através de processos imanentes, nos permite escapar das identidades ou dos modelos impostos”²²⁹. Em entrelaçamento, a dessubjetivação nomádica requer outro componente que a ela se acopla, a subjetivação herética que é, por sua vez, “advinda de uma criação, individual ou coletiva,

²²⁷ ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016, p. 23.

²²⁸ BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

²²⁹ PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 158.

singular ou plural, anônima e movente”²³⁰. No limite, o terrorismo de gênero é a opção que concatena o movimento das subjetividades heréticas e da dessubjetivação nomádica. Por isso, produz efeitos de real afirmativo, positivando corpos e vidas minados pelo estado de terror.

Quando a dessubjetivação se converte em positiva e dispara uma subjetivação não identitária, remetendo a um agenciamento coletivo [...] se converte numa dessubjetivação nomádica e aciona uma subjetividade herética, estamos mais próximos da ativação de uma máquina de guerra e mais longe da guerra.²³¹

Em nossa sociedade, a norma estabelecida historicamente tem como centro constitutivo o homem branco, cis-heterossexual, de classe média urbana, cristão e colonizador, que passa a ser uma referência que não precisa ser nomeada. A partir dela, os “outros” sujeitos sociais serão “marcados”, definidos e denominados. Nessa lógica, a mulher é representada como “segundo sexo”, enquanto gays e lésbicas, transpessoas e outras subjetividades são descritas como desviantes da norma cisheteronormativa. São distintas e divergentes as representações que podem circular e produzir efeitos sociais.

Refletir sobre esses novos/as atores que roubam a cena das práticas sociais e políticas e da institucionalização dos saberes – sobretudo no que diz respeito aos estudos cuíer –, é entender o sentido das “margens de manobra”, forças que atuam frente às novas demandas que surgem a partir dos movimentos de conquistas de direitos e resistência. Nessa lógica, reorientam a existência de vidas que antes só entravam “no jogo político” e nos cálculos do poder como mortas.

²³⁰ *Ibid.*, p. 159.

²³¹ *Ibid.*, p. 160.

CAPÍTULO 2 – SANTIFICADO SEJA O NOSSO CORPO SEM JUÍZO

2.1 CORPO SANTIFICADO, TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO CIS-HÉTERO-COLONIAL

O corpo, território de ocupação, exploração e penetração, acompanhou o legado colonial que o marcou profundamente em um processo de controle na longa duração. Nesse sentido, é possível dizer que a colonialidade se dá primeiro como processo de administração, controle e catequização dos corpos. Nesse campo, a Igreja Católica, instituição que desde o século V adquiriu privilégios políticos, sociais e econômicos, propõe uma espécie de “santificação” dos corpos, em que quaisquer desvios são intoleráveis.

Além disso, destacamos que a colonialidade é um dispositivo composto de muitos elementos, dentre os quais a teologia. Enquanto dispositivo, ela atua tanto como um saber quanto como uma prática que consolida o processo de normatização das subjetividades e corpos. Em outras palavras, a colonialidade atua como um dispositivo de controle dos corpos que produz sujeitos, conforme Aníbal Quijano²³² aponta, para desempenhar determinados tipos de trabalho, ao mesmo tempo que investe de controle quase absoluto um grupo específico que domina.

A partir da análise da superfície discursiva de uma entrevista de Linn da Quebrada concedida ao canal *Universa* do site UOL, selecionamos algumas passagens que nos auxiliam a compreender como a colonialidade imprime seu legado histórico nos corpos e os circunscreve na lógica da dominação. Linn atua como membro de uma legião de existências que pretende perturbar as teses do colonialismo. Ela é uma das figuras TLGBQIA+ com atuação marcante e permanente no debate sobre os mecanismos de opressões que se interseccionam e aniquilam corpos e vidas como as dela. No título da entrevista “travesti, preta e poderosa” já é possível sentir o tom ácido do que se segue.

Ser travesti, assim como ser mulher, é um conjunto de dificuldades, afirma. [...] muitas vezes a batalha começa na frente do espelho. Depois passa por humilhação dentro de casa, na escola, no mercado de trabalho e na rua. É como se houvesse um jogo pré-estabelecido, sem que a gente soubesse, e daí nos dessem as mínimas

²³² QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

condições de sobrevivência. Então jogam a gente nesse jogo, falando assim: “Vamos ver até onde você vai.”²³³

Quando se olha no espelho, Lina não se reconhece. Quando olha ao redor, nos espaços cotidianos, midiáticos, públicos e privados, ela não se reconhece. Corpos e existências como as dela são construídos na mesma lógica que aponta Quijano, muito embora sirvam a outros tipos de exploração/dominação e subjetivação. Quijano entende que a colonialidade se expressa como “uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, que articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada”²³⁴. A partir dessa perspectiva, é também possível ampliar a compreensão de exploração/dominação para interseccionar outros elementos, como raça e gênero.

Ao acionarmos as noções de captura e controle, a dominação/exploração pode ser lida como uma tecnologia política que garante a domesticação e disciplinarização dos corpos, como também a possibilidade de cristalização de categorias universais de referência. Nesse sentido, o enunciado construído por Linn nos permite articular elementos novos à noção de colonialidade.

por não encontrar nem nas novelas, nem nas revistas nem na música nada que necessariamente eu me enxergasse sabe? Nada que falasse diretamente comigo, nada que falasse diretamente com as minhas experiências acho que eu tinha necessidade de eu mesma fazer.²³⁵

As formas de apagamento que atravessam sistematicamente grupos específicos produzem efeitos de exposição à morte e/ou controle/domesticação de seus corpos à estrutura da colonialidade. Por isso, ao destacar a falta de elementos que permitam que pessoas como ela se reconheçam nas mídias audiovisuais, Linn propõe maneiras de reconhecer essa invisibilidade e de driblá-la. Para ela a estratégia é o *hackeamento*²³⁶ dos meios de

²³³ ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²³⁴ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 119.

²³⁵ ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²³⁶ Para o dicionário Priberam online o significado de “hackear” é acessar ilegalmente um sistema ou rede. Ou seja, para Linn é preciso usar meios que não os “usuais” para acessar o sistema ou até mesmo burlar esse sistema para acessar determinadas imagens e discursos. Ver: HACKEAR. In: **Dicionário Priberam**, 2022, texto digital. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hackear>. Acesso em: 03 mai. 2023.

distribuição e veiculação de imagens e discursos acerca de grupos TLGBQIA+ racializados e periféricos. A partir disso, é possível criar uma atmosfera de familiaridade com essas existências.

O modo como Linn encontrou para praticar o *hackeamento* é, sobretudo, através de sua música. A música funciona também dispositivo de tomada de consciência da própria Linn, de suas demandas de reconhecimento e existência e, por conseguinte, acaba sendo referência para outros corpos e sujeitos que experienciam situações semelhantes.

Nessa perspectiva, Linn afirma: “enquanto pessoas que estão discutindo esse feminino conseguimos construir ou pensar novas narrativas, novas possibilidades, inclusive do próprio feminino por muito tempo”²³⁷. Ao enunciar esse discurso, ela inicia um processo de rompimento com os dispositivos da colonialidade do poder e da subjetividade, com objetivo de “pensar novas narrativas e novas possibilidades do feminino”. Primeiro, o corpo de Linn é um desvio que rompe com as representações de corpo prescritas.

Antes de prosseguir com as análises, alguns apontamentos são fundamentais: a categoria “colonialidade”, operando no tempo presente, não pode se desvincular de seus tentáculos, que aqui são as categorias de “cisgeneridade” e de “branquitude”. A partir dos novos enfoques aos estudos de raça e racismo, destacados por Lia Schucman, os “estudos críticos da branquitude” contribuem para deslocar o lugar epistêmico de privilégio analítico que continuava considerando os/as sujeitos/as cis-brancos como referência de humanidade.

Ainda, no que tange ao campo da História Global, esse deslocamento é um exercício crítico que nos possibilita considerar os entrelaçamentos de contextos históricos em nível micro e macro, bem como admitir a formação de um campo de estudos transnacional, apresentando o giro crítico feito a partir de ex-colônias em relação aos discursos produzidos por seus colonizadores. Nessa medida, essa reorientação teórica contribui para expor os mecanismos de construção das redes estratégicas de dominação e sua manutenção sistemática.

Questionar e problematizar a branquitude cisgênera é um deslocamento tão imprescindível para construção do presente argumento quanto recolocar o debate acerca das categorias de gênero e sexualidade. Desse modo, ao compreender as estratégias de saber-poder que atuam para criar os estereótipos de gênero, sexualidade, raça e classe, é possível fazer fissuras nos processos que garantem sua manutenção. O debate sobre o racismo, a partir

²³⁷ ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

dessa perspectiva, não dá conta de alcançar a problemática identitária que permanece intocável: o não racializável. Assim, para Schuman, “a lógica foi tirar o olhar das identidades consideradas de margem e voltar para a autoconservação do centro com o intuito de olhar, revelar e denunciar também o seu conteúdo, que até então havia sido privado de uma análise crítica”²³⁸.

Para a autora, a categoria branquitude diz respeito à posição de sujeitos que foram privilegiados sistematicamente no que se refere ao acesso de recursos materiais e simbólicos, legados dos saqueamentos colonialistas/imperialistas e que se reatualizam na longa duração²³⁹. Portanto, um primeiro ponto a ser considerado é o privilégio de circulação de imagens de pessoas cis-hétero-brancas-burguesas-normativas.

A crítica feita por Linn a respeito de como as imagens do feminino são construídas, assim como as imagens das pessoas racializadas, diz respeito ao modelo colonial de códigos simbólicos que aprisionam determinadas subjetividades em um tipo de representação social. Por isso, conforme Linn:

o feminino esteve recluso há uma posição e a papéis do âmbito privado né? esteve sempre em função do homem esteve sempre em função do macho do homem com h maiúsculo do homem mas de um homem sem rosto de um homem que na verdade é quase que uma entidade que é onde ou você está mais perto desse lugar, desse ideal.²⁴⁰

A lógica detalhada na fala de Linn nos apresenta a estrutura de construção dessas subjetividades “aprisionadas”/cristalizadas como o “outro” em relação a um universal/padrão/referente. Essa estratégia é também fator que contribui de modo decisivo para o apagamento, silenciamento e dominação desses mesmos sujeitos; nessa perspectiva, a posição apontada por Linn pode se articular com os mecanismos da colonialidade, no sentido de que tanto os elementos da branquitude quanto os da cisgeneridade podem fazer parte de um “pacto narcísico” no racismo e na heterossexualidade compulsória.

Negar a desigualdade racial, levando em conta o “mito da democracia racial”, reforça, naturaliza e consolida a estrutura de desigualdade, além de produzir uma reiteração da exploração herdada do período escravocrata. Essa postura contribui ainda para ocultar o

²³⁸ SCHUCMAN, Lia Vainer. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, v. especial, p. 166-175, 2012, p. 18.

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

racismo que aparece veladamente na memória histórica. Conforme Maria Bento, esse processo é efeito da “interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”²⁴¹, desse modo, “a branquitude se expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco”²⁴².

A ideia de um pacto narcísico nos ajuda a pensar de que maneiras as relações de poder são construídas para manter os privilégios de que fala Maria Aparecida Bento. Portanto, quando nos atentamos para as particularidades dessa estrutura, é possível dizer que “nada pode ser abolido sem que apareça, cedo ou tarde, como um sinal do que não foi, ou não pode ter sido reconhecido ou simbolizado pelas gerações precedentes”²⁴³. Nesse sentido, não se fala sobre o que não pode ser reconhecido ou simbolizado. Ao pensar na constituição desse pacto na realidade brasileira, Maria Bento propõe pensar nos termos de um “acordo tácito”, que se baseia na ideia de atribuir os problemas das desigualdades raciais às pessoas negras, de modo que “as verdades” sobre ser branco são reiteradamente recalçadas.

Nesse sentido, os conteúdos recalçados se articulam por meio de pactos, contratos inconscientes que conectam os sujeitos e os integra a um grupo, a partir de seus interesses e motivações. Por isso, Maria Bento entende que esses acordos estabelecidos devem ser apagados e que a atenção para determinado grupo de coisas deve ser reorientada, desviada, sobretudo se o movimento de voltar a atenção para elas colocar em risco os interesses desse grupo e ameaçar a sua manutenção. Então, para não desorganizar a estrutura de privilégios, as pessoas brancas/nãoracializadas criam redes de aliança e solidariedade que compactuam com os mecanismos legados pela escravidão e reiteram suas posições de poder.

Historicamente, instituiu-se no Brasil o mito da democracia racial. Mito que, conforme Abdias do Nascimento²⁴⁴, se aproxima de uma metáfora que mascara a real mecânica do racismo estrutural brasileiro. Por isso, o racismo à brasileira não é escancarado demais como nos Estados Unidos da América, tampouco foi legalizado, como o *Apartheid* da África do Sul, mas contou com todo o aparelho de Estado colonial e, posteriormente, republicano para instituir o dispositivo do racismo na racionalidade de Estado brasileira.

O ano de 1888 marcou o início do processo abolicionista no Brasil; naquele ano, nos termos da lei, a escravidão – tida como o principal dispositivo de opressão de pessoas negras

²⁴¹ BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 46.

²⁴² *Ibid.*

²⁴³ *Ibid.*, p.55.

²⁴⁴ NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

no país – parecia chegar ao fim. Adiante, a proclamação da república, em 1889, ampliou o direito de cidadania à população; ou seja, pelas letras da lei, brancos e negros teriam direitos e garantias de modo equidistante, no que diz respeito à educação, emprego, moradia, lazer, saúde, alimentação, entre outras coisas. Todavia, conforme destaca Domingues:

o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República. Assim, a inexistência da igualdade política anulava, na prática, muitos dos supostos avanços na teoria.²⁴⁵

Ou seja, pensar a historicidade das categorias “racismo” e “democracia racial” nos coloca a atenção para a abertura ou processo de “libertação” das pessoas negras de sua condição de dominação e assujeitamento; no limite, configura-se, por isso, um mito. Para Lélia Gonzáles, o mito da democracia racial caracteriza-se como uma “neurose cultural brasileira”²⁴⁶. Por isso, articulado à análise do racismo, o sexismo produz duplamente o efeito de violência em mulheres negras.

Ao tratar do mito, Lélia aponta o carnaval como o acontecimento que captura no rito os elementos que reatualizam com tamanha força simbólica o modo como se dilui o racismo, operacionalizado de modo sutil e simbólico. Assim, Lélia diz o seguinte:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí também que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições do mesmo sujeito.²⁴⁷

A história de vida de Linn e das mulheres de sua família é atravessada pelas tramas do racismo, sexismo e, especificamente para ela, a transfobia. Ora, que mulheres negras têm direito ao reconhecimento de sua humanidade? A reiteração do mito da democracia racial associado ao sexismo/misoginia constrói sujeitos infantilizados, incapazes de agir e minados de sua potência. Ampliando a perspectiva, pode-se considerar também que a desumanização faz parte da estratégia de interdição e apagamento dessas sujeitas.

²⁴⁵ DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, n. 10, 2005, p. 117.

²⁴⁶ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984, p. 224.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 228.

A mãe de Linn é colocada em estereótipos construídos para mulheres negras. Apesar de também não escapar desse lugar, paradoxalmente, à Linn é negado o “lugar” feminino cis-hétero. Ao reafirmar que “sua pele preta é seu manto de coragem”, ela circunscreve seu lugar de fala, ou seja, seu lugar de enunciação sem que quaisquer outras instâncias falem por ela. Retomando seu lugar de enunciação, denuncia também que o reconhecimento de pessoas trans-pretas se dá pela via da violência sistêmica. O recuo ao passado nos possibilita pensar que, embora em condições distintas, há um traço que continua a perseguir o trajeto dos sujeitos na contemporaneidade. Essa evidência nos permite enxergar o quanto foi eficaz o dispositivo que ainda hoje consegue se manter e se ampliar.

“Baseado em carne viva e fatos reais, é o sangue dos meus que escorrem pelas marginais²⁴⁸”. No tempo presente, é urgente pensar que só é possível compreender e desbravar mais uma camada de real se levarmos em consideração os efeitos do mito da democracia racial. Nesse sentido, conforme descreve Frantz Fanon, a ocupação colonial produz uma espacialização compartimentada, fronteira e, por fim, regulada pela imposição e pela força. Nesses casos, o exercício da soberania se garante pela operação do poder de morte.

Na medida em que Fanon compreende os processos de marginalização das pessoas negras, empurradas para as periferias onde se instituem as “cidades dos colonizados”, encontramos esse legado nas formações de favelas no Brasil, construídas com base na concepção do paradigma de exceção de Giorgio Agamben. Há um espaço com limites definidos para que determinados sujeitos sejam alocados ali. “A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, fome de carne, de sapatos, de carvão, de luz”²⁴⁹.

Portanto, consideramos o Estado de exceção em proximidade com o exercício da soberania. Nesse sentido, entendemos o deslocamento da noção de estado de emergência, para a noção de um dispositivo originalmente político. Aquilo que não se configura na forma legal adquire esse estatuto; por conseguinte, há um prolongamento que garante o exercício pleno e distinto da soberania do Estado nos locais em que incide esse poder.

Articulando os dois argumentos, o exercício da soberania institui os limites de ação e territorializa os sujeitos conforme se movimentam as condições de possibilidade do que Agamben chama de “zona de indecibilidade”. Nesse sentido, o argumento defendido aqui se constrói na seguinte concepção: ao considerarmos que o poder soberano, em conformidade com Mbembe, se configura como poder de morte, ou necropoder, admitimos a sua capacidade

²⁴⁸ BOMBA pra Caralho. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 3.

²⁴⁹ FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 37-39.

de criar zonas de indecibilidade que justificam a incorporação de determinadas formas de vida, por meio de sua suspensão. Por isso, a mesma relação que liga o sujeito aos seus direitos, ao mesmo tempo o abandona, o retira desse lugar.

O traço, resquício de colonialidade, esquecimento de branquitude, racismo estrutural, mito da democracia racial, culpa branca e outras inúmeras categorias que aparecem no percurso da significação aparecem também como requisito/pressuposto para criação de paradigmas de exceção e exercício do necropoder. Para Mbembe:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves.²⁵⁰

Assim como a raça é evidenciada como um dos elementos estruturantes para posicionar os sujeitos como inferiores, demarcar e controlar seus corpos, o gênero e as práticas de sexualidade são categorias acopladas nas arestas desse legado para estabelecer as formas de controle do estado de exceção. Como nos faz refletir Tatiana do Nascimento, ao tentar instituir os paradigmas da exceção, bem como o mito da democracia racial, também é possível apontar para o mito da laicidade do Estado. Por isso, consideramos o Brasil como um dos países mais católicos do mundo. Isso nos evidencia quais legados coloniais precisamos reconhecer para criticar. Para Nascimento:

A implementação da colonização se deveu muito ao braço forte que a igreja católica representou, justificando religiosamente escravização e genocídio negro e indígena a partir da desumanização de pessoas racializadas, sob uma retórica de perdição moral que definiu a base mononuclear, binarista de gênero como paradigma sexual, reprodutivista, heterocisnormativo, demonizando práticas/ expressões sexual-dissidente y/ ou gênero-diversas presentes em várias nações dentre os povos dominados.²⁵¹

Para isso, localizar categorias que problematizam esse legado colonial é um passo fundamental para mudar o cenário do combate. Somos atravessados por uma estrutura que “é um sistema que produz medos; é um sistema que produz fobias e as fobias são medos; é um sistema que produz a homofobia, que produz a transfobia a lesbofobia²⁵². Desse modo, é

²⁵⁰ MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p.38-39.

²⁵¹ NASCIMENTO, Tatiana. **Leve sua culpa branca pra terapia**. São Paulo: N-1 Edições, 2020, p. 12.

²⁵² ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

necessário um movimento decolonial que possa deslocar o modo como olhamos para esse sistema e, por conseguinte, para as categorias “branquitude” e “cisgeneridade”, com objetivo de tomá-las como eixos de análise crítica, conforme vem sugerindo Linn.

Outrossim, a fim de incluir sujeitos transgêneros nas discussões e debates feministas, foi fundamental nos atentar para a categoria “cisgeneridade” que, assim como a branquitude, torna-se aqui um instrumento de desconstrução dos mecanismos de produção das transfobias no sistema, como apontou Linn na citação acima. Nesses termos, o conceito torna possível “a crítica ao sistema político baseado na cisnormatividade ou cisgeneridade compulsória”²⁵³.

O conceito de cisgeneridade aparece para significar o antônimo de transgeneridade. Todavia, essa definição conceitual ainda não dá conta do trabalho de pensar as relações de poder que atravessam e marcam os sujeitos trans²⁵⁴. Para Jaqueline Gomes de Jesus, cisgêneros são “pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente”²⁵⁵. Conforme ainda destaca Jaqueline, as categorias e sentidos históricos que compõem a sigla LGBTQIA+ ainda estão em disputa pelos grupos sociais. Por isso, não há consenso sobre o que está incluso no termo trans.

Todavia, é preciso analisar criticamente as múltiplas maneiras pelas quais o conceito é empregado, já que isso nos permite ampliar as possibilidades de resistência epistêmica. Como aponta Viviane Vergueiro, o conceito de cisgeneridade possibilita pensar como operam as naturalizações e cristalizações das identidades sexuais e de gênero que constituem uma norma – qual seja – a cisnormatividade,

que exerce, através de variados dispositivos de poder interseccionalmente situados, efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos.²⁵⁶

O debate teórico proposto acima foi apresentado com o propósito de direcionar a atenção do leitor para a construção de um dispositivo que, tendo como base a estrutura de privilégios interseccionados de raça, classe e gênero, possibilita o (re) enquadramento de grupos que “escapam” à lógica cis-heteronormativa-branca-colonial. Nesse sentido, o

²⁵³ BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismos. *Gênero*, Niterói, v. 14, n. 1, 2013, p. 13.

²⁵⁴ O uso do termo trans mobilizado aqui inclui pessoas transgêneros, transsexuais e travestis (grifos meus).

²⁵⁵ JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>.

²⁵⁶ SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Artes e Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 43.

“dispositivo do ressentimento” mobiliza os afetos do medo e do ressentimento nos sujeitos, a fim de ativar a memória colonial e, com isso, acionar uma série de agenciamentos que reconhecem nesses grupos a “culpa” pela crise político-social no Brasil do tempo presente. Ainda, esse dispositivo funciona dentro do paradigma de exceção contemporâneo.

2.1.2 O dispositivo do ressentimento

O dispositivo do ressentimento é o meio pelo qual se evidencia o *modus operandi* da “política de extermínio”. Ele se reconfigura no Estado brasileiro, no presente, a partir da lógica da exceção, descrita por Agamben, e da mecânica necropolítica, pensada por Mbembe. Isto é, trata-se de um dispositivo que cria e reatualiza condições para minar as potências, as políticas de afirmação e mesmo a vida de sujeitos considerados abjetos, fora da norma. Em princípio, é importante considerar a noção foucaultiana de dispositivo que nos auxilia a compreender a formação da rede que se estabelece entre o dito e o não dito; ou seja, há um jogo entre esses elementos que indicam mudanças de posição, uma vez que o discurso não ocupa uma posição fixa. Nesse sentido, constitui-se um tipo de formação discursiva, em determinado momento histórico, que tem como função responder a uma urgência.

Linn fala sobre como os discursos e imagens construídas acerca dela e de seus semelhantes se relacionam com a morte, exclusão, silenciamento e apagamento de suas vidas. Ainda assim, figuras como ela aparecem para confirmar que, embora o empreendimento do necropoder se empenhe em apagar os vestígios de grupos TLGBQIA+, pretos e periféricos, ainda há resistência. Em resposta a essa resistência, outros mecanismos são acionados para conter a afirmatividade desses grupos.

O dispositivo do ressentimento é um desses mecanismos que opera a fim de (re) estabelecer, dentro das relações de poder no cenário brasileiro, as configurações e posições de raça, classe, gênero que, deslocadas historicamente conforme os avanços dos movimentos micropolíticos, sobretudo os movimentos transfeministas e o movimento negro, passaram a ocupar espaços de poder. Conseqüentemente, mudam as posições discursivas e estabelecem locais de fortalecimento nas disputas por narrativas. Ou seja, esses movimentos apontam os fracassos da estrutura cisheteronormativa, colonial, branqueada, que sempre funcionou como dispositivo regulador dos corpos para fins de captura e produção de subjetividades.

O feminino esteve recluso há uma posição e a papéis do âmbito privado né? Quanto mais perto desse lugar desse ideal, mais poder você tem e quanto mais você se

distancia menos poder você tem. Eu acho que é justamente uma discussão e uma disputa real, uma disputa territorial de poder também e principalmente isso que eu acho mais absurdo que o poder que nós ainda continuamos discutindo é o poder pelo nosso próprio corpo é o poder de decidir qual vai ser a sua estética, o que você vai vestir, com quem você vai dormir e com quem você vai casar.²⁵⁷

Em contraponto às novas possibilidades de construção de narrativa, de vida, de feminino, de experimentar o desejo, de viver o corpo, há dispositivos que são acionados para interromper essa afirmatividade, como o dispositivo do ressentimento presente nesse debate. Nessa disputa real por espaços em que os corpos podem habitar, espaços de poder e de possibilidades, há lutas travadas cotidianamente para manutenção da regulação desses territórios pelas forças institucionais.

Como uma bala que sai do cano de uma arma de fogo, o enunciado das letras de Linn penetra afetivamente a carne de figuras abjetas, criando uma espécie de reorientação para a luta por existência. Uma multiplicidade de corpos se acopla e permite criar possibilidades de experimentação do desejo. O problema da liberdade, que (trans) historicamente perpassa gerações de epistemes nas formações discursivas, começa a expandir seus contornos para o corpo material. Não se pode conter uma multidão que cria uma rede firme de outros dispositivos e, como ao desejo nada falta, combatem com os próprios corpos na linha de frente.

Nessa atmosfera, ao poder da vida, potência, há forças que circulam e exercem o poder sobre a vida. Michel Foucault nos lega elaborações biopolíticas que preparam o terreno para essa guerra; a convocação se dá no sentido de pensar que “onde há vida, há potência”²⁵⁸. Portanto, ao pensarmos os movimentos TLGBQIA+, consideramos a vida em ação, formas de existência que se movimentam, que colocam na ordem do discurso enunciados que modificam completamente o modo como outras enxergam a si mesmas.

As existências abjetas, dissidentes, todavia revolucionárias/ terroristas desestabilizam, mudam de lugar, acrescentam elementos; acima de tudo, descartam aquilo que se conserva, procuram escapar daquilo que mobiliza afetos tristes e capturam nesse movimento a possibilidade de viver uma vida digna. A racionalidade política pretende recolocar essas existências desviantes dentro dos contornos da cis-heteronormativa-branca. Por isso, é

²⁵⁷ ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁵⁸ O jogo de palavras corresponde ao enunciado foucaultiano acerca do poder como exercício. “Onde há poder, há resistência”. Nesse sentido, os grifos indicam a proposição de que a vida é necessariamente ação. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2009, p. 104.

fundamental que exista um mecanismo preciso de captura. Uma das frentes de ação desse mecanismo é o ressentimento. O ressentimento é um afeto mobilizado a partir de forças internas (um desejo de responsabilizar o “outro” pelo sofrimento sentido) e externas (efeitos das relações de força macro e micropolíticas em disputa no cotidiano) aos sujeitos; o objetivo do que chamamos dispositivo do ressentimento é criar mais possibilidades para o exercício da necropolítica no Brasil.

2.1.2 Elementos políticos do ressentimento

Para compreender o funcionamento do dispositivo apresentado aqui é fundamental entender que o ressentimento está articulado a um movimento de coletividade. Dizemos isso porque a ideia é vincular os efeitos das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil a uma efervescência coletiva. Se por um lado, setores se sentiam a “pulsão vital” de corpos em aliança nas ruas para denunciar as violências do Estado contra as camadas mais vulneráveis e precárias, por outro, houve um efeito “reverso” ou “ressentido” das camadas de classe média e classe média alta.

Esse é o resultado da dupla estratégia oportunista empreendida pelas elites, ao atrair para o centro das manifestações populares uma parcela social conservadora e receosa de perder seus privilégios. O medo era efeito de um Brasil que passou por processos de profunda transformação social, econômica e política na última década e, por mínimo que tenha sido, conseguiu propiciar às camadas vulneráveis alguma mobilidade social, redistribuição de renda e inclusão social e financeira no sistema que era, antes disso, inacessível. Como discutiu-se nas seções anteriores, o Brasil carrega heranças coloniais ainda muito presentes em sua estrutura social e, por conseguinte, ainda mantém relações de servidão e de dominação entre sujeitos, pautadas pela classe, raça e gênero. Assim, o menor sinal dessa inclusão social foi suficiente para apavorar as elites brasileiras. “O poder sobre o qual o Brasil se estruturara por cinco séculos estava sendo minimamente ameaçado, e isso já era demais. Esse recalque reprimido começou a sair do armário em Junho de 2013”²⁵⁹.

Não entraremos no mérito do debate acerca das narrativas em disputa sobre o que foi o fenômeno das Jornadas de Junho. O que nos interessa é considerar que esse momento histórico explodiu o estopim para escancarar uma espécie de “despertar” da sociedade em

²⁵⁹ MACHADO-Pinheiro, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019, p. 28.

relação a um estado de coisas. Dito isso, compreender um pouco da gênese do ressentimento é importante para articularmos esse afeto com as manifestações coletivas da classe média.

Segundo o dicionário de língua portuguesa, o termo ressentimento tem os seguintes significados: “1) ato ou efeito de ressentir (se); 2) rancor seguido do desejo de vingança; 3) lembrança dolorosa de palavra ou ato ofensivo”²⁶⁰. Ou seja, em seu sentido literal, ressentir-se significa transferir ao outro a responsabilidade pelo sofrimento experimentado. É fundamental considerarmos o seguinte: o termo “ressentimento” não foi criado no tempo presente. Ainda assim, o tema do ressentimento aparece com frequência no contemporâneo e se relaciona estreitamente com os mecanismos de defesa utilizados por setores conservadores no campo político. Para Maria Rita Kehl, o ressentimento é “essa forma de amargura ativamente cultivada por aqueles que se recusam a admitir sua própria responsabilidade nas escolhas que os prejudicaram ao longo da vida e insistem em se colocar na posição de vítimas do destino”²⁶¹.

A partir dessa definição, conseguimos mapear como esse ressentimento tem sido acionado no campo da política formal. Nesse sentido, destaca-se uma fala crítica feita pelo, à época Ministro da Economia, Paulo Guedes. A fala do então ministro gerou um efeito bastante curioso e nos chamou atenção para a reflexão aqui proposta. Em entrevista, ele disse:

Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Vamos exportar menos, substituição de importações, turismo, todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Pera aí, pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro do Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear o Brasil, vai conhecer o Brasil. Entendeu? Está cheio de coisa bonita para ver [...]

Ao nos alinharmos à definição de ressentimento da psicanalista brasileira Maria Rita Kehl, podemos desdobrar alguns apontamentos para construção desse dispositivo que atua para mobilizar os afetos da raiva, do medo e do ódio nas camadas médias e nas elites brasileiras. Em seu livro *O ressentimento*, Kehl aborda o tema em Friedrich Nietzsche e em Freud.

A psicanalista observa que Nietzsche apresenta duas concepções fundamentais para o ressentimento, quais sejam: 1- uma questão individual, um problema que enfraquece o

²⁶⁰ RESENTIMENTO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2121. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ressentimento%20>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁶¹ KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 179.

²⁶² RODRIGUES, Douglas. Paulo Guedes critica dólar baixo: “empregada doméstica ia para a Disney”. *Poder 360*, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

indivíduo, que se torna incapaz de reagir diante aos acontecimentos e, por conseguinte, adoece seu corpo e mente cultivando um sentimento de vingança pelo ato não realizado da ação; 2- o ressentimento como traço de um problema social, uma vez que corresponde a uma moral, uma concepção de justiça e uma intervenção na sociedade.

A primeira concepção nos serve para sustentar o argumento presente, mas o que nos interessa é pensar o funcionamento do dispositivo a partir da segunda concepção elaborada pelo filósofo. No campo micropolítico, os sujeitos cultivam a relação com seus afetos de modo ressentido. Esse “envenenamento” do qual Nietzsche fala nos ajuda a pensar de que modo toda estrutura cisheteronormativa e colonial consegue criar subjetividades ressentidas. A questão para Nietzsche faz seus contornos no problema da dominação de uma vontade sobre outra.

Embora o filósofo não tenha cunhado a ideia de ressentimento, ele trabalha seus significados de modo que nos interessa acompanhar, já que apresenta como essas “forças” ou afetos vão se movimentar nos sujeitos, agindo sobre elas/es. Para Nietzsche, o ressentimento não é uma reação mecânica, mas um tipo de força que atua como uma vontade de poder, ou seja, de dominação sobre os demais indivíduos. Portanto, nos termos nietzschianos, o ressentimento amplia-se a uma perspectiva conectada ao social, mas ele ainda o trata como uma “moral do ressentimento”.

Se o diagnóstico feito apresenta o ressentimento como um “sintoma social”, é urgente pensar sobre o lugar que os sujeitos ocupam nas sociedades, que tipos de moral fazem parte da constituição desse sujeito e a que tipo de sociedade ele pertence, conforme sugere Maria Rita Kehl. O interesse de Nietzsche é classificar a vontade de poder quando se manifesta nas leis e normas, no campo da política, na religião, na moral, a fim de criar mecanismos críticos para se contrapor a ela. Nesse sentido, questionamos: quais são os elementos acionados pelo dispositivo do ressentimento que também se vinculam a essa vontade de poder?

O primeiro elemento, um dos desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013, é a visibilidade da potência das manifestações coletivas dos corpos. Essa onda de ocupações se multiplicou de modo expressivo, descentralizado e organizado e possibilitou a prática de diversos tipos de ativismos feministas, TLGBQIA+ e antirracistas, o que afetou profundamente a consciência política dessa geração que se formou. Conforme aponta Machado-Pinheiro²⁶³, nessas movimentações havia uma forte crítica à democracia representativa e à defesa dos direitos sociais. Quanto mais se exercita a consciência de

²⁶³ MACHADO-Pinheiro, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019, p. 38.

criticidade, mais se aprimoram as linhas de fuga dessa sociedade ainda colonial. Para Machado-Pinheiro:

Os rolês de jovens periféricos em templos do capitalismo são um fenômeno político que nos revela o óbvio: a segregação de classes brasileiras que grita e sangra. O ato de ir ao shopping é um ato político, uma vez que esses jovens estão se apropriando de coisas e espaços que a sociedade lhes nega no cotidiano. Há contestação política nesse evento, mas também há camadas muito mais profundas por trás disso.²⁶⁴

Um efeito das políticas públicas de redistribuição de renda foi o que Machado-Pinheiro chamou de inclusão pelo consumo, nesse sentido, “analistas de conjuntura diziam que os rolêzinhos eram o reflexo da inclusão pelo consumo, que formava uma geração despolitizada e consumista”²⁶⁵. O raciocínio é sustentado pelo que Maria Rita Kehl destaca acerca do ressentimento: há um apego do sujeito a um dano supostamente causado a ele. Ou seja, originalmente essas pessoas não pertencem a esse espaço. Portanto, a presença delas ali representa simbolicamente uma rasura na paisagem social que, conforme já apontamos, expõe a realidade das desigualdades.

Diante desse cenário, nos resta pensar: quais afetos são mobilizados com o dispositivo do ressentimento? Ora, raiva, inveja, ciúmes, rancor, maldade e, sobretudo, desejo de vingança. O desejo de vingança exerce papel fundamental na modulação dessas afecções. Assim, conforme destaca Maria Rita Kehl, a raiva e a indignação quando não transferidas ao objeto de incidência voltam para si e ajudam a sustentar a noção de má consciência. Por isso, a autora aponta que “a culpa que o ressentido insiste em atribuir ao outro, responsável pelo agravo, é a face manifesta do sentimento inconsciente de culpa que o envenenamento psíquico – o retorno das pulsões agressivas sobre o eu – produz. O ressentido é um vingativo que não se reconhece como tal”²⁶⁶.

O dispositivo do ressentimento age friamente. Calcula o exato momento de acionar mecanismos para atribuir a culpa ao outro; essa culpa é uma construção imaginária pautada por uma moral conservadora e cristã, que se sente lesada por “perder” posições de poder e de privilégios cisheteronormativos. Nesse sentido, a racionalidade necropolítica lança mão de estratégias de vingança, como, por exemplo, a retirada gradativa de direitos sociais e políticos de determinados grupos.

Diferente da concepção nietzschiana de um “envenenamento psíquico”, que impede o ressentido de se vingar, a noção de uma conservação da moral, que garante uma vontade de

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 42.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 40.

²⁶⁶ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 16.

poder para dominação, parece contemplar a hipótese de que há um dispositivo sutilmente acionado nessa forma de governamentalidade descrita. Compreendendo o deslocamento operado por Nietzsche, podemos considerar o ressentimento como um problema político.

Há também outras dimensões a se considerar. Conforme aponta Maria Rita Kehl, a reação que se opõe à condição de ressentimento é também uma dimensão tática do sujeito. Na medida em que se coloca em risco a manutenção da vida, é fundamental pensar que os recuos são estratégias de sobrevivência. A questão é a seguinte: “Em que circunstâncias esse adiamento forçado, esse “reco tático”, funciona para organizar forças e amadurecer um projeto de retomada legítima ao poder, e em que condições o adiamento da reação pode transformar-se em ressentimento [?]”²⁶⁷.

Giorgio Agamben caracteriza o Estado de exceção como “estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão”²⁶⁸. No contexto brasileiro mais recente, a política do hoje ex-presidente Jair Bolsonaro colocou o país sob o paradigma da exceção, conforme aponta Agamben. Essa exceção se deu precisamente no deslocamento de uma medida emergencial aplicada em panoramas de guerra civil para uma técnica de governo permanente, que se apresenta “como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”²⁶⁹.

Nesse sentido, pensemos nas condições de emergência do Estado de exceção a partir do que considera Agamben. Os contornos desse Estado, no contexto brasileiro, tornam-se mais evidentes na suspensão de condições mínimas de sobrevivência, sobretudo durante a pandemia de covid-19. Em vez de se preocupar em fazer uma gestão que fosse capaz de garantir, minimamente, as condições básicas de vida para a população, o que a política de Bolsonaro fez se traduziu não apenas na biopolítica do Estado de exceção, conforme Agamben considera, “como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão”²⁷⁰, mas na necropolítica.

O presente capítulo continua a avançar nas noções de campo biopolítico como condição para a emergência do que consideramos no capítulo I como “terrorismo de gênero”. O terrorismo de gênero como estratégia de sobrevivência e tática de guerra frente às investidas da racionalidade necropolítica carrega em si elementos que se pretende explorar ao longo destas páginas. Na medida em que a figura das terroristas de gênero são construídas como abjeções, associadas ao demonizável, ao horror e ao profano, em contraposição ao que é

²⁶⁷ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 19.

²⁶⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 14.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 13.

²⁷⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 14.

compreendido como sagrado, é possível perceber um elemento que nos serve para pensar a atuação dessa forma de vida, qual seja, o elemento da sacralidade.

Nesse sentido, as linhas seguintes se ocuparão de pensar a figura do homo sacer; a sacralidade como um elemento político originário; os corpos abjetos como vidas nuas; e a figura das terroristas de gênero como zona de indistinção. Após apresentarmos o panorama dessas questões, pensaremos como a figura das terroristas de gênero podem ser pensadas como uma saída potente ao paradigma da exceção, estado em que o direito e a política capturam sistematicamente as vidas nuas e as incorporam no registro da vulnerabilidade, da precariedade e do abandono.

2.2 HOMO SACER

Para acompanhar o movimento do conceito proposto na tese, é fundamental voltarmos um pouco ao primeiro tópico do capítulo anterior. Em “A invenção de Linn da Quebrada”, propusemos algumas reflexões, considerando os elementos materiais e subjetivos que nos ajudam a formular uma imagem mental da performer, artista, terrorista e personagem Linn. Para Lina Pereira (trans), na criação de Linn da Quebrada foi fundamental considerar a dimensão de humanização e desumanização na qual ela consegue transitar. Essa composição foi atravessada por questões fundamentais para a artista: “Quem sou eu?” “Para onde vou?” etc. Em entrevista ao programa “Saia Justa” do canal GNT, Linn diz: “Eu inventei Linn da Quebrada para ter forças”²⁷¹.

Se por um lado a experiência de ser várias – bixa-preta-transviada-travesti – coloca seu corpo em movimento de experimentação radical, por outro, há forças que significam seu corpo, essa experiência radical, como indigno e abjeto. Para que os sentidos da abjeção sejam construídos, é fundamental uma estrutura paradigmática que garanta o seu funcionamento. Dentro de uma perspectiva de Estado de exceção biopolítico, isto é, quando a vida se torna objeto da política, ou melhor, da biopolítica, a questão fundamental é a seguinte: por que vidas como as de Linn da Quebrada são objeto de captura? Como hipótese, pode-se dizer que há elementos da personagem Linn que a biopolítica não alcança.

²⁷¹ LINN da Quebrada fala sobre as várias nagens que criamos para nos proteger | Mini Saia. 2021. 1 vídeo (17:22 min). Publicado pelo Canal GNT no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/KnKxTgPaiLE>. Acesso em: 17 mai. 2023.

Nesse sentido, a personagem Linn, terrorista, cria uma nova maneira de sacralizar seu discurso, em uma espécie de rito, ou seja, a música como um ritual, uma repetição que é capaz de criar um espaço de inteligibilidade para corpos transviados-pretos e periféricos. Antes de apontar essa dimensão, é preciso entender como o sagrado atua para permitir que a biopolítica sacrifique certos corpos. Por isso, tentaremos construir, primeiro, os mecanismos dessa captura.

Em “Submissa do sétimo dia”, uma das músicas que compõem *Pajubá* (2017), primeiro disco de Linn, recortamos uma passagem que nos serve de lampejo para construirmos nosso raciocínio.

Vyados que proliferam
Em locais frescos e arejados
De mendigos a doutores
Cercados por seus pudores
Caninos e mecanismos afiados
Fazem suas preces
Diante de mictórios: fé em pele de vício.²⁷²

O campo da biopolítica, como já dito e sabido, transforma a vida em objeto explícito da política. Ou seja, há uma relação com a vida, com a morte e com o corpo muito singular, em que os mecanismos do que Michel Foucault chamou de biopoder pretendem “fazer viver e deixar morrer”. Nessa lógica, o soberano decide quem pode viver e quem deve morrer e, ao matar, ele exerce seu direito sobre a vida. A centralidade da morte é o que legitima o seu poder absoluto.

No trecho supracitado, Linn canta o incômodo que seu trânsito parece causar quando ela anda pelas ruas e becos de São Paulo e sente os olhares a sua volta fuzilarem a sua pele preta; ela questiona e “lista” os motivos possíveis do incômodo alheio: será o peito? A barba? A sobrancelha? O quadro e o sujeito? Ou mesmo a sujeita não reconhecível que anda pela cidade? Vemos nessa “sensação” um elemento central, já que partimos de uma biopolítica dos corpos. Não se trata apenas de “uma tecnologia de dupla face” que organiza “por um lado as disciplinas, as regulações, a anátomo-política do corpo”²⁷³, mas trata-se de um paradigma outro, ainda que biopolítico, que admite a exceção como estado permanente e técnica de governo para que o “incômodo” possa ser contido.

²⁷² SUBMISSA do 7º dia. Compositora e performer: Linn da Quebrada. In: *Pajubá*. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 2.

²⁷³ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 57.

Nesse sentido, a figura do *homo sacer*, esmiuçada na análise de Agamben, traz subsídios para compreensão dos sedimentos estruturais que escamoteiam a ideia do incômodo. Evidentemente não é um mero incômodo, mas uma tática que ameaça a manutenção de determinadas formas de vida. Ou seja, dizer de uma forma de vida significa muito mais do que o cumprimento de protocolo, norma ou regra, mas uma instigante indeterminação.

A construção do argumento de Agamben se dá no sentido de pensar a ambivalência conceitual da sacralidade. Em outras palavras, a ambivalência seria o que permite redimensionar a noção de sacralidade de uma pessoa e autorizar sua morte. Implica, portanto, a impunidade que se inscreve por meio da exclusão do sacrifício, uma vez que é proibido violar qualquer coisa que se configure como sacra. Ou seja, para Agamben, a ambiguidade, no limite, está contida na possibilidade de transmutação de algo puro para algo impuro. Do sagrado ao profano.

Conforme Mircea Eliade, a primeira definição de sagrado a que temos acesso é “o que se opõe ao profano”²⁷⁴. Todavia, há certa dificuldade de precisar essa oposição. Para tanto, o pesquisador usa o termo “hierofonia”, ou seja, o sagrado como algo que nos é revelado em uma dimensão de manifestações de realidades sagradas. Para ele, “a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano’”²⁷⁵.

O sagrado e o profano, conforme Eliade nos apresenta, constituem-se como duas modalidades de ser no mundo. Nessa perspectiva, há aí uma dimensão ontológica que nos orienta à reflexão acerca da ambiguidade do homem *sacro* de Agamben. “O que é a vida do *homo sacer* se ela se situa no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, fora tanto do direito humano quanto do direito divino?”²⁷⁶. Linn cria seu álbum *Pajubá* para esbravejar, gritar e aterrorizar. Ou seja, assim como a sacralidade do *homo sacer*, Linn é uma figura que mescla veneração e horror. Nesses termos, “[...] a sobancelha, o peito, a barba, o quadril, sujeito”²⁷⁷, conforme enunciado na letra da música, aparecem como desorganizadores de uma lógica de corpo existente, coerente e “normal”.

Interessa-nos ainda pensar o termo *sacratio* como a dupla exceção tanto no campo religioso quanto no campo profano. Uma dúplici exclusão e uma dúplici captura. O que tanto

²⁷⁴ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 13.

²⁷⁵ *Ibid.*

²⁷⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 79.

²⁷⁷ SUBMISSA do 7º dia. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 2.

incomoda os olhos de quem persegue Linn? Ela é feminina demais para ser um homem e masculina demais para ser mulher. Está firmada aí a dupla exclusão que seus atributos materiais ensejam. Dessa forma, a sacralidade se apresenta como uma espécie de continuidade da exclusão da comunidade.

Assim como na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional, desaplicando-se, retirando-se deste; do mesmo modo, o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade. “A vida insacriticável e, todavia, matável, é a vida sacra²⁷⁸.” A condição do *homo sacer* é o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto.

Esfera da decisão soberana, que se mantém unicamente em uma relação de exceção, o *homo sacer* apresenta a figura originária da vida presa no bando soberano e conserva a memória da exclusão originária por meio da qual se constitui a dimensão política. O espaço político da soberania, nesse sentido, se constitui a partir de uma dupla exceção como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio. “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacriticável, é a vida que foi capturada nessa esfera”²⁷⁹.

Se chamamos vida nua ou vida sacra essa vida que constitui o conteúdo primeiro do poder soberano, dispomos ainda de um princípio de resposta para o quesito benjaminiano acerca da “origem do dogma da sacralidade da vida”. Sacra, isto é, matável e insacriticável, é originariamente a vida no bando soberano, e a produção da vida nua é, nesse sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamentais, exprime em sua origem justamente o contrário: a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono.²⁸⁰

Soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri*, e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos (a gestão da vida e, portanto, a decisão da morte). Delimita-se por isso o primeiro espaço político em sentido próprio, distinto tanto no âmbito religioso quanto no profano, tanto na ordem natural quanto na ordem jurídica normal. A proximidade entre a esfera da soberania e a

²⁷⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 84.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 84-85.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 85.

do sagrado não é simplesmente o resíduo secularizado do originário caráter religioso de todo poder político, nem somente a tentativa de assegurar a este o prestígio de uma sanção teológica; tampouco ela é a consequência de um caráter “sacro”, ao mesmo tempo augusto e maldito, inexplicavelmente inerente à vida como tal.

A sacralidade, aponta Agamben, é sobretudo a forma originária da implicação da vida nua na ordem político-jurídica. *Homo sacer* é o sintagma que nomeia algo como a relação “política” originária, a vida enquanto exclusão inclusiva que serve à decisão soberana. Sacra a vida é apenas na medida em que está presa à exceção soberana. É um equívoco tomar um fenômeno jurídico-político por um fenômeno genuinamente religioso. *Sacer*, isto é, a formulação política original da imposição do vínculo soberano²⁸¹. Exceção originária, a vida humana exposta a uma matabilidade incondicionada vem a ser incluída na ordem política.²⁸²

Um dos argumentos elaborados aqui é justamente o modo como a estrutura moral, conservadora, cis-binária, hétero e compulsória inventou lugares de exposição à morte para corpos do “não lugar”. Muito embora essa conexão nos pareça familiar, é bastante complexa, pois faz da vida um objeto de violência que excede tanto a esfera do direito quanto a do sacrifício; que abre entre o profano e o religioso uma zona de indistinção. Zona originária de indistinção, na qual *sacer* indica simplesmente uma vida matável.

Ao contrário do imaginário do senso comum, ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos - de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. A ruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós.²⁸³

A ideia do corpo supliciado em Foucault está presente nas mortes das travestis, comumente transformadas em verdadeiros espetáculos de horror. Esses corpos são expostos ao apedrejamento, desmembrados pelos olhares cis-hétero-brancos como milhares de lâminas que dilaceram a carne que, muitas vezes, não só é a “mais barata do mercado”, como é também a mais descartável. O “ritual” inscreve aqui, como a ideia de Judith Butler de

²⁸¹ *Ibid.*, p. 86.

²⁸² *Ibid.*, p. 87.

²⁸³ YORK, Sara Wagner; GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020, p. 2.

performatividade, a repetição de atos que parecem reiterar permanentemente a única via de acesso à existência desses sujeitos e corpos: a morte.

Portanto, a ideia de um corpo travesti ou trans ganha propriedade discursiva a partir do compor ou contrapor exposições anteriormente feitas a respeito delas, sobre elas e, agora, por e com elas. Enquanto estes/as primeiros/as cis-aliados/as marcavam o corpo travesti no masculino, eles/as evidenciavam a limitação da luz sobre o negativo fotográfico. Para nós, leitoras-críticas, travestis, a partir destas obras e a partir de outras facilidades, há compreensão de suas limitações na descrição imagética da possibilidade de um existir travesti. Não homem, não mulher. Tudo. Nada. E por ser tudo (e nada) em (com)junto, pertencente ao feminino e ao feminismo, foi preciso ascender um corpo travesti, para que a travesti fosse incorporada à linguagem enquanto substantivo feminino, do mesmo modo que presidenta (José SARNEY, 2010) no Brasil também o foi.²⁸⁴

A possibilidade de existência de corpos dissidentes, travestis e trans, como o de Linn e o de tantas outras pessoas, encontram em determinadas narrativas espaços para viver e resistir às investidas que os empurram para a marginalidade e para o não lugar.

Profanas que somos, somos reais e também seres mitológicos. Centauros ou sereias, quase sempre urbanas/os. Exotificadas, demonizadas, hiperssexualizadas, patologizadas, abusadas, banalizadas e úteis a muitos campos quando convém. Mas sempre donas de si. Donas de nossas não cisgeneridades, donas de nossos corpos a ponto de fazermos o que quisermos com eles. Inclusive, pedir a responsabilização de nossos algozes de vida e de morte.²⁸⁵

Profanas, as terroristas de gênero maculam o (cis)tema, causam terror. Voltemos então à noção que atravessa e é criada neste trabalho: o terrorismo que, em seu momento de enunciação, cria esses seres místicos, demonizados e esses corpos autônomos, prepara o território para o enfrentamento político da necropolítica. O dispositivo do ressentimento responde aos corpos revoltosos que já não mais cabem nos armários, nos becos e nas sarjetas. A invisibilidade já não mais se configura como espaço de existência para essas vidas, bem como os silêncios. Para a historiografia não há espaços para ocultar essas narrativas, pois elas já fazem parte de um registro de imagem, som e performance. O rito que se constitui na imagem da legião das travestis impele ao reconhecimento da legitimidade dessas narrativas. Dito de outro modo, o grito de potência não passa mais despercebido. Fica registrado, como o que professa Linn: “Prazer, eu sou a nova Eva. Filha das travas, obra das trevas. Eu quebrei a costela de Adão”²⁸⁶.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 5.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 6.

²⁸⁶ BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

Linn toma a caneta das mãos hegemônicas que sempre escreveram essa história e reescreve a narrativa que quer contar. É lenda, maldição. Do fruto, comeu do que é bom e do que é mal. No percurso de se descobrir, entender quem é essa personagem que criou para ter forças e existir, Linn recria a história do mundo, escancarando a existência daquilo que às trevas foi relegado. O terror dos ressentidos aparece e é arte, vida que pulsa e “ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte”²⁸⁷.

Nesse sentido, compreendemos a noção de vida nua em relação ao conceito de “bando”, conforme os termos apresentados por Agamben. Disso deriva a ambiguidade do sentido de sacro empregado aqui, uma vez que essa vida não se vê deixada de lado por pura exclusão. Essa relação, conforme já é sabido, é de uma exclusão inclusiva. Nessa seara, a partir do paradigma constitutivo do ordenamento jurídico, considerando o Brasil contemporâneo como um “estado de exceção” para as terroristas de gênero, como pensar um modo de política completamente novo?

Para dar visibilidade a como essa relação se estabelece, analisaremos a construção da terrorista como vida nua, ou seja, uma forma de vida como produção específica do biopoder, fabricada em condições específicas de matabilidade. Então, a figura do *homo sacer* nos serve aqui de ponto de partida para entender que se no Antigo Regime do Ocidente sua tutela era o poder soberano de Deus, o contemporâneo apresenta formas outras de inserção desta sob o controle institucional do Estado. Nesse sentido, a vida nua está em permanente exposição à violência soberana.

O contexto de produção do videoclipe “Oração”, de Linn da Quebrada, nos serve como campo de forças para empreender essa análise. Gravado entre julho e agosto de 2019, o clipe foi dirigido por Sabrina Duarte e roteirizado por ela e por Linn. Na ocasião da filmagem, uma igreja abandonada na região de Brasilândia, periferia de São Paulo, foi usada como locação. No dia da gravação, a equipe de produção foi abordada por um grupo de policiais que fiscalizava a região. Embora a equipe estivesse autorizada a filmar ali, com documentação em mãos e dentro da regularidade, eles foram desestabilizados pela interrupção dos policiais que insistiam em censurar a realização das filmagens. As gravações foram suspensas durante quatro horas, em seguida, após acordo firmado pelo advogado da produção (que precisou ser contactado), o espaço foi liberado por apenas 1 (uma) hora. Para que o videoclipe fosse filmado nesse curto espaço de tempo, o roteiro precisou ser adaptado. As imagens gravadas

²⁸⁷ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 27.

são capazes de capturar e revelar a tensão dos artistas e equipe com a chegada da polícia ao local.

Imagem 9 — A legião da nova Eva



Fonte: Print do videoclipe “Oração”, de Linn da Quebrada (2019).

A imagem acima carrega elementos importantes e nos apresenta possibilidades de construirmos imagetivamente o contexto narrado. O contraste de cores salta aos olhos e se mostra na relação entre a indumentária branca das artistas e a cor negra de suas peles; os corpos estão dispostos na cena de modo que todas sejam incluídas no plano da imagem. Linn da Quebrada, ao centro, parece se ramificar em várias outras e nos dá a sensação de que carrega muitas em si. “Os afectos são precisamente estes devires não humanos do homem, como os perceptos (entre eles a cidade) são as paisagens não humanas da natureza”²⁸⁸. Nesse sentido, as imagens se sustentam por si, independem de quem as cria, pois a obra de Linn extrapola o propósito a que ela se presta, que é responder à questão: “Quem soul eu?”

Em uma entrevista, Linn comenta sobre o acontecido e afirma que deseja ocupar um lugar no mundo e existir. A interdição das filmagens (sem motivos aparentes) não nos convence de que a polícia estivesse ali apenas cumprindo protocolos institucionais. Ao tirarmos algumas camadas desse acontecimento, fica evidente o quanto “Poder do Soberano”,

²⁸⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1993. p. 220.

materializado em um de seus aparelhos de Estado, a polícia, expõe esses corpos permanentemente às violências normativas.

Nesse panorama, faz-se conveniente apresentar, a partir da análise de algumas considerações de Linn da Quebrada, bem como a própria letra da música “Oração”, algumas categorias que, no limite, nos auxiliam a criar esse paradigma da exceção a partir da construção da figura da terrorista como vida nua. Por isso, consideramos como ponto de partida o debate acerca da ambiguidade da noção de sacro para Giorgio Agamben.

Giorgio Agamben abre a seção acerca do *homo sacer*²⁸⁹, considerando que o verbete *festus* “conservou-nos a memória de uma figura do direito romano arcaico na qual o caráter da sacralidade liga-se a primeira vez a uma vida humana como tal”²⁹⁰. Vejamos então no que consiste a sacralidade do homem sacro, a *sacro esto*, pensando na lógica da exclusão/ inclusão de algo. Nesse sentido, o homem sacro é aquele que, sendo ao mesmo tempo insacrificável e matável, é julgado por um delito e pode ser morto sem que isso se configure uma execução fora da lei ou mesmo um sacrifício.

Entre a oração e a ereção
Ora são, ora não são
Unção, benção, sem nação
Mesmo que não nasçam
Mas vivem e vivem e vem.²⁹¹

A oração, na letra da música de mesmo nome, é o “feitiço” que atua na repetição para ritualizar a palavra de benção, de unção e de ação. A fim de dar corpo e sentido ao desejo, Linn escreve músicas para criar um mundo possível para sua existência. Se para Gilles Deleuze a filosofia cria conceitos e a ciência cria funções, vale destacar o que cria a arte: “O que se conserva, a coisa ou a obra de arte, é um bloco de sensações, isto é, um composto de perceptos e afectos²⁹²”. A partir daquilo que é confuso, caótico, a arte produz alguma coisa. E, para Linn, “A arte cria o real”, a arte é a criação de perceptos e afectos, o que faz dela um ser de sensações que se sustenta por si mesmo. Assim, “a arte luta com o caos e torna-o sensível”²⁹³.

²⁸⁹ Homem sacro. Tradução literal.

²⁹⁰ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 74.

²⁹¹ LINN da Quebrada - Oração (Clipe Oficial). 2019. 1 vídeo (5:59 min). Publicado pelo canal Linn da Quebrada no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 17 mai. 2023.

²⁹² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1993, p. 193.

²⁹³ *Ibid.*, p. 241.

Não somente lutar contra o caos e torná-lo sensível, a arte de Linn convoca uma legião de existências abjetas a tomarem consciência de suas possibilidades de resistir. Nesse sentido, o enunciado do discurso dela evoca um sentido outro de vida. Conforme Peter Pál Pelbart destaca, “Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea”²⁹⁴. Da biopolítica à biopotência, é possível assistir ao movimento que desloca e redefine a noção de existência no mundo por meio do que Linn cria com a arte.

“A arte conserva e é a única coisa no mundo que se conserva”²⁹⁵. Já o que conserva Linn é o traço do que “Segue em passos certos escritos em linhas tortas. Dentro de armários suados, no cio de seu desespero”²⁹⁶. O que os armários tentaram sufocar, esconder, agora é revelado pelo cio desesperado que berra ao dizer “Eu desejo, eu posso, eu existo”. Nessa perspectiva, Pál Pelbart diz:

hoje em dia, ao lado das lutas tradicionais contra a dominação (de um povo sobre outro, por exemplo) e contra a exploração (de uma classe sobre outra, por exemplo), é a luta contra as formas de assujeitamento, isto é, de submissão da subjetividade, que prevalece. Talvez a explosividade desse momento tenha a ver com a extraordinária superposição dessas três dimensões.²⁹⁷

Assim, é possível pensar as subjetividades em revolta. A revolta pressupõe a reativação vital que é cotidianamente sequestrada. Essas subjetividades revoltosas, que antes habitavam os armários suados, deslocam a ideia de sacralidade enquanto aniquilamento e sacrifício, recusam o sistema de valores morais e explorações hegemônicas, criando as próprias linhas de existência. “Eu quebrei a costela de Adão.”

²⁹⁴ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 24.

²⁹⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 208.

²⁹⁶ SUBMISSA do 7º dia. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 2.

²⁹⁷ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 26.

Imagem 10 — Filha das travas, obra das trevas



Fonte: Print do videoclipe “Coytada”, de Linn da Quebrada (2018).

No leito de margaridas, jaz o corpo de íris esbranquiçada, boquiaberta, e mobilizador de certo incômodo. Na imagem, Linn remete às representações de possessão das películas do cinema de horror das décadas de 1970/1980. Historicamente, as figuras femininas no Ocidente foram construídas com base em representações que pressupõem dicotomias, binarismos e hierarquias. Desse modo, justificam-se as desigualdades que são efeitos dessas construções histórico-culturais ocidentais.

A maioria dos mitos fundadores apresenta as figuras femininas como o “mal encarnado”, por isso, as perspectivas masculinistas são reiteradas e mantidas como referência universal de visão de mundo. Na antiguidade Grega, por exemplo, Hesíodo cria o mito de Pandora. Conforme Ester Zuzo de Jesus:

Pandora, de origem grega, pan, significa “todo” e dôron, “dom, presente”, isto é, todos os dons ou dotada de tudo. Religiosamente, ela é a divindade da fecundidade na terra. Na mitologia grega, ela é a filha primogênita de Zeus, dotada de belezas materiais e atributos dados pelos deuses do Olimpo. Foi enviada com uma caixa a Epimeteu, como presente de casamento, com o propósito de castigar os mortais por aceitarem o fogo, até então de domínio divino, das mãos de Prometeu. Dentro da caixa, estavam os males que foram liberados. Sucintamente, este é o mito grego que explica a existência dos males e dos sofrimentos da humanidade.²⁹⁸

²⁹⁸ JESUS, Ester Zuzo de. O Possível Entrelaçar do Eterno Mito Feminino: Eva e Lilith em Pandora. **Revista Anagrama**, ano 3, ed. 2, 2010, p. 2.

Não por acaso, o último *single* lançado por Linn traz referências às construções míticas que traduzem as figuras femininas como castigo, como aquilo que contamina qualquer espaço que toca e provoca sofrimento, mal, tentação etc. Por isso, Linn joga com esses sentidos a fim de criticar os discursos que circulam e que cristalizam a imagem feminina como “fruto de todo mal”. Essa representação do mal se estende pela longa duração. Não nos interessa aqui fazer uma análise dos mitos que foram criados para dar sentidos às figuras no Ocidente. É importante evidenciar que, a partir das referências dispostas por essas narrativas, Linn da Quebrada organiza um vasto repertório narrativo para criticar o lugar que foi legado ao que ela compreende como feminino.

Partilhando de uma educação religiosa, Lina foi Testemunha de Jeová e desassociada por assumir uma postura crítica à liturgia e aos ensinamentos da igreja. Obviamente, ela não passa imaculada pelo que aprendeu ali e incorpora esses signos às suas fabricações. Se Lina inventa Linn para ter forças para existir e compreender a sua inconformidade em relação às regras ditadas pelos espaços que frequentou a vida toda, essa invenção carrega traços de todo passado que a constituiu. Nesse passado reside o jogo dual entre sagrado e profano, feminino e masculino, certo e errado.

A noção de sacralidade a que Linn foi submetida a entender causava a ela uma profunda angústia, na medida em que implicava precisamente a descaracterização do seu desejo de se vestir como tinha vontade, de ouvir o que tinha vontade, de experimentar o que tinha vontade. Para Lina, sagrado é tudo o que se opõe ao seu corpo. Como forma de provocar a si e a todos os outros, ela se apropria de signos historicamente demonizados para criar uma existência a partir da ideia de horror. Se há, automaticamente, horror aos corpos que não se conformam, essa também é uma estratégia utilizada pela artista para expor as opressões sofridas e as investidas na captura do desejo.

Nessa seara, é possível localizar a aplicação do conceito de terrorismo também como uma política de (re) constituição dos corpos e subjetividades. O conceito necessita de um plano para se movimentar e funcionar. Portanto, uma das camadas que constitui esse plano é a dimensão sacrificial que se apresenta para que o terrorismo opere como resposta ao necropoder. A constituição desse plano passa pela constituição do sujeito Linn da Quebrada.

O sujeito não é um dado, é o que ultrapassa os dados. É a constituição do sujeito que interessa, mais do que a constituição do objeto que supõe, de pronto, um sujeito

dato. Donde a necessidade de examinar a constituição do sujeito enquanto movimento, prática, experiência. O sujeito é aquele que crê e inventa.²⁹⁹

O rito de passagem de Linn, aquilo que faz com que ela possa reconhecer a si mesma enquanto artista, enquanto travesti, cantora, ativista, terrorista de gênero, é também o meio pelo qual ela pode esbravejar um grito de resistência. Na medida em que a arte cria condições de existência é também uma possibilidade de resposta ao dispositivo do ressentimento. Mapeamos elementos estruturantes que são capazes de, orquestrados, capturar corpos e existências e reenviá-los aos armários. Por isso, Lina inventa Linn na força da farsa, e não apenas disfarça aquilo que a reconduz incessantemente ao “seu lugar”. Linn, pela dádiva da dúvida, questiona a sacralidade da moral cristã que afirma ser amor o afeto que mata; que afirma ser o Deus salvador essa entidade que pune, julga e castiga. Em nome de Deus, criaram-se mecanismos de inviabilizar existências potentes. Linn nos ajuda a vê-los.

2.3 SE TE AMO, QUE TENS A VER COM ISSO?³⁰⁰

A colonialidade do poder-saber encontrou nos corpos e subjetividades da modernidade uma relação de simbiose e drenagem, já que além de marcá-los, captura cada espaço a ser desbravado. Nesse sentido, Aníbal Quijano nos diz que “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento³⁰¹”. O ritual sacralizador tornou possível, historicamente, a manutenção dos aspectos coloniais, atualizando-os em outros regimes de historicidade.

Essa sacralização como garantia do controle do qual Quijano fala se estabelece por meio do poder pastoral, que começa com o advento do cristianismo. Nesse sentido, o contemporâneo modifica os elementos de controle e adota a noção de governamentalidade, transformando-a em base para o nascimento da biopolítica ou do governo da população; esta se efetua por meio de variados mecanismos, e um dos mais importantes é a religião cristã. Por isso, a biopolítica tem no poder religioso sua base fundante. Desse modo, o cristianismo

²⁹⁹ PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 150.

³⁰⁰ Apontamento nietzschiano que diz sobre a relação entre amor e controle estabelecida pela figura de Deus e que papel desempenha a crítica nesse sentido.

³⁰¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.121.

executa técnicas de subjetivação, e o que não se articulava diretamente com o poder político passa agora a constituir-lo. No limite, Foucault nos diz que:

O pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência.³⁰²

O poder pastoral – poder de cuidar e conduzir – junto ao poder de Estado funda um novo território político, que preza pela salvação de seu rebanho. Trata-se de uma ética que cuida dos indivíduos e do coletivo. No entanto, embora o rebanho nos direcione ao imaginário coletivo do bando, o poder pastoral é individualizante. Por isso, a figura que representa o pastor deve conhecer profundamente cada uma de suas ovelhas, cuidar de cada uma delas de modo único. A função do pastorado se traduz neste versículo e garante a cada uma dessas ovelhas a salvação, a verdade e a vida: “O senhor é meu pastor e nada me faltará”³⁰³. O papel do pastor, portanto, é conduzir as ovelhas para o melhor caminho; aquele que levará à verdade do mundo.

A fim de pensar os desdobramentos da ideia de terrorismo de gênero como possível resposta às investidas de poder e captura dos corpos, é fundamental tratar no presente capítulo da crítica de Friedrich Nietzsche quando, da dádiva da dúvida, se serve do desconfiar da repetição como forma de tirar dos escombros o não dito. Em nome de Deus, se cria toda tecnologia para justificar a morte e a exposição de corpos às forças que se alimentam da pulsão de vida das subjetividades que os constituem. No limite, a colonialidade anda de mãos dadas com o cristianismo para conter o que primeiro Nietzsche chamou de “vontade de potência”³⁰⁴.

“Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos”³⁰⁵. Em nome desse “deus”, determinados corpos e vidas tornam-se sacrificáveis. O discurso de Jair Bolsonaro parece nos transportar para uma temporalidade de horror. Essa simultaneidade temporal evocada por ele carrega em si resíduos de extermínio. Em nome de Deus se justifica a sacrificabilidade de tudo aquilo que se opõe aos valores morais instituídos. Deus é uma figura, nessa perspectiva,

³⁰² FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 219.

³⁰³ BÍBLIA. Salmos. *In*: A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 291-309.

³⁰⁴ NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Rio de Janeiro: Ediouro. [s.d.].

³⁰⁵ BOLSONARO cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. 2021. 1 vídeo (1:30 min). Publicado pelo Canal Poder360 no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 07 mai. 2023.

construída de modo transcendente. Ainda, se deus é amor, esse amor aparece também como justificativa para exterminar tudo que não se enquadra na lógica colonial/moral.

2.3.1 Deus, moral cristã e ressentimento

Retomando brevemente o que foi discutido no tópico 2.2.1 sobre o dispositivo do ressentimento, devemos considerar algumas questões: a noção de ressentimento é reativada a fim de justificar as investidas conservadoras contra as dissidências sexuais e de gênero. Além disso, justifica também o contraponto ao principal argumento que é defendido aqui, a respeito do golpe misógino contra a democracia brasileira, orquestrado pela estrutura necropolítica, que, por conseguinte, culminou na eleição e posse de Jair Bolsonaro em 2018.

O breve sobrevoo pelos acontecimentos que explodiram em 2016 e reverberam até o presente instante é fundamental para construirmos o terreno de atuação do terrorismo de gênero. Nesse sentido, algumas análises são pertinentes, já que o dispositivo do ressentimento nos direciona para um enunciado que se repete em uma das “falas/plataformas de governo” proferidas por Jair Bolsonaro, a saber: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” Esse *slogan* define não apenas o direcionamento dos valores morais dessa forma de governamentalidade, como também deflagra certo resgate da noção de um “Deus transcendente”, maior que todas as coisas, que pune e, por fim, mata.

Por isso, considerar a figura do *homo sacer* é imprescindível para compreensão das terroristas de gênero, uma vez que a zona de indiscernibilidade, território da produção do *homo sacer*, pode ser substituída pela seguinte equação: o paradigma da exceção experienciada no governo brasileiro é a zona cinza em que a figura do homem sacro/matável aparece. Este, por sua vez, pode ser substituído pela figura das terroristas. A noção de sacralidade é peça-chave para a compreensão da produção de uma forma de vida eminentemente política, passível de controle soberano.

Desse modo, articulamos o poder de soberania, que na atualidade se desdobra em necropolítica, admitindo outros elementos de gestão e controle dos corpos, bem como o paradigma da exceção como recorte espacial no qual atuam os mecanismos do necropoder e a construção da figura do *homo sacer*, que se conjuga com a construção da figura da terrorista de gênero. Dessa maneira, há ainda alguns elementos que são importantes para a construção desta análise que ainda não foram explorados.

Um primeiro elemento a ser considerado é a ideia de Deus. A ideia que temos formada de Deus, conforme orientações espinosistas, parecem inadequadas. Compreendemos Deus como um ser transcendente; um ser superior, inalcançável, que existe em todos os lugares, de todos os modos e em todas as formas de vida na terra. Todavia, a tradição crítica que vai desde Espinosa, passando por Nietzsche, Deleuze, Guattari dentre outros, já denunciava essa problemática. Essas “denúncias” vão ao encontro da crítica que Linn da Quebrada faz às concepções transcendentais de Deus.

Imagem 11 — A denúncia de Deus



Fonte: Print do documentário *Bixa Travesty* (2018).

O processo de descoberta de si orienta Linn a matar tudo o que a constituiu no passado. “Mate o macho que há em você; mate o branco que há em você.” O frame capturado e exposto acima expressa o movimento que Linn faz de cortar essas amarras; ou seja, matar aquilo que a separa de sua vida. Por isso, a análise espinosista de uma ética, que leva em conta o corpo como ponto de partida de investigação, é também aqui nosso ponto. Na perspectiva de Espinosa, não há superioridade ou sobreposição de relevância entre corpo e alma. Com isso, o filósofo aproxima-se de Nietzsche, uma vez que denuncia a consciência, os valores e as paixões tristes.

O corpo é uma categoria fundamental também nesta pesquisa. Para Linn, o terrorismo de gênero se manifesta em uma experimentação estética radical do corpo. Esse lugar de

opressão torna-se lugar de potência. Não sabemos o que pode o corpo. Por isso, Linn lança mão dessa elástica performance que choca aos desavisados. “Matar o macho que existe em você, assim como matar o branco que existe em você é perceber nas nossas relações e suas práticas quando você também é veículo desse sistema”³⁰⁶.

Linn chama atenção para essa estrutura de valores morais que se constitui e faz de nós veículo de reprodução e manutenção desses valores. Nessa perspectiva, vale considerar a crítica de Espinosa e a diferença que ele estabelece entre ética e moral. Conforme Deleuze:

A ética é uma tipologia dos modos de existência imanentes. Substitui a moral, a qual relacionava sempre a existência a valores transcendentos. A moral é o julgamento de Deus, o sistema de julgamento; a ética desarticula o sistema de julgamento. A oposição dos valores (bem/mal) é substituída pela diferença qualitativa dos modos de existência (bom/mal).³⁰⁷

A distinção entre ética e moral é peça-chave, uma vez que nos ajuda a compreender a crítica feita por Linn acerca do sistema de veiculação ao qual estamos submetidos. Também é válida no sentido de pensar de que modo a ideia da moral se acopla à noção de Deus, que carrega o estigma da transcendência e da soberania do controle. Em nome de Deus, é permitido sacrificar a vida do *homo sacer*. Nesse sentido, em nome de Deus ou em nome do que é compreendido como “bem” se luta contra o “mal” encarnado. “Então eu declaro uma guerra ao amor, talvez porque seja necessário declarar uma guerra a esse deus”³⁰⁸.

Assim, Deleuze destaca que:

há uma única substância que possui uma infinidade de atributos, *Deus sive natura*, sendo todas as “criaturas” apenas modos desses atributos ou modificações dessas substâncias. O panteísmo e o ateísmo se conjugam nessa tese, negando a existência de um Deus moral, criador e transcendente.³⁰⁹

Nesse sentido, a noção de Deus em Espinosa nos auxilia a fazer a crítica que é articulada no discurso de Linn. Para Espinosa, Deus é um ser que existe necessariamente e não pode ser imaginado como não existente. É causa de si mesmo, portanto, causa sua própria existência. É substância, então, existe nele mesmo. Não depende de outro para existir. Por

³⁰⁶ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³⁰⁷ DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Editora Escuta, 2002, p. 29.

³⁰⁸ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 23.

definição, Espinosa diz que Deus é infinito e eterno. Diante disso, é possível observar que o filósofo contraria as concepções judaico-cristãs acerca da de Deus, sobretudo quando diz que “Deus é causa imanente, e não transitiva, de todas as coisas”³¹⁰.

A ideia aqui é pensar a concepção de um Deus espinosista, que não está separado do mundo e nem atua como uma figura que legisla sobre tudo, já que sabe sobre tudo. Além disso, não é a entidade criadora do mundo que se põe a observar sua criação de longe, fazendo julgamentos morais, podendo decidir ou não acerca do destino de cada um dos seres que habitam o universo. A crítica feita aos discursos teológicos, que reverberam no tempo presente e são recorrentemente evocados para justificar o recrudescimento dos valores morais no contexto brasileiro, objetiva a obediência de todos aqueles que fazem parte de sua estrutura. Por isso, Linn declara guerra a esse deus.

No limite, Deus está encarnado na figura do homem que, por sua vez, reproduz desejos humanos. Nessa perspectiva, os valores humanos são constituídos por meio da noção de sacralidade, ou seja, daquilo que não pode ser violado e desobedecido. Esses valores consolidam a legitimidade de uma figura que, antropomorfizada, atua como algo transcendente ao humano e, por isso, não pode ter a força de suas leis questionada. Ao “negar” Deus e todo peso que essa noção carrega, Linn organiza seu discurso da seguinte forma:

eu nego o amor e não quero amar. Prefiro construir uma outra coisa com as minhas parceiras. Porque o amor é esse território intocado. Deus é amor. Então, eu declaro uma guerra ao amor, talvez porque seja necessário declarar uma guerra inclusive a esse deus, ao todo poderoso, onipotente, Ele com esse “E” maiúsculo [...].³¹¹

Nesse sentido, é pertinente os apontamentos feitos por Nietzsche no que diz respeito à transvaloração dos valores, uma vez que não é preciso um poder superior para justificar os acontecimentos do real. Para Nietzsche, não há uma moral superior, bem como nos parece infundada a ideia de um Deus superior, transcendente. Desse modo, é possível compreender a relação que Linn faz entre o amor e Deus. Ao negar o amor, ela nega esse afeto pautado em uma construção moral, ou seja, como algo que está dado e que permite, conforme fica implícito no seu enunciado, formas diversas de dominação do outro. Assim, fundamenta-se a crítica a esse amor que, como uma armadilha, procura capturar o desejo do outro e impeli-lo às estratégias desse território.

³¹⁰ SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 224.

³¹¹ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Uníversona no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

Linn da Quebrada, enquanto uma sujeita, é efeito da linguagem; portanto, sofre atravessamentos diversos e constrói seu discurso a partir das referências que lhe constituem enquanto tal. Por isso, consideramos crucial o período em que frequenta o “Salão do Reino”, templo de culto das Testemunhas de Jeová. “Eu me criei no banheiro. Era Testemunha de Jeová³¹², não podia fazer sexo”³¹³. O discurso produzido por Linn é atravessado pela história e pela linguagem que, por sua vez, é mediadora entre o sujeito e a história; extrapola o texto e pensa seus sentidos a partir das condições de produção desse discurso. Ou seja, o enunciado de Linn é efeito de várias formas de discurso, e ela se apropria disso para criar suas possibilidades de existência. Por isso,

O sentido não nasce da vontade repentina de um sujeito enunciator. O discurso tem uma memória, ou seja, ele nasce de um trabalho sobre outros discursos que ele repete, ou modifica. Essa repetição ou modificação não é necessariamente intencional, consciente, nem imediata [...]. Ao contrário, pode ser oculta ao sujeito enunciator.³¹⁴

A memória de uma das dimensões que constitui Linn aparece, mesmo que implicitamente, em forma de crítica. Em outras palavras, se esse Deus significa amor, nega-se tanto o Deus quanto o amor legado por ele. Os sentidos articulados aí extrapolam o próprio enunciado e nos permitem uma análise crítica dos valores morais judaico-cristãos que impedem a existência de muitos corpos. O corpo, conforme já destacado, é elemento protagonista da análise, uma vez que é nele que se manifestam os efeitos dos discursos e da linguagem.

Nesse sentido, Deleuze destaca que “As condições em que conhecemos as coisas e tomamos consciência de nós mesmos condenam-nos a ter apenas ideias inadequadas, confusas e mutiladas, efeitos distintos de suas próprias causas”³¹⁵. Dito isso, o que está ao nosso alcance são as impressões que recolhemos do que acontece aos nossos corpos. À medida que

³¹² Em definição, as testemunhas de Jeová se baseiam na sociedade cristã mundial de pessoas que dão ativamente testemunho sobre Jeová Deus e seus propósitos para com a humanidade. Baseiam unicamente suas crenças na Bíblia. Cf. PERGUNTAS que as pessoas fazem sobre as Testemunhas de Jeová. **Revista Sentinela**, p. 629-635, 1970.

³¹³ ALAM, Camila. Batemos um papo reto com a MC Linn da Quebrada. **Red Bull**, 29 mar. 2017. Disponível em <https://www.redbull.com/br-pt/batemos-um-papo-reto-com-a-mc-linn-da-quebrada>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³¹⁴ MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 272.

³¹⁵ DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta, 2002, p. 25.

descompartmentamos as camadas que se sobrepõem a esses efeitos, é possível elucidar o que não está expresso. “Eu amo meu corpo, eu amo minha vida, eu amo ser travesti”³¹⁶.

A construção de Linn se baseou em uma educação religiosa, de uma cidade do interior. A ela foi negado o direito de existir conforme seu desejo. O desejo de tornar-se travesti se constituiu a partir de uma tomada de consciência de si, para que se afastasse de ideias inadequadas. “E daí começou meu processo de politização e atuação dentro do meu próprio corpo”³¹⁷. Nesse processo de politização, há uma relação de algo que não foi dito; portanto, “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”³¹⁸. Embora não estejamos analisando os silêncios, a crítica estabelecida à religião, aos valores morais que interditam o modo de vida de Linn, evidenciam a relação entre o dito e o não dito.

2.3.2 Eu mato Deus e invento vários “eus”

Ao aprofundarmos um pouco a relação entre o dito e o não dito a partir do enunciado de Linn, é possível levantarmos algumas ideias a respeito do que fica implícito no que ela comunica. “Estamos em um sistema que produz medos”. Linn destaca nessa fala que o medo a que se refere é uma das tecnologias de poder do sistema movimentada frente a tudo que é diferente. Nesse sentido, ainda diz que “é o medo de tudo que é diferente dele, do homem branco, que é uma entidade que ninguém alcança”³¹⁹.

Antes de entrarmos na crítica que não fica autoevidente, se faz fundamental que consideremos a concepção de Deus em Espinosa como ponto de partida crítica à entidade judaico-cristã que se consolidou como a representação de Deus na longa duração. Para Espinosa, como dissemos, Deus está em tudo, ou seja, é uma substância infinita e se configura como a própria natureza. Para a tradição, a concepção de infinito se traduz em algo que não tem começo e nem fim no espaço; e o ser eterno é o que não tem começo e nem fim no tempo,

³¹⁶ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³¹⁷ ALAM, Camila. Batemos um papo reto com a MC Linn da Quebrada. **Redbull**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://www.redbull.com/br-pt/batemos-um-papo-reto-com-a-mc-linn-da-quebrada>. Acesso em: 07 mai. 2023.

³¹⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento de sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 12.

³¹⁹ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ou seja, na duração. Para Espinosa, essas noções são imaginativas, pois na sua perspectiva um ser infinito é um ser único. Na medida em que o filósofo diz que Deus é infinito, logo considera que Deus é único. Portanto, não admite a existência de outro Deus, nem outra causa de si, nem outra substância. Assim, sua existência é dada por sua própria definição.

Deus é então causa de si, substância, eterno e infinito. E tudo o que existe ou é esse deus ou é expressão desse deus. Não somos isoladamente deus, mas somos expressão dele. Deus está em nós. Nossa existência individual não é necessária, mas a existência de Deus é. Deus existe necessariamente, sendo ele mesmo que põe a si e expresso em tudo o que existe agora, ainda que não tenha existência necessária.

Deuses da teologia são muito inspirados nos seres humanos. Portanto, reproduzem os interesses humanos. Seres que têm paixões, que se irritam e se afetam, que interferem na natureza, realizam milagres etc. Para Espinosa, essa imagem que a teologia produz de deus é um falseamento da natureza. Uma imagem equivocada do que seja a atividade divina, do que seja deus e do que seja a natureza. A fim de refletirmos como Espinosa demonstra sua crítica à concepção judaico-cristã de Deus, é necessário considerar a análise da proposição 15 do livro I da *Ética*. “Tudo o que existe, existe em Deus, e sem Deus, nada pode existir nem ser concebido”³²⁰.

Para Espinosa, Deus está em tudo e é a substância infinita, a própria natureza. O divino está disperso na matéria e comporta tudo que ao homem lhe for apazível, dado serem extensões de uma mesma substância. Ou seja, Deus como substância imanente e infinita admite modificações que são capazes de criar as outras coisas que existem no mundo. “Há aqueles que inventam que Deus, à semelhança do homem, é constituído de corpo e mente, e que está sujeito a paixões. Mas fica bastante evidente, pelo que já foi demonstrado, o quanto se desviam do verdadeiro conhecimento de Deus”³²¹.

O que de fato nos interessa aqui não é tão somente a concepção de um deus espinosista que possa servir à análise do fragmento crítico de Linn. Mais importante que isso, é a observação de Nietzsche acerca de como Espinosa procurou mostrar que para além da ideia de Deus estaria a própria concepção de homem, ou que ambos são parte de um mesmo plano indistinto. Por isso, é fundamental considerarmos a metafórica constatação nietzschiana da “morte de deus”.

A morte de deus como artifício da linguagem é importante para que possamos considerar as condições de possibilidades para o desaparecimento da forma-homem, conforme

³²⁰ SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 22.

³²¹ *Ibid.*, p.23.

considera Michel Foucault. A figura do “insensato” de Nietzsche se questiona incessantemente: “Procuro Deus! Procuro Deus! [...] “Perdeu-se, como uma criança?” “Estará escondido?” “Terá medo de nós? Terá embarcado? Terá emigrado?” [...] “Para onde foi Deus?”³²².

Existe aqui uma dobra para que se possa estabelecer a conexão crítica entre o discurso de Linn e a busca nietzschiana de deus. “Eu mato deus e invento em um deus”³²³. Para Nietzsche, ao matar Deus o homem atenta contra a sua própria integridade. Assim, essa “morte” nos orienta para o desaparecimento da forma-homem que se constituiu no século XVII. Ou seja, ao enunciar a morte de Deus, Linn da Quebrada não apenas pretende destruir a concepção instituída de um deus que pune e mata, como também pretende destruir a noção de referente universal transferida ao que se compreende como sujeito: homem-branco-cishétero-colonial-burguês.

Imagem 12 – d’eus



Fonte: Instagram de Linn da Quebrada (2020).

³²² NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³²³ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

Para que sua existência se efetuassem, Linn precisava acreditar em um Deus que também garantisse sua vida. Isto é, conforme o que diz o enunciado, um deus “composto de eus.” Por isso, não é suficiente matar Deus para operar uma transvaloração dos valores, como presume Nietzsche, uma vez que esse sujeito que mata Deus ainda não reconhece o que está para além dele mesmo. Com a morte de deus essa forma-homem perde seu reinado, e a tese antropocêntrica da modernidade é desconstruída.

A partir dessa morte, é possível questionar a noção de transcendência que organiza a dinâmica da vida, no sentido de determinar valores morais para conformar os sujeitos aos seus limites. Por isso, a criação de leis é um instrumento imprescindível para regular a vida, já que como aponta Deleuze, “A lei é sempre a instância transcendente que determina a oposição dos valores bem/mal, mas o conhecimento é sempre a potência imanente que determina a diferença qualitativa dos modos de existência bom/mal”³²⁴.

[...] deus é uma palavra tão bonita, formada de vários “eus”. Eu construo e invento um novo deus formado por diversos “eus” que foram negados. Esses “eus” marginalizados, travestis, pretos, pobres, mulheres [...] o meu deus passa a ser formado com todos esses “eus” que foram condenados.³²⁵

A partir das leis os homens começam a explorar o que Espinosa denomina como “paixões tristes”. Na medida em que compreendemos ao que responde o dispositivo do ressentimento elaborado na seção 2.1 deste capítulo, é possível inferir que a racionalidade política que se configura no território brasileiro opera por meio da tirania para estabelecer seu poder. Ao tirano é necessário entristecer as vidas para obter o triunfo, e as subjetividades tristes são conformadas nessa lógica. Conforme Suely Rolnik,

Um corpo que a subjetividade esvazia de sua singularidade para transformá-lo em tela branca sobre a qual projetará a razão de seu mal-estar que então se converte em ódio e ressentimento. E esse outro demonizado pode ser uma pessoa, um povo, uma cor de pele, uma classe social, um tipo de sexualidade, uma ideologia, um partido, um chefe de estado, etc.³²⁶

A outra conexão passível de ser estabelecida aqui é o quanto o ódio à vida une idealmente os tiranos. Nesse teatro político, a cúpula de Jair Bolsonaro mobilizou e mobiliza afetos ressentidos. À luz da ética espinosista, é possível traçar o retrato do homem do

³²⁴ DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta, 2002, p. 31.

³²⁵ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³²⁶ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018, p. 75.

ressentimento e o modo como ele aciona esse dispositivo de captura/censura e interdição. Para essa forma-homem, qualquer tipo de felicidade é ofensiva, pois ele faz da miséria dos afetos e das composições impotentes sua obsessão. Para Deleuze:

Há em Espinoza uma filosofia da “vida”: ela consiste precisamente em denunciar tudo o que nos separa da vida, todos esses valores transcendentais que se orientam contra a vida, vinculados às condições e às ilusões da nossa consciência. A vida está envenenada pelas categorias de bem e de mal, da falta e do mérito, do pecado e da remissão. O que perverte a vida é o ódio, inclusive o ódio contra si mesmo, a culpabilidade.³²⁷

Em seu movimento de tomada de consciência, Linn da Quebrada compreende que é possível uma bicha, preta, travesti, periférica fazer música. Não apenas fazer música, mas fazer teatro, fazer cinema. Ou seja, é possível um corpo dissidente ocupar espaços até então ocupados por corpos cis-heteronormativos. Já não é mais necessário que esses corpos falem sobre a diferença. Por isso, Linn reconhece que é possível também contar a própria história. Nesse sentido, ela tem apontado em sua arte para as fragilidades do corpo, os deslocamentos possíveis das categorias de gênero, identidade, raça, classe, sexualidade. Na caneta e na voz de Linn tudo isso é transformado em formas potentes de enunciado.

O seu terrorismo é também uma estratégia traduzida na possibilidade de emergência de outras subjetividades capazes de escapar e fissurar as formas de assujeitamento opressivas, estruturadas historicamente e afirmadas constantemente em nossa sociedade e na esfera global, marcadas pelo racismo, pelo sexismo, transfobia e por inúmeras outras formas de violências institucionais, físicas e simbólicas. Nesse sentido, os ativismos na arte são fundamentais, visto que produzem possibilidades palpáveis de criação de novos espaços sociais e de outras condições subjetivas preocupadas em garantir a liberdade.

O terrorismo de gênero também pode ser pensado como um movimento ético de deslocamento do pensamento, dos corpos, da sexualidade e do desejo. Por isso, a radicalidade dessa estratégia deve ser colocada em evidência, já que:

Da perspectiva ética do exercício do pensamento, a qual rege as ações do desejo no polo ativo, pensar consiste em “escutar” os afetos, efeitos que as forças da atmosfera do ambiente produzem no corpo, as turbulências que nele provocam e a pulsão de mundos larvares que, gerados nessa fecundação, anunciam-se ao saber-do-vivo; [...] guiados por essa escuta e essa implicação, “criar” uma expressão para aquilo que pede passagem, de modo que ganhe um corpo concreto.³²⁸

³²⁷ DELEUZE, Gilles. **Espinoza: filosofia prática**. São Paulo: Editora Escuta, 2002, p. 32.

³²⁸ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018, p. 91.

O que ganha corpo concreto é a possibilidade desses modos de existência serem representados em espaços nos quais a invisibilidade impedia o reconhecimento. Assim, a construção de histórias outras, narrativas que consolidam campos em que a existência se potencializa na própria manutenção da vida, é um dos caminhos abertos à possibilidade de reconhecimento. . Assim, destaca Rolnik que:

Os efeitos do pensamento exercido dessa perspectiva tendem a ser: o “contágio potencializador” das subjetividades que o encontram, ou mais precisamente, sua “polinização”; a “transfiguração” da superfície topológico-relacional de um mundo em sua forma vigente pela irrupção desse corpo estranho em seu contorno familiar; a “transvaloração” dos valores que nele predominam.³²⁹

Linn aciona com o terrorismo a possibilidade já observada por Nietzsche de efetuação da morte de Deus que, nessa perspectiva, representa a transvaloração dos valores de seu próprio corpo. Além disso, desloca as noções de sujeito, identidade, sexo, gênero, homem, mulher e cria possibilidades para sua existência e a de outras. A arte, como destaca Deleuze, é um bloco de perceptos e afectos que se sustenta por si mesmo, é também veículo de potência ético-estético-político. A partir daí, a escrita de uma narrativa, a partir da potência criadora da arte, pode reconstruir as memórias de abjeção ocultadas pelas estruturas conservadoras na longa duração e que, no tempo presente, têm sido questionadas.

2.4 MEMÓRIAS ABJETAS, POTÊNCIAS NÃO RESSENTIDAS

O ano de 2016 no Brasil será “lembrado” por nós historiadores/as pelo registro de um golpe de Estado. Embora para nós esse episódio pareça um resíduo de memória, alguns estilhaços ainda ficaram cravados em corpos e vidas que transitam no instante atual. A esses corpos têm sido negado o direito de existir e de resistir às investidas de um Estado que tem nos exposto, cada vez mais, à morte.³³⁰

O direito de lembrança, de memória e, por conseguinte, de História é aquilo pelo qual grupos, subjetividades e corpos TLGBQIA+ têm lutado e problematizado no contemporâneo, sobretudo a fim de garantir o mínimo exercício de liberdade, democracia e (r) existência no Brasil. Vivemos tempos assustadores em que testemunhamos emergir discursos que negam o

³²⁹ *Ibid.*, p. 96.

³³⁰ A presente tese foi gestada durante o governo Bolsonaro.

direito à vida, à liberdade e que atacam todo e qualquer direito fundamental e humano constituído e garantido por meio da lei precípua de nosso país.

No limite, as conquistas de uma memória compartilhada de lutas, resistências e conquista de direitos básicos têm sofrido ataques constantes de grupos que se valem do recrudescimento de valores morais para justificar o esquecimento de subjetividades que, para eles, já não comportam mais a multiplicidade pulverizada das vidas que florescem no território nacional. O Brasil foi recoberto por uma nuvem maciça de ódio generalizado aos movimentos sociais, feministas, TLGBQIA+, sindicatos e, claramente, ao Partido dos Trabalhadores; além disso, vivenciamos a banalização da violência e a ameaça constante à nossa frágil democracia conquistada entre os anos de 1990 e 2014.

A operação ideológica articulada pelas figuras que acreditam cegamente que o senhor Bolsonaro é a salvação do Brasil têm se amparado no medo e no ressentimento social a esses grupos de minoria política que, no período do governo Lula/ Dilma, supostamente tornaram-se privilegiados e recebem, portanto, a culpa por agravarem mais a cisão e os problemas sociais já existentes no país. De modo distorcido, atribuem às dissidências sexuais e de gênero a culpa pelo desgoverno e, por meio da desrazão, enxergam o crescimento exponencial do caos social causado pelas minorias “privilegiadas”.

Ao convocar a legião de dissidências para o revide, Linn da Quebrada aciona o terrorismo de gênero como máquina de guerra, ou seja, apresenta às investidas necropolíticas e as suas propostas de invisibilidade e silenciamento táticas de revide. Desse modo, ela e outras dissidências passam a ocupar espaços que antes eram negados a esses corpos e subjetividades. Lançam, portanto, uma bomba-ideia para romper os silêncios sobre esses sujeitos na história. “Quando não se tem memória, se repete a velha história.” Quando Linn constrói o verso afeta também a narrativa hegemônica construída ao longo do tempo. Além disso, a artista promove um giro, pois consegue fazer da música uma plataforma de resistência que une, em diversas partes do globo, corpos em aliança contra o necropoder e os seus investimentos para precarizar as vidas dissidentes. Desse modo, a artista Linn da Quebrada nos força a pensar acerca da invisibilidade de corpos como os dela. Seu trabalho se pauta em redescobrir e construir outros tipos de memórias, que não se constituam a partir do que é negativo, do que não pode ser descoberto. Destaca Linn em entrevista:

acho que meu trabalho ele é fundamentalmente baseado no corpo, no meu corpo principalmente. Acho que por ter passado tanto tempo buscando representações e buscando dentro da arte maneiras de me legitimar e buscando representações que

não existiam onde eu me sentisse viva onde eu sentisse que vidas como a minha, existências como a minha pudessem florescer pudessem pulsar.³³¹

A falta de representações no universo do funk e no mundo da arte fez com que Linn se mobilizasse para criar a própria narrativa acerca do que é a existência desse corpo renegado, empurrado constantemente para a margem e, portanto, silenciado. A análise desse enunciado citado acima nos permite compreender a crítica feita pela artista acerca da falta de legitimidade de narrativas de pessoas que, como ela, entraram na disputa por existência cotidiana. Sentir-se viva, para fins de construção de memórias, é criar o vínculo narrativo do registro. Pretende-se nestas linhas que essa fala entre no jogo de disputa de narrativas históricas para confrontar aquelas que se pautam no extremismo, no ódio às diferenças e no aniquilamento de vidas, a fim de tentar criar, discursivamente, uma “imagem de memória”³³², de resistência e potências de vida TLGBQIA+ no contexto do conservadorismo brasileiro no tempo presente.

A terrorista de gênero Linn da Quebrada, que para nós tem representado uma das mais importantes e articuladas vozes dos ativismos TLGBQIA+, pulveriza narrativas de enfrentamento que destroem paradigmas cis-heteronormativos, convocando em um “chamado sagrado” corpos estranhos e abjeções para organizar a resistência; não como precariedade e miserabilidade humana, mas como potências de vida capazes de produzir fissuras nessa memória coletiva de opressão e assimetrias.

2.4.1 Memórias abjetas: do corpo ao verbo

O tempo presente coloca-nos mais uma vez diante de momentos de crise. No momento da escrita deste tópico, enfrentamos uma exaustiva crise sanitária com a pandemia de covid-19; mais uma vez, as democracias representativas apresentam falência múltipla de seus órgãos de representação e, nessa conjuntura, as discussões acerca da identidade, sujeitos históricos, gênero, sexualidade, raça, classe e outros marcadores sociais entram na ordem do discurso novamente. A partir disso, é possível localizarmos o modo como certos mecanismos atuam

³³¹ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 2018. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

³³² Aqui, evocamos o conceito de “imagem” e “memória subjetiva” proposto por Henri Bergson. Ver BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

para precarizar vidas e para instaurar como prática comum diversas formas de violência normativa.

Dito isso, estabelecemos como terreno comum de crítica a perspectiva binária ou dual, que acaba nos empurrando para limites que se configuram como essencialmente excludentes. Ou seja, se somos “isto”, necessariamente não podemos ser “aquilo”. A crítica aos modelos essencialistas de pensar os sujeitos, as subjetividades e os corpos nos auxiliam no exercício de desconstrução dessas linhas imaginárias que acabam cercando e diminuindo as outras possibilidades de nos pensarmos como vida.

A historiografia, que se configurou até então como um campo bastante performativo de um tipo de identidade essencialista, conforme destaca Stuart Hall³³³, o que justificou a produção repetitiva de narrativas que silenciaram determinados modos de vida, passa agora por críticas e fissuras que nos permitem orientar a escrita da história a partir de vias antes invisibilizadas. Nesse sentido, pensar a construção de uma memória abjeta significa, no limite, organizar os conteúdos dos grupos dissidentes.

Nessa perspectiva, acreditamos que os estudos sobre memória coletiva nos podem ser úteis, na medida em que contribuem para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para Maurice Halbwachs³³⁴, mesmo a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. Assim, torna-se imprescindível pensarmos de que modo o Estado-Nação se serve da memória coletiva que, por sua vez, conforme Le Goff³³⁵, justifica e fundamenta mitos de criação, discursos e símbolos que legitimam e consolidam as estruturas desse Estado.

Então, conforme Mbembe³³⁶, se não há somente uma política de gestão da vida que faz viver e deixa morrer, mas também um investimento político escancarado no fazer morrer, pensemos a constituição do Estado-Nação brasileiro como uma maquinaria de aniquilamento de modos de vida não hegemônicos. É acerca desse conteúdo de memória de que trata Linn da Quebrada nas entrevistas analisadas neste trabalho. Por fim, a denúncia da construção de uma cultura do esquecimento é carro-chefe dos conteúdos usados para explicar como se dão as constituições sociais e políticas brasileiras no tempo presente.

³³³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

³³⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

³³⁵ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

³³⁶ MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

O ato de recordar ou rememorar, trazer acontecimentos à tona, à luz da memória, passa primeiro, segundo Le Goff³³⁷, pela capacidade de armazenar conteúdos diversos, atualizados, com base em referências existentes em nós. Para Henri Bergson³³⁸, essas referências já existem em nós como imagens, ao que ele chama de memória subjetiva, e dizem respeito a um fragmento temporal aliado à percepção que constitui o sujeito. Nesse sentido, por não encontrar nas novelas, nas revistas, tampouco na música nada que necessariamente estabeleça ou represente uma relação de reconhecimento, Linn destaca nessa lacuna a urgência de ela mesma criar essas imagens a partir de suas próprias experiências.

Trata-se de recuperar uma lembrança, de evocar um período de nossa história? Temos consciência de um ato *sui generis* pelo qual deixamos o presente para nos recolocar primeiramente no passado em geral, e depois numa certa região do passado: trabalho de tentativa, semelhante à busca do foco de uma máquina fotográfica.³³⁹

Conforme coloca Teresa de Lauretis, as tecnologias de gênero e sexualidade foram cruciais dispositivos para fixar tipos de representação do que seria veiculado nas mídias, sobretudo, no que diz respeito ao que pode ser um corpo, ao que pode ser um sujeito e ao que pode ser uma vida. Linn, na medida em que diz de sua busca sem sucesso por algo que se aproximasse dela mesma, consegue abrir uma fissura pertinente para discutirmos esse “direito à memória” negado à ela e a muitas outras.

A ideia de aceleração do tempo histórico, conforme destaca François Hartog³⁴⁰, inventou novas formas de registrar os acontecimentos, bem como de contar as histórias; “a aceleração produz, exatamente, um vazio de passado que as operações da memória tentam compensar”³⁴¹. Com efeito, assistimos à emergência de uma cultura de memória. É oportuno localizar que, o efeito de certa obliteração de lembranças é profundamente danoso à história.

Buscamos, portanto, em um primeiro momento, perceber quais imagens, de que fala Bergson no trecho supracitado, têm sido evocadas pela alavancada ultraconservadora, e pulverizadas, sobretudo, nas redes sociais que compõem um repertório de memória

³³⁷ *Ibid.*

³³⁸ BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³³⁹ BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 156.

³⁴⁰ HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

³⁴¹ SARLO, Beatriz. Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. Revista de Estudos Universitários, Sorocaba, SP, v. 33, n. 2, p. 165-168, dez. 2007. P.96.

compartilhada desses grupos. Nesse sentido, interessa-nos perceber quais imagens estão impregnadas no repertório coletivo discursivo e imagético que circulou e deu o tom da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro.

Por outro lado, considerando o que diz o filósofo Michel Foucault “que lá onde há poder há resistência”³⁴², é possível construir imagens de resistência e lutas contrárias ao refluxo conservador. Nesse sentido, convocamos a voz desviada da terrorista de gênero Linn da Quebrada, que tem sido uma das responsáveis por produzir memórias de resistência feminista e TLGBQIA+. A ação de deslocar da sigla LGBTQIA+ a letra T tem como finalidade trazer protagonismo e visibilidade à subjetividade expressa nessa letra.

[...] as minhas músicas são coisas que eu precisava ouvir, são coisas que eu precisava dizer. [...] aqui acho que se consegue construir ou pensar novas narrativas novas possibilidades, inclusive do feminino por muito tempo por força da tradição geração após geração o feminino esteve recluso há uma posição [...].³⁴³

“O erro da ditadura foi torturar e não matar”³⁴⁴. “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra em um acidente do que apareça com um bigodudo por aí”³⁴⁵. “Não te estupro porque você não merece”³⁴⁶. “Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados”³⁴⁷. Essas são algumas das falas de Jair Bolsonaro, durante a corrida eleitoral. Esses mesmos discursos, em alguma medida, compuseram com alguns corpos e reatualizaram memórias recalçadas e ressentidas de ódio e de falsos moralismos da sociedade civil brasileira. Foram discursos que, a exemplo do contexto da ditadura civil-militar no Brasil, vimos emergir como justificativa para que o Estado fosse tomado de assalto por setores ultraconservadores.

Se recuarmos a um fragmento de um passado não tão distante, no que tange aos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais no Brasil, é possível localizar

³⁴² FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 91.

³⁴³ LINN da Quebrada no Estação Plural (programa completo). 1 vídeo (53:39 min). Publicado pelo canal TV Brasil no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/bSfk-tgeIzk>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁴⁴ Fala de Jair Bolsonaro proferida durante uma discussão com manifestantes.

³⁴⁵ Jair Bolsonaro em entrevista sobre homossexualidade na revista *Playboy*. DEPUTADO Bolsonaro ataca homossexuais, JN, 08 jun. 2011. Disponível em: <https://www.jn.pt/brasil/deputado-bolsonaro-ataca-homossexuais-1872869.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁴⁶ Fala de Jair Messias Bolsonaro dirigida à deputada federal Maria do Rosário, registrada no vídeo “NÃO estupro porque você não merece”, diz Bolsonaro a Maria do Rosário. 1 vídeo. (2:04 min). Publicado pelo canal revistaSTOE no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/LD8-b4wvIjc>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁴⁷ Resposta de Bolsonaro à Preta Gil, sobre o que faria se seus filhos se relacionassem com uma mulher negra ou com homossexuais. Fonte: RACISMO: Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria? Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. **Portal Geledés**, 30 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-se-seu-filho-se-apaixonasse-por-uma-negra-o-que-voce-faria-eu-nao-corro-esse-risco-e-meus-filhos-foram-muito-bem-educados/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

verossimilhanças entre o passado colonial e o tempo presente, no trajeto das relações de poder. A nossa história não escapa ao refluxo conservador. A esse respeito, Cristina Scheibe Wolff esclarece que,

Nas décadas de 1960 e 1970, mais ou menos simultaneamente, a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai viveram regimes ditatoriais de cunho civil-militar, inspirados na Doutrina da Segurança Nacional. A maior justificativa utilizada para legitimar esses regimes de exceção foi a luta contra o comunismo, que nestes tempos de Guerra Fria, atemorizava as elites e classes médias desses países. Dessa forma os golpes militares contaram muitas vezes com o apoio de amplos setores da sociedade.³⁴⁸

À medida que se implantaram as ditaduras, os movimentos de resistência à opressão do regime surgiram com o intento de tencionar a dinâmica das relações de força estabelecidas. Além disso, mesmo em contextos de recrudescimento, o Ocidente presenciou a manifestação da Segunda Onda Feminista, além de viu nascer movimentos de contracultura que subsidiaram a luta e a consolidação das resistências ao regime ditatorial. O enfrentamento direto com as milícias, as guerrilhas urbanas e rurais, a revolução nos hábitos, a expansão da indústria cultural e, por conseguinte, o surgimento de uma contracultura se fixam como relações conflituosas nas décadas de 1960 a 1980 no Brasil.

A respeito dos discursos progressistas dos feminismos e movimentos TLGBQI+ do Norte global, a pesquisadora Joana Maria Pedro destaca que:

embora no Brasil e na Argentina já exista alguma movimentação feminista nos anos setenta, na Bolívia e no Paraguai isto vai ocorrer somente nos anos oitenta. O que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental³⁴⁹.

Oportuno mencionar que os golpes de Estado ocorridos nos países mencionados acima resultam, majoritariamente, em regimes militares, amplamente apoiados pelos Estados Unidos da América no contexto da Guerra Fria. A revolução de Cuba, em 1959, abre precedentes concretos para o avanço da experiência de regimes comunistas em outros países latino-americanos, o que justificou, em larga escala, a repressão atroz de quaisquer correntes político-ideológicas que se aproximassem das esquerdas, do socialismo. Pedro destaca

³⁴⁸ WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, p. 451-471, jan./jun. 2013, p. 454.

³⁴⁹ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 116.

novamente que “estas ditaduras, além de serem antidemocráticas e de definirem formas de apropriação de riquezas que ampliaram as diferenças de classe, foram antifeministas”³⁵⁰.

Recorrer ao contexto da ditadura de 1964 se justifica, na medida em que a proposta de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, por supostas violações à Constituição, emerge sob o argumento da reatualização dos discursos dos segmentos conservadores, com o objetivo de restabelecer a ordem política e econômica do país, sob a antecipação do medo, do risco social, da ameaça e problema de segurança generalizada. Desse modo, a atualidade evoca discursos, símbolos, comportamentos e *slogans* usados no contexto de 1964. Conforme Jessé de Souza:

Como o combate efetivo à corrupção é o último dos objetivos da nossa mídia-partido de elite, a estratégia é novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido. O bandido é o PT e as classes populares, assim como o projeto de sociedade que eles representam. O mocinho é o aparato jurídico-policial elevado à condição de paladino da higiene moral da nação.³⁵¹

Ao fazermos esse pequeno recuo, é impossível deixar de observar similitudes entre o presente e o contexto político de 1964. Conforme Silveira,

Os acontecimentos de 2012-2013 já prefiguravam, de certo modo, ocorrências que irromperiam nos anos seguintes. Já estavam postos, de um lado, os efeitos da crise internacional de 2010 sobre a economia brasileira, e, de outro, a crise de sustentação política do Governo brasileiro. Dilma Rousseff foi reeleita com certa dificuldade. O Congresso eleito conjuntamente apresentava um perfil bastante conservador.³⁵²

Ao pensarmos nessa imagem que a sociedade ou o Estado deseja impor, é possível vislumbrar a presença de discursos de ódio que incidem sobre os grupos mais progressistas do país, à exemplo do Partido dos Trabalhadores, das esquerdas, dos movimentos sociais, feministas e TLGBQIA+. Constrói-se a tese de culpabilidade da crise política pela corrupção, atualizando memórias ressentidas de um passado colonialista/explorador, racista e classista. Nesse contexto, alguns *slogans*, como: “Vamos varrer a corrupção”; “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; “é preciso acabar com a ‘ideologia de gênero’ que tem invadido nossas escolas” são incessantemente evocados. E, então, conforme destaca Jessé de Souza, “o falso combate à corrupção surge, assim, no Brasil como o testa de ferro universal de todos os

³⁵⁰ *Ibid.*, p. 117.

³⁵¹ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 50.

³⁵² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A fascistação da sociedade brasileira. **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n. 1, 2016, p. 18.

interesses inconfessáveis que não podem se assumir enquanto tais”³⁵³. Conforme diz Bronislaw Baczko:

A própria dinâmica da revolução, a transformação das estruturas políticas e sociais, bem como dos modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais marcados pela presença das massas, em especial as multidões revolucionárias – todos estes fatores estimulam a produção acelerada dos sentidos que se procuram atribuir à precipitações e acontecimentos cujos efeitos muitas vezes surpreendem os atores políticos e sociais.³⁵⁴

O imaginário opera no sentido de revitalizar e atualizar conteúdos, imagens, símbolos, signos e comportamentos capazes de provocar emoções coletivas. Em março de 2016, explodem manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff; com efeito, símbolos, signos e comportamentos do passado são evocados para justificar a necessidade de um líder que fosse capaz de não apenas colocar “ordem na casa”, como também combater um perigo iminente.

A construção de um imaginário de caos e desordem parte do seguinte pressuposto: há uma diversidade de sujeitos que saíram da invisibilidade e passaram a ocupar espaços públicos, acessar políticas públicas e dizer sobre suas vivências. Majoritariamente, são dissidências sexuais que colocam em pauta os debates acerca das desigualdades postas pelo coletivo, bem como as opressões que incidem sobre seus corpos.

Por meio da arte, figuras que antes eram representadas de forma jocosa, hoje assumem lugares de destaque e pautam os debates a respeito de quais medidas podem ser tomadas social e coletivamente para que suas vidas e a seus direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia/alimentação, sejam garantidos.

Os debates acerca dos estudos de gênero e sexualidade também ganham força no campo da educação, com objetivo de ensinar à população que o modo como as relações de gênero estão colocadas produz desigualdades; e construir ferramentas que possam auxiliar no combate às violências estruturais que se aplicam aos corpos vulnerabilizados pelo sistema. Nessa lógica, o avanço na divulgação dessa pauta causou efeitos não apenas de visibilidades de questões urgentes e fundamentais, como também serviu como uma espécie de gatilho para os conservadores que, não satisfeitos com as ações libertárias provocadas pela potência dos corpos e subjetividades abjetas, respondem com a criação de mecanismos discursivos que, mais uma vez, tentam sufocar essas resistências.

³⁵³ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, p. 112-113.

³⁵⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Antropos, 1985, p. 320.

No ano de 1998, a Conferência Episcopal do Peru lançou nota intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*³⁵⁵. O documento, que contou com o apoio de diversos setores da Igreja Católica, Protestante e sociedade civil, não só ganhou visibilidade, como também ganhou os corações preconceituosos que estavam levemente adormecidos por um silêncio ressentido diante da onda progressista que “assolava” o país. Na esteira desse movimento progressista, há também a reação. Nos anos 2000, a expressão aparece em documentário da cúria romana, em documento denominado “Família, matrimônio e uniões de fato”, do Conselho Pontifício para Família.

Em 2003, um texto mais amplo é publicado também pela Igreja Católica: “Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas”. O documento apresenta aos fiéis como a Igreja compreende a educação sexual, posicionando-se pelo primado da família e destacando limites acerca da educação sexual nas escolas. Aqui os movimentos de contestação ao conservadorismo, destacadamente os feministas e TLGBQIA+, ganham visibilidade e são transformados em alvos de ataques maciços desses setores.

Surge em 2004 no Brasil o movimento “Escola sem Partido”³⁵⁶, no intuito de combater uma suposta doutrinação da esquerda manifesta na postura de professores e professoras dentro das escolas de educação básica e de ensino superior no país. Em entrevista dada ao portal multimídia *Carta maior*³⁵⁷, na coluna política referente aos direitos humanos, o educador Fernando Penna Araújo, doutor em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), destaca

O movimento foi criado pelo advogado Miguel Nagib, em 2004. Em 2014, o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC-RJ) pediu ao Miguel Nagib que escrevesse um projeto de lei com esse teor, intitulado Programa Escola Sem Partido. Ele foi o primeiro parlamentar a apresentar um projeto desses no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 2014. Em seguida, apareceu o segundo projeto, também no Rio de Janeiro, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ). Era o mesmo teor, só que destinado ao município. Depois disso, a onda conservadora tratou de espalhar esses projetos pelo Brasil inteiro.³⁵⁸

³⁵⁵ IDEOLOGIA de gênero, **Staff Catholic**. Disponível em:

<http://www.staffcatholic.net/archivos/lexicon/ideologiadegenero.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

³⁵⁶ Cf. projeto de lei disponível

em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁵⁷ ENTREVISTA com Fernando Araújo Penna | “Escola sem partido” | Série “Conquistas em Risco”. **ANPED**, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁵⁸ *Ibid.*, texto digital.

A sucessividade desses acontecimentos prossegue com seu “show de horrores”: em 2008, o Papa Bento XVI, Joseph Ratzinger, compreende o conceito de gênero enquanto algo que vai de encontro e despreza profundamente a natureza humana, a qual todos nós devemos nos submeter e aceitar, uma vez que é uma verdade absolutamente imutável. Nesse sentido, o desconforto e o ódio tinham direção certa: os movimentos feministas e TLGBQIA+, que penetravam, gradativamente, a estrutura engessada das sociedades ocidentais e expunham os mitos democráticos que se constituíram junto à estrutura delas.

A partir daí surge um novo regime. Dele não se sabe o nome, nem como funciona, mas em 17 de abril de 2016, assistimos à vertigem da democracia brasileira. Oportuno aqui destacar que esse movimento ultraconservador tenta conformar as múltiplas possibilidades de vida e de existência em uma moral do referente universal. Nesse sentido, Judith Butler³⁵⁹ reitera que a matriz cultural, por meio da qual as identidades se tornam inteligíveis, exige que certos tipos de “identidade” não possam existir, na medida em que se entende que é necessária uma coerência entre as práticas e a materialidade do corpo. Essa coerência firma-se sob a égide normativa daquilo que é considerado branco-heterossexual-burguês-homem, constituindo-se, pois, por uma relação política de direito instituída pelas leis culturais, que estabelecem e regulam a forma e o significado de uma vida.

Essa constituição de materialidades e subjetividades herdada da modernidade colonialista foi capaz de construir em nós modos de nos reconhecermos como humanos baseados em oposições dicotômicas, a saber: branco-não branco/ civilizado-selvagem/ homem-superior/ não-homem-inferior. Portanto, superioridade e inferioridade tornam-se critérios baseados no referente homem-heterossexual-branco-eurocentrado. Dizer que um sujeito carrega esses elementos é, por conseguinte, considerá-lo como parâmetro universal de referência de humanidade. A construção histórica desse referente universal, destacando o primeiro processo de invasão e colonização das Américas e seus principais desdobramentos, legou aos sujeitos humanos a tarefa de “humanizar” corpos e subjetividades desgovernadas, ou como o próprio nome os caracterizava, “selvagens”. Diante dessa “empreitada civilizatória”, vale sempre lembrar a famosa afirmativa de Aimé Césaire: “A Europa é indefensável”³⁶⁰.

³⁵⁹ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

³⁶⁰ CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2010, p. 15.

A imagem de universalidade é aquilo que Césaire aponta como argumento legítimo para tornar a Europa indefensável. Conforme Bergson³⁶¹, há imagens que se cristalizaram em nosso imaginário e, portanto, o constituem. Já estão impregnadas em um tipo de repertório coletivo e retornam cada vez que são evocadas. Conforme Maria Rosa Silveira pontua:

A par das manifestações pró-impeachment eclodem e se intensificam abertamente, por discursos e atos, manifestações de intolerância e violência contra as diversidades socioculturais [sic] Alguns exemplos: pronunciamentos machistas escancarados, ao extremo de naturalizar o estupro e criminalizar as mulheres vitimadas; desqualificação e mesmo demonização das culturas negras e indígenas; agressões e violência física contra pessoas homoafetivas, fazendo muitas vítimas fatais; constantes tentativas de criminalização dos movimentos sociais; demonização dos partidos e organizações de esquerda, com a imputação de “comunistas”.³⁶²

Nesse sentido, a função do homem colonizador contemporâneo é apresentar e impor um modelo de “humanidade”. Quanto mais nos aproximamos desse modelo, mais nos tornamos “civilizados”, isto é, humanos. Desse modo, os processos colonizadores foram marcados, sobretudo, por relações de dominação, hierarquia e desigualdade entre os sujeitos. Essa dita “civilização” europeia/ocidental constituiu um modo de vida burguês que deixou como legado para nós os problemas do colonialismo. Essa racionalidade tem como *modus operandi* o ódio às diferenças e a hipocrisia da democrática igualdade.

Linn da Quebrada consegue agregar em seu corpo, em suas práticas e performances tudo aquilo apontado como não humano. Por isso, os processos colonizadores que atravessaram e continuam a atravessar seu corpo e sua subjetividade não economizam esforços no sistemático processo de reenquadramento aos modelos pré-concebidos de humanidade que se consolidaram na longa duração. Assim, o processo civilizatório, legado do colonialismo, atua no tempo presente como racionalidade embutida nas formas de controle sociais e que prescrevem modelos de inteligibilidade pautados na cis-heteronorma branca e elitista. Esse movimento acaba tendo como alvo a própria figura das terroristas.

³⁶¹ BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

³⁶² SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A fascistização da sociedade brasileira. **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n. 1, 2016, p. 18, p. 19-20.

CAPÍTULO 3 – O TERRORISMO DE GÊNERO E A MÁQUINA DE GUERRA: UMA ESTRATÉGIA DE NÃO VIOLÊNCIA

O presente capítulo objetiva visualizar como as formulações teórico-metodológicas desenvolvidas até aqui funcionam para analisar os fenômenos sociais, históricos e políticos no Brasil do tempo presente. O tempo presente aqui é considerado como temporalidade relativamente imediata aos eventos ocorridos no recorte temporal de 2013 até 2018. O terrorismo de gênero funcionará como categoria de análise a fim de demonstrar de que modo a arte TLGBI+ transforma-se em “máquina de guerra”, ou seja, um tipo de modalidade de revide às investidas do Estado necropolítico que atinge seu ápice com as eleições de 2018 e a institucionalização de um estado de terror.

Nesse sentido, ao tratarmos da guerra, novamente evocamos a noção foucaultiana de política como a guerra continuada por outros meios. Além disso, gostaria de destacar que as ações do Estado mobilizadas para exterminar determinados tipos de vida não são consideradas como terrorismo, uma vez que quaisquer uma dessas ações são justificadas pelo que Foucault vai chamar de “racismo de Estado”. Nessa medida, qualquer ação que vá de encontro à racionalidade do Estado é caracterizada como “prática terrorista”. No limite, o terrorismo é criminalizado, mas a guerra do Estado contra a população não.

Por isso, o esforço, na primeira parte deste capítulo, é mostrar, por meio da análise da superfície discursiva das músicas “Bomba pra caralho” e “Bixa preta” o modo como Linn denuncia e expõe a racionalidade necropolítica que se arrasta na longa duração. O tópico que se desdobra para esse fim se configura na seguinte dinâmica: apresentar a historicidade do “golpe de 2016” no Brasil. Desejo com esse tópico desmantelar o argumento economicista da manobra política que afastou a presidenta Dilma Rousseff do cargo e marcar a posição política na narrativa, entendendo esse acontecimento como um golpe cis-heterocentrado às insurreições micropolíticas para manter firme a estrutura colonial capitalística.

Embora seja um termo em disputa, consideramos a perspectiva historiográfica que apresenta o evento como um “golpe misógino contra a democracia brasileira”. Em tom de denúncia, apresentamos as análises das superfícies discursivas das músicas de Linn, a fim de problematizar o argumento de que essa racionalidade necropolítica nada mais é do que uma tentativa de repressão cis-heterocentrada. Entendendo esse contexto como uma guerra de subjetividades, pretende-se ainda apresentar o terrorismo de gênero como máquina de guerra,

a partir da análise da música “Bomba pra caralho”; análise das cenas e recortes do filme “Bixa-travesti” e imagens de Linn. Nessas produções, a imagem, letra de música e performance formam um todo significativo que nos permite pensar a performance como estratégia de guerra.

3.1 GOLPE MISÓGINO CONTRA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A questão suscitada pelo título deste tópico contém elementos que ultrapassam o campo teórico, tanto do ponto de vista da análise dos acontecimentos que têm seu estopim no ano de 2013, com as “Jornadas de Junho”, quanto do ponto de vista do movimento que se deu para que a história política do Brasil contemporâneo desaguasse na eleição, aos moldes de um “Estado Democrático de Direita”, de um genocida. Nesse sentido, é oportuno considerar que, frequentemente, a extrema-direita conservadora brasileira evoca discursos que rememoram o trauma histórico da ditadura civil-militar brasileira.

Embora cientes de que elementos recalcados e decantados do evento de 1964 estivessem pairando sob a atmosfera brasileira, não era esperado que fossem acionados de modo tão covarde e sádico, como o foram na votação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Dito isso, gostaria de considerar que embora haja uma disputa por uma narrativa histórica que queira enquadrar os acontecimentos de 2016 em uma suposta ditadura, compreendo que seja fundamental um cuidado teórico-metodológico para tal análise.

Por isso, proponho a reflexão acerca da ideia de (re) atualização, no sentido de compreender de que maneira foi possível a instalação de um governo de extrema-direita no Brasil, mesmo após uma temporalidade marcada pela atuação de uma ala da esquerda representada pelo Partido dos Trabalhadores. Para tanto, entendemos que uma análise histórica dos acontecimentos não é capaz de considerar essa manobra política como regime ditatorial, como podemos ser equivocadamente levados a crer a partir de uma leitura descuidada.

Todavia, há que se considerar que alguns elementos legados da ditadura civil-militar de 1964 resistiram à ação temporal, sem que uma ação resolutiva colocasse um ponto final nesse capítulo traumático da história do Brasil. Conforme destaca Daniel Aarão Reis Filho,

o autoritarismo que continua a impregnar certas relações sociais; a democratização incompleta do Estado e da sociedade, parte dela ainda incapaz de exercer a cidadania plena; os níveis elevados de violência social e policial que nos assolam; as desigualdades sociais (de renda, educação, acesso à Justiça) extremas que ainda

caracterizam a paisagem brasileira. Seria um equívoco atribuir à ditadura a responsabilidade pelo surgimento de tais problemas.³⁶³

As considerações de Daniel Aarão Reis nos abrem um precedente muito valioso para seguir nossa pista de análise: seria um equívoco atribuir a responsabilidade pelos problemas estruturais do país a um evento muito específico. Obviamente, esse evento, como já constatamos inúmeras vezes, ajudou a agravar todos os aspectos supracitados, sobretudo a violência social e policial que o Estado exerce sobre determinados grupos e sujeitos. Portanto, a fim de formar uma frente de resistência às violências perpetradas sobre esses corpos, é fundamental primeiro apontar os elementos que criaram um pano de fundo que nos provoca refletir acerca das alternativas criativas que nos permitem esquivar da ética violenta do Estado.

Os eventos que antecederam as eleições do ano de 2018 e consagraram Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil podem nos parecer muito parecidos aos eventos de 1964. Todavia, cabe considerar que as condições de possibilidade dos acontecimentos são distintas e, muito embora haja uma memória histórica que legou a impunibilidade de um regime antidemocrático, o que chamamos aqui de golpe de 2016 foi instituído como parte do jogo político dentro das possibilidades “democráticas”. Digo isso, pois é preciso chamar atenção para o fato de que há diversas possibilidades discursivas para um mesmo acontecimento.

A historiografia do tempo presente que aqui se aplica preocupa-se em registrar e construir um regime de verdade sobre o ano de 2016 na história política do país. Para tanto, esse regime de verdade pretende apresentar o seguinte efeito: mais do que por razões econômicas, a manobra de afastamento da presidenta Dilma representou um golpe cis-heterocentrado contra as insurreições micropolíticas que questionam e fissuram a estrutura colonial-capitalística.

As possibilidades narrativas abrem precedentes para refletir criticamente sobre a maneira como essa memória histórica tem sido constituída. Nesse sentido, gostaria de apresentar uma proposta de leitura, a fim de que consideremos as seguintes proposições: 1) utilizaremos o termo “golpe” para significar a manobra jurídico-parlamentar que contribuiu para a destituição da presidenta Dilma Rousseff; 2) analisaremos o ano de 2016 com objetivo de mapear de que modo o recrudescimento dos valores morais incita uma investida “antigênero” por parte dos setores mais conservadores, ao mesmo tempo em que provoca a

³⁶³ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, p.14, 2014.

ação e resistência de dissidências de gênero, como as terroristas de gênero, a exemplo de Linn da Quebrada.

O corte antidemocrático que ceifou o horizonte de expectativa brasileiro em 2016 é ainda um capítulo da história em disputa. Luís Felipe Miguel considera que a democracia é um conceito nebuloso e que requer uma análise crítica mais aprofundada, uma vez que “não há democracia efetiva se não são desafiadas as hierarquias presentes nos locais de trabalho ou na esfera doméstica”³⁶⁴. De toda maneira, muito embora haja limites dados ao exercício democrático no Brasil, a ideia básica é de que “a democracia incomoda às classes dominantes”³⁶⁵.

O golpe de 2016 foi a brecha “democrática” que possibilitou a afirmação explícita da extrema-direita conservadora no Brasil como força política legítima e, portanto, em pleno exercício de poder. “Por que gritamos golpe?” A resposta a essa pergunta passa pela compreensão dos processos que fizeram emergir a crise política no Brasil, que, por sua vez, é de fato complexa. Para Luis Felipe Miguel, “O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985”³⁶⁶. Na acepção mais primária do termo, a palavra golpe significa “Movimento brusco e violento, de ataque ou defesa, que atinge uma pessoa”³⁶⁷.

Haja vista as motivações econômicas e políticas, um componente bastante curioso nos coloca em alerta quando se trata do processo de afastamento da presidenta Dilma, que culmina, posteriormente, no impedimento de exercer suas funções como chefe de Estado. O apelo à moral conservadora e aos bons costumes aparece fortemente nos discursos proferidos pelos deputados e senadores no dia 31 de agosto de 2016. Nesse sentido, interessa-nos aqui apenas um discurso, capaz de exemplificar o que se afirma.

Antes mesmo de ser eleito, Bolsonaro já nos deixava indícios do que poderíamos esperar em nosso “futuro histórico”. Explicitamente inclinado à direita, ele orgulha-se de sua descendência europeia e reafirma seu vínculo ideológico com o regime nazifascista. É globalmente reconhecido por sua postura antiética, inescrupulosa e execrável. Desfere, sem maiores preocupações, ataques à comunidade TLGB+, a movimentos negros, movimentos indígenas, movimentos feministas e uma série de movimentos sociais que, conforme costuma

³⁶⁴ MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: SINGER; JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31.

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 32.

³⁶⁶ *Ibid.*, p. 31.

³⁶⁷ **MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/golpe/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

repetir em seus pronunciamentos, são todos “comunistas”. Em seu discurso, Bolsonaro diz as seguintes palavras ao votar favorável ao *impeachment* de Dilma:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu o trabalho nessa casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas forças armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos o meu voto é sim!³⁶⁸

Os enunciados que compõem esse discurso foram muito bem organizados e configurados na fala do então deputado. Há que se considerar que essa fala evoca a figura política de uma Dilma Rousseff guerrilheira, como membro atuante da luta armada contra a ditadura civil-militar de 1964. No limite, uma terrorista que se tornou presidenta do Brasil. Aliado a esses aspectos, o arremate parece perpassar a construção simbólica da impossibilidade de uma “mulher” ser chefe de Estado em um país de soberania misógina.

Além de toda articulação jurídico-política para arquitetar as manobras que impediram a então presidenta Dilma (PT) de finalizar a execução de seu mandato presidencial, há também uma conjuntura econômica, política e social altamente desfavorável para Casa Civil e que também contribui para servir de pretexto para agravar a crise política instaurada no país. Embora amplamente discutida e analisada por intelectuais, as Jornadas de Junho de 2013 abrem caminhos para uma série de movimentos de insurreição sem precedentes na história política do Brasil.

Um breve sobrevoo teórico acerca de possíveis explicações para esse acontecimento ainda nos causa algum desconforto por não conseguirmos mapear as motivações precisas que funcionaram como uma fagulha para um movimento não apenas maior, como também mais confuso do que essas jornadas. Nessa toada, o filósofo Peter Pál Pelbart nos coloca frente a uma indagação bastante certa em relação aos movimentos de junho: “[...] talvez fosse o caso de indagar o que a nova cena que se instaurou nas ruas pode desencadear”. Ou mais que isso, “que nova coreografia política é essa³⁶⁹”? Fazendo jus à dança da classe média contra os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Antes de esboçarmos uma resposta a essa provocação, gostaria de apontar algumas considerações acerca dos possíveis argumentos para o *impeachment*.

³⁶⁸ BOLSONARO cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. 2021. 1 vídeo (1:30 min). Publicado pelo Canal Poder360 no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 07 mai. 2023.

³⁶⁹ PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 111.

3.1.2 A justificativa econômica

Uma das possíveis vias de análise da história política do Brasil é a econômica. Nesse sentido, consideramos que os governos do PT programaram uma política de continuidade da gestão econômica criada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Aliado a isso, o plano de política econômica do PT também contava com uma dimensão “assistencialista”. Por esse viés, Lula e Dilma incorporam políticas públicas e investiram no desenvolvimento de programas sociais³⁷⁰ com objetivo de contemplar as minorias políticas precarizadas, que interseccionam não apenas o marcador social de classe, mas o de gênero, sexualidade e, sobretudo, de raça³⁷¹.

Conforme aponta Laura Carvalho³⁷², a economia brasileira é expandida no período que vai de 2003 a 2011. Isso fica expresso na capacidade do setor produtivo de responder positivamente ao aumento de sua capacidade de produção. Não por acaso, esse crescimento se deu nos dois mandatos do presidente Lula. Não é intenção aqui a produção de uma análise panfletária a respeito dos governos do PT. A exposição tem por objetivo compreender de que modo os argumentos e análises economicistas do golpe deixam de lado sua principal motivação: o recrudescimento dos valores morais e a sensação de ameaça de ruptura da estrutura colonial-capitalística do Brasil.

O argumento de Laura se concentra em apresentar os fundamentos econômicos que garantiram esse expressivo crescimento econômico a partir do ano de 2003, chamado por ela de “milagrinho brasileiro”. A lógica dos três pilares se traduz no seguinte: distribuição de renda; acesso ao crédito; e investimentos públicos. Em síntese, já que não pretendemos aprofundar esse debate, o pilar da distribuição de renda atua com o objetivo de recuperar o valor real do salário mínimo, vinculando-o às transferências públicas expressivas. Com isso, mesmo em contextos de crise econômica, a gestão manteve os pagamentos, o que produz um efeito de redução do impacto da crise. Dessa maneira, o aumento da arrecadação é capaz de retroalimentar a capacidade do Estado de aumentar sua receita, o que eleva também a possibilidade de investimentos públicos.

³⁷⁰ Para destacar alguns dos principais programas sociais criados desde o governo de FHC até o mandato de Dilma Rousseff, aponta-se: PRONAF, Fies, Bolsa Família, Programa Brasil Alfabetizado, Minha casa minha vida, PROUNI, Luz para todos, Mais Médicos, Pronatec, Sisu, entre outros.

³⁷¹ BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Lei de Cotas Raciais para o Ensino Superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

³⁷² CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

Os programas de transferência de renda citados em nota, como o Bolsa família, conforme afirma Laura, têm impacto orçamentário muito baixo; contudo, torna-se um elemento sensível ao ciclo de expansão econômica. Nessa lógica, o mercado interno é a melhor alternativa para a economia do Brasil. Oportuno também considerar a leitura de André Singer, especificamente em suas considerações em relação ao governo de Lula, uma vez que o pesquisador considera esse um governo austero e estratégico na continuidade e consolidação do plano de políticas econômicas de Fernando Henrique Cardoso.

Embora em 2008 tenhamos experimentado uma crise no sistema econômico global, o governo brasileiro sobreviveu, na medida em que conseguiu equilibrar os setores da pirâmide socioeconômica sem “sacrificar” nenhuma das extremidades, ou seja, nem a elite econômica e nem o subproletariado emergente, conforme aponta André Singer³⁷³. Portanto, a adoção de políticas transitórias para superação da crise não compromete a resposta política positiva permanente. Desta análise, é importante observar que há uma postura mais conservadora que opta por manter a economia equilibrada em dois movimentos: 1) alíquota permanente, que se configura em uma mudança tributária expressiva; 2) criação do programa “Minha casa, minha vida” que tem efeito de multiplicador econômico.

Nesse sentido, Singer entende que a manutenção da ordem que favorece a possibilidade de concentração de renda no topo dessa pirâmide também é capaz de possibilitar maior distribuição de renda aos setores economicamente menos privilegiados, que compõem a base. No arremate, o processo que se instaura com a dinâmica de concentração de renda das elites aparece como um problema para as gestões futuras do governo do PT. Há uma série de vácuos nessa distribuição, o que ajuda a produzir um dos efeitos da crise de 2013.

Consideraremos para fins de análise que, conforme André Singer³⁷⁴, a política econômica da gestão Dilma implicou considerar uma nova matriz econômica. Isso significou garantir empregos e expansão econômica para o setor industrial nacional. “A nova matriz implicava comprar brigas inéditas [...] confrontar o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a reindustrialização”³⁷⁵. Em termos de capacidade produtiva da economia, é possível apontar um momento de inércia econômica no período, uma vez que isso depende da resposta da natureza do setor produtivo e a todo conjunto de estímulos pretensamente

³⁷³ SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁷⁴ SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³⁷⁵ *Ibid.*, p. 48.

gerados a partir de 2012. Todavia, o que se observa é que esse tipo de política não obteve o resultado esperado.

Laura Carvalho³⁷⁶ aponta o problema de capacidade de resposta do setor privado em relação a esses estímulos, o que resulta em uma ausência de dinâmica econômica. Aponta Singer que há uma articulação entre a agenda desenvolvimentista e essa nova agenda econômica. A partir dessa configuração, é possível inferir que há uma inflexão heterodoxa do governo Dilma que rompe a isonomia de tensões que antes estavam equilibradas (polarização PT x PSDB) e deflagra a disputa de múltiplos interesses econômicos por vários setores sociais. Evidente que há aí uma identificação ideológica a essa nova matriz econômica, e o setor produtivo tenta boicotar essa articulação.

Essas condições de possibilidade trazem à tona tensões políticas para as eleições de 2014, atingindo seu ápice no ano de 2015, já que a gestão Dilma indicou como representante do Ministério da Fazenda Joaquim Levy, membro do setor liberal. Uma primeira resposta do governo Dilma à política de transição é contrária à heterodoxia. Em 2011, foram adotadas medidas de controle de gastos, expansão de superávit, manutenção da meta inflacionária, que se traduzem em um discurso próximo das gestões anteriores. Imprescindível assinalar que essa nova matriz econômica evidenciada por Singer é descrita por Laura Carvalho como “Agenda FIESP”. A agenda consiste na aliança estratégica de setores industriais com setores do proletariado vinculados a essa atividade. Essa estratégia se orienta no sentido de retomada do processo de defesa dessa capacidade produtiva industrial que enfrentava problemas pela alta valorização cambial dos anos anteriores e afetava a sobrevivência do setor produtivo interno.

No ano de 2011, assistimos à criação do “Plano Brasil Maior”, que consistiu em um plano de medidas com objetivo de retomar a redução das alíquotas tributárias do setor produtivo; a prática foi aplicada em 2009, em um contexto de ausência de crise, favorecendo a manutenção da atividade industrial. Houve também a proposição de desvinculação de tributos ligados diretamente à folha salarial. Ou seja, deslocar o Estado do protagonismo do circuito de investimentos.

Nesse contexto, é importante apontar que duas variáveis fugiram do controle da política fiscal e monetária do governo. Primeiro, políticas mais frouxas de arrecadação tributária exigem políticas mais frouxas de controle inflacionário. Assim, foi preciso uma política mais rígida. Segundo, as taxas de juros. Seria possível à economia conviver com taxas

³⁷⁶ CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

de juros mais baixas sem impacto inflacionário. Em 2013, as taxas de juros voltaram a apresentar valores mais elevados para correção do processo inflacionário. Por fim, para minimizar a alta inflacionária foi necessário segurar os preços de reajuste.

Entre os anos de 2011 a 2013, vivemos a nível global o circuito de crises europeias, o que produz efeito fiscal nos países da periferia da Europa, resultando na queda de exportação no cenário brasileiro. Juntamente a isso, há um problema do câmbio com a entrada de recursos internacionais na economia brasileira, o que resulta na valorização cambial. Em um contexto de tentativa de recuperação da produção interna industrial, essa valorização é um fator contrário a esse desenho de política. Assim, foram adotadas medidas macroprudenciais que envolveram certo refinamento em relação ao controle desses recursos. Isso foi oportuno para a oposição, que incorporou em seu discurso a crítica de uma política intervencionista do Estado em 2012.

Os anos de 2012/2013 caem como uma luva para a crítica articulada da oposição, já que os dados apontam para redução expressiva e substancial do superávit. Logo em seguida, em 2014/2015, observa-se um déficit orçamentário e um desgaste profundo da política econômica proposta por Joaquim Levy. O fundamento econômico se degenera, bem como a inflação, ocasionando uma intervenção sobre o câmbio. Evidentemente, há um contexto de estagnação econômica, e a eleição de 2014 é marcada por uma tensão que não existia em 2003.

Se em 2010 a questão econômica não tinha força de crítica contundente pela oposição, já que a política econômica não se mostrou deficitária, em 2014 o cenário mudou e deflagrou uma opção de política econômica que se revelou "equivocada", abrindo espaço para investidas mais incisivas da oposição. Por fim, os anos de ouro que fizeram o PT experimentar seu auge com o fenômeno do Lulismo se reorientam para um período de profunda crise e ataque, que culminou no *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Para André Singer, o incômodo político maior por alguns setores se deve mais ao maior protagonismo intervencionista do governo do que de fato a um problema nos resultados econômicos.

Legado de uma profunda crise política e econômica, o governo Dilma sofre o ataque visceral da casa civil, que a acusa de improbidade administrativa, de desrespeitar as leis orçamentárias; além de lançar suspeitas acerca de um hipotético envolvimento (comprovadamente inexistente) em esquemas de corrupção na Petrobras. Sob o imbróglio das "pedaladas fiscais", nome dado ao "crime de responsabilidade" cometido por Dilma, operou-se uma fissura na democracia representativa brasileira e uma consequente instabilidade política. O argumento econômico mascarava, portanto, a premissa deflagrada pela tensão

evidente entre diversos setores em disputa econômica e política. Nesse sentido, Wanderley Guilherme nos ajuda a compreender de que modo a estratégia do jogo democrático se deu sob o argumento do déficit econômico. Fraudes no jogo democrático encontram brechas nas regras éticas do Estado de modo que o sistema fique comprometido, ao mesmo tempo que não se encaixa nas clássicas definições de golpe de Estado.

Michel Temer, que assume o lugar de Dilma, tenta implementar um programa de austeridade fiscal que foi rechaçado nas urnas. O modo de esses atores chegarem ao poder foi encenar sua empreitada política na conjuntura de 2016, tentando preservar as aparências de um processo de constitucionalidade democrática. Por fim, o *impeachment* de Dilma foi uma modalidade de ruptura de governo sem evidentes motivações legais, principal particularidade do golpe de 2016 quando comparado ao golpe de 1964. A natureza do golpe de 2016 tem um fio condutor que sustenta o argumento de comparação, e “o denominador comum entre os golpistas dos anos 1950/60 e 2016 é a rejeição ao progresso econômico e social das classes vulneráveis”³⁷⁷. Essa ideia nos direciona ao argumento que pretendo defender aqui: além do ódio de classes, as motivações que culminam no golpe têm como caráter principal conservar a estrutura cis-heteronormativa e branca.

Leandro Avizter aponta que as “Jornadas de Junho de 2013” demonstram um evidente período de regressão democrática, “como um processo de diminuição do apoio à democracia por amplas camadas da opinião pública e de estreitamento das práticas associadas à ela”³⁷⁸. O movimento passe-livre, mote do início das manifestações, contribui para desencadear a crise e produzir um efeito outro: a rearticulação de forças conservadoras que estavam sendo gestadas desde o primeiro mandato de Dilma em 2010.

Nesse sentido, o movimento também muda a configuração das próprias forças políticas, reintegrando a direita à agenda de governo. Como aponta Avizter, a direita entra em um processo de renovação no que tange a sua capacidade de manutenção de uma agenda pública regressiva nas ruas, bem como nas redes sociais, e a sua capacidade de argumentar e reivindicar questões morais. No arremate, Wanderley aponta rapidamente para uma nova forma de “ruptura institucional” que se inscreve nos “sistemas democráticos”.

No que diz respeito ao desenrolar do processo de crise política, institucional e econômica, é fundamental apontar que as questões que surgem na suposta crise econômica do governo Dilma se estendem ao governo de Jair Bolsonaro em 2018/2022. Nesse sentido, a

³⁷⁷ SANTOS, Guilherme Wanderley dos. **A Democracia Impedida**. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017, p. 42.

³⁷⁸ AVRITZER, Leandro. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019, p. 11.

rearticulação de forças conservadoras e o protagonismo da direita na tensão entre situação e oposição incisivamente denotam algumas características que ajudaram a consolidar a candidatura de Bolsonaro em 2018. Há uma dificuldade de análise da macroestrutura econômica, uma vez que os dados se apresentam como um retrato fragmentado, e não dão conta de estabelecer uma relação de causalidade. Dentro do que existe, em matéria de dados, é possível verificar um movimento do eleitorado em direção à direita³⁷⁹.

Alguns elementos podem ser colocados em evidência para construir um argumento coerente que explique esse movimento. Jairo Nicolau³⁸⁰ aponta para mudanças demográficas importantes. Observando a pirâmide etária do Brasil, é possível notar um expressivo envelhecimento da população; essa, por sua vez, se coloca como ativa na participação do processo eleitoral, muito embora não haja obrigatoriedade de voto.

Outro elemento é a escolaridade formal. Jair Bolsonaro foi o candidato mais cotado nos três níveis de escolaridade. Fundamental apontar que o eleitorado de baixa escolaridade, associado ao elemento regional, foi capaz de concentrar seus votos em Bolsonaro. Nas eleições anteriores, esse cenário era outro, uma vez que, como já discutido anteriormente, houve uma adesão desse segmento ao projeto político do “lulismo”, o que garantiu a duradoura gestão petista no Brasil. A aposta do PT em Fernando Haddad contribuiu também para tencionar e segmentar ainda mais as eleições de 2018: o eleitorado do PT tornou-se majoritariamente feminino, de escolaridade mais baixa nas regiões do Nordeste, o que pode ser interpretado como herança dos governos Lula e Dilma.

Também é fundamental considerar, para fins de análise, que o comportamento do voto por gênero foi capaz de produzir uma ruptura significativa na polarização da agenda de costumes. É notório o fato de a resposta retórica da campanha de Jair Bolsonaro à investida antibolsonarista (movimentos do #Elenão) ter como principal argumento a desqualificação desse grupo feminino, o que se configura como ampla implementação de violência política de gênero; todavia, curiosamente, isso traz resultados politicamente amplificados da base eleitoral de Bolsonaro, já que transforma a proatividade desses movimentos de mulheres contra a agenda da direita conservadora em algo condenável.

Nesse cenário, para extrapolar as análises comumente mobilizadas convém interseccionar outros elementos ; faremos esse movimento, ainda que de modo breve. O

³⁷⁹ Esse movimento não é uma particularidade do Brasil, mas tem sido mapeado como uma espécie de “onda conservadora” de extrema-direita que vem assumindo os cargos mais importantes na política institucional de forma global, como nos países Estados Unidos da América, Alemanha, Hungria, Argentina, França, entre outros.

³⁸⁰ NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

argumento das pedaladas fiscais acaba por se sobrepor ao recrudescimento dos valores morais e à força assustadora das investidas da direita conservadora com a campanha antigênero. Portanto, a reprodução do argumento econômico não nos possibilita escapar de uma análise binária e reducionista da conjuntura política do Brasil contemporâneo, apagando, novamente, elementos que corroboram para intensificar uma estrutura cis-hétero-branca que investe contra as dissidências e diversidades. Outro aspecto fundamental para análise do jogo político é considerar a mídia como canal central que contribui para acirrar as disputas narrativas. Ao mesmo tempo, esse meio de comunicação foi capaz de ofuscar uma série de acontecimentos fundamentais para as análises políticas, assim como ajudou a disseminar uma infinidade de *fake news* durante a corrida eleitoral.

3.1.2.1 A justificativa moral: a investida antigênero

Antes mesmo de apontarmos alguns eventos que podemos considerar como sintomas do que tem sido chamado de “investida antigênero” no Brasil, gostaria de fazer algumas considerações que são ainda desdobramentos da análise feita acerca do golpe de 2016. Muito embora o argumento da crise econômica seja bastante plausível, há outros elementos muito mais sutis que podem passar despercebidos por olhares, não obstante críticos, tenham ainda sido incorporados pela estrutura cis-heteronormativa-branca. A movimentação política do Congresso Nacional brasileiro e os discursos já sinalizavam uma espécie de regresso no que se refere aos direitos das minorias políticas³⁸¹.

As perspectivas feministas e transfeministas nos auxiliaram nessa leitura, uma vez que para corpos, como os de Linn da Quebrada, sempre foi impossível transitar em determinados espaços. Ainda assim, Linn foi vista em rede nacional, no programa “Amor e Sexo” apresentado por Fernanda Lima na Rede Globo.

³⁸¹ Consideramos minorias políticas as populações indígenas, mulheridades, comunidade TLGBI+, pessoas pretas, pessoas periféricas e subalternas, imigrantes, entre outros.

Imagem 13 – Amor e sexo Cuier



Fonte: Globo/Oscar Alves.

A edição “histórica” do programa exibido no dia 2 de março de 2017 não apenas confirma o avanço de uma agenda feminista e transfeministas, como também aponta para o modo como essa agenda vem sendo incorporada pelos grandes veículos midiáticos, seja por interesses políticos, seja por que tem sido impossível negar a existência desses sujeitos e mantê-los no espectro da invisibilidade.

O programa reuniu *Drag Queens*, travestis, mulheres e homens trans, transmasculinos, gays, lésbicas, famosos, anônimos, brancos, pretos, periféricos, artistas, uma infinidade de sujeitos que borram a paisagem social comumente vista nesses espaços. A pauta foi o debate acerca das identidades sexuais e de gênero, as múltiplas possibilidades de performatividades do gênero. Ou seja, o gênero foi o tema central da discussão. Um verdadeiro “telecurso do gênero”, como comentou um membro do *Twitter*³⁸² que acompanhou a edição.

Ser uma bicha-preta-travesti-periférica-transviada faz parte de uma luta política que usa o corpo como arma de combate. Linn destaca inúmeras vezes em seu discurso que o terrorismo é justamente aquilo que escapa ao enquadramento da cis-heteronormatividade

³⁸² TRINDADE, Gui. *Twitter*: @djguitrindade. 02 mar. 2017. Disponível em: <https://twitter.com/djguitrindade/status/837487682536235009>. Acesso em: 07 mai. 2023.

branca e que, por isso, impossibilita ao (cis)tema a captura completa. Linn, quando se apresenta, mantém sua postura firme, desfere palavras incisivas, olha nos olhos, é extravagante, performa o desvio, confunde o telespectador.

Imagem 14 – Linn em amor e sexo



Fonte: Globo/Oscar Alves.

O corpo preto, travesti, está de frente às câmeras, segurando o microfone, fora da senzala, longe da plantação; a vida pulsando ali é completamente inimaginável aos olhos colonizados de uma nação adoecida e sequestrada como o Brasil. O século XXI ainda carrega fortemente o legado da escravidão colonial, que sustenta o pilar argumentativo para a análise do golpe de 2016. O disparate de partilhar, de modo equidistante, um espaço de poder e privilégio com corpos dissidentes obrigam as subjetividades cis-heteronormativa, em revolta, a se articularem na coreografia bizarra do *impeachment*, para manifestar o ódio profundo às diversidades de raça, classe e gênero.

Linn da Quebrada não cessa de se fazer presente, de resistir, insistir e apresentar elementos que aterrorizam a moral conservadora. Estrategicamente, ela incita uma subjetividade política que se torna cada vez mais insurreta e anônima, mais múltipla e dispersa, com impulsos de convocar para a luta de modo cada vez mais incomum. A presença de sua imagem, terrorista de corpo e alma, é suficiente para aguçar a capacidade revolucionária dos sujeitos. O medo conservador reside justamente nesses filamentos quase invisíveis de potência que entranham de modo capilar e fortalecem as direções do enfrentamento.

Parece-nos quase impensável que a presença de uma figura como Linn fosse convidada a participar de um programa de circulação nacional, enquanto as estatísticas nos mostram que o Brasil tem uma altíssima taxa de mortalidade de pessoas TLGBI+, principalmente se forem pretas e periféricas. Não por acaso, a expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos. Ao rememorarmos o ano de 2013, no Brasil, é possível dizer que tudo era motivo para reivindicar e insurgir.

Então, pontuar que 2013 foi um levante sequestrado pela classe média moralista é bastante sintomático do que nos reservava o horizonte de expectativa.

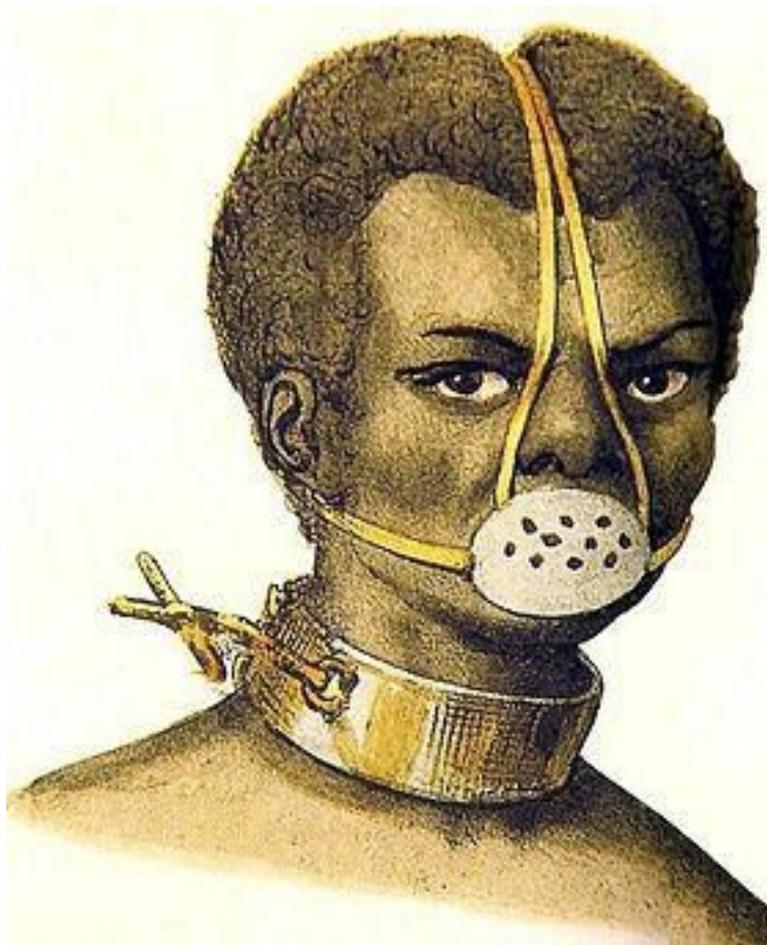
Um caleidoscópio de possíveis foi projetado nos céus do país, formando outras constelações. [...] ou será que naqueles poucos dias, antes da captura midiática e da distribuição organizada (por quem?) de bandeiras do Brasil, veio à tona o monstro adormecido, o fantasma de nossa história política, aquilo que, desde a colonização e a escravidão até a industrialização e o neoliberalismo, foi sendo sistematicamente evitado, denegado e esmagado?³⁸³

Na esteira do que diz Aimé Césaire, a “civilização” ocidental nos deixa um legado, que se converte em dois problemas insolúveis: o problema de classe e o problema da raça. Acrescento, no tempo presente, a dimensão do gênero que sequer fora cogitada como um problema à época da análise feita por Césaire. De todo modo, o Brasil tornou-se de todo uma civilização moribunda, que não apenas não prestou as devidas contas com o passado colonialista, como também recalcou todos os traumas históricos, na tentativa de que o mecanismo do esquecimento fosse suficiente para apagar os efeitos desses acontecimentos. O inconsciente colonial-capitalístico investe seu cinismo e hipocrisia na esQUIVA de considerar que “não há racismo no Brasil” ou que as grandes multinacionais fazem um favor ao garantir emprego para boa parcela da população.

O refúgio desse discurso em uma “hipocrisia odiosa” é cada vez maior, já que as possibilidades de engano se tornam cada vez mais escassas. Não há defesa nem para Europa, nem para quaisquer nações que reproduzam as formas de colonialidade, dominação e violência contra qualquer grupo. Histórica e estrategicamente, inúmeros mecanismos foram criados para apagar, silenciar, dizimar e aniquilar indígenas, negros, subalternos, serviços, proletários, mulheres, pessoas TLGBI+, hereges, blasfemos, rebeldes, críticos ao (cis) tema. O que se pretende conservar nesse movimento de destruição do outro é a imagem da dominação.

³⁸³PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 126.

Imagem 15 – Castigo de Escravos



Fonte: Jacques Etienne Arago, de 1839 (2008).

A representação imagética da escrava Anastácia, que remonta ao século XIX no Brasil, leva-nos imediatamente às questões que já não conseguem mais ser recalçadas no inconsciente colonial-capitalístico. Aproveitando a indagação feita por Lélia González, proponho uma ampliação: por que motivos a lógica colonial tenta domesticar não apenas negros/negras/negres, como também pessoas TLGBI+, indígenas, movimentos sociais e a população periférica?

A máscara de flandres, instrumento de castigo usado para amordaçar escravos tidos como rebeldes e malcomportados, transforma-se historicamente em discursos de silenciamento e apagamento. Há todo um aparato de saber-poder discursivo que constrói estereótipos de corpos, como os de Linn da Quebrada, e os acopla às imagens de horror, sujeira, blasfêmia, heresia, desvio, anormalidade, desordem social. A branquitude colonial fala sobre e por esses sujeitos, impossibilitando-os de construir sua própria história. A partir

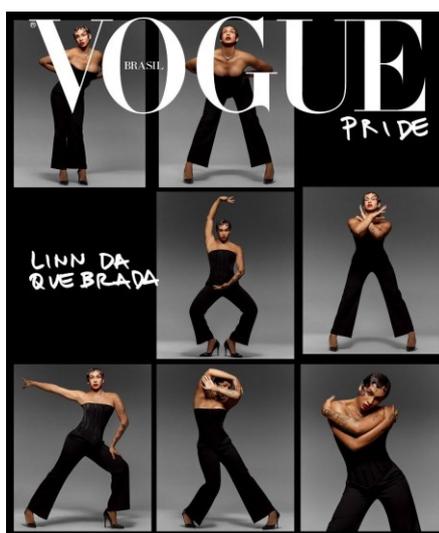
disso, os sentidos históricos são construídos, e a imagem da máscara permanece no presente.

Conforme González:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque eles têm umas qualidade que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho sabe? Se não trabalha, é malandro e, é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados.³⁸⁴

A denúncia de González feita na década de 1980 é passível de ser retomada no tempo presente. Os movimentos de contestação micropolíticos que se arrastam desde a redemocratização do país e encontram eco no ano de 2013 nos orientam a considerar o seguinte: “governar, é antes de tudo, expurgar essa dimensão ingovernável, irreductível, no limbo invisível do indizível, através da reiteração incessante do estado de coisas”³⁸⁵. Portanto, o recrudescimento dos valores morais, a fim de conservar os privilégios cis-heteronormativos-brancos é, no limite, o arremate para alavancar a investida orquestrada contra tais denúncias.

Imagem 16 – “Live, work, Pose”³⁸⁶!”



Fonte: Mariana Maltoni (2022).

³⁸⁴ GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

³⁸⁵ PELBART, Peter Pál. *Ensaio do assombro*. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 127.

³⁸⁶ Referência à abertura da minissérie “Pose”, que retrata os guetos da negritude TLGBI+ estadunidenses e o contexto de epidemia do vírus HIV/AIDS, bem como os bailes e casas que acolhiam os grupos marginalizados à época.

Em contraponto aos estereótipos que o inconsciente colonial e os discursos conservadores que evocam a moral e os bons costumes tentaram impregnar no imaginário coletivo da nação, ergue-se a imagem da potência. Linn da Quebrada figura movimentos do *Vogue*, representação dos movimentos cuíer, pretos e periféricos que vão de encontro ao objetivo da investida cis-heteronormativa branca no Brasil. A artista incita e afeta outros corpos e subjetividades, já que sua imagem constrói representações que têm sido historicamente apagadas. Nesse sentido, ela incide na construção de historicidade que, antes confinada às senzalas do imaginário, irrompe e fissura a paisagem social e, ainda, compõe o exército de enfrentamento à estrutura.

Na medida em que uma sociedade se ergue em movimentos intempestivos, o que não significa caminhar a esmo e sem propósito, mas de modo lúcido e em prol de demandas legítimas, é possível causar um choque profundo porque se colocam frente ao real, que é aquilo que ninguém ousa enxergar ou mesmo enunciar. O corpo de Linn denuncia o real construído para servir à branquitude, à cis-heteronormatividade e àqueles/as que ocupam espaços de privilégios, reconfigura outro plano, desvia-se da lógica do domínio. O lugar que ela ocupa não é o mesmo comumente relegado à representação subalternizada das travestis pretas. Linn é capa da *Vogue*, com orgulho.

O corpo-terrorista de Linn nos auxilia a compreender que, mesmo que estejamos em um Estado democrático de direito, alguns grupos, como já argumentado em páginas anteriores, são sistematicamente excluídos do acesso aos direitos fundamentais ou, se acessam, têm seus direitos violados. As opressões cruzadas presentes em determinados grupos são capazes de esmagar esses corpos com muito mais força, como mulheres, sobretudo mulheres trans e travestis, negras e periféricas. Embora os movimentos feministas, transfeministas e os movimentos negros tenham ganhado destaque na luta política contemporânea, as estatísticas de violência de gênero/raça ainda são assombrosas.

Por isso, não apenas a atuação de Linn é fundamental, já que pontua um discurso engajado em denunciar as violências e opressões, como também

a organização política dos feminismos negros, vem historicamente pautando a importância de um olhar interseccional das opressões, de nos organizarmos de modo a interligar nossas lutas e perceber que existem grupos que, por combinar opressões, ocupam um lugar de maior vulnerabilidade social.³⁸⁷

³⁸⁷ RIBEIRO, Djamila. *Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment. In: Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil, p. 128.

Nesse sentido, a artista destaca que: “eu consigo fazer de ser uma [bicha] preta, trans e favelada da quebrada e pobre meu super poder e a minha força para resistir e consigo fazer desse um ponto de encontro entre eu e outras que vivem como eu e assim a gente consegue se manter viva”.³⁸⁸

Os aspectos morais que incomodam a sociedade civil brasileira do tempo presente dizem respeito, nitidamente, às possibilidades de grupos vulneráveis terem acesso às políticas públicas, educação, condições menos precarizadas, muito embora ainda exista aí um resquício de marginalização. O exemplo paradigmático (a atuação ativista de Linn da Quebrada) mobilizado nesta tese é apenas uma das fagulhas que incendiaram a fogueira da resistência contra as forças do conservadorismo que se voltam violentamente contra esses corpos.

Nesse sentido, Linn consegue abrir espaço para outros grupos marginalizados falarem a partir de suas realidades e experiências, o que possibilita a reconfiguração de ações políticas e debates. Ou seja, o que antes era o silêncio dos oprimidos torna-se o grito insurgente da resistência. Dessa forma, a aparição de Linn propõe justamente um modo novo de fazer política: com o corpo na linha de frente. Não se trata, todavia, de um corpo qualquer, mas sim aquele que causa terror moral aos conservadores. Esse lugar de marginalidade ocupado ainda por muitos corpos, no cenário social de nosso país, nos ajuda a compreender com criticidade e lucidez que o Brasil nunca abandonou seu viés racista, sexista/ TLGB fóbica e classista.

Por isso, é profundamente sintomático o modo como os deputados e deputadas votaram no processo do pedido de *impeachment*: “pelos valores e pela família”; “por Deus”; “pelos militares que venceram em 1964”; “pela tradição e bons costumes”; “pela ordem e contra ideologia de gênero”. Os discursos mobilizados naquela ocasião se comprometeram mais com a defesa cega da família tradicional brasileira e da moral conservadora do que com qualquer razoabilidade ética. O que acontece nos próximos capítulos dessa narrativa é uma rápida reviravolta na retirada de direitos conquistados até aquele momento.

Alguns acontecimentos posteriores ao golpe, e durante o governo de Jair Bolsonaro, aceleraram a supressão de direitos, tais como: o fim do Ministério das Mulheres, Igualdade racial e Direitos Humanos; a diluição da Secretaria de Direitos Humanos na estrutura do Ministério da Justiça; a nomeação de pessoas ligadas às religiões protestantes para cargos públicos, à exemplo da Secretaria de Mulheres; a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); a indicação de ministros

³⁸⁸ LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

exclusivamente brancos, homens cisgêneros e héteros para todos os cargos de alto nível no governo. Enfim, assistimos nesse cenário à religação do Brasil às suas bases fundacionais: os chamados valores fundamentais de nosso país.

3.2 A GUERRA POR POLÍTICAS DO DESEJO

A construção do argumento acerca de certa “ontologia” do golpe de 2016 nos serviu para cartografar a maneira como as forças que entram em embate nesse contexto, no que aqui chamamos de “guerra por políticas do desejo”, produzem como um de seus efeitos mais perversos um horizonte de expectativa minado de força vital criadora. O presente tópico se concentrou no debate acerca de uma tessitura cujas partes se articulam para nos evidenciar de que modo o terrorismo de gênero de Linn da Quebrada é capaz de criar uma rede de cooperação efetiva para abrir caminhos para as insurgências micropolíticas.

Portanto, é fundamental apresentar o mapa que constitui essa cartografia do revide, a partir da análise da performance/ arte/ música e discurso da artista. As fontes nos permitiram elaborar um tipo de narrativa que funcionou como ressonância do movimento que emergiu no tempo presente a partir dos ativismos TLGBI+. Como aponta Suely Rolnik, a partir de uma espécie de eco que se faz na frequência dos afetos, as terroristas de gênero “tecem múltiplas redes de conexões entre subjetividades e grupos que estejam vivendo situações distintas, com experiências e linguagens singulares”³⁸⁹.

O seguinte mapa se articula também com um breve debate acerca da proposta de revide mobilizada pelas esquerdas no ano de 2018 e aponta algumas possibilidades para o fracasso dessa investida. Então, é possível vislumbrar também de que maneira o trabalho de Linn se conecta com outros corpos e, no limite, seja um precedente para a descolonização do inconsciente colonial-capitalístico que, conforme Rolnik, é a matriz que garante a conservação da estrutura colonial de cafetinagem da força vital criadora.

Dessa maneira, o terrorismo de gênero torna-se, em sua aplicabilidade como categoria de análise, máquina de guerra analítica capaz de descolonizar o inconsciente e produzir narrativas que também libertem a vida e as subjetividades de sua cafetinagem. Por isso, pensar as dimensões do conceito criado nesta tese, implica usá-lo como ferramenta não

³⁸⁹ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018, p. 141.

apenas para denunciar as possíveis formas de opressão, mas também para que possamos criar “novas cartografias, nas quais se plasma o direito à vida”³⁹⁰.

Por isso, as narrativas tecidas aqui falam desde uma posição de afirmação, que luta contra os abusos que o Estado necropolítico, sobretudo contra as investidas de Jair Bolsonaro, tentou e tenta ainda nos impingir por meio de suas manobras tacanhas, sujas e rudes. Evidenciamos também a ação tática terrorista como máquina de guerra, conceito de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que nos ajuda a compreender decisivamente de que modo a arte consegue criar novos modos de existência e abrir fissuras fundamentais rumo à destruição da estrutura colonial-capitalística.

A face perversa da nova dobra do regime capitalista/neoliberal revela um casamento paradoxal com o neoconservadorismo. A cartografia que se evidencia apresenta aspectos preocupantes com a ascensão, de modo global, de forças conservadoras que carregam consigo um comportamento violento e agressivo. O regime de historicidade que antecede o ano de 2018, considerado como ponto crítico deste neoconservadorismo, deixou-nos com a ingênua sensação de que essas forças teriam nos dado uma trégua. Todavia, a escalada de governos de extrema-direita³⁹¹ se deu de modo global, como destacado pelo jornal *Carta Capital*.

Como destaca Suely Rolnik³⁹², essas forças estavam em uma espécie de *stand by*, já que, ao menos no Brasil, assistimos a uma longa temporada de governos inclinados à esquerda. No tópico 3.1, o debate circulou em torno da disputa discursiva pela memória histórica do evento “golpe de 2016”. Nesse sentido, foi crucial marcar a posição historiográfica que, mesmo não desconsiderando a justificativa economicista, bem como a política-social, para insatisfação e insurreição da camada populacional, evidencia o caráter reacionário e fundamentalista que trouxe à tona o protagonismo da ala conservadora, desejosa de manter a estrutura em uma estaticidade que preserve seus aspectos como “sempre funcionou”.

Portanto, não nos surpreende observar que bastou apenas uma brecha para que uma manobra política, capaz de abrir precedentes muito vastos para dar início à “caça às bruxas” contemporânea, se instaurasse. As condições de possibilidade para a investida catastrófica foi o enfraquecimento das lideranças de esquerda com o golpe jurídico-político, bem como o

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 142.

³⁹¹ Conforme matéria do jornal *Carta Capital*, junto ao Brasil, Bolívia, Chile, Espanha, Alemanha, Hungria, Suécia, entre outros, embarcaram na rota autoritária da extrema-direita em 2019. Ver: GALVANI, Giovanna; BARBOSA, Catarina. 5 países que embarcaram na rota autoritária da extrema-direita em 2019. *Carta Capital*, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/5-paises-que-embarcaram-na-rota-autoritaria-da-extrema-direita-em-2019/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

³⁹² ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição*: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 edições, 2018, p. 101.

avanço das dissidências sociais e sexuais/gênero no que tange à ocupação dos espaços públicos, visibilidade midiática e conquista de direitos.

O argumento central dessa articulação se constrói junto ao que Rolnik afirma: muito embora seja quase inimaginável a articulação entre o neoliberalismo, com precedentes nada conservadores, e neoconservadorismo, com valores extremamente rígidos, Rolnik aponta que há uma necessidade mútua um do outro, uma vez que “é fundamental que subjetividades rudes ocupem espaços de poder para a execução do trabalho sujo e instalação do Estado Neoliberal”³⁹³.

O trabalho sujo para tornar esse “casamento” possível consiste na destruição das conquistas libertárias e democráticas; na dissolução de um horizonte de expectativa de afirmação da vida; e na erradicação dos protagonistas dessa narrativa, quais sejam: pessoas TLGBI+, pretas/os/es, indígenas, periféricos/as/es e outras subjetividades dissidentes. Ademais, a conservação de um modo de vida “conservador” implica na impossibilidade de novos modos de existência emergirem. O projeto neoliberal capitalístico tende a capturar a força vital, destruir a potência do desejo das subjetividades outras. O principal alvo dessa captura são as pessoas TLGBI+, pretas, periféricas e dissidentes. Ou seja, as terroristas de gênero têm sua imagem vinculada à representação clássica do inimigo comum da nação. Portanto, exige-se que todo “cidadão de bem” ajude a combater essa ameaça ao Estado.

Percebemos que a estratégia para minar a potência de vida e a existência das subjetividades terroristas, o dispositivo do ressentimento, discutido no tópico 2.2.1 do segundo capítulo desta tese, nos serve de panorama para cartografar as investidas perversas do Estado contra as forças ativas que não se submetem às suas opressões. Por isso, a censura é um dos elementos táticos mais utilizados pelo dispositivo, a fim de reprimir violentamente quaisquer manifestações de afirmação da vida.

Uma das mais emblemáticas ações de censura aos conteúdos produzidos a partir da arte foi o cancelamento da exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, que aconteceria no espaço Santander Cultural, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Com temática TLGBI+, a exposição selecionou 270 obras de 85 artistas que ficariam em cartaz do dia 15/08/2017 até 08/10/2017. A exposição foi cancelada em setembro, após acusações de apologia à pedofilia.

Há um profundo mal-estar na atual conjuntura política que deriva dessa ascensão das forças reativas do neoconservadorismo, perversamente aliado ao neoliberalismo. O processo

³⁹³ *Ibid.*, p. 101.

de dissolução de grande parte das lideranças progressistas e de esquerda, a nível global, à exemplo da América Latina, ocasiona uma frustração profunda; tal frustração acaba mobilizando uma memória traumática das “revoluções” que não foram bem-sucedidas. A utopia da luta de classes e o destino manifesto do proletário como o protagonista histórico predestinado, nessa conjuntura, são vistos como uma decepcionante impotência das esquerdas diante do “novo” cenário de exceção³⁹⁴.

Imagem 17 – Criança viada, Deusa das águas



Fonte: Museu... (2017).

A ideia de terror que aqui serve de base argumentativa para sustentar a ação das terroristas de gênero está contida em cada uma das curvas que formam esta imagem. “Criança viada, travesti da lambada” e “Criança viada, deusa das águas” sugerem um tensionamento acerca do que historicamente se instituiu como sistema sexo-gênero. Ao questionar a cis-

³⁹⁴ Ver capítulo 2 desta tese, sobre o Estado de Exceção.

heteronorma, a exposição coloca em evidência as violências pelas quais corpos e subjetividades dissidentes estão submetidos.

Mais do que apenas pensar o papel da arte como um *locus* que impulsiona potência criadora e possibilita a abertura de espaço para existências invisíveis, a presença desta imagem em um espaço público, portanto, um espaço de poder, configura-se como uma ameaça tática. Por isso, conforme aponta Viviane Vergueiro,

Em relação às diversidades corporais e de identidades de gênero, esta injustiça pode ser apreciada nos termos de suas ininteligibilidades e “compreensões distorcidas de suas experiências sociais”, distorções contra as quais, inclusive, é complicado dissentir, devido a obstáculos sistêmicos significativos. Nossas sexualidades são colonizadas ao internalizarmos “os valores sexuais da cultura dominante”, lembrando-nos de Driskill (2004b, 54), e assim o são nossas perspectivas sociais sobre corpos humanos, sobre nossas autopercepções e identidades (socioculturalmente inseridas) de gênero, nossas impossibilidades de construção performativa do gênero.³⁹⁵

O problema da liberdade para a filosofia ocidental provoca, desde o século XVII, amplas reflexões. Uma vez que Michel Foucault aponta que saber é poder, a constituição de saberes acerca dos corpos e subjetividades tem sido uma tecnologia absurdamente eficiente para a ação tática do regime colonial-capitalístico³⁹⁶. Portanto, a censura à exposição abre uma temporada de controle rígido e autoritário aos conteúdos que versam acerca da liberdade dos corpos, da experimentação das políticas do desejo, das sexualidades e das multiplicidades de constituição de modos de vida.

³⁹⁵ SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Artes e Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 86.

³⁹⁶ É importante destacar que utilizamos duas modulações do conceito de Suely Rolnik: inconsciente colonial-capitalístico e regime colonial-capitalístico. Para a primeira, consideramos a dimensão subjetiva da constituição da estrutura colonial-capitalística e seus efeitos sobre os corpos e subjetividades. Na segunda, consideramos a estrutura social/política/administrativa associada com a racionalidade necropolítica, que exaure, não apenas a força de trabalho, a fim de produção de mais-valia, como também mina a força vital do sujeito por meio do que o professor Ernani Chaves chamou de “mais de gozar”. ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

conservadora sobre essas subjetividades e nos abre possibilidades de produzir análises mais complexas. A análise do enunciado nos leva à reflexão proposta por Jasbir Puar a partir da categoria analítica “homonacionalismo”. Conforme destaca a autora:

Na minha monografia *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (doravante referida como TA), de 2007, desenvolvo o enquadramento conceitual de “homonacionalismo”, que utilizo para descrever a utilização de “aceitação” e “tolerância” relativamente a sujeitos gays e lésbicas como barômetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional.³⁹⁷

Dada a dimensão de um evento como a Parada LGBTQ+ de João Pessoa, e sendo Linn uma artista que desempenha uma ação terrorista na maioria dos espaços que ocupa e que tem lugar de fala, não nos surpreende a reação de repressão e censura. A estratégia de o Estado financiar o evento demonstra a possibilidade de uma nação “gay friendly”, como é o caso de Israel discutido por Puar, embora essa “aceitação e tolerância” seja acompanhada de uma imagem cis-heteronormativa-branca bastante delimitada, além de servir de performance caricata e alienada nos palcos.

Todavia, Linn da Quebrada quebra quaisquer protocolos normativos, causando estranhamento, ou terror, até mesmo aos próprios membros da comunidade LGBTQ+. A “orientação” para o cancelamento da sua apresentação nos leva a compreender que o homonacionalismo funciona como uma espécie de gatilho acionador da capacidade crítica que, por sua vez, se vê coberta por um discurso neoliberal acerca dos direitos, garantias e liberdades para os sujeitos da sigla, desde que estes não desviem radicalmente do fio da normalidade e não se voltem contra o sistema. Assim, é uma forma de crítica de como:

os discursos dos direitos liberais da comunidade LGBTQ+ produzem narrativas de progresso e modernidade que concedem a algumas populações o acesso a formas culturais legais e cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações.³⁹⁸

Em resumo, a análise aqui parte do argumento construído por Puar, que considera “à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ+, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação”³⁹⁹ fatores relacionados à censura. Linn da Quebrada, terrorista de gênero, bixa-travesti, preta, favelada e periférica, não

³⁹⁷ PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 3, n. 1, 2015, p. 298.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 299.

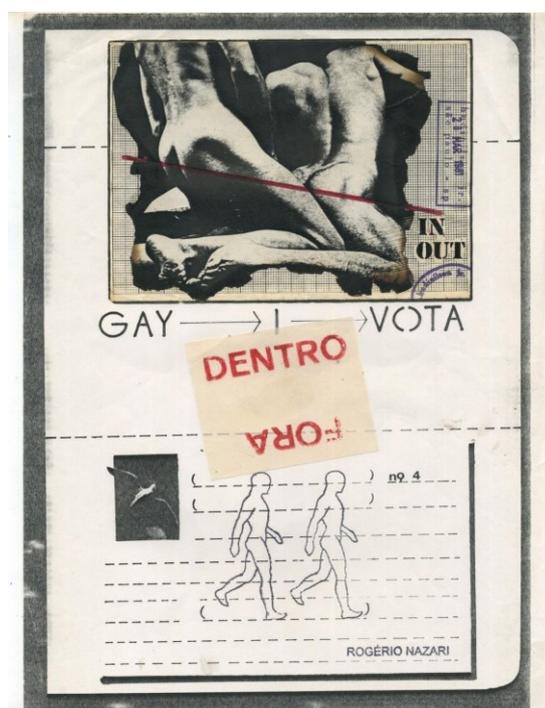
³⁹⁹ *Ibid.*, p. 299.

representa o sujeito enquadrado na perspectiva homonacionalista representada pela comissão organizadora da Parada LGBTQ+ de João Pessoa.

Além desses acontecimentos brevemente destacados, sucessivos golpes às dissidências sexuais e de gênero foram aplicados. Nesse sentido, a construção da noção de “ideologia de gênero” em contraponto aos estudos de gênero e às teorias feministas, cuíer e transfeministas é o trunfo da ala conservadora na guerra da política do desejo. A noção de “pânico moral contemporâneo” construída a partir dos discursos sobre a ideologia de gênero causam impacto profundo sobre a nação.

Para pensarmos essa questão, voltemos, então, às obras da exposição do *Queermuseu*. O corpo em evidência, no centro do salão, corpo em fragmentos, corpo multifacetado, coerência borrada, fronteiras rompidas; corpo em movimento, corpos nus, corpos falantes, corpos potentes, corpos terroristas. Diante deles, o pânico. A reação provocada pela exposição cumpre seu propósito e se define: trata-se de uma ação terrorista por excelência. Contudo, terrorismo aqui não se associa à ideia de uma ética violenta das políticas de morte, como é histórica e rotineiramente apreendido pelo imaginário social. O terror significa pânico moral para os conservadores.

Imagem 19 – Gay -> | -> Vota



Fonte: Milton Ribeiro (2017).

Embora brancos, os corpos da imagem não deixam de causar terror moral aos conservadores. Michel Foucault já destacou na *História da Sexualidade* Vol. I que o “dispositivo da sexualidade” atua para criar um modelo de sexualidade do que no tempo presente chamamos de cis-heteronormativo. Nessa perspectiva, apresentar formas de insurgências não normativas em um espaço de memória, portanto, criar uma memória histórica de outras possibilidades de se experimentar as sexualidades, é enfrentar décadas do processo histórico que constituiu o sistema sexo-gênero binário, que garante não apenas as possibilidades de manutenção da espécie humana, como também marca fortemente os níveis de hierarquia e domínio de uns sobre outros.

Se as imagens da exposição do *Queermuseu* foram censuradas, há potência em ato. Ou seja, as imagens e performances dispostas provocam os olhares leigos a conhecer aquilo que não se conhece, a reconhecer aquilo que sempre existiu, e, sobretudo, a refletir sobre a motivação de manter certas existências encarceradas dentro do armário. Por isso, a leitura dos corpos, dos gêneros e das sexualidades não se faz com base no dado “natural”, “imutável”; certas marcas sociais são inscritas discursivamente nessas existências e as coloca ou as tira de cena, por motivos estratégicos de poder.

“Dentro – Fora. Gay – vota”. Voltemos aqui a uma colocação evidente no debate feito por Giorgio Agamben em “O Estado de Exceção”. O enunciado da imagem extrapola a onomatopeia do movimento dos corpos representados ali. Dentro e fora, inclusão e exclusão. O que se segue colocado após “dentro – fora” completa a mensagem, quase que subliminarmente. “Gay – vota”. Ora, embora esteja em uma zona de indistinção, pessoas TLGBI+ pagam impostos, consomem, são integradas ao regime colonial-capitalístico; pessoas TLGBI+ são cidadãos e votam. Todavia, a exceção construída como regra geral para essas subjetividades e corpos as coloca também em uma zona de exclusão de direitos. Segundo Agamben:

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou uma zona de indiferença em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica.⁴⁰⁰

Portanto, criam-se relações para que a censura seja possibilitada, ou mesmo facilitada. A suspensão da norma, em termos práticos, garante a possibilidade de violação indiscriminada de quaisquer garantias. Em decorrência do paradigma da exceção que se

⁴⁰⁰ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 39.

instalou no Brasil no tempo presente, resta-nos o refluxo dos efeitos perversos de forças reativas do conservadorismo que, não satisfeitas com os avanços epistemológicos, desejam interromper também seus efeitos materiais firmados nas políticas públicas.

3.3 AS FORÇAS REATIVAS E A IDEOLOGIA DE GÊNERO NO BRASIL

Gostaria de destacar a ideia contida nesse movimento de forças reativas, no qual se inscrevem os dispositivos que auxiliam na sua efetivação. Como já discutido no capítulo II desta tese, o aparecimento de um dispositivo do ressentimento é crucial para a compreensão dos instrumentos de saber-poder de que dispõem os conservadores para bem justificar a manutenção da estrutura colonial-cafetinística⁴⁰¹. Em decorrência disso, observamos a dissolução de uma experiência democrática, em que pese a perda e a suspensão de direitos fundamentais. Apenas para retomarmos brevemente o conceito, Michel Foucault aponta que dispositivo é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.⁴⁰²

Nesse sentido, destacamos alguns dos elementos que compõem essa rede discursiva, institucional, legislativa, sobretudo moral, e que contribuíram fortemente para orientar a seguinte observação: o jogo político no Brasil no tempo presente obedeceu e obedece a regras morais e conservadoras.

Acerca da manifestação da reatividade conservadora, é possível notar que esses grupos dispõem de instrumentos diversos que auxiliam a efetivação de sua investida. Para tanto, o fundamentalismo torna-se um dos principais pilares discursivos para controlar as subjetividades. Junto ao discurso fundamentalista, operam também o discurso antipetista e o movimento ideológico que tem como principal motivação rejeitar quaisquer agendas políticas e representativas do Partido dos Trabalhadores.

As redes sociais são, nesse contexto, os maiores veículos de disseminação do discurso fundamentalista e antipetista, quase sempre construído por meio de *fake news*. Desse modo,

⁴⁰¹ A noção de inconsciente colonial-capitalístico/cafetinístico está detalhada no primeiro capítulo desta tese.

⁴⁰² FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 244.

assim como a experiência estadunidense, o Brasil articula uma manobra política para travar uma disputa eleitoral no ambiente virtual. Ou seja, as redes sociais tornam-se espaço de debate; todavia, o que apontam os dados, conforme Jairo Nicolau⁴⁰³, é que esse suposto debate se transformou em ataques de robôs, e a livre expressão da opinião converteu-se em ameaças à manutenção da vida de alguns grupos e subjetividades. Essa narrativa vem sendo construída e retificada na presente tese, haja vista que auxilia a percepção de que, para a ala conservadora, é preciso combater quaisquer discursos que indiquem um debate no campo progressista, à saber: a defesa dos direitos das pessoas TLGBI+, pessoas periféricas, negras/as e o que consideramos como “vidas nuas”.

Antes de prosseguir e apontar quais são esses instrumentos que os aparelhos de Estado utilizam como principais frentes de combate, há um raciocínio que precisa ficar evidente. A análise que se constrói parte de pressupostos afetivos; isto é, conforme aponta Vladimir Safatle, em uma política de circuito de afetos, quais deles são mobilizados quando o desejo convoca os sujeitos a agir frente às contingências?

Nesse sentido, Rolnik nos chama atenção para o seguinte: temos que reconhecer que todas as formas de vida são portadoras de capacidade expressiva e criadora, não podendo, portanto, serem homogeneizadas sob o conceito genérico de “instinto”. Para ela, “Assim, o que distinguiria a força vital na espécie humana é que a linguagem de que ela dispõe para se expressar é mais elaborada e complexa, o que amplia seu poder de variação das formas de vida, mas também, dependendo do contexto, pode restringir essa variação.”⁴⁰⁴

A elaboração teórica de Judith Butler aparece sutilmente nesse argumento, uma vez que os atos performativos do discurso, conforme aponta Rolnik, dão aos seres humanos a capacidade de ampliar as possibilidades de variação de formas de vida; todavia, o que nos parece aqui complicador é também, na contramão disso, a restrição das possibilidades dessa ampliação. Os procedimentos de exclusão das formações discursivas, descritos por Michel Foucault, podem nos ajudar a refletir acerca dessa afirmação feita pela psicanalista.

A experiência de avanços democráticos e sociais gerou um efeito de tensão no Brasil, provocando um movimento das forças reativas. Isso significa que a análise das condições de possibilidade para a (re) emergência do conservadorismo deve extrapolar a percepção de oposição do par direita/esquerda. Um elemento bastante sintomático da operação das forças reativas é o movimento do “antipetismo”.

⁴⁰³ NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁴⁰⁴ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 105.

Conforme argumenta Jairo Nicolau⁴⁰⁵, a história dos partidos políticos não havia presenciado ainda uma configuração em que um partido estivesse nas estatísticas por seu nível de rejeição. O Partido dos Trabalhadores, no ano de 2018, não só era o favorito no *ranking* de rejeição, mas também tinha um termo particular para tal. Surgiu então o movimento “antipetista”.

Cabe considerar que os governos Lula e Dilma permitiram também a manifestação de movimentos sociais em prol do desenvolvimento de políticas públicas e de legislações para o combate efetivo das opressões cruzadas que incidiam sobre corpos e subjetividades dissidentes de sexualidade, gênero, raça e classe, para listar o mínimo. Portanto, se em outras temporalidades os processos de exclusão e marginalização desses grupos sociais era pauta sutil dos governantes, o tempo presente evidencia um processo que procurou romper com essa lógica.

Para tanto, as insurgências que reivindicavam a melhoria de direitos e garantias fundamentais e a manutenção da existência passaram a pressionar os chefes de Estado e governo para que ações concretas fossem efetuadas, “performando novas estratégias em função dos problemas singulares que as deflagram”⁴⁰⁶. Então, o surgimento desses movimentos de insubordinação, que nos apontam uma centelha de possibilidades às crises políticas, econômicas e sociais no país, também provocam a ação violenta dessas forças reativas.

Na ocasião, a percepção que salta aos olhos é a de que o antipetismo, muito embora carregado da insatisfação de alguns grupos em relação à situação econômica do país, desvela outras motivações articuladas a questões morais que nos pareciam sedimentadas até então. A equipe de *marketing* da campanha do candidato à presidência Jair Bolsonaro, por exemplo, explorou de maneira exaustiva o seguinte argumento : “Se você tem dúvidas de que o PT é um partido corrupto, não tenha mais: seu principal líder está na cadeia”⁴⁰⁷.

No tópico 3.1, debatemos a respeito do golpe de 2016. Todavia, há que se considerar que a prisão do ex-presidente Lula também fez parte da articulação jurídico-política do golpe. É fundamental sinalizar aqui essa informação, uma vez que tirar o ex-presidente da corrida eleitoral, em 2018, mudou toda a configuração do jogo político, determinando seu resultado.

⁴⁰⁵ NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 81.

⁴⁰⁶ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 102.

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 81.

A partir de uma investida obstinada no argumento da corrupção, a credibilidade do Partido dos Trabalhadores se viu bastante minada e desgastada, já que a materialidade dos acontecimentos correspondia ao discurso criado para significá-lo: Lula estava preso, acusado de participar de esquemas de corrupção. Com isso, o que antes nos parecia apenas um incômodo conservador, de direita, que se resolveria com certa facilidade por meio de acordos políticos, tornou-se uma brecha oportuna para a consolidação do movimento “antipetismo.”

A esse respeito, Nicolau destaca o movimento associado ao conservadorismo comportamental e à corrupção. Ora, “O PT é um partido de corruptos, que ameaça as famílias tradicionais, e quer transformar o Brasil em uma enorme Venezuela⁴⁰⁸.” A análise do enunciado nos coloca diante de elementos que vêm sendo evocados para reforçar o recrudescimento dos valores morais, muito embora o país esteja experimentando uma conjuntura de crise econômica, política e social.

Ao analisarmos os enunciados que se agrupam para a formação discursiva do antipetismo no Brasil, é possível apontarmos algumas provocações. Conforme observa Foucault⁴⁰⁹, os discursos são controlados, organizados e veiculados segundo regimes de verdade, com objetivo de afastar seus poderes e perigos. Ora, a partir dessa afirmação, é possível concluir que os sujeitos não enunciam qualquer coisa livremente, mas são perpassados por relações de saber-poder-prazer que circulam, limitam e silenciam/excluem seus discursos.

Os procedimentos de exclusão descritos por Foucault colocam os sujeitos em suas regras de controle e produção de verdades cristalizadas. Nesse sentido, a análise do discurso antipetista apresenta três modos de interdição. Por interdição, Foucault entende que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”⁴¹⁰.

Há uma tática que, embora pareça aleatória, utiliza de procedimentos de controle e de produção de verdades conforme nos alerta Foucault. Nesse sentido, é preciso, primeiro, tirar de circulação o que se tem produzido em relação aos estudos de gênero e de sexualidade e que garantem a manutenção da existência desses sujeitos. Ou seja, considerando a ideia de performatividade de gênero de Judith Butler, o discurso reitera o ato, que acaba por criar uma representação. Assim, a reiteração desses atos discursivos cria a realidade material que significa os corpos de modo a-histórico, sem que isso considere a agência dos sujeitos. Os

⁴⁰⁸ NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 82.

⁴⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 9.

enunciados que entram no jogo discursivo provocam a reflexão acerca da responsabilidade ética dos termos empregados, sobretudo nos currículos escolares e no debate público acerca das questões sobre direitos reprodutivos e a garantia de manutenção à vida.

O debate feito por Richard Miskolci e Maximiliano Campana⁴¹¹ lança mão do argumento de que a falácia da “ideologia de gênero” é construída como justificativa para a reação violenta e extremo pânico moral dos setores sociais conservadores. Ou seja, a hipótese do contradiscurso que entra em enfrentamento direto com os avanços das teorias progressistas, feministas e de gênero entendem que a ideologia de gênero se configura como uma tecnologia político-discursiva de alienação e imposição de um regime de verdade consolidado, com alcance global, a fim de estabelecer um novo modelo referencial de sujeito, família e relações interpessoais.

Uma das instituições que mais investem discursivamente na consolidação da condenação à chamada ideologia de gênero são os setores religiosos, que, historicamente, têm tentado criar uma agenda política para angariar fiéis e disputar os cargos de poder, bem como auxiliar na consolidação do inconsciente colonial-cafetinístico. No limite, o lema “em nome de deus e pela família” torna-se o *slogan* da vigília da moral conservadora contra as diversidades. Nesse sentido, as eleições de 2018 foram marcadas por grande mobilização de lideranças religiosas em favor de Jair Bolsonaro. Jairo Nicolau aponta que em 1989 também houve maciça mobilização na campanha de Collor de Melo. Esse “aval” opera como dispositivo regulador e mobilizador das forças conservadoras que agem violentamente para tentar controlar os corpos e subjetividades.

Nesse campo, é importante destacar que Marina Silva, muito embora representasse abertamente a Assembleia de Deus, não obteve apoio de lideranças religiosas ou das principais lideranças evangélicas durante suas campanhas em 2010 e 2014. Dilma e Serra e depois Dilma e Aécio conseguiram angariar mais intenção e votos que ela. Ou seja, aqui ainda há um problema de gênero que atravessa o discurso religioso, e a situação de Marina Silva aponta evidentemente para tal. “Fica claro que foi graças à votação obtida entre os católicos nordestinos que Haddad conseguiu um bom desempenho entre os católicos quando vemos o resultado em âmbito nacional⁴¹²”. Uma das hipóteses sobre a opção dos evangélicos por Bolsonaro é a existência de uma afinidade em relação ao conservadorismo defendido pelo

⁴¹¹ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

⁴¹² *Ibid.*, p. 74.

candidato no campo comportamental. Além disso, em seu último mandato como deputado federal (2011-2015), ele se aproximou da bancada conservadora na câmara⁴¹³.

Em 2011, Bolsonaro diversificou seus temas de interesse e participou mais ativamente do debate sobre questões comportamentais. Deu destaque ao que chamou de “defesa da família tradicional”. Para justificar a sua ação, alegou que a família tradicional estava sendo ameaçada pelo casamento gay e pelo material didático distribuído pelo governo do PT, que incitava crianças a serem homossexuais, com destaque para lei “Menino Bernardo” (Lei 13.010/2014) que pune castigos físicos e maus-tratos contra crianças⁴¹⁴. Nicolau explica esse argumento mobilizado pelo então candidato, nomeando-o como “afinidade conservadora”. A partir disso, o pesquisador destaca alguns fatores que podem explicar a preferência dos evangélicos por Bolsonaro:

1. Os evangélicos, em sua maioria, têm posições conservadoras no campo comportamental.
2. Bolsonaro se tornaria um dos principais defensores dos temas conservadores no debate público.
3. Em uma eleição entre um candidato que defende abertamente posturas mais conservadoras quanto aos temas comportamentais e outro que enuncia posições progressistas, os evangélicos inclinarão o voto para o primeiro, o candidato conservador.

Silas Malafaia apoia Bolsonaro. Ele é o líder religioso mais influente nas redes sociais no país. Os evangélicos representam um contingente expressivo no eleitorado brasileiro, um dos pontos que ajudou a determinar a vitória de Jair nas urnas. Para Nicolau, Bolsonaro se transformou no político brasileiro de maior influência nas redes sociais. Em 2014, ele tinha apenas 68 seguidores no *Twitter*; três anos depois, esse número subiu para 376 mil.

Para Nicolau, o *Whatsapp* teve papel relevante para eleger Bolsonaro. A rapidez e a facilidade de acesso às informações são fatores que auxiliaram no convencimento dos eleitores. Há uma relação explícita entre o uso das plataformas virtuais e o voto para presidente, afirma⁴¹⁵. Noutra frente, embora estruturado em menor ou maior grau pela concorrência interna, o jornalismo se afirmou historicamente como um sistema monopolístico de provimento das funções que o caracterizam. Nesse aspecto, essa foi mais uma “plataforma”

⁴¹³ NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 76.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 95.

colocada a serviço de interesses políticos ou comerciais, retrocedendo em sua profissionalização⁴¹⁶. Para o jornalismo profissional, resta uma situação de profunda ambiguidade. O ambiente que garantia seu quase monopólio do provimento de informações foi erodido, logo suas condições de financiamento também.

No contexto das eleições, diferentes redes faziam circular diferentes *fake news*, com pesos diversos para os diversos núcleos temáticos principais da ofensiva bolsonariana de promoção do pânico entre seu eleitorado. Dentre as centenas de “notícias” criadas e ventiladas durante a campanha figuravam temas, como: a corrupção de Lula, de seus familiares e do PT; relação entre os partidos da esquerda, sobretudo o PT, e o “incentivo à homossexualidade”, ameaça à família tradicional, risco de comunização do Brasil e submissão à Cuba ou à Venezuela, fraude nas urnas eletrônicas etc. Para comprovar a devassidão moral sobre a qual a esquerda havia empurrado o país, inventou-se o *kit gay* – a campanha contra as políticas de combate à homofobia nas escolas, que, com base em descrições fantasiosas de seus objetivos e de qual seria o material distribuído aos estudantes, tornou-se central na agitação política da extrema-direita⁴¹⁷.

A inatividade dos principais veículos de comunicação, diante do que era percebido como tendo um impacto potencial enorme no resultado do pleito, contradiz a posição ostentada por eles: de guardiões da objetividade factual e garantidores da democracia. Em suma: espremido entre a necessidade de afirmar seu diferencial de credibilidade e seu longo investimento no antipetismo, a qualquer custo, o jornalismo brasileiro não foi capaz de aproveitar a ameaça das *fake news* para construir um discurso verossímil de (re)legitimação⁴¹⁸.

Junto à manifestação da reatividade conservadora, é possível notar que esses grupos dispõem de dispositivos diversos que auxiliam a efetivação de sua investida. Para tanto, o fundamentalismo torna-se um dos pilares discursivos para controle das subjetividades. Unido ao discurso fundamentalista, há também a criação do discurso antipetista e o movimento ideológico que tem como principal motivação a rejeição a quaisquer agendas políticas e representantes do Partido dos Trabalhadores. O dispositivo das redes sociais é um dos maiores veículos para disseminação do discurso fundamentalista e antipetista, por meio do que evidenciamos como *fake news*.

⁴¹⁶ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 49.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 54.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 55.

Assim como a experiência estadunidense, o Brasil articula uma manobra política para travar uma disputa eleitoral no ambiente virtual. Ou seja, as redes sociais tornam-se espaço de debate; todavia, o que apontam os dados é que esse suposto debate se transformou em ataques de robôs e a livre expressão da opinião converteu-se em ameaças à manutenção da vida de alguns grupos e subjetividades.

3.4 TERRORISMO DE GÊNERO, MÁQUINA DE GUERRA E REVIDE

Apesar das investidas conservadoras contra as forças ativas e de afirmação da vida no Brasil, existem também os movimentos de agenciamentos contemporâneos que garantem o revide e a coalizão das multiplicidades subjetivas atacadas nesse contexto. Assim, é fundamental apresentar o mecanismo pelo qual Linn da Quebrada, a partir da crítica à violência de Estado contra os corpos dissidentes e as vidas precarizadas, atua por meio da arte/performance para primeiro denunciar as formas perversas desse mecanismo da racionalidade necropolítica; e segundo, para orquestrar possibilidades de combate que fujam à lógica do revide reativo a partir da violência. Desse modo, entendemos a arte/performance de Linn como máquina de guerra, e, por conseguinte, entendemos o pacto ético-político com a não violência que se constrói no interior dessa estratégia.

Assim, gostaria de problematizar de que modo o terrorismo de gênero pode ser analisado como uma máquina de guerra contemporânea, nos termos de Gilles Deleuze. Além disso, pretende-se compreender também de que modo a ação terrorista de Linn é capaz de sacralizar as estratégias biopotentes, possibilitando a criação de um plano de existência contrassexual, além de estabelecer uma postura diferente diante das violências de Estado. Nesse sentido, para fins teóricos, consideramos que “A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado⁴¹⁹”. A partir dessa compreensão, é possível pensar historicamente o terrorismo de gênero como modalidade de revide, organizadas como “guerrilhas urbanas atualizadas”.

Nos capítulos 1 (um) e 2 (dois), objetivamos construir a categoria “terrorismo de gênero” a partir da historicidade de seus componentes. Desse modo, partindo da genealogia conceitual dos termos “terrorismo” e “gênero” foi possível cartografar os sentidos construídos espaço-temporalmente para significar e criar representações acerca dos enunciados. A

⁴¹⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 2. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 7.

estratégia discursiva foi positivar o terrorismo, uma vez apresentado como conceito político, a partir da apreensão dos componentes fixos e dos significados cristalizados de sua configuração e, por conseguinte, do deslocamento desses sentidos.

Antes de chegarmos a essas noções, há, portanto, condições de emergência para tanto. Nesse sentido, a fim de compreender o terrorismo de gênero não apenas como uma performance, não apenas como uma categoria de análise, mas como máquina de guerra e modalidade de revide, é fundamental cartografar o ponto de ebulição que o recorte temporal nos permite apontar. Ao considerarmos os elementos de composição do cenário político aqui apresentados, é possível então entender o terrorismo de gênero como estratégia de guerra. Nesse sentido, analisar a superfície discursiva das músicas de Linn da Quebrada nos permitirá perceber de que modo as terroristas de gênero têm articulado táticas e estratégias para afirmação da singularidade de suas experiências, bem como construir subjetividades dissidentes, em um contexto de repressão declarada.

A fim de pensar a máquina de guerra, é preciso antes compreender como o esquema de pensamento de Deleuze e Guattari se estruturaram na formação desse conceito. Para eles, os aparelhos de Estado são organizados de modo binário, formando um meio de uma interioridade; a máquina de guerra se inscreve fora dessa interioridade constitutiva. Essa maquinaria territorializa e desterritorializa os espaços, renunciando a si mesma como algo constituída e estabelecendo “uma outra justiça, um outro movimento, um outro espaço-tempo⁴²⁰”.

Imagem 20 – Ela



Fonte: Twitter Linn da Quebrada (2023).

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

O Estado se configura a partir da lógica da soberania. Todavia, conforme nos explica Deleuze e Guattari, a incidência do controle e do domínio exercido por ele só é capaz de atingir aquilo que é capaz de incorporar, trazer para dentro de seu interior, apropriar as lutas, as demandas e, por fim, criar-se sob a égide da interdependência. Linn é um sujeito que escapa. Dito isso, nem seu corpo, nem suas práticas, suas relações e desejos são conformados dentro da lógica cis-heteronormativa, cuja empreitada significa a conformidade com a norma. Desse modo, “Ela” se constitui no “fora” e sua elaboração já indica o funcionamento de uma máquina de guerra; uma máquina de guerra não se confunde com um dos aparelhos de Estado que lutam na guerra contra os que se opõem às leis. Deleuze e Guattari fazem um esforço teórico para elucidar que a máquina de guerra não usa a mesma estratégia de violência de que a guerra lança mão. Assim, esse argumento nos auxilia a avançar na leitura e análise acerca do vínculo histórico-epistêmico estabelecido entre violência e terrorismo. Ou ainda, violência de Estado e ação terrorista.

Para Linn da Quebrada, o terrorismo é justamente a modalidade de revide que parte do compromisso ético-político com a afirmação da vida, a garantia de acesso da coletividade a condições minimamente igualitárias de existência. Nesse sentido, “Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra. Velocidade de desterritorialização do afecto”⁴²¹. Por isso, o conteúdo da fala e a performance de Linn atravessa-nos como flechas. A didática com a qual proferiu centenas de milhares de pontos disruptivos, que nos chocam, e a muitos aterroriza, é a arma terrorista responsável por implantar a bomba que nos estilhaça por completo.

⁴²¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 13.

Imagem 21 – A estética do terrorismo



Fonte: Acervo pessoal.

Uma das propostas do terrorismo de gênero é justamente escancarar o processo de degradação da vida que inviabiliza o estabelecimento das relações potentes, que se opõem à violência do Estado. Ou seja, a partir da análise da atuação de Linn da Quebrada é possível cartografar a denúncia da degradação da vida presente nos sintomas da violação. Portanto, as relações de poder classistas, racistas, machistas, TLGBI+ fóbicas, chauvinistas, nacionalistas e colonialistas. Esse tipo de abuso profanador da pulsão confina o outro em um lugar imaginário de objeto a seu serviço, e tal abuso se sustenta por um imaginário que projeta sobre esse outro, reduzido a objeto, uma suposta natureza inferior ou mesmo sub-humana.

Nesse novo cenário, é possível compreender a razão da impotência das esquerdas, sobretudo as tradicionais e institucionais, frente aos desafios do presente: aquilo que chamamos de “resistência” nessa tradição reduz-se à esfera macropolítica, o que limita o horizonte de alcance de sua visão e, portanto, o êxito de suas estratégias. Tal impotência não se explica apenas como resultado de forças externas adversas. Sua causa encontra-se também em seu interior. Como é apenas na esfera macropolítica que elas atuam, o resultado de suas ações permanece confinado à própria forma de mundo que sua (nossa) luta tem como alvo.

A perspectiva que orienta o combate das esquerdas tradicionais perpetua a lógica do regime colonial cafetinístico. Conforme Rolnik⁴²², essa perspectiva visa a uma distribuição de lugares menos assimétricos nos âmbitos social, econômico, político, bem como um Estado que sustente essa ampliação da igualdade. O problema é limitar-se a ela e deixar de fora a esfera micropolítica: esfera das formações do inconsciente no campo social que definem os modos de existência e às quais correspondem uma certa política dominante de subjetivação e sua respectiva política de desejo.

Ainda que as esquerdas, sobretudo as tradicionais, abordem os diversos modos de existência, tendem a fazê-lo apenas desde uma perspectiva macropolítica, classificando-os em entidades identitárias. A classificação identitária se resume à representação do “operário”, sujeito historicamente “oprimido” por excelência, cujo destino manifesto reside em salvar a sociedade da cafetinagem. “Todavia, essa ideia se limita às relações de classe e às visões de mundo e de insurreição que emergiram com o capitalismo industrial o que não condiz com o regime de historicidade que vivemos no contemporâneo⁴²³”.

O tempo presente deflagra categorias subjetivas que não podem ser encaixadas na categoria operário (indígenas, quilombolas, terceirizados e precarizados, imigrantes ilegais, moradores de rua, refugiados etc.); o que desejam as esquerdas é promover a inclusão dessas subjetividades no mapa oficial da democracia, de modo que possam aceder aos direitos dos operários. “Há uma incapacidade enorme para entender as populações que se recusam a entrar no jogo do capitalismo”⁴²⁴.

Por isso, aponta Rolnik, que se a luta por direitos civis é essencial, a redução a essa meta e, sobretudo, a partir de uma negação da experiência singular substituída pelas esquerdas por uma caricatura identitária, produz efeitos de adaptação submissa ao modo hegemônico de subjetivação. Em suma, o que se interrompe com essa visão reduzida à macropolítica é a possibilidade da força vital cumprir seu destino ético: a invenção de respostas às necessidades de mudança, advindas precisamente dos efeitos da alteridade (humana e não humana) nos corpos que compõem o tecido social.

Ao passo que os devires acontecem e novos modos de existência emergem na vida coletiva, eles são lidos pelas esquerdas com a mesma lente, ou seja, são confinados em entidades identitárias. É o caso, por exemplo, da reação aos movimentos de experimentação no campo da sexualidade e de gênero, que radicalizam as performatividades, assim como

⁴²² ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

⁴²³ *Ibid.*, p. 118.

⁴²⁴ ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018, p. 119.

apresentam práticas que escapam cada vez mais ao sistema cis-heteronormativo, estrutura que confina e modeliza a força erótica, cuja possibilidade de variação e transfiguração seria indispensável para a saúde individual e social. Nesse sentido, atua perversamente por meio do dispositivo da sexualidade, confinando a força vital em todos os demais domínios de atividade humana.

Por fim, para compreender como o terrorismo de gênero se configura como máquina de guerra fora da lógica da própria guerra do Estado, aliamos ao conceito a compreensão de Judith Butler acerca da ética e força da não violência. Desse modo, ao aplicarmos o conceito em análise, o que se pretende é reconfigurar os sentidos da ação política de Linn da Quebrada. Isso implica considerar que seu terrorismo é orientado por uma ética da não violência. Portanto, embora seja uma modalidade de revide, procura apontar, pelo contrário, a violência contida na lógica colonial-capitalística.

3.4.1 A máquina de guerra e a força da não violência

Para construir a ideia da existência de uma máquina de guerra é fundamental demonstrar como opera a violência de Estado. Desse modo, considero oportuno considerar as elaborações de Judith Butler em *Quadros de Guerra*. Embora o contexto e a temporalidade não sejam os mesmos analisados na presente tese, considero que as condições análogas e as interpretações de Butler podem nos servir como ponto de partida para pensar o paradigma do Estado brasileiro contemporâneo.

“Como eu vivo a violência da minha formação?”. A questão apresentada por Butler para iniciar a crítica ao determinismo com o qual se constitui a formação das normas regulatórias do poder, também nos serve de norte para articular a ação terrorista de Linn. Em resposta à questão, compreendo que Linn da Quebrada transforma em arte, potência e criação a experiência de violência sobre a qual é forjada sua subjetividade. Portanto, de modo criativo, a violência que atravessa corpos e subjetividades como os de Linn também permite a criação de um espaço de contestação. Para Butler, “como tal, a não violência é uma luta⁴²⁵.”

Antes de tudo, a proposta de Butler acerca da violência vem atrelada a uma crítica à epistemologia da modernidade que trabalha com a ideia de individualismo e, assim, estabelece a partir dessa lógica contratos sociais do Estado com as populações que permitem a

⁴²⁵ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 240.

esse o uso irrestrito de instrumentos para regular as relações que derivam desse pacto. Na medida em que os contratos conferem ao Estado o poder de regular essas relações, há implícito um efeito de poder devastador: o uso da violência contra aqueles que se recusam a cumprir as regras do pacto. Por isso, a autora nos sugere que:

A questão não é erradicar as condições de produção de alguém, mas apenas assumir a responsabilidade de viver uma vida que conteste o poder determinante dessa produção. Em outras palavras, uma vida que faça bom uso da iterabilidade das normas produtivas e, conseqüentemente, de sua fragilidade e capacidade de transformação.⁴²⁶

Linn da Quebrada articula discursivamente essa modalidade de revide no momento em que enuncia as seguintes passagens:

Essa hostilidade para corpos como o meu, negros, para corpos travestis, corpos trans, corpos pretos, ela está dada. Ela é posta e naturalizada, essa violência e opressão. Ela não é nem passível de empatia, na verdade. O que tem mudado, com a internet, eu acho que com outras ferramentas também, é a formação de redes com pessoas que vivem essa mesma situação ou situações semelhantes, e onde a gente consegue reconhecer e estabelecer parcerias para nos mantermos vivos. Então é onde eu consigo formar redes de apoio e de sustentabilidade, com outras bichas pretas, transviadas, sapatão, com todas essas pessoas que, juntas, nós conseguimos nos manter mais forte, nós conseguimos ocupar outros espaços, nós conseguimos nos proteger e nos manter vivos.⁴²⁷

A compreensão da artista acerca da formação normativa da violência nos parece evidente. Ainda, seu discurso parece apontar para a ideia proposta por Butler de pensar uma responsabilidade de vida que seja capaz de denunciar os abusos cafetinísticos do poder, expondo os mecanismos de iterabilidade das normas produtivas e, provocando fissuras nestes. A criação de redes de apoio e sustentabilidade parece não apenas fazer a crítica à violência, como também criar espaços em que a configuração normativa e social se dê de outros modos.

Assim, como pretendemos perseguir os sentidos históricos do terrorismo, a proposta de Butler nos auxilia na análise, uma vez que seu objetivo é apresentar a instabilidade discursiva do termo “violência”, bem como a fragilidade dos seus sentidos, o que reduz seu significado apenas à definição moral e de senso comum. Ou seja, a noção de violência deve ser compreendida em sua complexidade conceitual, pois é também muito cara ao presente trabalho.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 241.

⁴²⁷ TRÓI, Marcelo de. **Obra das Travas**. Entrevista com Linn da Quebrada. *Periodicus*, Salvador, n. 10, v. 1, abr. 2019, p. 448.

Em entrevista a Marcelo Trói, publicada na *Periódicus*, Linn da Quebrada responde a algumas questões cruciais para iniciarmos o debate acerca da ideia de como a violência está dada, como um a-priori histórico, para corpos como os dela; e como ela, enquanto alvo dessa violência, lida a partir de uma ética não violenta. Nesse sentido, Marcelo questiona Linn:

MT: Você sofre bastante ataque do tribunal das redes sociais e vejo como você é inteligente, precisa, sabe lidar com isso, acredito que por sofrer isso no mundo não-virtual. Como a gente pode se livrar da ideia de que a opinião pode ser dada a ponto de criar violência? Você acredita que criminalizar pode ajudar ou tem que ter outra via de mudança?⁴²⁸

Em resposta, Linn coloca em questão a dádiva de duvidar de si. Com isso, opera também um deslocamento acerca do modo como enxergamos as possibilidades de enfrentamento e resistência; além disso, como lidamos com as modalidades historicamente construídas e, a partir destas, visualizamos alternativas mais interessantes às questões. Por isso, Linn diz que:

LQ: Eu não sei. Todas as suas perguntas eu digo que não sei (risos). Eu não acredito nesse sistema judicial, não acredito na lógica da justiça punitiva. Eu acho que nós temos que repensar o conceito de justiça, acho que temos que repensar inclusive, um conceito de justiça restaurativa. Eu acho que essa justiça punitiva continua punindo os mesmos corpos. E quem continua sendo punido, marginalizado e trancafiados nas cadeias? Se nós olharmos pra esses corpos, nós veremos que estamos falando de uma população preta. Eu não acho que criminalizar o tribunal do Facebook seja necessário porque isso é, mais uma vez, cortar a possibilidade da gente pensar o que está acontecendo, juntas. E é delegar a responsabilidade para que outras pessoas pensem no nosso lugar. Eu acho que, não sei exatamente qual a maneira que devemos fazer isso, mas eu acho que devemos pensar sobre, essas questões e perceber o que a gente está construindo com essa lógica de justiça punitiva. Quem são os corpos que estão sendo punidos? Porque eles estão sendo punidos e se essa punição tem interesse de restaurar a situação ou se ela tem como interesse apenas a elevação do nosso próprio ego.⁴²⁹

O argumento da não violência é o que, talvez, possa sustentar de modo mais concreto a ideia do terrorismo de gênero como máquina de guerra. A não violência é uma postura ético-política que pouco se relaciona com qualquer espécie de passividade, tranquilidade da alma ou mesmo incapacidade de agir diante das investidas contra as existências desviantes. É, mais do que tudo, uma afirmação da própria vida por meio do corpo, de uma postura combatente, potente, de que “todas as vidas importam”.

O que chamamos a atenção aqui é para aquilo que nos afeta e nos conecta como corpos que existem em um território social. A noção da não violência é justamente o princípio

⁴²⁸ *Ibid.*, p. 455.

⁴²⁹ *Ibid.*, p. 455.

básico que Michel Foucault nos apresenta quando debate acerca das relações de poder. O poder não é uma substância passível de controle por um ou mais sujeitos, mas algo que espectralmente habita as relações cotidianas e força determinadas investidas. Nesse sentido, se não há poder, nos deparamos com a mais pura e simples violência e, ao extrairmos a ideia central contida no argumento foucaultiano, nos damos conta de que a proposição de Butler da força da não violência exprime justamente o fundamento que orchestra o funcionamento das relações de poder, o que permite o movimento dos sujeitos nas relações sociais.

Qual é o argumento que justifica a investida violenta? O argumento que justifica a violência tem como base a autodefesa, que parece conhecer de antemão o que é esse “eu” do “auto”, quem tem direito a ele e quais são suas demarcações. Todavia, o “eu” é concebido como relacional, quem defende a autodefesa deve explicar muito bem o que circunscreve esse eu. Se esse *self* se liga de modo vital a uma série de outros e não pode ser concebido sem eles, quando e onde esse eu singular começa e termina? Na tentativa de responder a essa questão, Judith Butler apela para a noção de “organismo” em detrimento da noção de “partícula”.

O argumento contra a violência, portanto, implica não apenas uma crítica ao individualismo, mas também uma elaboração desses laços ou relações sociais que exigem a não violência. Assim, a não violência como questão de moralidade individual dá lugar a uma filosofia dos laços vitais e sustentáveis. A ideia da luta é fundamental para criar, produzir um mundo diferente do que é legado às vidas precárias pelo Estado Soberano.

O paradoxo institucional reside na ideia de que a mesma lei que supostamente deveria nos proteger elege aqueles que não só vão nos atacar, como também eliminar. Ou seja, a noção do que deveriam ser direitos constitucionais muitas vezes se dá fora da lei, até mesmo naquela esfera que a lei chama de criminal. A loucura toda dessa noção está no fato de que aqueles que desejam exercer seus direitos são criminalizados, aqueles que se empenham para demandar justiça são considerados terroristas ou são considerados antigoverno ou mesmo uma ameaça à nação.

Ou seja, o Estado soberano trata de construir um imaginário social de inimigos da nação. Por isso, convivemos com os “fantasmas do comunismo” até os dias atuais. Somos obrigados a conviver com a autoestima delirante de cidadãos e cidadãs desse “Brasil paralelo” que se esforça em atualizar uma série de mitos que a historiografia em sua postura decolonial persiste em disputar e tentar desmistificar. Pessoas pretas e TLGBI+ sempre foram uma “ameaça para nação”, já que a ideia de nação sempre foi branca, cisheteronormativa para dizer o mínimo. Há uma ideia muito circunscrita e restrita de quem pertence à nação. Quem constitui a identidade nacional brasileira? Qual é o rosto do Brasil?

Há que se considerar, a nível de direitos, que uma parcela altamente restrita tem acesso aos direitos fundamentais e sociais descritos na Constituição . Nem todos os que fazem parte da nação podem ser considerados “cidadãos” e “cidadãs”. Nem todos têm direito ao voto, a transitar livremente pelos espaços públicos, nem mesmo a dignas remunerações por sua força de trabalho. A branquitude e as noções supremacistas brancas/cisheteronormativas no Brasil existem desde antes da instalação do governo Bolsonaro e, possivelmente, persistirão algum tempo depois dele terminar o seu mandato.

A lei, então, se torna um instrumento de morte, um instrumento de assassinato e abandono. Ainda, as formas de governo combinadas com a lei tornam-se uma espécie de “máquina mortífera”, conforme ressalta Butler. Nosso trabalho ético e político é encontrar possibilidades de resistência a essas configurações que não apenas exponham os mecanismos perversos de funcionamento dessa racionalidade necropolítica, mas que também sejam capazes de inventar possibilidades de existência de modos radicalmente diferentes. Ou seja, imaginar outras configurações de mundo, em que a ideia de justiça e equidade seja a base de constituição fundamental da política que organiza as relações sociais.

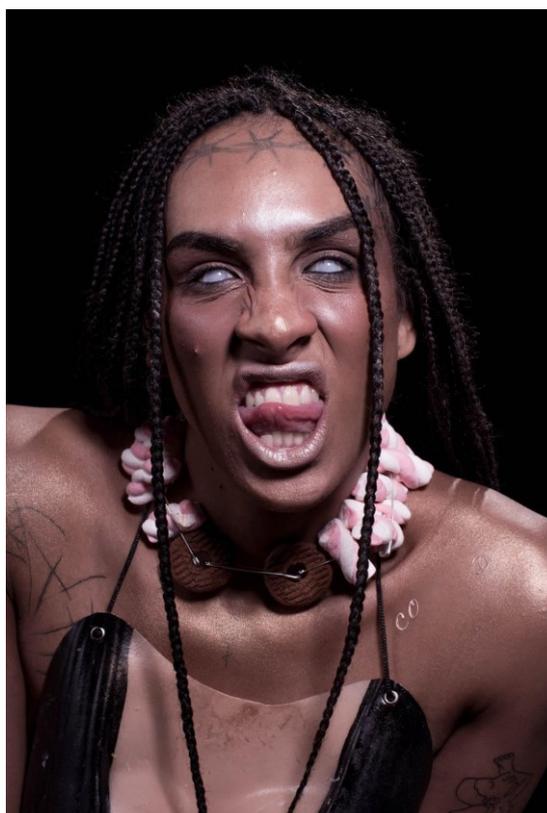
Nesse sentido, gostaria de expor um pouco mais do argumento esquemático que garante que a precariedade funcione como “bloqueio estratégico” no circuito social, impossibilitando a determinados grupos de pessoas alcançar níveis de privilégio, conforme sinalizava já na década de 1980 o sociólogo negro Clóvis Moura. Obviamente que o argumento epistêmico do autor se refere às pessoas pretas e a situação do negro no Brasil. Todavia, gostaria de considerar o argumento válido para as vidas que compõem a sigla TLGBI+.

Este grupo, também composto de multiplicidades racializadas, encontra obstáculos para se afirmar cotidianamente enquanto membros de uma comunidade composta por cidadãos e cidadãs sem que sejam reduzidas apenas a representações jocosas e estereótipos esvaziados de sentido, como abjeções, figuras exóticas, anormais, pervertidos, perversos, devassos no paraíso tropical, promíscuos etc. Ainda, é fundamental considerar que a postura de se colocar como uma pessoa não branca não significa deixar de considerar a intersecção de determinadas categorias. Ou seja, não significa também se esquivar da percepção do problema da não racialização da branquitude.

Dito isso, o terrorismo de gênero pouco se preocupa com a conformidade nas regras cisheteronormativas branqueadas da sociedade civil. Nesse sentido, a construção de uma estética radical do corpo é o ponto de partida para a análise do terrorismo como uma ética política de resistência ao terror do Estado necropolítico. Para tanto, evoco alguns elementos

imagéticos, a fim de pensar a performance contrassexual e biopotente de Linn da Quebrada, que é capaz também de incitar outros corpos não brancos, trans (desviados), periféricos e precarizados a compreender que o espetáculo não é possível sem uma legião. Todavia, não uma legião de “devotos” incondicionais dogmáticos, mas um exército tático de vidas nuas que se movimentam e organizam o revide do vale TLGBI+.

Imagem 22 – Obra das travas, cria das trevas



Fonte: Hugo Dourado.

Pupilas esbranquiçadas e a cara de quem não liga para o que vão dizer e pensar. Linn da Quebrada, que pretende ser o transtorno para as teses cisheteronormativas racistas, aparece nesta imagem como um fragmento da história que não se submete, que não se curva e que expõe com muitos detalhes essa memória histórica subserviente, hegemonicamente branca, cisgênera, elitista e heteronormativa. A fim de mudar o curso dessa narrativa, cada imagem, cada movimento, cada discurso, cada cor e gesto são estrategicamente pontuados nessa zona de guerra.

Como nos apresenta Paul Zumthor⁴³⁰, as palavras nunca são inocentes. Dessa maneira, convido a todes que leem estas linhas a experimentar a poética terrorista de Linn. Os termos escolhidos por ela não estão dispersos em seu discurso. São instrumentos de guerra. A ideia de performance em Zumthor nos auxiliará na reflexão e análise desses instrumentos. Letras de música, voz, coreografias. A batida que nos atravessa a carne também produz sentidos históricos, pois é linguagem. Nesse sentido, a “arte da linguagem humana, independente de seus modos de concretização é fundamentada nas estruturas antropológicas mais profundas⁴³¹”. A arte da linguagem, no caso das músicas de Linn, é também uma modalidade de revide.

⁴³⁰ ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p.30

⁴³¹ Idem, p.12.

CAPÍTULO 4 – CORPO-BOMBA

As elaborações acerca do terrorismo de gênero seguiram um percurso epistêmico e metodológico estratégico. Esvazia-se de sentidos a-históricos o termo “terrorismo”. A compreensão de uma força da não violência nos auxilia na verificação de que é fortuito desvincularmos os significantes da violência hegemônica, imaginário social construído para atestar o seu monopólio ao Estado/instituições e instância de poder. O termo gênero, por sua vez, abriu-se a um horizonte de pensamento mais inclusivo, contestador e crítico. Imaginar um mundo possível para subjetividades dissidentes se constrói a partir de uma centelha de registro no tempo presente de que, embora haja uma conjuntura necropolítica, os corpos se movimentam em direção a à uma multiplicidade de efeitos de potência.

Por isso, a preocupação em entender as formas institucionais de captura das pulsões de vida, colocando em jogo o que garante o mínimo de existência a essas subjetividades, configurou um olhar astuto de percepções estratégicas em que se torna visível o mecanismo ardiloso e desleal que a maquinaria do Estado opera para investir sobre e, por conseguinte, contra a afirmação da vida. É, portanto, a partir de uma estrutura de “esgotamento” que conseguimos analisar a articulação de alguns corpos interessados em criar a partir da arte. Nesse sentido, tomar a arte como um estado em que o corpo se inclina para outra direção é um ponto crucial para a compreensão do terrorismo de gênero enquanto um efeito potente e uma resposta às investidas do necropoder.

“É preciso esvaziar da mola dos sentidos”⁴³². Com essa afirmação, Peter Pál Pelbart nos provoca a refletir que há determinados sentidos que, embora se estiquem para outros lados, nunca se desprendem de um ponto de impulso. Sentidos cristalizados envolviam os termos em embate (terrorismo e gênero), mas, a partir de uma revisão radicalmente crítica, foi possível romper com o ponto que fixava a partida, sempre repetida, da mola. A metáfora da mola dos sentidos também possibilita pensar o modo como Linn da Quebrada agencia forças, sobretudo através da performance artística, que afetam outros corpos. Como se o seu corpo, corpo-bomba, incitasse outros corpos à radicalidade da ação terrorista.

O presente capítulo é um “capítulo-bomba”. O objetivo não é colocar pontos finais aos debates propostos e nem encerrar o horizonte de criação, mas estilhaçar o corpo, a escrita em fragmentos afetados que vão se espalhar e se acoplar a outros. Lançar um germe de afirmação.

⁴³² PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

Para tanto, o debate conceitual se apresenta aqui como categoria técnica para enxergarmos a potência histórica de afetar outros corpos, outras vidas, outros textos e, com isso, retomar a narrativa da história do presente com a força da radicalidade.

Então, este capítulo se desmembra em três tópicos principais. No primeiro, analisamos as músicas “Bixa preta” e “Mate e Morra”, a fim de questionar as performatividades de gênero contemporâneas e como Linn da Quebrada constrói uma investida contrassexual e potente diante das opressões cruzadas de raça, classe e gênero. O tópico dois traz a música “O que pode um corpo sem juízo”, de Jup do Bairro, para construir a ideia do “corpo-bomba” que explode os limites dos possíveis, a partir da noção do esgotamento, ou seja, a música como criação de um novo corpo. Por fim, as músicas “Eu matei o Júnior” e “Pense e Dance” são trazidas à baila do texto a fim de compreendermos como a ideia da destruição de uma subjetividade/performatividade/ modo de vida cristalizado são possíveis a partir da arte de uma existência potente.

4.1 BIXA LOUCA, TERRORISTA DE GÊNERO

“Eu sou uma bixa, louca, preta, favelada”⁴³³. O enunciado expressa categoricamente o que Linn toma para si como seus marcadores sociais. A partir disso, ela constrói sua crítica à estrutura da qual discorremos nos capítulos anteriores. Esse tecido que nós costuramos parece muito repetitivo, por vezes chato de ler, mas é como a insistência que algumas vozes conseguem penetrar a barreira do som e nos fazer “escutáveis”. E em nossas cabeças também sempre flutuam dúvidas, medos, censuras. *Nós*, os selvagens, os não humanos. “Donos” da monstrosidade que ameaça abocanhar as crianças cristalinas e imaculadas *deles*.

Eu saio de salto alto, maquiada na favela
Mas se liga, macho, presta muita atenção
Senta e observa a tua destruição
Que eu sou uma bixa louca, preta, favelada.;⁴³⁴

A afronta em sair de salto alto e maquiagem, no espaço público das ruas, a favela tomada como ponto de referência da precariedade, revela sobre Linn uma estratégia discursiva interessante. A montagem da superfície discursiva nos orienta a desconstruir um tipo de imaginário social acerca da periferia. Embora o Estado de necrose social tenha se espalhado

⁴³³ PAJUBÁ. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

⁴³⁴ PAJUBÁ. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

pelas ruelas e becos, assistimos a afirmação dessas subjetividades ditas “decadentes”. A figura do macho-branco-rico aparece para o contraponto. Enquanto as forças do fim do mundo se esforçam para a manutenção das opressões estruturais, a legião do sacrifício profano se ergue e afirma “Sou bixa, sou louca, sou preta, sou favelada”.

A proposta de pensar o movimento de Linn da Quebrada nos apraz na medida em que há um plano imanente para os corpos precarizados. A contaminação da cis-heteronorma tem seus dias contados. No “*after* do fim do mundo” como conhecemos são os bandos de vidas nuas que orquestram o embate. Levantam-se contra a moral conservadora, organizam o revide que desvia do determinismo biológico a fim de nos mostrar a potência dos corpos. Esses corpos “renunciam não só a uma identidade sexual fechada e determinada naturalmente, como também aos benefícios que poderiam obter da naturalização dos efeitos sociais, econômicos e jurídicos de suas práticas significantes”⁴³⁵.

Quis bixa estranha, ensandecida
Arrombada, pervertida
Elas tomba, fecha, causa
Elas é muita lacração
Mas daqui eu não tô te ouvindo, boy
Eu vou descer até o chão.⁴³⁶

A noção de contrassexualidade em Paul Preciado se articula com a ideia de contraprodutividade. Nesse sentido, pensar a lacração implica também pensar de modo contrassexual. Para Michel Foucault, a maneira mais eficiente de resistência à produção disciplinar da sexualidade não é o confronto que enfrenta sua proibição, mas a busca de formas de saber-prazer outras em relação à sexualidade cis-heteronormativa. Por isso, o enunciado traz “bicha estranha, ensandecida, arrombada, pervertida”. Se pensarmos o sentido de perversão a partir da psicanálise, que significa extrapolar ou fissurar o poder do Pai, percebe-se que Linn da Quebrada subverte a semântica do termo e reorienta sua lógica argumentativa. O ponto de crítica se assenta na possibilidade de um corpo, construído como pérfido, usar a estratégia da contrassexualidade para anunciar a ruptura com a cis-heteronorma.

Portanto, a letra da música de Linn indica tecnologias de resistência ou mesmo uma contradisciplina sexual. Essa noção de tecnologia nos permite considerar, por isso, a contrassexualidade como uma teoria do corpo que se situa fora do esquema

⁴³⁵ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014, p. 21.

⁴³⁶ PAJUBÁ. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

binário/ontológico/homem/mulher;feminino/masculino;heterossexualidade/homossexualidade. Ao considerar os diversos elementos que constituem o sistema sexo/gênero, é possível compreender de que modo são configurados os mecanismos, por exemplo, que permitem que determinados corpos sejam considerados como inferiores em relação a outros.

A ideia da abjeção contida na análise de Judith Butler é transfigurada aqui a partir da subversão da posição de precariedade. Enquanto Linn declara que faz o jogo de palavras e se coloca como abjeta, também revela para quem a escuta a beleza que habita esse modo de vida.

Mas que pena
Só agora viu que bela aberração?
É muito tarde, macho alfa
Eu não sou pro teu bico, não.⁴³⁷

Não obstante, Linn expõe a cis-heteronorma representada na letra da música pela figura do “macho alfa” que, para as bichas como ela, no momento em que escreve, são desejadas por eles, porém em condições de invisibilidade. O armário a que estão confinadas as relações afetivas desses corpos parecem funcionar como uma “bomba-relógio” no discurso de Linn. Nesse sentido, a noção de esgotamento, em Gilles Deleuze, nos auxilia na análise da superfície discursiva da música Bixa Preta, no que tange aos limites da criação de formas outras de experimentar a sexualidade e o desejo.

Contamos os segundos para que o armário seja rompido, pois essas subjetividades não se conformam mais com relações veladas, nos becos escondidos das favelas. Reivindica-se a liberdade de viver a sexualidade e experimentar o corpo conforme o desejo de se reinventar tantas e quantas vezes e maneiras forem necessárias. Evidentemente, a maneira como Linn constrói a música também aponta para como ela mesma se reinventa a partir da arte.

A crise fatal das categorias binárias de gênero e de sexualidade “revela as forças que estavam em jogo, ou melhor, ela as redistribui”⁴³⁸. Por isso, Linn estabelece uma abertura para a reconstrução, ou seja, para uma nova relação com a vida a partir da música e da arte. Como já debatido nos capítulos anteriores, o *funk* é a linguagem escolhida por Linn para manifestar o seu caminho de crítica e evidenciar como ela ocupa um espaço na marginalidade em que seu corpo é atravessado por opressões cruzadas de raça, classe, sexualidade e gênero. Em suas entrevistas, a artista⁴³⁹ destaca o *funk* como “poesia da quebrada”; ou seja, essa linguagem deveria representar experiências de sujeitos que vivenciam opressões de

⁴³⁷ PAJUBÁ. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

⁴³⁸ PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013, p. 40.

⁴³⁹ O debate acerca do conceito de ativismo está contido no primeiro capítulo desta tese.

determinados territórios e que, portanto, partilham uma trajetória comum e inteligível. A crítica de Linn também perpassa esse senso comum de que a linguagem periférica não carrega em si traços de preconceito.

Assim, Linn propõe destruir quaisquer concepções apriorísticas acerca do funk como um espaço libertador e livre de opressões e sugere criar um mundo possível, levando em conta as experiências de sujeitos-aberração. Aparentemente catastrófica, a ideia da destruição de um mundo como conhecemos, configurado por meio de uma matriz de reconhecimento binária, entendendo a identidade como fixa e cristalizada em apenas um modo de ser, nos coloca diante da historicidade da narrativa contada por Linn.

A ação terrorista de Linn é mediada pela linguagem. Esta, por sua vez, permite aos sujeitos formas não apenas de se constituir e de se reinventar, como também de fazer explodir os sentidos pré-concebidos de mundo, de modo irreparável. Por meio da linguagem “o sujeito não só recebe reconhecimento, mas também alcança certa ordem de existência social, ao ser deslocado de uma região exterior de seres indiferentes, questionáveis ou impossíveis de existir para o domínio discursivo ou social do sujeito”⁴⁴⁰.

Na medida em que Linn cria uma linguagem que possibilita o reconhecimento de existências abjetas, essas subjetividades não só ganham vida, mas entram na ordem do discurso não como um elemento que confirma a norma, ou se transforma nela, mas como subversão à norma. Nesse movimento, a artista expõe seus limites de proibições e faz emergir um domínio discursivo outro do sujeito social. Por isso, essa figura do esgotado que aparece em Deleuze nos parece bastante semelhante a esses corpos de que fala Linn.

Uma das utilidades da categoria “terrorismo de gênero” se perfaz desde uma crítica aos efeitos que a linguagem produz de criar categorias ficcionais do gênero; assim, à luz do conceito, é possível perceber as tecnologias de poder que são capazes de conservar um modelo referencial de subjetividade em detrimento de outros. Linn da Quebrada anuncia a destruição do macho alfa e, por conseguinte, desestabiliza também o modelo colonial do qual derivam essas fabricações de desejos, sexualidade e gênero.

Percorrendo esse caminho epistêmico, retornamos à ideia do esgotamento. Para Deleuze, há duas categorias que merecem atenção quanto à sua diferença posta: o cansaço e o esgotamento. Enquanto o cansaço se ergue sob a égide da utilidade dos corpos e da disciplina da produção capitalista, conforme assinala Foucault, o esgotamento vem de outra ordem. Para Pál Pelbart, “o esgotamento é aquele que, tendo esgotado seu objeto, se esgota ele mesmo, de

⁴⁴⁰ BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 210.

modo que essa dissolução do sujeito corresponde à abolição do mundo”⁴⁴¹. Em “Mate e Morra”, Linn da Quebrada já nos indica a ideia do esgotamento de um modelo universal de existência:

Mate em você
Macho, branco, senhor de engenho, colonizador, capataz
Que pensa estar sempre à frente
Mas vive para trás.⁴⁴²

Como anteriormente destacado, ao esvaziarmos essa mola do sentido, em que tudo age sob o domínio da linguagem, é possível destruir em nós os resquícios coloniais que ainda nos impedem de avançar na criação de uma nova historicidade. “O esgotado pode até combinar ou recombinar as variáveis, percorrê-las exaustivamente, e os termos disjuntos até podem subsistir, mas já não servem para nada”⁴⁴³. Há nos versos supracitados uma valiosa lição sobre a história dos sujeitos. O legado colonial foi arquitetado para percorrer a longa duração. Arditosamente, aciona mecanismos que, a partir da linguagem, reiteram aquilo que pode ou não um corpo.

A psicanálise, aliada à História, desde o início do século XX, nos apresenta novas possibilidades de leitura das estruturas sociais, na medida em que chamam atenção para a dimensão do desejo. O desejo, componente afetivo e lascivo do sujeito, tem servido à história a fim de considerar a mobilidade ético-política das atividades humanas. Todavia, a partir de uma cartografia do desejo é fácil perceber que este escapa aos tentáculos da sociedade de controle.

Desse modo, destaco uma questão deleuziana muito pertinente para o debate: como fazer o movimento, como furar o muro, de modo a não darmos mais cabeçadas? Linn da Quebrada nos coloca diante de uma linha possível: “mate & morra”; “morra de tesão”; “morra em você”. No paradigma de exceção necropolítico, aparentemente nada escapa à aniquilação. Contudo, o desejo, etéreo e fluido, cria um espectro de resistência. Uma primeira linha de fuga contrária à produção de um desejo de morte. A morte representa os sentidos de um corte. O corte no corpo, na carne. Perfuração profunda na camada epidérmica que, nos efeitos afetivos, percebemos a fissura que o terrorismo de gênero é capaz de produzir no campo de forças da máquina mortífera colonial.

⁴⁴¹ PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013, p. 42.

⁴⁴² MATE & morra. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 3.

⁴⁴³ PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013, p. 43.

A corporificação do desejo de enfrentamento se construiu junto a essas linhas narrativas para uma história que não busca reafirmar o passado colonial e seus dispositivos; mas, tencionando pontos de ressentimento, propõe traçar linhas para comportar a afirmatividade. Atentos, não podemos confundir a afirmatividade do poder em Michel Foucault, que produz linhas rígidas para fazer caber ortopedicamente corpos já fragmentados. O jogo do codinome (Linn) (da) (Quebrada) nos indica que estes corpos falantes já não se conformam mais às duras linhas.

A morte de Linn equivale à morte do sujeito, sua abertura ao mundo outro. A partir da linguagem se desenha uma imagem de pensamento outra para os sujeitos gendrados. Já não nos resta nada se não a pura imagem, corpo desnudado, corpo-bomba prestes a explodir as concepções a-históricas que imbuíram de sentidos enganosos as vidas que se movimentam no tempo presente. “O esgotado é aquele que teve forças para produzir os vazios, fazer buracos, afrouxar o torniquete das palavras, secar a ressudação das vozes para se desprender da memória e da razão”⁴⁴⁴.

A memória da qual Linn deseja se desprender situa-se na mesma temporalidade em que se institui a dominação colonial. A partir daí, retomamos os traumas históricos e avançamos sua percepção. Olhamos para as feridas narcísicas de nós mesmos e nos responsabilizamos pela inação. A imagem que se cria de dor, sofrimento e precariedade dá espaço a uma imagem de pura potência, movimento, explosão. “Imagem pura, intensidade que afasta as palavras, dissolve as histórias e lembranças, armazena uma fantástica energia potencial que ela detona ao dissipar-se”⁴⁴⁵.

A energia explosiva da ação terrorista de Linn capta o possível ao seu alcance para fazer com que ele exploda. Retomar o passado é aqui um exercício de reencontro da potência do corpo e da subjetividade. Por isso, não atua como uma força reativa, niilista e ressentida, que se acomoda com o que passou sem nomear essa estrutura que mata, mas reativa à possibilidade de comunicação com saberes que foram ocultados e adormecidos, em detrimento de uma lógica da razão branca.

Mate, morra, mate, morra, mate, morra em você
 Mate, morra, mate, morra, mate, morra em você
 E sinta você também a força dos meus ancestrais.⁴⁴⁶

⁴⁴⁴ PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013, p. 43.

⁴⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁴⁶ MATE & morra. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 3.

A música foi uma das linguagens escolhidas por Linn da Quebrada para acessar o ponto ancestral e comunicar sua (re) existência no tempo presente. Matar o descendente colonial, nesse aspecto, significa retomar práticas, relações, afetos e uma configuração de existência ancestral que (re)liga o corpo de Linn, corpo preto, periférico, dissidente, a uma cultura de afirmação e potência.

A ideia de ancestralidade contida na superfície discursiva nos remete ao debate que atravessa toda a narrativa construída acerca do terrorismo de gênero. Por isso, é fundamental destacar a relevância de pensar os conceitos de poder da vida, afirmação da vida e potência de vida ou biopotência. A fim de corroborar as análises anteriores, a proposta se configura no sentido de pensar de que modo essa ancestralidade citada por Linn é capaz de reconectar os corpos-terroristas às suas potências de vida.

Nesse sentido, retornamos a uma ideia embrionária, anterior aos escritos produzidos neste trabalho. Há uma discussão que por vezes passa bastante despercebida nos escritos de Judith Butler e que é muito esgarçada para sustentar o argumento sobre as instituições e o Estado brasileiro. As noções de vulnerabilidade e precariedade, que não são apagadas da obra de Butler, necessitam, todavia, de um acréscimo de revisão. A proposta é pensar que, embora a biopolítica e a necropolítica arquitetem seus mecanismos de captura para diminuir o desenvolvimento das diferenças enquanto afirmação, as dissidências não se conformam às condições e provocam fissuras a partir da própria dinâmica de suas vidas.

Vejamos que Linn da Quebrada, quando se assume terrorista de gênero, provoca nas forças conservadoras reações de diversas ordens. Como já discutido, a ideia do pânico moral como um instrumento que permite o exercício da necropolítica é facilmente identificada nas ações dos movimentos de extrema-direita e do conservadorismo político que coexiste temporal e espacialmente com os movimentos micropolíticos das terroristas de gênero. Portanto, a formação de um “Império Sexual” de controle dos corpos se esforça em regular e normatizar.

A ideia que carrega o enunciado “Mate & Morra” atravessa a noção biológica de vida e morte, transformando-se, por isso, em uma ideia-bomba que explode os vestígios de assujeitamento colonial que apagam a ancestralidade e a possibilidade de constituir modos de vida baseados em um passado coerente com as práticas simbólicas dos corpos desviantes. Quando recusam a investida colonial, as terroristas de gênero se apropriam de um passado ancestral imaginado que, embora tenha sido violentamente apagado de sua memória histórica, abre precedentes para a criação de um futuro imaginado.

A minha pele preta
 É meu manto de coragem
 Impulsiona o movimento
 Envaidece a viadagem
 Vai, desce, desce, desce, desce
 Desce a viadagem!
 Sempre borralheira
 Com um quê de Chinderela
 Eu saio de salto alto, maquiada na favela
 Mas se liga, macho, presta muita atenção
 Senta e observa a tua destruição.⁴⁴⁷

A partir desses versos, tentaremos construir um argumento que será o fio condutor deste capítulo, qual seja: avançaremos a percepção de Deleuze sobre o conceito de “potência” em Spinoza, a partir dos debates sobre afrofuturismo. Para tanto, é fundamental atentarmos para as músicas e performances de Linn da Quebrada que nos auxiliam a recompor os sentidos da potência e pensar uma temporalidade distópica para os corpos-terroristas que resulta em uma atmosfera de afirmação, em vez de um ambiente dado de aniquilação.

A construção de um horizonte de expectativa distópico como única possibilidade de regime de historicidade tem sido o argumento central para os debates acerca do afropessimismo. De algum modo, o trabalho de pensar os regimes de historicidade das populações trans-negras tem se baseado em uma memória histórica de traumas coloniais e a dissolução da noção de vida humana para esses sujeitos. Todavia, bem como nos estudos sobre gênero e sexualidade, há que se contestar também até mesmo essa perspectiva outra que ainda cristaliza as condições de existência de sujeitos racializados e afro-diaspóricos.

O panorama histórico-político brasileiro poderia facilmente servir de roteiro para a adaptação de uma película evidentemente afropessimista, ou mesmo transpessimista, se pudermos tentar essa aproximação. Uma temporalidade presente distópica, em que a catástrofe, no que tange à ausência de direitos fundamentais e políticas públicas de equidade e afirmação, parece remeter a um futuro de escassez de preservação de modos de vida que aprendam a descafetinar o inconsciente colonial-capitalístico.

A expressão “afrofuturismo” foi primeiro pensada por Mark Derek, no contexto estadunidense nos anos de 1990. Sua definição, embora tenha passado por reelaborações, tem sido consistentemente evocada quando pensamos os futuros que conseguimos vislumbrar para determinados grupos. Entende-se por afrofuturismo “[...] ficções especulativas que tratem de temas afro-americanos e que abordem preocupações americanas no contexto da tecnocultura

⁴⁴⁷ BIXA Preta. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

do século XX”⁴⁴⁸. Isto é, trata-se de criar condições narrativas para pensar as preocupações das pessoas pretas no contexto de tecnocultura ou no regime estrutural da Terceira Revolução Industrial e compreender que dadas certas condições, essas pessoas sequer experimentaram a temporalidade do passado tal qual compreende a ideia de progresso.

A reconstrução acerca de um passado marcado pelo trauma da escravidão colonial e por seus legados justificaria o apagamento de imagens que seriam fundamentais para a construção de um futuro. De que modo, portanto, seria possível visualizar qualquer possibilidade de vida fora dos limites de enquadramento coloniais? Quando Linn nos diz com orgulho “a minha pele preta é meu manto de coragem”, ela provoca os espectadores para a reflexão acerca de como ela mesma se transforma nessa imagem ancestral que, a partir de sua performance, é sacralizada, reiterada e, portanto, fixada como imagem de um futuro ancestral possível.

A reafirmação de Linn, ao metaforizar a pele preta como manto de proteção, remete à ideia de que embora nosso território tenha sido fundado na escravidão, sobre os escombros de uma destruição sistemática das práticas e ritos ancestrais-afrodiaspóricos, ainda há uma possibilidade de retorno à ancestralidade, capaz de ligar a historicidade do corpo negro à afirmação da vida. Assim, a artista nos comunica que há um feixe de memória ancestral ainda não alcançado pelo colonialismo. A repetição no verso “Vai, desce, desce, desce, desce” é usada como técnica de (re)memoração de que essa “viagem” aludida aí está presente como aspecto fundante das terroristas de gênero. Nesse sentido, compreendemos a viagem como um dispositivo ativador da potência libertária de agir.

Às palavras é dado um toque ácido e corrosivo. Impulso criativo de ativar nos corpos os dispositivos terroristas que fazem explodir o desejo de movimentar, romper com as condições de uma temporalidade de catástrofe. Pensar desde um cenário pós-apocalíptico de afirmação nos impõe o exercício ético de transvalorar a constituição de nós mesmos e extrapolar as bordas que há muito nos confinam em uma possibilidade tão tacanha quanto inconsistente.

A brincadeira com os papéis de classe também entra como elemento de entrecruzamento de marcas sociais no corpo e subjetividade e contribui na construção da noção de precariedade. As formas de vulnerabilização exteriores ganham inúmeros aliados quando enfrentam as forças de detonação desses corpos-bomba. Por isso, a ação terrorista se

⁴⁴⁸ DERY, Mark. *Black to the Future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose*. In: DERY, Mark (ed.). **Flame Wars: The Discourse of Cyberculture**. Durham, NC: Duke University Press, 1994, p. 108.

preocupa com o detonar de subjetividades cativas. “Sempre borrarreira com um q de Chinderela”. O que borra essa possibilidade de fluidez é a estática cis-heteronorma branca.

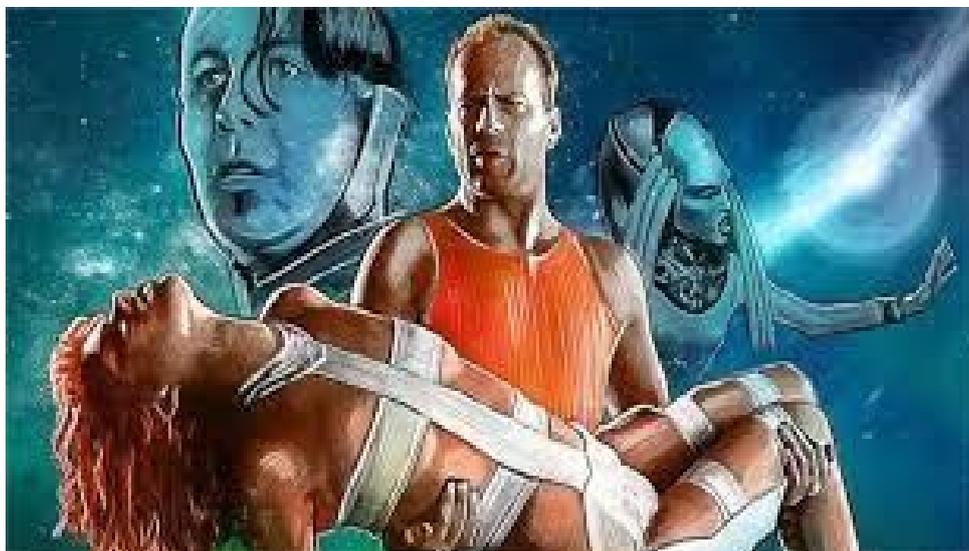
Nessa distopia do presente, a imagem que nos aparece dos corpos-bomba é uma imagem de esgotamento. Portanto, ainda a partir dessa perspectiva, é possível pensar uma liberdade criativa para o regime de historicidade do porvir. Nos filmes de distopia futurista branqueada, é possível também enxergar a ideia de fluidez de gênero viável a esses sujeitos. Clássicos do cinema estadunidense, como *O quinto elemento* e a trilogia *Matrix* podem nos dar pistas sobre a imagem de futuro destinada às identidades de gênero.

A crítica aqui proposta inclui pensar que uma imagem de futuro das culturas do Norte Global ou hegemônicas desvia-se de uma semiótica racializada. A partir disso, é possível vislumbrar que a dimensão de gênero é transfigurada e pensada de modo fluido. Todavia, há sempre uma espécie de dicotomia de classes, ou seja, mantém-se o fundamento da luta de classes e de um futuro escasso em função da dominação e exploração. Nesse sentido, as figuras racializadas entram na lógica da dupla exploração, já que muito do que se constrói nessas narrativas vincula diretamente a figura das pessoas pretas à servidão. Mais uma vez, dada a constatação, é possível fazer uma leitura afropessimista dessas narrativas.

Na medida em que Linn da Quebrada lança mão da estratégia do terrorismo de gênero, é notório que os apagamentos constitutivos desses corpos-terroristas podem se entrelaçar. Assim, por meio dessa maquinaria, a imagem do macho-branco-cis-heteronormativo vam sendo cada vez mais destruída, minada, para abrir espaços para outros tipos de corpos e subjetividades. No entanto, embora exista a possibilidade de fuga, conforme mostra Linn, cabe ressaltar que no futuro ideal imaginado só existe espaço para a existência de um tipo de sujeito. Uma sequência de imagens retirada do filme *O quinto elemento* pode nos auxiliar na construção da ideia desse futuro tecnocultural.

Imaginar que a possibilidade de salvação da humanidade dependa de uma pessoa que representa a cisheteronorma branca reitera a narrativa que se constitui enquanto memória de um passado da humanidade: não há espaço para o protagonismo de outros sujeitos. Além disso, a ideia de sacrifício do corpo materializado na figura do feminino que, não obstante, é sensível às questões da violência e da dominação, é ainda uma marca misógina desse regime de porvir imaginado. Além disso, a imagem selecionada (abaixo) nos leva a perceber que esse sujeito que se sacrifica depende sempre de um outro que precisa ser resgatado. A narrativa fílmica nos apresenta a violência e dominação catastrófica de uns pelos outros por meio de elementos que simbolizam, de um lado, a sensibilidade e sacrifício de um feminino e, de outro, a força e agressividade do masculino.

Imagem 23 – O porvir da Branquitude



Fonte: João Fagner (2021).

Imagem 24 – A atmosfera da ficção futurista



Fonte: João Fagner (2021).

A sequência de imagens aqui disposta tem o propósito de apresentar uma narrativa de como são os recortes que a branquitude faz de um possível futuro. O gênero *Sci-fy*, *Science Fiction themes*, que seria “Ficção científica”, carrega em suas características uma arquitetura

vertical, funcional, individualista; a ideia de aceleração temporal também pode ser percebida no movimento cotidiano da cidade. Automóveis que voam são outro indício do futuro imaginado. Nesse arranjo, a figura que destoa radicalmente é uma personagem negra, cuíer e performática. A película de 1997 apresenta timidamente uma personagem racializada e cuíer, Ruby Rhod, todavia o protagonismo fique ainda com a cis-heteronormatividade branca, representada pelo personagem de Bruce Willis.

Imagem 25 – Ruby Rhod



Fonte: Frame de *O Quinto Elemento* (1997).

Ruby Rhod tem uma estética de extravagância e impacto. O *design* do figurino foi desenvolvido pelo estilista Jean Paul Gaultier, e, conforme pesquisa sobre o filme, é possível encontrar diversas declarações do estilista acerca da ideia de transgredir as normas de gênero e sexualidade da personagem. Não obstante, a personagem de Ruby ganha destaque interessante na narrativa fílmica. O objetivo de trazeremos à tona um pouco dessa imagem de futuro construída pelo cineasta Luc Besson em “O quinto elemento” importa para desdobrarmos a reflexão sobre o afrofuturismo.

A opção de trazer essa sequência de imagens também se dá a partir do questionamento de que há uma concepção de negritude ou, como Achille Mbembe⁴⁴⁹ nos apresenta, de “devir-negro no mundo” oposta ao desenvolvimento da tecnocultura. Nesse sentido, há também uma

⁴⁴⁹ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

reflexão embrionária que indica a ideia de progresso como um movimento que acabaria com as opressões, hierarquias, explorações, desigualdades de raça, gênero e outras. Todavia, a representação imagética nos orienta a enxergar o oposto.

Por fim, com essa primeira seção, gostaria de apontar os indícios de como a branquitude se apropria sistematicamente da hegemonia das imagens temporais, construindo um passado e orientando-se para um porvir que não conta com a presença de sujeitos racializados. Por isso, começaremos a nos inclinar para pensar um regime de historicidade futurista que não apenas admita a presença de sujeitos racializados de gênero e sexualidade, mas também não os condicione ontologicamente a lugares de vulnerabilidade, catástrofe e precariedade total.

As seções que se seguem vão se orientar no fio condutor do afrofuturismo como potência de vida no presente. As músicas “O que pode um corpo sem juízo”, de Jup do Bairro, companheira artística de Linn da Quebrada, e “Eu matei o Júnior”, de Linn, provocam a reflexão acerca do corpo-bomba-terrorista como potência. A partir dessa centelha, será possível visualizar outra entrada para o que tem sido desenvolvido aqui acerca do terrorismo de gênero, a ideia de “afro-terrorismo”. Com “afro-terrorismo” gostaria de pensar acerca de como o *funk* de quebrada no Brasil coloca em movimento um regime discursivo e de historicidade que indica um futuro em que não apenas existam pessoas TLGBI+, pretas e periféricas, mas que esses sujeitos tenham atuação ético-política para o enfrentamento da cis-heteronorma branca, propondo a destruição de hierarquias políticas e uma ética não violenta de coexistência.

4.2 PRETO É REI! (*BLACK IS KING*)

Iniciamos esta seção apresentando uma das narrativas afrofuturistas mais contemporâneas e globais, o filme “Preto é rei!”. Antes de iniciar a leitura do que proponho, gostaria de destacar o termo “geração do tombamento” que, conforme Ana Paula Medeiros e Marinês dos Santos, pode ser descrito como: “ movimento cultural que utiliza a moda e a estética como ferramentas políticas para a desconstrução de estereótipos de raça e gênero, principalmente construídos pela ideologia de branqueamento no início do século XX”⁴⁵⁰.

⁴⁵⁰ SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos; SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Geração do tombamento e afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e raça no Brasil. **Revista Dobras**, v. 11, n. 23, mai. 2018, p. 158.

Nessa perspectiva, o tombamento se traduz em ações de resistência configuradas a partir do (e no) corpo racializado como um todo. Por isso, pensar a ideia de um “corpo sem juízo”, do qual fala Jup do Bairro, nos auxilia na compreensão das complexidades de articulação entre afrofuturismo e tombamento.

O fio condutor da análise se sustentará inicialmente com a apresentação das imagens do filme “Preto é rei!” (Black is king)⁴⁵¹. O álbum visual de longa-metragem construído pela cantora Beyoncé articula técnicas do cinema e do videoclipe e produz como resultado uma ferramenta potente de expansão e criação de narrativas outras acerca das culturas *pop* pretas nos Estados Unidos da América. Produzido no ano de 2019 e lançado em 2020, “Preto é rei!” chega aos cinemas apresentando uma série de referências às imagens ancestrais roubadas pela cultura do branqueamento.

Imagem 26 – A chave do Reino



Fonte: Frame de *Preto é rei!* (2020).

A imagem acima destaca um frame da narrativa. Os elementos componentes do recorte reconstruem a imagem ontológica da historicidade das populações pretas. Aliado a isso estão outros elementos discursivos que reforçam a resistência à aceitação de um passado escravista que os condena a um lugar sempre idêntico à exploração. A disposição de figuras

⁴⁵¹ PRETO é rei! Direção de Beyoncé. Disney+, 2020. (85 min).

imponentes também remete a um imaginário potente para as populações afro-diaspóricas. Assim, a imagem do frame nos proporciona uma viagem ao passado glorioso dos reinos africanos da antiguidade.

Então, ao se construir uma ideia de afrofuturismo, uma gama de sentidos é operada em torno desse termo. Como já dito, o conceito é primeiro pensado no contexto das ficções especulativas estadunidenses e depois ganha contornos mais globais, uma vez que a literatura transporta-o para outras localidades. Conforme aponta Alondra Nelson, o afrofuturismo apresenta “vozes afro-diaspóricas americanas que contam outras histórias sobre sua cultura, tecnologia e o que se enxerga no horizonte de expectativa”⁴⁵². Ao olharmos o frame de *Black is King!*, é possível corroborar com as perspectivas afrofuturistas desenvolvidas pela literatura.

Há um objetivo, bastante explícito na elaboração de narrativas afrofuturistas, que segue a pista de que é fundamental reorganizar as narrativas acerca do passado. O que Linn da Quebrada vem nos apresentando nas letras de suas músicas, nas entrevistas que concede, na sua atuação em programas de televisão, seriados e filmes, bem como na ritualística performance que apresenta no palco converge para esse ponto de análise. Aos poucos, Linn pretende implantar memórias de resistência e construir imagens de potência de uma travestilidade negra e ancestral. Mesmo que ela não diga isso diretamente em suas canções, para nós fica implícita a tentativa de pensar um espaço de futuro que abrigue as multiplicidades do presente.

A capa do documentário “Bixa travesty” nos transporta para uma possibilidade semiótica de estética do futuro. A fim de pensar a radicalidade estética proposta por Linn aliada às noções de afrofuturismo, é possível também dizer que a artista parte da ideia de esgotamento do sujeito e livre criação, construindo de si uma imagem referencial que resiste às investidas necropolíticas. A necropolítica, nesse sentido, atua como racionalidade que tenta enquadrar os sujeitos, sobretudo os racializados e “não brancos”, em molduras de aniquilação.

Assim, a condição ontológica de determinados sujeitos, que esteve associada desde então às imagens de sofrimento, trauma e morte, pode ser deslocada a partir do movimento de convocação que Linn propõe com seu próprio corpo, alcançando outros sentidos e gerando outras possibilidades de construção da memória subjetiva, desde um movimento descontínuo que vai do presente ao passado, do passado ao futuro e segue nessa desordenada ação para desarticular a ação necropolítica.

⁴⁵² NELSON, Alondra. Introduction: future texts. *Social Text*, 71, v. 20, n. 2, p. 1-15, summer 2002, p. 9. (tradução minha)

Imagem 27 – Bixa travesty



Fonte: Cartaz de Bixa Travesty (2018).

Nessa perspectiva, Womack explica que o afrofuturismo tem como proposta operar uma quebra na temporalidade linear e a-histórica em que determinados sujeitos, na condição de racializados, não seriam capazes de alterar seu destino. Por isso, diz que:

Tanto uma estética artística quanto uma estrutura para uma teoria crítica, o Afrofuturismo combina elementos da ficção científica, ficção histórica, ficção

especulativa, fantasia, afrocentricidade e realismo mágico com crenças não ocidentais. Em alguns casos, é uma reelaboração total do passado e uma especulação sobre o futuro carregada de críticas culturais.⁴⁵³

Vale aqui um parêntese para: não estamos tratando de uma ficção especulativa e nem mesmo de uma narrativa ficcional. A vida de Linn da Quebrada nos serve de contexto principal para que possamos pensar em como essas reflexões nos ajudam a despontar outro olhar para as questões acerca dos processos de construção dos regimes de historicidades e inferir que a hegemonia da branquitude consiste tão evidentemente em apagar vozes, ações e presença de sujeitos outros; os usos políticos dos passados pela branquitude consistem em uma ferramenta bastante consolidada do exercício do necropoder global.

Para prosseguir as análises foi imprescindível apresentar um pouco do debate acerca do conceito “afrofuturismo”, bem como a sequência de imagens que retratam a estética de resistência e potência que daí derivam as performances artísticas. O objetivo dessas reflexões gira em torno de entender como o conceito de potência de vida ou biopotência pode ser associado à ideia contida nas elaborações do afrofuturismo, a fim de pensar um porvir de existências libertárias.

Assim, acessar o trabalho de Linn da Quebrada, que propõe a construção de “legiões”, também remete a um dos dispositivos coloniais que mais escravizou as subjetividades, apagando a cultura de um passado ancestral: a Igreja. Conforme debatido no capítulo II, o corpo de Linn foi uma das portas de entrada para atuação colonial desse dispositivo secular para normatização e domesticação das subjetividades.

Na seção seguinte analisaremos as letras das músicas “O que pode um corpo sem juízo”, de Jup do Bairro, e “Eu matei o júnior”, de Linn da Quebrada, para dar seguimento ao argumento construído no presente capítulo. A partir da análise da superfície discursiva das letras das músicas, tentaremos destrinchar as definições de afrofuturismo e elaborar de que modo é possível acoplar em suas definições o sentido de biopotência discutido por nós.

4.3 TIC TOC... EXPLODIR OS LIMITES DO POSSÍVEL

⁴⁵³ WOMACK, Ytasha L. **Afrofuturism**: the world of black sci-fi and fantasy culture. Chicago: Lawrence Hill Books, 2013, p. 9.

Na duração, o tempo é o elemento por meio do qual podemos conhecer os sujeitos, além de organizar ou “ajuizar” o funcionamento de seus corpos. Iniciar essa seção apontando o tempo como ponto central faz parte da tentativa de constituir uma imagem de pensamento que dê conta de explodir os limites do possível através do tempo. Por isso, as análises que se seguem têm a preocupação de compreender de que maneira o corpo, por meio da sua possibilidade de se expandir, se desconfigurar e se rearranjar de outras formas, é capaz de alcançar outros contornos. Afinal, “o que pode um corpo sem juízo? Quando um corpo abjeto se torna um corpo objeto e vice-versa?”⁴⁵⁴

Por meio da territorialização do corpo enquanto *lócus* de objeto, portanto coisa, a colonialidade do saber-poder-prazer empreende o controle sobre os sujeitos. Ao indicar a questão do que pode um corpo sem juízo, Jup do Bairro nos provoca a pensar os contornos que assumem corpos não brancos, racializados e TLGBI+, gordos e periféricos. Entre todas essas formas, visualizamos um dado comum: o destino necropolítico dessas vidas.

Os processos de silenciamento e de apagamento dos passados afro-diaspóricos e dissidentes possibilitaram que a narrativa colonial branca se legitimasse como um regime de verdade universalizante e absoluto. A construção de um corpo abjeto reitera sistematicamente normas que se fundam no desejo colonial de tornar as subjetividades “rebeldes” cativas.

Assim é que, no marco do racismo, o sujeito branco depende da produção arbitrária do sujeito negro como “Outro” silenciado para se constituir, atualizando, a partir do binômio branco/negro, uma série de outras fórmulas binárias tais como bem/mal, certo/errado, humano/inumano, racional/selvagem, nas quais o negro não cessa de ser representado como mal, errado, inumano, selvagem.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ O QUE pode um corpo sem juízo? Composição e performance: Jup do Bairro. DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? São Paulo: Estúdio Deck9 Record's, 2020.

⁴⁵⁵ MOMBACA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Imagem 28 – Grito Abjeto



Fonte: Acervo pessoal.

Nesse sentido, tentaremos estabelecer, a partir da crítica ao colonialismo, de que modo o gênero também aparece como uma ficção política que permite uma abertura para o controle dos corpos. Ao passo que Jup do Bairro nos orienta com essa questão, tentaremos também seguir as pistas deixadas por Paul Preciado, quando ele discute as noções de tecnologia e gênero. Desse modo, ao perseguir um caminho de resposta a esta indagação, “o que pode um corpo sem juízo?”, compreendemos criticamente a noção de “juízo” como a organização cis-heteronormatizadora dos corpos.

Não somos definidos pela natureza assim que nascemos
 Mas pela cultura que criamos e somos criados
 Sexualidade e gênero são campos abertos de nossas personalidades
 E preenchemos conforme absorvemos elementos do mundo ao redor
 Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos nada.⁴⁵⁶

A referência aos questionamentos de Simone de Beauvoir, no clássico *O segundo sexo*, são nítidos. Jup evoca diretamente a problemática de uma condição apriorística de gênero. O que ela chama de “natureza” são os componentes orgânicos dos quais somos

⁴⁵⁶ O QUE pode um corpo sem juízo? Composição e performance: Jup do Bairro. DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? São Paulo: Estúdio Deck9 Record's, 2020.

formados e que, posteriormente, ganham sentidos dentro de nossa cultura. Seguimos o raciocínio de Paul Preciado. Para ele, mesmo a criação da categoria “gênero” passa pelos efeitos da dinâmica das relações de poder. O filósofo nos chama atenção para o objetivo de pensar essa categoria no final da década de 1940, sobretudo para justificar a biopolítica que sustenta o discurso médico de controle dos corpos.

Para Preciado “o gênero, a masculinidade e a feminilidade são artefatos originados do capitalismo industrial e atingirão picos comerciais durante a Guerra Fria”⁴⁵⁷. Ao relacionarmos a ideia de um futuro do gênero, Paul Preciado nos dá indícios de um certo tipo de horizonte a partir de sua própria experiência. Para ele:

Distantes das técnicas rígidas e exteriores de normatização dos corpos nos sistemas disciplinares e arquitetônicos do final do século XIX e início do século XX, as novas técnicas farmacopornográficas da produção de gênero foram simultaneamente invasivas e mínimas, penetrantes e invisíveis, íntimas e tóxicas, de alta tecnologia e mutiladoras.⁴⁵⁸

Seguindo suas pistas a partir de um giro temporal, a ideia de futuro que tentamos construir nessa narrativa está bastante associada à noção de ficção, dada a dimensão em que a estamos compreendendo. Por isso, consideramos o que nos aponta Preciado que “o gênero é um artefato industrial biotécnico”⁴⁵⁹. Assim, a constituição dos atributos que se colocam materialmente para identificar sujeitos nas categorias generificadas passa por intervenções somatopolíticas.

Nos tornamos mulheres ou homens, não nascemos nada
Talvez nem humanos nascemos
Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história
Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros, heterossexuais.⁴⁶⁰

Ao destacar o “tornar-se” homem ou mulher, Jup do Bairro acessa diretamente a provocação de Simone de Beauvoir e nos permite questionar os aparatos políticos, econômicos, sociais e culturais que perfazem a dimensão intervencionista de fabricação dos corpos, para que neles se conformem os atributos de sexualidade e gênero. Assim, “As

⁴⁵⁷ PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. New York: The Feminist Press, 2008, p. 109.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 110-111.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 111.

⁴⁶⁰ O QUE pode um corpo sem juízo? Composição e performance: Jup do Bairro. DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? São Paulo: Estúdio Deck9 Record's, 2020.

tecnologias de gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são verdadeiros fatores econômicos e políticos do farmacopornismo”⁴⁶¹.

No que se refere à ideia de criação de um corpo que escape às predeterminações culturais, Jup do Bairro elabora enunciados que apontam para as possibilidades de (re) construção dos corpos. A partir das noções de corpo-potência, em Spinoza e Deleuze, podemos considerar que um corpo pode, uma vez que é potência em ato. Nesse sentido, na driblagem das tecnologias que formam essas ficções de sexo, raça e gênero, conforme aponta Preciado, um corpo pode se expandir e desorganizar a lógica de organismo social estabelecida para as formas “homem” e “mulher”.

As leis da natureza não conseguem determinar o que pode um corpo. Spinoza nos faz voltar, assim como Preciado, aos limites da materialidade do corpo em meio a uma cultura de sentido que constrói discursivamente seus limites. Todavia, por décadas, esquecemos-nos de criticar saberes que, embora defendessem certa dimensão de natureza para o corpo, o mantiveram em um invólucro hermético e intocável para fins de reflexão acerca das tecnologias que o penetram, cortam, rasgam e o reconstroem mediante os interesses políticos de outrem.

Ao acessarmos as imagens dos corpos no contemporâneo, enxergamos borrões que nos impossibilitam, muitas vezes, de definir o que são. As imagens dos filmes citados na seção anterior, por exemplo, nos apresentam os organismos ciborgue. O corpo ciborgue é a materialização das intervenções que o capitalismo tecnológico constrói para aumentar a potência, ou seja, otimizar as possibilidades de utilidade e permanência viva dos corpos.

Com os avanços na medicina, na robótica e na pesquisa sobre Inteligência Artificial, eles estão se aproximando, inexoravelmente, da realidade. Quando a tecnologia atua sobre o corpo, nosso horror mescla-se, sempre, com uma intensa fascinação. Mas de que forma, exatamente, age a tecnologia? E em que profundidade ela penetrou sob a membrana de nossa pele?⁴⁶²

O corpo aqui tem aparatos de tecnologias diversas para tornar-se mais forte, mais apto a regenerar suas partes a partir de sua capacidade de transformação e de relação que estabelece com o mundo. Aparentemente, a pele que habitamos se configura como um limite material que separa o sujeito do mundo que acontece à sua volta.

⁴⁶¹ PRECIADO, Paul. *Testo Junkie*. New York: The Feminist Press, 2008, p. 111.

⁴⁶² KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”. Um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 17-32.

Imagem 29 – Corpo ciborgue



Fonte: Teco *Apple* (2021).

Corpo gordo, preto e terrorista de gênero. O horizonte que se abre com a arte nos aproxima daquela “monstruosidade” imaginada nos filmes de ficção. O real é a narrativa que a ficção imaginou para corpos como esses. O que pode o nosso corpo? É a questão que Spinoza persegue, a qual Deleuze sugere uma possível resposta com a ideia de “corpo sem órgãos”; Jup responde ao seu modo com sua experimentação estética. Nesse movimento, os limites dos corpos terroristas, ciborgues são extrapolados. O esgotamento, a partir da experimentação com a arte, faz parte de uma estratégia de vida. Em vez de experimentos, objetos, esses corpos são experimentações ambulantes de vidas potentes. “Estamos falando, neste caso, de formas inteiramente novas de subjetividade. Estamos falando seriamente sobre

mundos em mutação que nunca existiram, antes, neste planeta. E não se trata simplesmente de ideias. Trata-se de uma nova carne”.⁴⁶³

Ao questionar os fundamentos fixos da natureza, os enunciados da letra da música de Jup nos remetem à proposta de futuro que Donna Haraway nos apresenta com a antropologia do ciborgue. O regime de historicidade futurista para sujeitos de gênero e sexualidade ultrapassam as dicotomias impostas pela cultura cis-heteronormativa do Ocidente. O mundo que habitamos no presente é precisamente “um mundo de redes entrelaçadas”. Esses entrelaçamentos, que carregam em si temporalidades outras e também outras constituições, se reconfiguram para reelaborar esses sujeitos fragmentados, a fim de criar espaços para sua existência.

Se antes essas figuras povoavam os imaginários coletivos causando pânico, hoje o real se debate para absorvê-las no cotidiano. Seres híbridos, carne e osso, que se misturam com máquinas contestadoras, retomando o debate farmacopornográfico de Preciado; é possível conectar esses corpos por meio das tecnologias que os fabricam. Corpo-máquina, corpo-bomba, corpo-terror. Corpos que, construídos, desempenham funções anticistêmicas, se apropriando das tecnologias para provocar fissuras no espaço/tempo.

A força enunciativa do que pode um corpo nos transporta para a noção que circula e sustenta as justificadas investidas necropolíticas do Estado de terror social contra tudo o que vai de encontro às suas conformidades. O pânico moral, instrumento mitigado nos discursos oficiais das instituições, orchestra um exército para lutar contra as diferenças que incitam e escancaram as possibilidades de existir. Ainda assim, estamos constituindo a nós mesmos como construímos os circuitos comunicacionais nos quais a linguagem habita e consolida suas formas de poder e resistência.

A tomada estratégica desses espaços narrativos é dever ético-político não apenas da historiografia, mas das epistemes de modo geral. Por isso, o trabalho da arte em conjunto com a política tem como responsabilidade afetar os corpos transeuntes que, mesmo não conscientes dessa guerra, possam somar forças para reescrever as histórias de passado, presente e futuro que foram e são usurpadas desses sujeitos. Existe, portanto, um feixe de luz no caminho trilhado por essas vozes que ressoam insurgentes.

Há uma indagação implícita na superfície discursiva de “o que pode um corpo sem juízo?” que aponta uma direção muito potente de questionamento dos corpos e subjetividades

⁴⁶³ KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”. Um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 23.

no contemporâneo. Ainda, nos localiza temporalmente nas narrativas de regimes futuristas em que o ciborgue não mais é imaginado, de modo a causar terror, mas existe no cotidiano, no real.

As noções de desconstrução que sustentam os fios tecidos deste trabalho, assim como a reiteração de um mundo em ruínas e da dissolução do “humano” a-histórico e, ao mesmo tempo, transtemporal, nos auxiliam a enxergar direções nas quais novas éticas e relações sociais possam se estabelecer. “Quem precisa de sujeito?”⁴⁶⁴. A questão deixada por Tomaz Tadeu nos provoca a olhar o tempo presente como um regime de historicidade povoado por ciborgues. A fabricação narrativa dessa personagem nos permite questionar a ideia de sujeito da razão, que implica pensar um movimento de fazer caber dentro desse conceito uma série de modos de vida; essa crítica possibilita criar novas modalidades de sujeito, ou mesmo considerar a dissolução de uma categoria cristalizada em uma definição excludente e opressora.

O esforço de construir discursivamente a personagem do ciborgue, acoplando em seus sentidos a possibilidade de um corpo-bomba tornar-se ciborgue, tem como objetivo apontar formas de futuro para além dos limites estabelecidos pela materialidade da pele. Por isso, Tadeu nos elucidava acerca do debate que “Os estudos culturais sobre raça e etnia denunciam, de forma insistente, as relações espúrias entre, de um lado, o sujeito que é privilegiado no discurso e nas instituições dominantes e, de outro, o homem branco, de ascendência europeia”⁴⁶⁵.

Sob a cultura, a ação do tempo, do espaço, história
Geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos algo
Homens, mulheres, transgêneros, cisgêneros, heterossexuais
Homossexuais, bissexuais, e o que mais quisermos
Pudermos ou nos dispusermos a ser
O que pode o seu corpo?⁴⁶⁶

Até então, as teorias sociais e culturais consideraram que não há possibilidade de existência de sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, bem como da cultura e das relações de poder. Nesse sentido, há no interior dessas estruturas processos que têm transformado, radicalmente, o corpo material dos seres vivos e, por isso, nos obrigado a

⁴⁶⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 10.

⁴⁶⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. Nós, ciborgues. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 10.

⁴⁶⁶ O QUE pode um corpo sem juízo? Composição e performance: Jup do Bairro. DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? São Paulo: Estúdio Deck9 Record's, 2020.

repensar sua ontologia imutável e “natural”. É no terreno da ficção, nas imagens cinematográficas de *Guerra nas estrelas* ou na telenovela brasileira *O clone* que começamos a ressignificar as imagens dos corpos que povoam nosso futuro. Ciborgues, híbridos tecnoculturais feitos a partir de nossa pele nos fazem questionar nossa própria humanidade.

Como isso se relaciona com a narrativa que pretendemos apresentar nessas linhas? Os corpos abjetos, corpos-terroristas, corpos-bomba que explodem os limites da materialidade humana são justamente os sujeitos que o discurso do Ocidente cis-heteronormativo construiu historicamente como monstruoso, portanto, não humano. Reivindicar a não humanidade como um lugar possível de habitar nos coloca diante da problemática: quem e sob quais condições determina onde começa e onde termina o humano? Ou, como destaca Butler, “o que conta como humano”⁴⁶⁷?

É decisivo para os seres de fronteira questionar as condições sob as quais são discursivamente criados e apresentar também possibilidades que façam avançar as percepções de humanidade que organizam as normas regulatórias. Esse é um dos movimentos provocados quando Jup do Bairro e Linn da Quebrada sobem ao palco e ritualizam gestos que reafirmam a potência de sua “monstruosidade”. É inegável a presença de seres que compõem outro tipo de cosmovisão, causando fissuras na ontologia humana tal como prescreve a epistemologia colonial.

Algumas considerações devem ser feitas acerca da noção de ciborgue desenvolvida por Haraway. A preocupação com os aspectos políticos que constituem a ciência nos faz perceber o modo como estão imbricadas as relações entre tecnologia e natureza, ora uma se confunde com a outra, ora alcança dimensões que as epistemologias ainda não estão preparadas para analisar.

O corpo-bomba fabricado pela narrativa carrega estilhaços fragmentados da proposição ciborguiana de Haraway⁴⁶⁸. Nesse sentido, a alternativa que procuramos criar para pensar sujeitos de fronteira partilha de pressupostos críticos comuns ao que a autora apresenta. Os problemas a que estão sujeitas as terroristas de gênero, bem como o contexto e o regime de historicidade são outros. Todavia, retomar o debate da antropologia ciborgue é oportuno, na medida em que ele nos fornece elementos muito particulares para pensar os regimes futuristas que desejamos imaginar e criar.

⁴⁶⁷ BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 50.

⁴⁶⁸ HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século 20. *In*: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do Ciborgue**: As vertigens do pós-humano. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

As artificialidades do humano, que também são recorrentemente evidenciadas por Paul Preciado⁴⁶⁹, nos auxiliam a visualizar um panorama de possibilidades críticas aos sujeitos no tempo presente. A preocupação em afirmar a potência desses corpos também se faz urgente, já que isso implica efeitos no combate às investidas do necropoder, sobretudo quando se pretende desvincular uma terrorista de gênero de um suposto pânico moral que provoca apenas por existir.

A destruição é uma categoria altamente presente no discurso das terroristas de gênero. Para construir um mundo possível, é necessário destruir o existente e transformá-lo em ruínas. Nesse sentido, podemos perceber alguns elementos dessa dissolução do humano, proposto por Linn, em “Eu matei o Júnior”. “Histericamente histórica, Historicamente estóica... Estou cá...Pedindo que você, se saia”⁴⁷⁰. Importante observar como Linn inicia a música, lançando mão do termo “histericamente”. Ao feminino foi relegado, não só pela psicanálise freudiana, como também por inúmeros outros saberes, a histeria como condição para construir sua ontologia. Por isso, histericamente histórica constitui a abertura enunciativa da qual Linn se vale para nos provocar a reflexão da destruição dessa ontologia.

A arte, em sentido mais amplo, busca no *mix* de experiências a inspiração para produzir obras, monumentos, artefatos e vestígios que eternizam materialmente as condições e forças das relações sob as quais é criada. Por isso, arte é também história, pois carrega em seu interior fragmentos e discursos acerca das temporalidades e espacialidades, conferindo aos acontecimentos relevância no regime de verdades que se pretende configurar. A música e a performance, que habitam o universo artístico, se apresentam como artefatos do tempo presente e nos dão condições de vislumbrar a emergência de um giro epistêmico proposto pelo terrorismo de gênero.

Assim como o cinema, apresentado nas seções anteriores, a música torna-se um dado significativo para enxergarmos o mundo, suas contradições, bem como as relações de poder implicadas em suas produções. Ainda, marca a posição ético-política que os enunciados pretendem construir. Nesta seção, buscamos compreender de que modo o terrorismo de gênero, como estratégia discursiva, nos revela possibilidades de saber-poder e a emergência de subjetividades disruptivas na história do tempo presente.

A arte como prática de experimentação exige daquele/a que a executa um trabalho árduo. Para Deleuze, “é de toda a arte que é preciso dizer: o artista é mostrador de afectos,

⁴⁶⁹ PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

⁴⁷⁰ EU matei o Júnior. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 9.

inventor de afectos, criador de afectos, em relação com os perceptos e visões que nos dá⁴⁷¹.” Desse modo, as terroristas de gênero, em modo de criação, produzem blocos de sensações afetando os corpos com os quais compõem e criando consistência e coerência discursivas.

Para matar e morrer, Linn precisou que sua criação fluísse em seu meio, afetasse outros corpos terroristas, criasse outros corpos-bomba. Estabelecida essa relação, é possível desvelar o que transpassa com isso, denso e consistente. O corpo-bomba que explode os sentidos cristalizados da cultura nos faz questionar e repensar as artimanhas de constituição da subjetividade humana, deslocando sua realidade e exigindo um exame minucioso de suas partículas formadoras. Dessa forma, acaba por deflagrar que “Esse Sujeito” é, na verdade, o fundamento da ideia moderna e liberal de democracia. É “Ele”, ainda, que está no centro da própria ideia moderna de educação⁴⁷².

Se top, se vingue, se manque,
Se engane
Pedindo que você, se saia,
Se top, se vingue, se manque,
Se engane.⁴⁷³

O “enganar”, aqui, demonstra como Linn compreende que embora seu desejo de destruição seja legítimo e se efetue, ainda restam alguns dos fragmentos que a constituíram no passado. Além disso, a noção de engano pode aparecer como uma referência encoberta pelos marcadores culturais que naturalizam as subjetividades como dados dessa mesma cultura. Nesse campo, para Tomaz Tadeu, é fundamental levarmos a cabo o debate feito por Haraway acerca da possibilidade existencial do ciborgue, uma vez que:

O ciborgue nos força a pensar não em termos de “sujeitos”, de mônadas, de átomos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades, tal como sugerido, aliás, por uma “ontologia” deleuziana. O mundo não seria constituído, então, de unidades (“sujeitos”), de onde partiriam as ações sobre outras unidades, mas, inversamente, de correntes e circuitos que encontram aquelas unidades em sua passagem. Primários são os fluxos e as intensidades, relativamente aos quais os indivíduos e os sujeitos são secundários, subsidiários.⁴⁷⁴

⁴⁷¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 207.

⁴⁷² SILVA, Tomaz Tadeu da. Nós, ciborgues. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 13.

⁴⁷³ EU matei o Júnior. Compositora e performer: Linn da Quebrada. In: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 9.

⁴⁷⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. Nós, ciborgues. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 4.

A farsa que a ciência moderna e contemporânea vem sustentando tem relação direta com o que Linn da Quebrada pretende denunciar em sua enunciação de morte do sujeito. Como destacado por Tadeu, a concepção de ciborgue nos força a considerar as relações implicadas na construção desses corpos e como elas, as relações, reconfiguram seu circuito para desumanizar e apagar dos sistemas estruturais os corpos abjetos.

Linn não se parece com a representação de ciborgue que comumente vemos nas ficções científicas. Todavia, ela carrega em si elementos potentes para questionarmos as relações políticas e éticas que atravessam essas personagens. Assim como o corpo-terrorista criado nestas linhas, o ciborgue questiona os pressupostos arregimentados para a criação de uma ontologia do humano. A partir disso, reconfigura seus componentes trazendo para cena a possibilidade do não humano como forma também de humanidade.

A crítica às teorias humanistas que são, necessariamente, excludentes de subjetividades diversas, está presente nas reivindicações tanto das antropologias do ciborgue quanto nas elaborações acerca do terrorismo de gênero. É assim que Kunzru observa que o ciborgue:

joga para a lata do lixo as grandes oposições entre natureza e cultura, *self* e mundo, que atravessam grande parte de nosso pensamento. Por que isso é importante? Em conversas, quando as pessoas descrevem algo como sendo “natural”, elas estão dizendo que “é assim que o mundo é, não podemos mudá-lo.”⁴⁷⁵

Os tensionamentos propostos pelos novos movimentos micropolíticos por meio da arte acirram a disputa por narrativas na historiografia. As provocações das terroristas de gênero caminham justamente no sentido de colocar em xeque esse jogo de relações de poder que constroem como fixas as hierarquias e que impossibilitam essas figuras de ascenderem ao nível do humano. Do mesmo modo, questionam o caráter de natureza das estruturas raciais, de classe, gênero, etnia, e as marcas sociais do corpo. Para o corpo-bomba das terroristas, tudo extrapola e explode os limites da natureza e da cultura. Elas não apenas se colocam no fora das oposições dicotômicas, como também destroem essa lógica na tentativa de construir novas categorias, novas narrativas e uma nova maneira de enxergar o mundo.

⁴⁷⁵ KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”. Um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 25.

4.4 QUEM *SOUL*⁴⁷⁶ EU?

As elaborações efetuadas até o presente capítulo nos direcionam a uma perspectiva de afirmação, potência e positividade das abjeções e desvios. Nesse sentido, construímos um *corpus* documental que nos possibilitou vislumbrar os avanços de políticas públicas, além de apontar muitos retrocessos ocasionados a partir de uma racionalidade necropolítica no Brasil do tempo presente. Não procuramos responder a todas as questões levantadas aqui, assim como também não se pretende estabelecer uma elaboração teórica que se encerre em si mesma, mas uma ideia que, por conseguinte, se desdobrará em novas configurações na posteridade.

Estas páginas se mostraram como um campo aberto de experimentações discursivas, embora ainda esbarrem em muitas questões acerca dos sujeitos, corpos e subjetividades de que trata. Todavia, o terrorismo de gênero se mostrou uma forte alternativa, entre as categorias de que dispomos, para a análise dos fenômenos históricos do tempo presente.

Quem mandou morrer
 Quem mandou matar
 (Júnior está morto)
 Para renascer das cinzas
 Antes teve que queimar
 Arder...⁴⁷⁷

Seguindo as pistas de Linn, sabemos que para refazer é preciso destruir. Portanto, estamos em processo de destruição. Matar o Júnior, elemento simbólico e material, foi o ato final para a descoberta de Lina como Linn. Os enunciados que evocam a ritualística da morte e vida para Linn estão presentes em suas músicas. O jogo de palavras que ela cria com o título da música “quem *soul* eu” nos remete a isso e a uma das questões fundamentais perseguidas pelas ciências humanas desde o início do século XIX, qual seja: quem somos nós? Além disso, a palavra *soul*, traduzida do inglês, significa “alma”. Linn brinca com essa tensão entre corpo, alma e essência.

No capítulo I da presente tese, cartografamos a personagem Linn a fim de buscar elementos de análise para criação da categoria terrorismo de gênero. Assim, trabalhamos também com a questão, fio condutor do trabalho realizado, que se sustenta na ideia de matar e

⁴⁷⁶ O trocadilho proposto nos remete à ideia de “ser” que a palavra alma em inglês carrega foneticamente.

⁴⁷⁷ EU matei o Júnior. Compositora e performer: Linn da Quebrada. In: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 9.

morrer. Destruir e reconstruir os fragmentos do corpo de modo afirmativo. “Ser bicha não é só dar o cu é também poder resistir!”⁴⁷⁸

A ideia implícita que Michel Foucault perseguiu em sua vida de trabalho fica aparente na fala de Linn. Onde há poder, há também resistências. Por isso, ela não apenas resiste às investidas do necropoder, como também faz dessa fissura uma possibilidade de criação. A partir das elaborações anteriores, efetuaremos duas questões para tentar amarrar as análises propostas no presente capítulo com as demais. Nesse sentido, Gostaria de retomar o dilema ético proposto por Butler acerca de colocarmos em prática uma ética da não violência.

4.5 TIC, TAC, TIC, TAC... BOOM!!!

No tópico 3.2 do terceiro capítulo, discutimos acerca da articulação entre o conceito deleuziano de “máquina de guerra” e a noção desenvolvida por Judith Butler sobre a força da não violência. Retomando rapidamente a noção de máquina de guerra, entendemos que o esforço de Deleuze consistiu em apresentar uma categoria de organização social contra-hegemônica que embora pudesse partir da própria instituição estatal, escapava aos seus enquadramentos, uma vez que seu principal pressuposto é o da oposição à própria violência do Estado como efeito do necropoder.

Nesse sentido, essa noção articula-se à proposição de Butler na medida em que a autora considera a crítica às formas de violência, que constituem as formações sociais contemporâneas, a fim de propor uma ética que não parta da reiteração das normas regulatórias que têm como sustentação as ações violentas para controlar socialmente os corpos e subjetividades. Ainda, no que tange ao conceito de terrorismo, vimos também o modo como historicamente a categoria toma formas de ação violenta contra o Estado, a serviço de uma empreitada individual subversiva para destruir a ordem autoritária da instituição. Portanto, a violência é o fio condutor sob o qual estão alicerçadas as estratégias discursivas das quais dispõe o terrorismo para sua efetivação. Basta uma pesquisa rápida no *Google* e somos bombardeados por informações que vinculam estreitamente o terrorismo às práticas de violência.

Todavia, pretendemos desfazer esse vínculo político para estabelecer uma possibilidade afirmativa para a ação das terroristas de gênero no contexto brasileiro. Para

⁴⁷⁸ TALENTO. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 1.

tanto, construímos a seguinte questão: Pode uma terrorista de gênero escapar do estigma da violência? De saída, constatamos que o investimento político feito para impregnar de sentidos a figura das terroristas de gênero se sustenta a partir da ideia do “pânico moral”. Essa noção, discutida por Richard Miskolci, localizadamente no texto em que ele elabora uma genealogia do conceito de “ideologia de gênero”, é nosso ponto de partida para incitarmos os leitores à provocação e avançarmos nas possíveis respostas a essa pergunta.

O pânico moral tem sido o instrumento ideológico mais mobilizado na construção de um inimigo comum da agenda conservadora no Brasil. Desde a criação de *fake news* que acusavam os governos petistas da distribuição de *kits gays* nas escolas até a invenção da famosa “mamadeira de piroca”, os mais diversos absurdos entraram no jogo de disputa política para demonizar a imagem dos governos de esquerda e criar uma atmosfera de terror que conectasse os debates de gênero e sexualidade nas escolas com o fantasma de um inimigo comum que precisava ser ferozmente aniquilado.

O famigerado discurso nos faz rememorar a quantidade de esbravejamentos proferidos pela ala conservadora em meados do ano de 1964, que protestava contra as artimanhas do comunismo sob o argumento de que o regime destruiria completamente a família tradicional, os valores morais, a religião e o “Estado democrático”. Em defesa da democracia foram colocados sob custódia do Estado todos aqueles/as que defendiam uma alternativa ao autoritarismo do regime militar e o estabelecimento de uma nova forma de constituição de sistema político.

A respeito da ideia de pânico moral mobilizada no tempo presente, podemos associá-la às investidas conservadoras diante da efetivação de políticas públicas voltadas à sexualidade e aos direitos humanos. É muito oportuno notar que a defesa da equidade de direitos e da suposta “democracia” tornou-se alvo primário dos ataques de Jair Bolsonaro. A “investida antigênero” se transformou no que, analogamente, podemos considerar como inimigo comum da perseguição política contemporânea. Dessa maneira, faremos um breve sobrevoo no debate conceitual acerca do conceito de pânico moral para, em seguida, analisarmos rapidamente de que modo esse dispositivo atua em favor de deslegitimar a luta micropolítica das terroristas de gênero. Para tanto, estabeleceu-se uma conexão direta da ação ativista de Linn da Quebrada à violência contra os valores morais e a família tradicional brasileira.

Para Carla Machado, em artigo de 2004 no qual discute acerca da disputa discursiva em torno do conceito de pânico moral, há algumas utilizações da expressão que são anteriores à definição conceitual que associa o “pânico moral” a uma ideia de efeito espiral entre os meios de comunicação, a opinião pública e os grupos sociais e políticos atuantes na situação.

Todavia, ela considera a definição que Stanley Cohen emprega à expressão mais consistente e explica:

Cohen define o problema como fenômenos recorrentes aos quais as sociedades parecem periodicamente estar sujeitas, no sentido em que ‘uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos mass media; barricadas morais são fortalecidas [...]; peritos socialmente acreditados pronunciam os seus diagnósticos e soluções; modos de coping são desenvolvidos ou (mais frequentemente) é procurado refúgio nos já existentes; a condição desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se menos visível’ (1972/1987: 9).⁴⁷⁹

A partir dessa definição, podemos iniciar nossas correlações. Como já discutido em artigo por Richard Miskolci, o conceito “ideologia de gênero” foi criado para integrar essa série de dispositivos políticos que derivam da ideia do pânico moral e que objetivam minar a relevância e atuação política dos estudos de gênero e sexualidade. A priori, a Igreja Católica assume o papel de porta-voz da defesa da honra e moralidade globais, mas posteriormente essa noção é difundida de outros modos.

O Brasil, em clima de instabilidade política, social e cultural (que pode ser percebida no marco das “Jornadas de Junho de 2013”), passa a ter como uma de suas principais pautas políticas, além do combate à corrupção, a defesa da família tradicional, da moral e dos costumes conservadores. Não obstante, se analisarmos os discursos proferidos no Senado, à época da votação do *Impeachment* de Dilma Rousseff, é possível notar que a maioria das falas são direcionadas a intensificação do recrudescimento dos valores morais.

O clima de disputa se tornou acirrado, e a credibilidade das pautas identitárias, suas ações e discursos foram cada vez mais desmobilizados. Nesse contexto, a campanha presidencial de Bolsonaro lança mão de instrumentos de ataque ideológicos para incorporar o discurso em defesa da democracia. Está presente em todas as suas investidas a mobilização do pânico moral como justificativa do combate aos governos do PT. Diante disso, a primeira estratégia dos meios de comunicação, que se concentram majoritariamente nas mídias sociais, é criar rumores acerca da subversão dos valores da família e da sociedade. Assim, as políticas de educação sexual e, sobretudo, a palavra “gênero” tornaram-se alvos de distorções e percepções desorganizadas.

Esse primeiro passo teve como objetivo instaurar a dúvida a respeito da legitimidade das ações governamentais na inserção dos debates acerca das multiplicidades de gênero,

⁴⁷⁹ MACHADO, Carla. Pânico Moral: para a revisão de um conceito. *Interacções*, n. 7, p. 60-80, 2004. p. 61.

historicidade das violências contra opositores das investidas autoritárias e conservadoras, bem como a subversão às noções de sujeito pré-configuradas que representavam uma perturbação evidente na ordem inconsciente das pessoas, nos “Currículos Básicos Comuns” escolares . A partir daí, notícias sobre o *kit gay*, a “mamadeira de piroca” e outras enunciações circularam incessantemente nas caixas de mensagem dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

O superdimensionamento das informações circuladas, que projetavam um futuro catastrófico caso os governos do PT continuassem ocupando as cadeiras do poder público, começam a gerar uma série de desconfortos e desespero na população. Isso também evidencia o caráter altamente autoritário e conservador de grande parte dos eleitores que contribuíram para o processo de circulação dessas informações. Cansados de ter que se conformar ao “politicamente correto” sem que pudessem manifestar publicamente o descontentamento da mudança radical do cenário social, o sensacionalismo cria um problema social estereotipado e fixa sentidos interpretativos primários para todas as imagens que se seguem acerca do problema.

Ou seja, a construção simbólica que representa o pânico moral no contexto brasileiro se deu a partir da relação entre a construção de uma “ideologia de gênero” que criminaliza e subverte o argumento de libertação das hierarquias de opressão contra os sujeitos que não se enquadram na ordem cis-heteronormativa branca, assim como os sujeitos racializados e periféricos. Acerca das questões que dizem respeito aos sujeitos racializados no contexto em discussão, há seções anteriores que debatem a maneira como os dispositivos políticos mobilizam afetos odiosos que, conseqüentemente, culminam na ideia de extermínio e necropolítica.

Nesta seção, nos dedicaremos a percorrer os argumentos que primeiro constroem o vínculo entre as figuras consideradas como “terroristas de gênero” e como sua simples existência representa uma prefiguração à violência contra os valores morais. Portanto, na medida em que o pânico moral é acionado contra essas existências, fica evidente o mecanismo de criminalização que sustenta o argumento. Ou seja, os desdobramentos dessas mobilizações vão no sentido de como a população verifica os danos causados pela existência, por exemplo, de sujeitos como Linn da Quebrada que circulam livremente e que aparecem como “normais” em programas de televisão.

Assim, cria-se uma relação entre as políticas públicas de gênero e sexualidade, como o direito ao nome social, às cirurgias de redesignação sexual etc., isto é, direitos à possibilidade de saída dessas pessoas da ilegalidade, com problemas sociais que ameaçam os valores,

colocam em crise as famílias e criam um abalo na autoridade da estrutura fixa da cis-heteronormatividade branca e burguesa.

Daí deriva a construção de imagens demonizadas desses sujeitos desviantes da ordem conservadora, comumente associados ao desvio das crianças, culpabilizados pelo ensino de gênero e sexualidade nas escolas e em outros meios de comunicação, vinculados a atributos estereotipados, que contribuiriam para a destruição total da família, da moralidade e da decência. Assim, resulta dessa equação uma imagem demonizada do grupo desviante, que muito bem se associa ao combate empreendido pelos grupos religiosos, que majoritariamente orquestram investidas para sacralizar as vidas desviantes, como é o caso das Igrejas que aplicam a cura gay e derivados, apresentando o desvio como uma anormalidade passível de ser corrigida pela unção de seus sacerdotes, em contraponto a uma imagem ideal, cis-heteronormativa, branqueada e burguesa de sujeito a ser seguida, reiterada e estabelecida como “verdadeira”.

Gostaria de destacar aqui, portanto, um raciocínio bastante interessante. Não apenas um dispositivo de poder/político, o pânico moral torna-se nas sociedades contemporâneas uma espécie de forma que integra a racionalidade política de governo. Ou seja, retomamos a perspectiva foucaultiana para estabelecer a noção de governamentalidade, uma vez que fica bastante evidente que há uma nova disputa pelo controle dos corpos, sexo, gênero e desejo por parte considerável da classe política brasileira.

Então, se seguirmos essa pista, compreenderemos que as sanções que tentam novamente restringir o avanço das políticas públicas em relação às pessoas TLGBI+ no Brasil, bem como a construção da noção de que, em nosso exemplo mais próximo, as terroristas de gênero se configuram como indivíduos perigosos, por isso criminalizáveis, se pautam na estratégia política para buscar novas formas de governar o corpo e a sexualidade. Assim, o velho “dispositivo da sexualidade” desvelado por Michel Foucault ganha nova conotação, já que aliado à noção de pânico moral, e reconfigura as novas modalidades e dispositivos de controle para enquadrar cada vez mais os corpos desviantes dentro da ordem cis-heteronormativa.

Nesse sentido, a violência associada às terroristas de gênero, que imprime nessas figuras imagens de violação da ordem moral, censura cada vez mais o raio de ação micropolítica desses grupos, a fim de reconduzi-los de volta aos armários e à clausura. Como destacam Maria Rita César e André Macedo Duarte:

O gênero, a sexualidade e a diversidade sexual foram transformados em armas de uma guerra político-moral no contexto da chamada “ideologia de gênero”, bem como dos esforços narrativos visando uma “re-naturalização” do corpo, do sexo e do desejo. Tais esforços se embasam em leituras e interpretações de textos religiosos ora precárias, ora francamente interessadas, e visam disseminar um preconceito reativo contra conquistas importantes das mulheres e da população LGBTI.⁴⁸⁰

É fundamental assinalar aqui que a ideia de “ideologia de gênero” já fora debatida em capítulos anteriores com mais cuidado analítico. Por isso, não aprofundaremos esse debate nesta seção, haja vista que o que nos interessa é pensar como age, dentro dessa construção epistêmica, a estratégia do pânico moral que, por fim, nos provoca a refletir acerca de como essa governamentalidade perversa subverte a maneira pela qual se apresenta a defesa da sociedade contrária à violência. Assim como a ideologia de gênero, as noções de violência de Estado e racionalidade necropolítica também aparecem anteriormente amplamente desdobradas, revelando seu mecanismo discursivo que garante a legitimidade de sua ação.

Assim, quando tratamos no capítulo III acerca de uma ética da não violência, a crítica se sustenta no argumento da própria inversão discursiva da noção de prática de violência, que concorre com uma postura ética de resposta a essa problemática, a partir de uma crítica ao próprio automatismo da violência como única alternativa de defesa de determinadas instituições que desorganizam o funcionamento social e biopolítico. Esse debate é crucial para a manobra de desassociar a ideia de terrorismo com a prática da violência.

Primeiro, quis argumentar a partir do conceito deleuziano de “máquina de guerra” como a ação das terroristas de gênero, desafiando o dispositivo da sexualidade contemporâneo, foi capaz de construir o sujeito terrorista como uma linha de fuga subjetiva, escapando às redes de interdependência e controle do Estado. Ou seja, embora estivesse em jogo a manutenção da vida desses sujeitos, as terroristas continuaram a criar brechas estratégicas para se infiltrar nos espaços institucionais, implantar a bomba discursiva e aguardar o momento da explosão.

Ainda que não seja fonte para a presente tese, a participação de Linn da Quebrada na casa mais assistida e vigiada do país, o *Big Brother Brasil*, causou uma espécie de microrrevolução no modo como se enxergam as transidentidades e transexualidades no país. Muito embora não fosse a primeira aparição de Linn em rede nacional, tendo destaque para sua performance e ativismo no programa “Amor e Sexo”, além da atuação em minisséries da

⁴⁸⁰ CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017, p. 4.

mesma emissora, a artista apresentava o programa “Transmissão” no *Canal Brasil*, cujo conteúdo pululava críticas aos mais diversos temas.

Por isso, voltamos a argumentar que ao notar a fluidez que o ativismo de Linn conseguiu alcançar, além de acionar outras ações micropolíticas no interior das instituições, houve enorme preocupação por parte dos parlamentares brasileiros a fim de conter essa “onda da diversidade”. A estratégia mais eficiente foi a criação do pânico moral, que outrora se relacionava ao inimigo comum da nação, o comunismo, e agora pretende combater fortemente a afirmação de outros modos de vida.

O despontar do medo conservador se torna mais evidente quando, a partir do ano de 2000, assistimos à elaboração de inúmeras propostas de políticas educacionais e públicas voltadas para o estabelecimento da equidade entre os sujeitos, combate aos diversos preconceitos e respeito às diversidades sexuais e de gênero. Convém rememorar também a significativa força política dos movimentos sociais de esquerda, feminismos e movimentos TLGBI+, que aumentaram seu raio de ação social. Estabeleceram-se também, nesse contexto, alianças bastante significativas entre o governo federal e esses movimentos para garantir a efetividade no combate à violência contra essas populações. Além disso, algumas lideranças sociais começaram, aos poucos, a ocupar posições em ministérios e secretarias do governo, o que possibilita maior acesso às instâncias de promoção desses planos.

uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR elaborou o programa Brasil sem homofobia – Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. (BRASIL, 2004) Dentre as diretrizes do programa organizou-se um item exclusivo sobre o direito à educação livre de preconceito em relação à orientação sexual, isto é, o item “V – Direito à Educação: promovendo a paz e a não discriminação”. (BRASIL, 2004, p. 05). Posteriormente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação, em parceria com as Organizações Não Governamentais GALE – Global Alliance for LGBT Education, a Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação e sexualidade e a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, organizou o programa Escola sem homofobia, cujo principal objetivo era oferecer um conjunto de materiais de apoio para professores/as abordarem nas escolas o tema da diversidade sexual e de gênero.⁴⁸¹

Os dados apresentados revelam a inclinação institucional em organizar um conjunto de materiais didáticos para a formação continuada de professores, a fim de capacitá-los para lidar com as diversidades sexuais e de gênero no campo escolar. Todavia, tão logo implementadas essas medidas, a reação da ala conservadora veio como um refluxo indigesto contra os

⁴⁸¹CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017, p. 6.

avanços em relação às pautas identitárias, aplicando diversas formas de violência contra os educadores, ativistas e intelectuais que realizaram o trabalho. Como já mencionado, o “*kit gay*” protagonizou uma disputa ideológica dentro das instituições, momento em que a ala conservadora e fundamentalista alegou que esse material seria mais uma propaganda TLGBI+ e que, portanto, acirrava a crise política já instaurada.

Nesse sentido, além do que já foi destacado acerca da associação entre a imagem de indivíduo perigoso e às terroristas de gênero, há também a justificativa de que esse material desempenharia o papel de impingir crianças e adolescentes a práticas sexuais desviantes; por conseguinte, era preciso combater a coação, criando uma atmosfera de pânico moral, para que o medo mitigado fosse incutido na cabeça da população que, automaticamente reagiria contrária e violentamente ao conteúdo proposto. Além de leis que explicitavam o conceito de gênero em seu texto, há também uma série de decretos e portarias que garantiriam a permanência, sem o prejuízo de ações discriminatórias, para a população negra, indígena e TLGBI+ nas escolas.

O público-alvo das ações dos programas sociais “Escola sem Homofobia”, bem como das leis que garantem o respeito à diversidade e o combate à violência são crianças e adolescentes. Como destaca Gayle Rubin em suas investigações acerca do pânico moral nos Estados Unidos da América, o alvo dessa mobilização do medo são justamente as crianças, entendidas como tripé fundamental da família tradicional. No Brasil, a família nuclear como um todo torna-se o centro de preocupação dos conservadores e fundamentalistas. Para Rubin:

Durante o pânico moral, alguns medos atacam desafortunadas atividades sexuais e populações. A mídia se torna inflamada de indignação, o público se comporta como uma plebe raivosa, a polícia é chamada e o Estado põe em ação novas leis e regulamentos. Quando o furor passou, algum grupo erótico inocente foi dizimado e o Estado estendeu seu poder para novas áreas do comportamento erótico.⁴⁸²

Dadas as dimensões da estratégia do pânico moral arregimentada no Brasil, é preciso destacar que inúmeras parlamentares sofreram e ainda sofrem violência política de gênero no âmbito do trabalho. Para Tássia Pinho, há um debate conceitual bastante relevante acerca dos contornos do conceito de violência política de gênero. Destaca-se que essa categoria, que também entra no pacote das investidas conservadoras e fundamentalistas, não apenas congrega as diversas formas de violência (física, psicológica, política) contra sujeitos de gênero, como também delimita o espaço de atuação desses sujeitos. Para a autora:

⁴⁸² RUBIN, Gayle. Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry.; BARALE, Michele. A.; HALPERIN, David. M. (ed.). **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993. p. 25.

esta interpretação tem levado a categoria de violência psicológica a abarcar um sem-número de comportamentos que, para elas, poderiam ser reconhecidos enquanto formas distintas de violência. Desta maneira, sugerem a inclusão das categorias de violência simbólica e econômica, sem excluir a possibilidade de interseção entre essas diversas formas. Precisamente, propõem uma definição estendida de violência política de gênero que integre violências sexuais à categoria de violência física, e separe a categoria violência psicológica em econômica, simbólica e psicológica. Apontam que estas diversas formas de violência política de gênero se distinguem de outros atos de violência, inclusive no âmbito da política, por ter como objetivo impedir a participação de uma mulher como mulher, não como indivíduo, membro do partido ou defensora de determinada posição ideológica.⁴⁸³

Compreendemos, portanto, que o esforço para criminalizar e censurar as ações no tocante às políticas públicas de promoção à equidade de gênero e contra as violências faz parte de um quadro de investidas da bancada conservadora fundamentalista, a fim de tentar enfraquecer e aniquilar os movimentos que desmantelam o mecanismo de perversidade e controle dos corpos e subjetividades. Além disso, essa mesma ala busca mascarar a situação, invertendo a ordem discursiva e o significante das práticas de violência e de precarização da vida, com objetivo de construir um imaginário de culpa que recaí sobre os grupos que defendem posturas mais progressistas.

Dessa maneira, o levantamento de algumas análises que pudessem percorrer as respostas à questão proposta ainda nos parecem um tanto complexas face às complexas redes de relações de forças contrárias aos avanços dos debates acerca do gênero e da sexualidade. Muito se discute e se aponta em direção a um retrocesso. Entendo que há uma historicidade adversa em relação à continuidade dos avanços e conquistas de direitos a nível institucional. Todavia, há também uma faísca que se desgarrar destes tempos sombrios e nos indica algumas possibilidades. Ao colocarmos em questão a pergunta: “Pode uma terrorista escapar do estigma da violência?”, é possível que comecemos a esboçar linhas de fuga mais afirmativas.

Lançamos essa questão para apresentar o dispositivo do pânico moral e demonstrar como ele implica diretamente a figura da terrorista dentro do pressuposto da violência. Ou seja, historicamente, o conceito de terrorismo é largamente carregado de sentidos políticos que se vinculam quase que automaticamente à ideia de uma ação violenta contra o Estado e a Nação. Portanto, amarrando os fios que se teceram neste tópico a outros anteriormente debatidos, foi possível notar de que modo o Estado usa o discurso da guerra para criminalizar quaisquer sujeitos que se desviem de seu raio de controle e captura.

⁴⁸³ PINHO, Tássia Rabelo de. “Debaixo do Tapete”: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020, p. 4.

A partir dessa leitura, o pânico moral funcionou como gatilho revelador para fazer ver o ponto em que surgiu uma dobra dentro da estrutura do sistema, que permitiu que a luta contra a violência e em prol da democracia se tornasse um catalisador próprio da violência, invertendo, portanto, a imagem que se consolida da figura do terrorista. Não obstante, não deixamos de considerar que em diversos momentos históricos as ações terroristas se guiaram a partir do pressuposto da violência. Todavia, em nosso estudo de caso, trata-se muito mais de uma inversão discursiva do que propriamente de uma ação que intente massacrar ou mesmo dizimar um grupo específico.

Para corroborar o argumento institucional para o combate à suposta ideologia de gênero, o conceito gênero também sofre severas inversões, tratando-se mais de um inimigo comum do estado do que de uma categoria útil para analisar os fenômenos sociais. Desse modo, o esforço neste trabalho se orienta no sentido de desconstruir a ideologia que criminaliza os estudos de gênero e sexualidade por meio do pânico moral e fazer audível o grito das terroristas de gênero, que assim como Linn, desejam resistir aos processos de aniquilação de sua própria existência. Assim, pelo direito de história e memória dessas terroristas é que pode uma terrorista escapar ao estigma da violência e apresentar modalidades de revide a partir de uma força da não violência.

4.6 CONTRA O TERROR, AFIRMAMOS A VIDA!

Diante do quadro esboçado anteriormente, apontamos o pânico moral como um instrumento acionado pelos grupos conservadores fundamentalistas com a finalidade de minar as formas de resistência aos dispositivos contemporâneos que censuram a diversidade sexual e a multiplicidade das identidades de gênero. Verificamos, conforme apontam os dados, que sistematicamente foram destruídas as secretarias e ministérios que eram responsáveis por elaborações de projetos, planos de ação e de governo no combate aos preconceitos raciais, de sexualidade, gênero, étnicos, de classe, de territorialidade etc. Ou seja, assistimos a um avanço no que tange ao combate dos resquícios coloniais no país. Todavia, no campo das instituições, há uma tomada do necropoder para a gestão da nação.

Nesse sentido, há outra preocupação que nos aparece enquanto pesquisadores/as eticamente engajados com o rompimento das estruturas coloniais. O problema das violências interseccionais toma de assalto os mais variados aspectos da vida humana, sendo responsável pelo aumento no índice estatístico que demonstra a quantidade de pessoas mortas a cada dia

no Brasil. O fenômeno da pandemia de covid-19 agravou essa problemática, uma vez que confinados no âmbito privado, muitos desses sujeitos acabavam mais expostos às violências cruzadas; além disso, a crise política intensificada com a pandemia relegou a muitos a situação de desemprego e desamparo. As ruas passaram a ser ocupadas, cada vez mais, por pessoas desabrigadas.

Por isso, afirmar a vida nas mais múltiplas possibilidades é a tarefa contemporânea dos movimentos micropolíticos. A partir da seguinte questão, retomaremos alguns pontos cruciais para a compreensão do terrorismo de gênero como categoria histórica. Assim, seguindo o fio condutor da questão anteriormente percorrida, “o terrorismo de gênero encerraria o ciclo das violências que incidem sobre os corpos TLGBI+, pretos e de quebrada?”. Ainda, esse mesmo terrorismo pode ser analisado como estratégia de afirmação da vida?

Apontar que o pânico moral é um dos mais fortes mecanismos acionados pela ala conservadora e fundamentalista já nos indica um horizonte em que se estrutura e se reitera a lógica da violência. Portanto, a destruição do que Suely Rolnik aponta como inconsciente colonial-capitalístico, ao pensarmos na ética da não violência, se apresenta mais como uma ideia de “fim” do mundo que nos constituiu e instituiu normas regulatórias para sujeição de nossas subjetividades a uma teia de controle e assujeitamento.

Dessa maneira, pensar o terrorismo de gênero como máquina de guerra não se trata apenas da constituição de linhas de fuga para escapar à lógica necropolítica, mas diz sobre a possibilidade de que essas “práticas que escapam” não sejam enquadradas dentro de uma lógica criminalizadora. Essa rede que as terroristas de gênero indicam construir tenta incansavelmente responder às investidas mais cruéis que se apresentam contra esses corpos; a compreensão de que ainda se pode articular um imaginário coletivo contrário aos silêncios e apagamentos históricos dessas personagens se configura como um potente arsenal construído e avança contra os epistemicídios presentes.

Gostaria de retomar alguns pontos que nos possibilitaram chegar até as presentes questões: entendendo o recorte espaço-temporal como um regime de racionalidade necropolítico, avançamos as análises acerca da dimensão de denúncia das relações de poder em jogo que nos possibilitaram imaginar a ação das terroristas de gênero no contexto conservador fundamentalista do tempo presente. Evidentemente, ao longo dos capítulos, usamos alguns termos para caracterizar essas investidas. Não se trata tão somente de um “refluxo conservador” como algo não assimilado pela estrutura, mas sim, de uma reorientação

conservadora no sentido de (re) estabelecer os limites das normas regulatórias e, portanto, do poder violento contra um avanço progressista.

As análises das mídias audiovisuais produzidas por Linn da Quebrada nos auxiliam a reforçar o discurso de ruptura da supremacia cis-heteronormativa branca e burguesa, já que as fontes nos direcionam o olhar para os espaços que foram ocupados por essas personagens e a agência mobilizada por elas dentro do recorte temporal proposto. Além disso, é fundamental observar que embora tenhamos percebido os obstáculos que se colocaram frente à caminhada pela democracia, foi possível notar o quanto a paisagem social e histórica tem sido constantemente modificada e as lutas micropolíticas avançado de modo muito potente rumo a outros mundos possíveis.

Ao refletirmos sobre quais efeitos e regras discursivas estão sujeitos os corpos e subjetividades no contemporâneo, conseguimos mapear que ainda há mecanismos perversos de captura. Em contrapartida, há também estratégias muito perspicazes que possibilitam a essas novas subjetividades manterem suas vidas passíveis de existência, bem como as várias possibilidades de construção de memórias históricas que promovem o não apagamento dessas experiências e abrem caminhos para as vozes dissidentes construir histórias (trans) versais e transidentitárias.

Os investimentos discursivos acerca dos corpos terroristas têm desmistificado o estigma da violência para dar lugar a discursos cada vez mais afirmativos sobre esses corpos. A perspectiva afrofuturista também contribui enormemente para a emergência de discursos capazes de apresentar análises dos fenômenos históricos de modo mais criativo e críticas mais radicais a respeito da estrutura colonial capitalística no tempo presente. Ou seja, o questionamento de categorias ocidentais universalistas e a-históricas, que garantem a operação do poder como um lugar estratégico, tem sido o ponto nevrálgico para desestabilizar a permanência de aspectos hierarquizantes e opressores.

Além disso, outro efeito percebido é uma gradual ruptura da temporalidade de longa duração estrutural que se estabeleceu a partir da criação desses universais, apresentando uma falsa verdade sobre os sujeitos de maneira fixa e engendradora. De encontro a essa perspectiva, propomos um deslocamento teórico anticolonial e anticapitalístico, por isso contrassexual. Reconhecemos as investidas violentas baseadas na ideia de uma razão ocidental, violenta, cis-heteronormativa e branqueada, responsáveis pela criação de elementos nos quais as masculinidades hegemônicas imperam como forma de vida padrão e, por conseguinte, idealizam um mundo em que a natureza inquestionável reina sobre outras formas de vida.

A resposta à questão proposta de que o terrorismo de gênero pode ser uma saída para os esquemas de violência contra corpos e subjetividades TLGBI+ se pauta no inesgotável movimento de deslocar categorias de análise, fundamentações teóricas e práticas socioculturais, a fim de garantir as transformações e os agenciamentos infinitos que são possíveis para escapar ao grande enquadramento colonial-capitalístico. Para tanto, Linn da Quebrada, juntamente com outras artistas contemporâneas, iniciam um movimento contestador que inventa formas contraprodutivas para tencionar o modo como se existe; mais do que isso, experimentam a arte como máquina de guerra, de produção de desejo e de enfrentamento do necropoder.

Por isso, essas existências estabelecem uma ordem disciplinar de contrassexualidade nas políticas do desejo, gênero e sexualidade, configurando-se como um desvio fabricado a fim de evidenciar as marcas sociais que tentam minar a potência dos corpos e subjetividades terroristas. Por isso, o terrorismo de gênero como máquina de guerra nos possibilita refletir as modalidades de revide contra forças neoliberais que acionam o pânico moral e o ressentimento como dispositivos de controle social para disputar espaços de poder no campo político.

Ainda, articular categorias que nos orientam a afirmar um horizonte de expectativa mais diverso é, por si só, uma escolha estratégica. É urgente a construção de uma memória disciplinar na história e na historiografia capaz de perceber a atuação relevante desses sujeitos na ascensão de um mundo antirracista, anticapitalista, anticolonial, antineoliberal. A partir de uma ética não violenta de combate, as terroristas denunciam a encruzilhada de opressões legada de velhas estruturas que precisam ser desmanteladas.

Corpos terroristas, como o de Linn da Quebrada, estabelecem conexões com o discurso histórico, incorporando uma série de marcadores sociais que evidenciam a possibilidade paradoxal de manter a vida, afirmar a vida em meio a uma estrutura de violência. A criação de uma estética radical do corpo efetiva-se em práticas cotidianas de luta e enfrentamento diários de um sistema que violenta as diferenças e constrói como abjeção o não normativo. Por isso, novamente, evocamos a possibilidade de uma ética terrorista pautada na força da não violência.

A ação tática do terrorismo de gênero é também uma resposta às violências epistêmicas na historiografia. Nesse sentido, o conceito fortalece a rede de resistências discursivas no tempo presente e possibilita perspectivas de análise potentes. O terrorismo de gênero, portanto, aciona efeitos de atualização de forças que, por sua vez, são movimentadas a

fim de destruir os circuitos de afetos políticos que diminuem ou aniquilam as possibilidades inventivas de existir, ser e criar no contexto conservador e fundamentalista.

É fundamental assumir a posição política de nossos corpos e existências, compreendendo a necropolítica como um governo que pretende assassinar quaisquer vidas que encarem a diferença como possibilidade de existência e resistência política. Nesse sentido, desconstruir a figura estereotipada da terrorista implica em um movimento de mobilização política do desejo, que explode e escancara a perversão estrutural do sistema de captura. Essa narrativa de vozes outras não questiona a possibilidade de fala ou escuta, mas bombardeia os sentidos e significados estabelecidos e destrói o elo que mantém a necrose social que insiste em nos contaminar. Com isso, as terroristas de gênero não encerram o ciclo da violência, mas perseguem outras formas afirmativas de vida.

BEM-VINDOS AO *AFTER*⁴⁸⁴ DO FIM DO MUNDO: CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

A princípio, a proposta deste trabalho circundava a ideia da constituição de uma neurose obsessiva, repetitiva, portanto, localizada na duração espaço-tempo, na estrutura do inconsciente colonial-capitalístico. Essa neurose se configura da seguinte maneira: a vida é tomada como objeto de controle do sujeito; portanto, a história é a estrutura que contém as condições possíveis para enxergar como a vida tem sido controlada pelas estruturas do poder. Nesse campo, quais foram os investimentos feitos sobre, para e pela vida, no Brasil do tempo presente? Na tentativa de responder ou achar caminhos para essa questão, foi possível localizar um elemento que, em meio às investidas de controle e aniquilação, não apenas resistia, mas criava condições de ruptura radical para um horizonte de experiência novo: o terrorismo de gênero.

O terrorismo de gênero, lido como máquina de guerra, nos permitiu mapear como se constrói a conservação da estrutura colonial-capitalística que usa da cafetinagem da vida e do corpo, na intersecção entre raça, gênero, sexualidade e classe. A manutenção dessa estrutura se efetua a partir da construção de uma racionalidade sociohistórica e política que, para funcionar plenamente, enquadra a afirmação da vida em uma tradição lógico-ontológica que, tendendo a dissolver o acontecimento em uma continuidade/repetição, ritualiza um modo de vida em ruínas e mantém a estrutura de controle.

Todavia, a vida, em sua pura afirmação e pulsão, escapa. Nesse sentido, o corpo se recusa, se contorce. Esquiva-se, entorta, superaquece, dá sinal de vida. O corpo escapa. As práticas escapam às capturas do inconsciente colonial-capitalístico. Como à vida é interdito o movimento? Quando os variados dispositivos de poder-saber são acionados para estacionar a maquinaria do devir. A ação política de Linn da Quebrada, diante dessa interdição, denuncia a ação desses dispositivos por meio da performance, música e arte.

A proposta inicial de tese envolveu pensar as intervenções artísticas TLGBQIA+ como uma espécie de formação de guerrilhas urbanas no tempo presente, constituídas com o objetivo de confrontar e apresentar formas de resistência frente às investidas ultraconservadoras de extrema-direita no Brasil. Nesse sentido, o que se buscava alcançar era

⁴⁸⁴ Vocábulo da língua inglesa que pode ser traduzido para o português como "depois" ou "posterior". A nomeação desta seção faz referência ao título homônimo da música de Clarice Falcão e Linn da Quebrada "After do fim do mundo".

a historicidade de uma guerrilha urbana das dissidências sexuais e de gênero, a partir da lógica de afirmação da vida, portanto, biopotência.

No percurso epistêmico, identificou-se um dispositivo que age diretamente no inconsciente de determinadas subjetividades e ativa uma ordem moral necropolítica. Esse mecanismo ajuda a construir um campo para ação de uma governamentalidade política e uma política de regulação dos corpos que incita a morte de determinados corpos, já que estes indicam uma possibilidade de afirmação da vida apartada da ordem moral que mantém uma estrutura de sujeito cis-branco-hétero-macho-burguês em um regime de verdade imutável e indestrutível.

Por meio de quais discursos e práticas o dispositivo atua? A partir do discurso da permissividade de matança e da banalidade do mal. O mal “familiar” à rotina de um Estado de exceção ou mesmo de uma racionalidade necropolítica. Uma ética intrinsecamente violenta. Em resposta, os corpos marcados como alvo da necropolítica têm construído um legado coletivo de uma multidão ampla, unida para afirmar que nunca mais se renderá às forças desta estrutura uni-identitária.

Diante da incalculabilidade do mal produzido no centro dessa racionalidade, a construção e compreensão da categoria de análise “terrorismo de gênero” nos permitiu historicizar o tempo presente e compreender a ação política das terroristas de gênero como máquina de guerra frente às investidas necropolíticas do Estado brasileiro. A associação entre as práticas artísticas de corpos dissidentes e a ideia de terrorismo se dá na medida em que as vidas que perturbam a estrutura cis-hétero-branca-burguesa-moral tornam-se alvos de um movimento de extermínio e censura que tomam essas experiências e esses sujeitos como “inimigos da nação”.

Essas indagações e a percepção de que existe um campo de extermínio voltado às existências que escapam ao controle dessa estrutura vêm de toda uma trajetória de pesquisa que questiona, profundamente, os fundamentos históricos de constituição dos discursos, práticas e normas regulatórias criadas para construir subjetividades, corpos e éticas-políticas. As fontes selecionadas para a análise, quais sejam, a produção audiovisual, que se refere às músicas, videoclipes, intervenções culturais e entrevistas da artista Linn da Quebrada, bem como os discursos institucionais que sugeriram qualquer tipo de censura em relação às suas manifestações artísticas foram selecionadas como *corpus* documental desta pesquisa.

A partir da análise teórica das fontes, ocupamo-nos da construção do plano conceitual do terrorismo de gênero, destacando a maneira como os sentidos de afirmação da vida e biopotência podem ser acoplados às categorias cujos sentidos históricos se ligam fortemente à

violência generalizada em razão das disputas políticas institucionais e populares. Nesse sentido, a necessidade de construir uma argumentação consistente para apresentar outras perspectivas acerca da ideia do terror como tática de guerra se mostrou útil.

Ao desdobrarmos esse plano conceitual, identificou-se o ressentimento como sintoma social e político no contemporâneo, a fim de evidenciar quais forças estavam sendo mobilizadas para provocar a interrupção das ações políticas das terroristas. Nesse ponto, defende-se o argumento de que o terrorismo de gênero é a afirmação de um modo de vida que se coloca como máquina de guerra frente à necropolítica, mas parte de outro tipo de ética, qual seja, a ética da não violência.

Por fim, apontamos que essas reconfigurações conceituais foram fundamentais para colocar em análise aspectos intrínsecos do terrorismo que pudessem não apenas desvincular essa categoria de uma ética violenta, como também nos orientar para outras possibilidades de agenciamentos ético-políticos que vislumbrem posições marcadas pela afirmação, reconhecimento das lutas cotidianas, enfrentamento das opressões e hierarquias e a biopotência. Ainda que muito distantes de tomar como consolidadas estas elaborações, há forças propulsoras que nos direcionam a um avanço possível, às possibilidades de aprendizado com formas diversas de saberes e à reconexão com a potência de existir.

REFERÊNCIAS

- ALAM, Camila. Batemos um papo reto com a MC Linn da Quebrada. **Red Bull**, 29 mar. 2017. Disponível em: <https://www.redbull.com/br-pt/batemos-um-papo-reto-com-a-mc-linn-da-quebrada>. Acesso em: 17 mai. 2023.
- ALMEIDA, Denise de; CAROLINA, Ísis. Preta, travesti e poderosa: Linn da Quebrada questiona Deus, acha que o sistema quer vê-la morta e luta para ser dona do próprio corpo. **Universa Uol**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/especiais/ela-e-linn-da-quebrada/#veja-a-integra-da-entrevista>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- AFONSO, A. P. J. M. Terrorismo de gênero: arte como máquina de guerra. *In: JORNADAS DO LEGH, IV*, 2020, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2020, p. 56-66.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. (Homo Sacer II, 1). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Conferência. **Revista Outra Travessia**, set. 2005.
- APOCALIPSE queer. 2016. 1 vídeo (2:25 min). Publicado pelo canal SSEXBBOX no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAcdfmfd7psM>. Acesso em: 6 de janeiro de 2020.
- APPLE, Teco. Jup do Bairro conta sua história no videoclipe “O Corre”. **Teco Apple**, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://tecoapple.com/2021/01/22/jup-do-bairro-o-corre-video/>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- ARAGO, Jacques Etienne. Castigo de Escravos, 1819. **Wikipédia**, 2008. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jacques_Etienne_Arago_-_Castigo_de_Escravos,_1839.jpg. Acesso em: 17 mai. 2023.
- AVRITZER, Leandro. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.
- A MÚSICA e os corpos políticos, com Linn da Quebrada. 2018. 1 vídeo (11:42). Publicado pelo canal do YouTube Nexo Jornal. Disponível em: <https://youtu.be/W17OoImPFV4>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *In: Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Antropos, 1985.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismos. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, 2013.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **O Espírito do Terrorismo**. Porto: Campo das Letras, 2002.

BAZIN, Germain. **História da história da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos Narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BÍBLIA. Salmos. *In: A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 291-309.

BIXA Preta. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.

BIXA Travesty. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In: Pajubá*. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 4.

BIXA Travesty. Direção de Kiko Goifman e Claudia Priscilla. São Paulo: Válvula Produções, 2018. (75 min).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 2. 13 ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLSONARO cita Ustra no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. 2021. 1 vídeo (1:30 min). Publicado pelo Canal Poder360 no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BOMBA pra Caralho. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In: Pajubá*. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 3.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político. *In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política*. Vol. 2. 13. ed. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Lei de Cotas Raciais para o Ensino Superior**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 07 mai. 2023.

BUSH, George W. Declaration of War on Terrorism. **Encyclopaedia Britannica Profile**. Disponível em: <http://www.britannica.com/presidents/article-9398253>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade e comoção. *In*: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 57-99.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, Guacira L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, p.13-33, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2010.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017, p. 4.

CHALIAND, Gerard; BLIN, Arnaud. **História do terrorismo: da Antiguidade à Alcaida**. [S.I.]: Odete, 2017.

COLLING, Leandro. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. **Sala Preta**, v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684>. Acesso em: 22 mar. 2020.

COLLING, Leandro. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. *In*: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. **Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismos**. Natal: EDUFRN, 2015, p. 223-242.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

- CHALIAND, Gerard; BLIN, Arnaud. **História do terrorismo**: da Antiguidade à Alcaida. [S.I.]: Odete, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DEMOCRACIA em vertigem. Direção de Petra Costa. São Paulo: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan, 2019. (121 min).
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Editora Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Volume 2. São Paulo: Editora 34, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DEPUTADO Bolsonaro ataca homossexuais, **JN**, 08 jun. 2011. Disponível em: <https://www.jn.pt/brasil/deputado-bolsonaro-ataca-homossexuais-1872869.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- DERY, Mark. Black to the Future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose. In: DERY, Mark (ed.). **Flame Wars**: The Discourse of Cyberculture. Durham: Duke University Press, 1994.
- DE PAULA, Guilherme Tadeu. **Terrorismo**: um conceito político. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ENTREVISTA com Linn da Quebrada. 2018. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Farofa Cultural no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P_mYyBjEHjs. Acesso em: 20 abr. 2023.
- ENTREVISTA com Fernando Araújo Penna | “Escola sem partido” | Série “Conquistas em Risco”. **ANPED**, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/entrevista->

[com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco](#). Acesso em: 10 jun. 2023.

ESPAÇO ABERTO Gênero e suas normas com Linn da Quebrada. 2016. 1 vídeo (5:37 min). Publicado pelo canal Collective Zoom no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/RgTbQH3N6S8>. Acesso em: 25 abr. 2023.

EU matei o Júnior. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In: Trava Línguas*. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 9.

FAGNER, João. O Quinto Elemento 2 tinha sido confirmado: Mas porque não aconteceu? **Unicórnio Hater**, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.unicorniohater.com.br/o-quinto-elemento-2-tinha-sido-confirmado-mas-porque-nao-aconteceu/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 265-287.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Editora WMF, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Édition Établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber (com J.-J. Brochier). *In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRACARRO, Gláucia; RAMOS, Ana Flávia Cernic. “O golpe de 2016 na vida das mulheres”. *In: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz. G.; MATTOS, Hebe. (orgs.) Historiadores pela Democracia – O golpe de 2016: a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 198-203.

GALVANI, Giovanna; BARBOSA, Catarina. 5 países que embarcaram na rota autoritária da extrema-direita em 2019. **Carta Capital**, 25 dez. 2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/5-paises-que-embarcaram-na-rota-autoritaria-da-extrema-direita-em-2019/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984, p. 224.

GRIJALVA, Dorotea Gómez. Mi cuerpo un territorio político. *In: Voces Descolonizadoras*. Cuaderno 1. Ed. Brecha Lésbica, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HACKEAR. *In: Dicionário Priberam*, 2022, texto digital. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/hackear>. Acesso em: 03 mai. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século 20. *In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IDEOLOGIA de gênero, **Staff Catholic**. Disponível em: <http://www.staffcatholic.net/archivos/lexicon/ideologiadegenero.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

JESUS, Ester Zuzo de. O Possível Entrelaçar do Eterno Mito Feminino: Eva e Lilith em Pandora. **Revista Anagrama**, ano 3, ed. 2, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 268-277, 2020. p.174.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 268-277, 2020.

KOKAY, Erika. Bolsonaro e a escalada do autoritarismo. **Carta Capital**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/bolsonaro-e-a-escalada-do-autoritarismo/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”. Um encontro com Donna Haraway. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 17-32.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LINN da Quebrada fala sobre as várias imagens que criamos para nos proteger | Mini Saia. 2021. 1 vídeo (17:22 min). Publicano pelo Canal GNT no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/KnKxTgPaiLE>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LINN da Quebrada no Estação Plural (programa completo). 1 vídeo (53:39 min). Publicado pelo canal TV Brasil no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/bSfk-tgeIzk>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LINN DA QUEBRADA QUESTIONA DEUS, O SISTEMA E QUER SER DONA DO PRÓPRIO CORPO. 1 vídeo (13:27 min). Publicado pelo canal Universa no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/uH402Jn43-0>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LINN da Quebrada. **Site Oficial**. Disponível em: <https://www.linndaquebrada.com/>. Acesso em 6 de jan. 2020.

LINN da Quebrada sobre gênero, pessoas trans e ativismo (Entrevista). 2018. 1 vídeo (37:28 min). Publicado pelo canal Fumaça no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/Gx1GCyamUrM>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LINN da Quebrada - blasFêmea | Mulher. 2017. 1 vídeo (10:18 min). Publicado pelo canal Linn da Quebrada no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/-50hUUG1Ppo>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LINN da Quebrada - Coytada (Clipe Oficial). 2018. 1 vídeo (3:01 min). Publicado pelo canal Linn da Quebrada no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/IUq4WWJRngE>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LINN da Quebrada - Oração (Clipe Oficial). 2019. 1 vídeo (5:59 min). Publicado pelo canal Linn da Quebrada no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACHADO-Pinheiro, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019, p. 28.

MALTONI, Mariana. [Sem título]. **Monkey Buzz**, 2022. Disponível em: <https://monkeybuzz.com.br/web-stories/tantas-coisas-com-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. **Civitas**, v.14, n.1, p. 27-42, 2004.

MATE & morra. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Trava Línguas. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2021. Faixa 3.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: para a revisão de um conceito. **Interações**, n. 7, p. 60-80, 2004.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MC LINN da Quebrada - Enviadescer - Clipe Oficial. 2016. 1 vídeo (2:54). Publicado pelo canal do YouTube Linn da Quebrada. Disponível em: <https://youtu.be/saZywh0FuEY>. Acesso em: 16 mai. 2023.

MC Linn da Quebrada | Transando com Laerte. 2018. 1 vídeo (11:48 min). Publicado pelo Canal Brasil no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/-vGmT6fzPu0>. Acesso em: 22 mai. 2023.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: UNICAMP, 2010.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/golpe/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. *In*: SINGER; JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MITTMANN, Solange. Nem lá, nem aqui: o percurso de um enunciado. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set./dez. 2017.

MOMBAÇA, J. Pode um cu mestiço falar? **Medium**, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MP obriga Santander a fazer exposições sobre diversidade após cancelamento do Queermuseu. **Hypeness**, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/01/mp-obriga-santander-a-fazer-exposicoes-sobre-diversidade-apos-cancelamento-do-queermuseu/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MUSEU de Arte do Rio cancela negociações para realizar exposição ‘Queermuseu’. **G1**, 03 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/museu-do-rio-cancela-negociacoes-para-realizar-exposicao-queermuseu.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Tatiana. **Leve sua culpa branca pra terapia**. São Paulo: N-1 Edições, 2020, p. 12.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Imagens de gênero em quadrinhos. **Universa (UCB)**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 401-414, 1997.

NAVARRO-SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, Brasília, v. 8, n.1/2, p. 47-86, 2000.

NELSON, Alondra. Introduction: future texts. **Social Text**, 71, v. 20, n. 2, p. 1-15, summer 2002,

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Potência**. Rio de Janeiro: Ediouro. [s.d.].

- O QUE pode um corpo sem juízo? Composição e performance: Jup do Bairro. DO BAIRRO, Jup. O que pode um corpo sem juízo? São Paulo: Estúdio Deck9 Record's, 2020.
- O QUINTO Elemento. Direção de Luc Besson. Nova Iorque: Gaumont Film Company, 1997. (126 min).
- PAJUBÁ. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017.
- PAULA, Guilherme Tadeu de. **Terrorismo**: um conceito político. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- PELBART, Peter Pál. **O avesso do nihilismo**. Cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PEREIRA, Mateus H. F; VALDEI, Lopes de Araújo. Reconfiguração do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n.1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.
- PEREIRA, Néli. De testemunha de Jeová à voz do funk LGBT, Mc Linn da Quebrada se diz “terrorista de gênero”, **G1**, 12 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2016/09/de-testemunha-de-jeova-voz-do-funk-lgbt-mc-linn-da-quebrada-se-diz-terrorista-de-genero.html>. Acesso em: 20 de dez. 2020.
- PERGUNTAS que as pessoas fazem sobre as Testemunhas de Jeová. **Revista Sentinela**, p. 629-635, 1970.
- PINHO, Tássia Rabelo de. “Debaixo do Tapete”: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.
- PINTO, Núria R. Linn da Quebrada: “Terrorista de gênero significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça”. **Rimas e Batidas**, 02 mar. 2018. Disponível em: <https://www.rimasebatidas.pt/linn-da-quebrada-terrorista-genero-significa-ter-minha-musica-arma-apontada-minha-propria-cabeça/>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. New York: The Feminist Press, 2008.

PRETO é rei! Direção de Beyoncé. Disney+, 2020. (85 min).

PUAR, Jasbir. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/1788/1805>. Acesso em: 11 mai. 2023.

QUEBRADA, Linn da. Instagram: @linndaquebrada. Disponível em: <https://www.instagram.com/linndaquebrada/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

QUEBRADA, Linn da. Twitter: @linndaquebrada. Disponível em: <https://twitter.com/linndaquebrada/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal Of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RACISMO: Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria? Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. **Portal Geledés**, 30 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-se-seu-filho-se-apaixonasse-por-uma-negra-o-que-voce-faria-eu-nao-corro-esse-risco-e-meus-filhos-foram-muito-bem-educados/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, p.14, 2014.

RESSENTIMENTO. *In*: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Editora Melhoramentos**, 2121. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ressentimento%20>. Acesso em: 03 mai. 2023.

RIBEIRO, Djamila. Avalanche de retrocessos: uma perspectiva feminista negra sobre o impeachment. *In*: **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitemo, 2016, p. 127-131.

RIBEIRO, Milton. Santander Cultural inaugura a exposição inédita Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira. **Sul21**, 15 ago. 2017. Disponível em: <https://guia21.sul21.com.br/exposicoes/santander-cultural-inaugura-exposicao-inedita-queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

ROCHA, Fabiano. A cantora trans Linn da Quebrada se apresentou ao lado de Karol Conká e Gloria Groove. **O Globo**, 27 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/rock-in-rio/no-batidao-do-hip-hop-karol-conka->

[convidadas-mantem-sunset-quente-mas-perdem-publico-para-alok-23980428](#). Acesso em: 20 abr. 2023.

RODRIGUES, Douglas. Paulo Guedes critica dólar baixo: “empregada doméstica ia para a Disney”. **Poder 360**, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2016.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RUBIN, Gayle. Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. *In*: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (ed.). **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993, p. 03-44.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos; SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Geração do tombamento e afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e raça no Brasil. **Revista Dobras**, v. 11, n. 23, mai. 2018.

SANTOS, Guilherme Wanderley dos. **A Democracia Impedida**. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SANTOS, Pedro Miguel. Linn da Quebrada: “A mulheridade no Brasil, hoje, significa resistência, significa força”. Entrevista. 2018. **Jornal Fumaça**. Disponível em: <https://fumaca.pt/linn-da-quebrada-mulheridade-brasil-hoje-resistencia-forca/>. Acesso em: 6 de jan., de 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, v. especial, p. 166-175, 2012.

SEDGWICK. K. Eve. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SEIXAS, Eunice Castro. “Terrorismo:” uma explanação conceitual. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, ago. 2008.

SER BIXA PRETA E ENVIADESCER / PRAZER, EU SOU MC LINN DA QUEBRADA! 2016. 1 vídeo (11:51 min). Publicado no canal Regina Volpato no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/jBEKL9lnYGA?list=PLIOe7jYNIYZ2NiCfCjCywST4Bn3uV4DIIm>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Nós, ciborgues. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 7-16.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A fascistização da sociedade brasileira. **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n. 1, 2016.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Artes e Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 224.

SUBMISSA do 7º dia. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 2.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 219-240, 2017.

TALENTO. Compositora e performer: Linn da Quebrada. *In*: Pajubá. Compositora e performer: Linn da Quebrada. São Paulo: Independente, 2017. Faixa 1.

TRÓI, Marcelo de. Linn da Quebrada: O “cis-tema” só valoriza os saberes heterossexuais. Entrevista. **Revista Cult**, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-linn-da-quebrada/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TRÓI, Marcelo de. **Obra das Travas**. Entrevista com Linn da Quebrada. **Periodicus**, Salvador, n. 10, v. 1, abr. 2019.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, p. 451-471, jan./jun. 2013.

WOMACK, Ytasha L. **Afrofuturism**: the world of black sci-fi and fantasy culture. Chicago: Lawrence Hill Books, 2013.

YORK, Sara Wagner; GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75614/45157>. Acesso em: 04 mai. 2023.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“NÃO estupro porque você não merece”, diz Bolsonaro a Maria do Rosário. 1 vídeo. (2:04 min). Publicado pelo canal revistaISTOE no YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/LD8-b4wvIjc>. Acesso em: 10 jun. 2023.